

Portugal no Contexto Europeu, vol. III

Quotidiano e Qualidade de Vida

Portugal no Contexto Europeu

- vol. I: *Instituições e Política*
(organizado por José Manuel Leite Viegas, Helena Carreiras e Andrés Malamud).
- vol. II: *Sociedade e Conhecimento*
(organizado por António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila).
- vol. III: *Quotidiano e Qualidade de Vida*
(organizado por Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Luís Capucha).

Outros títulos de investigadores do CIES-ISCTE publicados por Celta Editora

- Almeida, João Ferreira de, *Classes Sociais nos Campos*.
- Almeida, João Ferreira de, e outros, *Diversidade na Universidade*.
- Almeida, João Ferreira de, e outros, *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*.
- Almeida, Paulo Pereira de, *Banca e Bancários em Portugal*.
- Cardoso, Gustavo, *Para Uma Sociologia do Ciberespaço*.
- Costa, António Firmino da, *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*.
- Dores, António Pedro (org.), *Prisões na Europa / European Prisons*.
- Freire, André, *Modelos do Comportamento Eleitoral. Uma Breve Introdução Crítica*.
- Freire, André, *Mudança Eleitoral em Portugal*.
- Freire, João, *Homens em Fundo Azul Marinho. Ensaio de Observação Sociológica sobre Uma Corporação nos Meados do Século XX: a Armada Portuguesa*.
- Freire, João (org.), *Associações Profissionais em Portugal*.
- Guerreiro, Maria das Dores, *Famílias na Actividade Empresarial. PME em Portugal*.
- Lopes, Fernando Farelo, e André Freire, *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais*.
- Machado, Fernando Luís, *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*.
- Mozzicafreddo, Juan, *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*.
- Mozzicafreddo, Juan, e João Salis Gomes (orgs.), *Administração e Política. Perspectivas de Reforma da Administração Pública na Europa e nos Estados Unidos*.
- Mozzicafreddo, Juan, João Salis Gomes, e João S. Batista (orgs.), *Ética e Administração. Como Modernizar os Serviços Públicos?*
- Pedroso, Paulo, *Formação e Desenvolvimento Rural*.
- Pires, Rui Pena, *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, *Os Engenheiros em Portugal*.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, *Sociologia das Profissões*.
- Torres, Anália Cardoso, *Casamento em Portugal. Uma Análise Sociológica*.
- Torres, Anália Cardoso, *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos. Uma Análise Sociológica*.
- Torres, Anália Cardoso, *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*.
- Viegas, José Manuel Leite, *Nacionalizações e Privatizações*.
- Viegas, José Manuel Leite, e António Firmino da Costa (orgs.), *Crossroads to Modernity. Contemporary Portuguese Society*.
- Viegas, José Manuel Leite, e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*
- Viegas, José Manuel Leite, e Eduardo Costa Dias (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização*.
- Viegas, José Manuel Leite, e Sérgio Faria, *As Mulheres na Política*.

Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Luís Capucha (organizadores)

Portugal no Contexto Europeu, vol. III

Quotidiano e Qualidade de Vida

Ana Marques Lito
Ana Raquel Matias
Anália Torres
António Firmino da Costa
Cristina Lobo
Diana Maciel
Eduardo Alexandre Rodrigues
Felismina Mendes
Fernando Luís Machado
Inês Pereira
Isabel Sousa
Luís Capucha
Maria Abranches
Maria das Dores Guerreiro
Noémia Lopes
Pedro Abrantes
Rosário Mauritti
Rui Brites
Sandra Mateus
Sofia Leal
Susana da Cruz Martins
Teresa Seabra

CIES-ISCTE 7 CELTA EDITORA | Lisboa, 2007

© CIES-ISCTE, 2007

Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Luís Capucha (orgs.)
Portugal no Contexto Europeu. Vol. III: Quotidiano e Qualidade de Vida

Primeira edição: Abril de 2007

Tiragem: 800 exemplares

ISBN: 978-972-774-253-0

Depósito legal:

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10): Celta Editora

Capa: Mário Vaz | Arranjo: Celta Editora

Imagem da capa: Amadeo de Souza-Cardoso (1887-1918), *A Casita Clara. Paisagem*

(pormenor), 1916, gentilmente cedida pelo Centro de Arte Moderna José de Azeredo

Perdigão, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

Impressão e acabamentos: Publidisa, Espanha

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Celta Editora, Lda.

Celta Editora, Av. de Berna, 11, 3.º, 1050-036 Lisboa, Portugal

Endereço postal: Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal

Tel.: (+351) 214 417 433

Fax: (+351) 214 467 304

E-mail: mail@celtaeditora.pt

Página: www.celtaeditora.pt

Índice

Índice de figuras e quadros	vii
Sobre os autores	xi
Nota prévia	xiii
Introdução	1
<i>Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Luís Capucha</i>	
1 Famílias em mudança: configurações, valores e processos de recomposição	7
<i>Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Cristina Lobo</i>	
2 Os valores na Europa têm sexo?	39
<i>Anália Torres e Rui Brites</i>	
3 Trabalho e família: que qualidade de vida? Uma análise exploratória do sector dos serviços	77
<i>Maria das Dores Guerreiro e Eduardo Alexandre Rodrigues</i>	
4 Quotidianos de saúde em mudança	113
<i>Noémia Lopes e Felismina Mendes</i>	
5 Toxicodependentes: trajectórias sociopsicológicas e nós problemáticos	135
<i>Anália Torres, Ana Marques Lito, Isabel Sousa e Diana Maciel</i>	
6 Pobreza e exclusão social	175
<i>Luís Capucha</i>	

7	Para onde vai a imigração africana em Portugal? Sedentarização, gerações e trajectos	195
	<i>Fernando Luís Machado, Maria Abranches, Ana Raquel Matias e Sofia Leal</i>	
8	Imigração e escolaridade: trajectórias, quotidianos e aspirações ..	217
	<i>Teresa Seabra e Sandra Mateus</i>	
9	Transições na juventude: percursos e descontinuidades	237
	<i>Maria das Dores Guerreiro, Pedro Abrantes e Inês Pereira</i>	
10	Padrões de vida na sociedade contemporânea	261
	<i>Susana da Cruz Martins, Rosário Mauritti e António Firmino da Costa</i>	

Índice de figuras e quadros

Figuras

1.1	Importância de cada um dos aspectos na vida (média)	18
1.2	Casados, divorciados e coabitações (%)	22
1.3	Indivíduos dos 15 aos 29 anos casados ou a coabitar (%)	23
1.4	Inquiridos divorciados e inquiridos casados que alguma vez se divorciaram (%)	24
2.1	Importância de cada um dos aspectos na vida (médias)	44
2.2	Importância da família, do trabalho e da religião na vida das pessoas segundo o sexo (médias)	45
2.3	Índice sintético de confiança social (médias)	49
2.4	Índices sintéticos de confiança social e de confiança política por país (médias)	49
2.5	O que é importante para ser um bom cidadão (médias)	50
2.6	Autoposicionamento político (esquerda/direita) (médias)	52
2.7	Autoposicionamento político dos europeus por sexo e idade (médias)	54
2.8	Índice sintético de distanciamento da política (médias)	57
2.9	Regulação da esfera económica	59
2.10	Regulação da esfera económica por perfis (percentagens)	60
2.11	Regulação da esfera económica por país (percentagens)	60
2.12	Pertença actual a uma religião (percentagens)	62
2.13	Valores humanos dos europeus por país e sexo	65
2.14	Valores humanos dos europeus por sexo e idade	67
2.15	Anos de escolaridade concluídos por país e sexo (médias)	69
2.16	Anos de escolaridade concluídos por país e sexo no escalão etário de 15 a 29 anos (médias)	70
5.1	Modelo de análise	138
5.2	Início do consumo de heroína por grupos etários	146

5.3	Nível de instrução completo da população toxicodependente e população residente em Lisboa e Vale do Tejo (%)	148
5.4	Condição perante o trabalho da população toxicodependente e população residente em Lisboa e Vale do Tejo (%)	149
5.5	Situação conjugal da população toxicodependente e população residente em Lisboa e Vale do Tejo (%)	153
5.6	Nível de instrução à data do acolhimento e à data do contacto telefónico (%)	156
5.7	Nós problemáticos	164
6.1	Limiar de pobreza na UE15 (euros/ano)	177
6.2	Risco de pobreza após transferências sociais	177
6.3	Risco de pobreza antes das transferências sociais (pensões excluídas)	178
6.4	Risco de pobreza persistente	178
6.5	Relação interdecis (S80/20) na UE15)	179
6.6	Índice de Gini	179
6.7	Risco de pobreza segundo a composição dos agregados domésticos	184
10.1	Espaço dos padrões de vida	265

Quadros

1.1	Evolução dos indicadores de família e actividade profissional	12
1.2	Indicadores demográficos por região	12
1.3	Indicadores de família e emprego na Europa	13
1.4	Estado civil e coabitação (%)	21
1.5	Tipos de dinâmicas de recomposição familiar	30
2.1	O que é importante na vida das pessoas, por sexo	44
2.2	Religião declarada predominante	53
2.3	Regulação da esfera económica por sexo (percentagens)	59
2.4	Tipologia de valores humanos de Schwartz	63
2.5	Anos de escolaridade concluídos em Portugal e na Europa (médias)	69
2.6	Anos de escolaridade concluídos em Portugal e na Europa (médias)	70
3.1	Padrões de inserção profissional e qualidade do trabalho (médias)	90
3.2	Qualidade do trabalho e bem-estar subjectivo (médias)	97
3.3	Padrões de inserção profissional e relação trabalho-família (médias)	102
3.4	Relação trabalho-família e bem-estar subjectivo (médias)	106
4.1	Problemas de saúde que originaram (da última vez) o recurso à automedicação	117

4.2	Modalidades de automedicação	118
5.1	Categoria profissional da população toxicodependente e da população residente em Lisboa e Vale do Tejo	150
5.2	Categoria profissional dos pais dos toxicodependentes e dos homens residentes em Lisboa e Vale do Tejo	151
5.3	Categoria profissional das mães dos toxicodependentes e das mulheres residentes em Lisboa e Vale do Tejo	151
5.4	Situação conjugal dos pais dos toxicodependentes e situação conjugal dos indivíduos do mesmo grupo etário na população residente em Lisboa e Vale do Tejo	153
5.5	Condição perante o trabalho à data do acolhimento no CAT e à data do contacto telefónico	156
5.6	Categoria socioprofissional à data do acolhimento no CAT e à data do contacto telefónico	157
5.7	Situação conjugal à data do acolhimento no CAT e à data do contacto telefónico	157
5.8	Situação conjugal dos pais à data do acolhimento no CAT e à data do contacto telefónico	158
5.9	Categoria profissional do pai e tempo médio de consumos de heroína do inquirido	161
5.10	Categoria profissional da mãe e tempo médio de consumos de heroína do inquirido	161
6.1	Pensão social, pensão mínima, salário mínimo e salário médio face ao limiar de pobreza	181
6.2	Percentagem da população em risco de pobreza por actividade mais frequente e segundo a escolaridade	182
6.3	Risco de pobreza infantil, dos idosos e das mulheres na UE e em Portugal	183
6.4	Risco da pobreza segundo o meio de residência	186
6.5	Risco de pobreza e população pobre nas regiões em Portugal	187
7.1	Indicadores de sedentarização dos imigrantes africanos em Portugal	198
7.2	Trajectórias socioprofissionais de cabo-verdianos em Portugal (%)	206
7.3	Níveis de escolaridade dos jovens descendentes de imigrantes africanos e dos seus pais e mães (%)	210
7.4	Categorias profissionais dos jovens descendentes de imigrantes africanos e dos seus pais e mães (%)	210
8.1	Alunos descendentes de imigrantes e total de alunos matriculados no ensino básico e secundário, por ano lectivo (Continente)	222
8.2	Taxas de diplomação por ciclo de escolaridade e origens nacionais (2000/01 a 2003/04) (ensino regular no Continente)	225

8.3	Alunos autóctones e descendentes de imigrantes, segundo a trajectória escolar	226
8.4	Alunos autóctones e descendentes de imigrantes, segundo o sexo, a classe social e o grau de escolaridade atingido pelos progenitores	228
8.5	Alunos autóctones e descendentes de imigrantes, segundo o tipo de família, as práticas de apoio à escolaridade e as expectativas de escolaridade (%)	229
8.6	Alunos autóctones e descendentes de imigrantes, segundo o comportamento na escola (%)	230
8.7	Alunos autóctones e descendentes de imigrantes, segundo os sentimentos na escola e a apreciação da escola (%)	231
8.8	Alunos autóctones e descendentes de imigrantes, segundo a relação com os saberes disciplinares e com os professores (%) .	232
8.9	Alunos autóctones e descendentes de imigrantes, segundo representações e expectativas da escolaridade (%)	233
10.1	Padrões de vida em Portugal (%)	267
10.2	Caracterização socioeducacional e socioprofissional dos padrões de vida (%)	268
10.3	Caracterização de bens e práticas de consumo	269
10.4	Caracterização dos equipamentos dos agregados familiares	270

Sobre os autores

Ana Marques Lito, terapeuta do CAT de Loures, doutoranda da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Ana Raquel Matias, Marie Curie Fellow no Institut Nationale d'Études Démographiques (INED, Paris) e investigadora do CIES-ISCTE.

Anália Torres, professora do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigadora no CIES-ISCTE.

António Firmino da Costa, professor do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigador do CIES-ISCTE.

Cristina Lobo, professora do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigadora do CIES-ISCTE.

Diana Maciel, doutoranda do ISCTE e investigadora do CIES-ISCTE.

Eduardo Alexandre Rodrigues, doutorando do ISCTE e investigador do CIES-ISCTE.

Felismina Mendes, professora na Escola Superior de Enfermagem de S. João de Deus e investigadora do CIES-ISCTE.

Fernando Luís Machado, professor do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigador do CIES-ISCTE.

Inês Pereira, investigadora do CIES-ISCTE.

Isabel Sousa, investigadora do CIES-ISCTE.

Luís Capucha, professor do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigador do CIES-ISCTE.

Maria Abranches, investigadora na Organização Internacional para as Migrações.

Maria das Dores Guerreiro, professora do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigadora do CIES-ISCTE.

Noémia Lopes, professora no Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz e investigadora do CIES-ISCTE.

Pedro Abrantes, investigador do CIES-ISCTE.

Rosário Mauritti, investigadora do CIES-ISCTE.

Rui Brites, professor do Departamento de Métodos Quantitativos do ISCTE e Investigador no CIES-ISCTE.

Sandra Mateus, investigadora do CIES-ISCTE.

Sofia Leal, investigadora do CIES-ISCTE.

Susana da Cruz Martins, investigadora do CIES-ISCTE.

Teresa Seabra, professora do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigadora do CIES-ISCTE.

Nota prévia

Este volume faz parte de uma trilogia organizada pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do ISCTE (CIES-ISCTE). Nela foi possível congregiar um conjunto alargado de análises recentes sobre a sociedade contemporânea, situando *Portugal no Contexto Europeu*.

A trilogia integra os seguintes volumes:

- vol. I *Instituições e Política*
(organizado por José Manuel Leite Viegas, Helena Carreiras e Andrés Malamud);
- vol. II *Sociedade e Conhecimento*
(organizado por António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila);
- vol. III *Quotidiano e Qualidade de Vida*
(organizado por Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Luís Capucha).

Visa-se, assim, colocar à disposição do público resultados de pesquisas de âmbito nacional e internacional realizadas pelos investigadores do CIES-ISCTE nos últimos anos. Ao juntá-los nesta trilogia, voltou-se a examinar dados e análises, promovendo uma nova compreensão integradora da sociedade actual.

Três ângulos analíticos e temáticos organizam estes novos avanços de conhecimento sobre os quadros de vida social contemporâneos. Cada volume dá corpo a um deles.

Introdução

Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Luís Capucha

O modo como o quotidiano das populações está associado a uma maior ou menor qualidade de vida tem constituído tema recorrente de preocupações sociais e políticas e sido objecto de problematizações diversificadas no âmbito de diferentes disciplinas, entre as quais a sociologia. Muitos estudos sociológicos preocupam-se, com efeito, em conhecer o quotidiano e os modos de vida nos diferentes contextos sociais e como nestes se opera o acesso a um conjunto de recursos, materiais e simbólicos, colectivos e individuais, susceptíveis de proporcionarem um determinado padrão de qualidade de vida, nomeadamente consoante o sistema de *welfare* prevalecente em cada sociedade.

Sendo um conceito polissémico, o conceito de qualidade de vida integra uma diversidade de dimensões que remetem para as condições de satisfação de necessidades básicas, mas também para um conjunto de aspectos menos tangíveis, associados à integração dos indivíduos em redes de relacionamento e de pertença, que lhes conferem um sentido identitário. De facto, no quadro das sociedades contemporâneas da modernidade avançada, tanto os recursos materiais como os simbólicos não podem ser dispensados para assegurar aos indivíduos condições e oportunidades propiciadoras do seu bem-estar, o que coloca cada vez mais a questão das (im)possibilidades de acesso a uns e a outros por parte de amplos segmentos das populações, e a discussão sobre a capacidade efectiva do estado-providência para debelar as novas desigualdades sociais que vão surgindo.

Vários autores têm, assim, reflectido sobre o que pode ser entendido por uma sociedade com qualidade de vida e apontam diversos indicadores para a sua definição: níveis de rendimento, condições de habitação e de emprego, qualificações escolares e profissionais, saúde e acesso a cuidados pessoais, integração social e participação cívica, relações familiares e conciliação entre família e trabalho, mas, também, sentimentos de bem-estar individual e de segurança, que traduzam a avaliação que as pessoas fazem das suas vidas e das sociedades a que pertencem. Retomando o contributo de

Erik Allardt, renovadamente convocado na abordagem da qualidade de vida, três dimensões integram o conceito: “ter” (recursos materiais e condições de vida), “amar” (relações afectivas e familiares) e “ser” (integração social, sentimentos de pertença, confiança colectiva). Seriam estes, em seu entender, os ingredientes para definir a qualidade de vida no quotidiano dos indivíduos e das sociedades.¹

O presente livro é composto por um conjunto de textos que constituem ilustração de análises sociológicas sobre algumas vertentes destas temáticas. Com este terceiro volume, intitulado *Quotidiano e Qualidade de Vida*, completa-se a edição da trilogia *Portugal no Contexto Europeu*, através da qual o CIES pretende divulgar resultados das várias linhas de pesquisa desenvolvidas pelos seus investigadores. Integram-se aqui análises decorrentes de um leque amplo de projectos centrados nos quotidianos das populações, nos seus modos e condições de vida, abrangendo uma pluralidade de temas e perspectivas que intersectam instituições e processos sociais e proporcionam um olhar sociológico sobre o que a este nível caracteriza a sociedade portuguesa contemporânea. Tendo presente a situação de Portugal face ao actual cenário de modernidade avançada e globalização das sociedades e, em particular, a sua inserção no quadro europeu, os vários capítulos deste volume dão contributos para a reflexão sociológica sobre tais temas e problemas.

No capítulo 1, “Famílias em mudança: configurações, valores e processos de recomposição”, Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Cristina Lobo centram-se na análise da família, do casamento e das recomposições familiares. Num primeiro momento, começam por traçar um panorama geral do que têm sido as mudanças ocorridas na família. De seguida, com base em estatísticas nacionais e do Eurostat, nos dados do European Social Survey (ESS) e, ainda, em pesquisa própria recentemente realizada: a) examinam a evolução dos principais indicadores demográficos portugueses e, através deles, as dinâmicas de reconfiguração dos modelos de família, de conjugalidade e dos papéis sociais das mulheres; b) estabelecem comparações entre indicadores, a nível regional; c) comparam os padrões familiares da sociedade portuguesa com os do conjunto de países da União Europeia e analisam as principais tendências a respeito de casamento, coabitação e divórcio; d) abordam quantitativamente o fenómeno do recasamento em Portugal e identificam as principais dinâmicas do processo de recomposição familiar que estão associadas a diferentes contextos sociais e a trajectórias conjugais anteriores de mulheres e homens recasados.

O capítulo 2, “Os valores na Europa têm sexo?”, de Anália Torres e Rui Brites, mostra que no espaço europeu homens e mulheres têm comportamentos,

1 Ver, nomeadamente, Erik Allardt (1976), “Dimensions of welfare in a comparative Scandinavian study”, *Acta Sociologica*, 19, pp. 227-239; (1993) “Having, loving, being: an alternative to the Swedish model of welfare research”, em Marta Nausaubau e Amartya Sen (orgs.) *The Quality of Life*, Oxford, Clarendon Press.

atitudes, opiniões e valores muito mais semelhantes entre si do que seria eventualmente de esperar. Com base nos resultados do European Social Survey e através da análise, numa perspectiva transversal, centrada nas diferenças entre as respostas de homens e mulheres — na sequência de trabalhos anteriores em que desenvolvem este exercício para todas as respostas ao questionário do ESS e para cerca de 43 mil inquiridos —,² neste texto abordam de forma mais desenvolvida as respostas que mais directamente se referem a valores e atitudes sobre dimensões importantes da vida pessoal: a confiança social e política; a cidadania, o autoposicionamento político e a regulação da esfera económica; a religião e os valores humanos. O texto procura evidenciar como uma análise desta natureza permite questionar noções instaladas e estereotipadas a propósito das diferenças de género.

No capítulo 3, intitulado “Trabalho e família: que qualidade de vida? Uma análise exploratória do sector dos serviços”, Maria das Dores Guerreiro e Eduardo Alexandre Rodrigues procuram analisar os níveis e padrões de bem-estar e qualidade de vida de alguns segmentos profissionais da população portuguesa, homens e mulheres com distintos perfis sócio-qualificacionais. Tomando por base os resultados de um inquérito por questionário conduzido recentemente em Portugal, junto de diversas organizações privadas e públicas do sector dos serviços, no âmbito do projecto europeu *Quality of Life in a Changing Europe*, o texto explora, por um lado, alguns dos factores de inserção no trabalho que estão associados a níveis diferenciados de qualidade e satisfação no mesmo. Por outro, a partir da construção de indicadores que captam as interferências do trabalho na família e desta na vida profissional, são analisadas as associações entre tais interferências e a satisfação com a conciliação trabalho-família e com os níveis gerais de bem-estar individual.

Noémia Lopes e Felismina Mendes transportam-nos, no capítulo 4, para os “Quotidianos de saúde em mudança”, equacionando dinâmicas que têm vindo a verificar-se na relação triangular entre o campo da medicina (crescentemente dominado pelos peritos, num processo de contornos idênticos aos que ocorrem noutros domínios da vida social), os saberes leigos das pessoas sobre a doença, o corpo e os meios de cura, e esses mesmos meios, neste caso exemplificados pelos medicamentos e pela utilização da genética na prevenção e tratamento do cancro. Transformações sociais mais vastas tornaram a saúde um “imperativo moral”, um bem precioso numa sociedade na qual o bem-estar pessoal se constitui como valor central, ao mesmo tempo que a produção desse bem-estar se torna cada vez mais dependente de peritos, remetendo para o domínio das crenças irracionalistas antigos saberes leigos sobre a doença e a cura. Esta desvalorização é, porém, em determinado sentido, revertida pelos conhecimentos que os leigos

2 Ver Anália Torres e Rui Brites (2006), “Atitudes e valores do europeus: a perspectiva do género numa análise transversal”, em Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

adquirem através do contacto crescente com os peritos, gerando-se novos comportamentos de utilização “autónoma” dos recursos criados pelo desenvolvimento da medicina e das ciências, neste artigo ilustrados pela automedicação e pela prevenção e tratamento do cancro detectado com recurso à genética.

No capítulo 5, “Toxicodependentes: trajectórias sociopsicológicas e nós problemáticos”, Anália Torres, Ana Marques Lito, Isabel Sousa e Diana Maciel apresentam os resultados de uma pesquisa intitulada “Toxicodependentes: trajectórias, perfis sociopsicológicos, padrões familiares e processos mentais”, que pretendeu dar resposta a algumas interrogações fundamentais. Por que é que muitos jovens experimentam drogas, sem passarem a depender delas e outros passam da experimentação à toxicodependência? Por que é que existem jovens que usam determinadas substâncias recusando, no entanto, a experiência com outras? Por que é que membros da mesma família, irmãos de toxicodependentes ou amigos em contextos relacionais próximos assumem comportamentos divergentes no que respeita aos consumos de drogas? Como se explica que haja mais homens toxicodependentes do que mulheres? Para responder a estas questões desenvolveram uma estratégia de investigação que se desdobrou no uso de diferentes técnicas, em três momentos distintos: uma análise extensiva da base de dados do CAT do Restelo, a partir da qual foram identificadas regularidades sociais, familiares e individuais, bem como padrões de consumo; um *follow-up* com o qual se pretendeu captar mudanças nas trajectórias de vida dos indivíduos, após o contacto com a instituição; e, por fim, numa última fase, um conjunto de entrevistas em profundidade a dois grupos distintos: um de indivíduos com histórias de toxicodependência, e um outro de irmãos, amigos próximos ou parceiros dos mesmos, que não tinham tido dependências de drogas.

O capítulo 6, da autoria de Luís Capucha, trata da “Pobreza e exclusão social”. Com base nos dados do Painel Europeu de Agregados Familiares, são analisados os principais indicadores de pobreza em Portugal, numa dupla perspectiva dinâmica (comparam-se sistematicamente os dados de 1995 e 2001) e comparada com os estados-membros da UE15. Começando por apresentar indicadores como o valor monetário do limiar de risco de pobreza — indiciado a outros indicadores de evolução da qualidade de vida —, o risco de pobreza antes e depois das transferências sociais, o risco de pobreza persistente e medidas de desigualdade de distribuição dos rendimentos, passa-se depois à análise dos principais factores que afectam o comportamento desses indicadores, como o desempenho das políticas fiscais e sociais de redistribuição do rendimento, as dinâmicas do mercado de trabalho, as estruturas familiares, a geração ou o sexo das pessoas, categorias e grupos mais vulneráveis aos fenómenos da pobreza e da exclusão social. Os trabalhadores da indústria e dos serviços de baixos salários, os agricultores “tradicionais”, os desempregados de longa duração, as crianças e os idosos, os pensionistas e os inactivos, as famílias de grandes dimensões e as famílias monoparentais, sectores da

população atingidos por problemáticas específicas como a toxicodependência, os imigrantes inseridos nos segmentos de menor qualidade do mercado de trabalho, são algumas das categorias mais vulneráveis à pobreza, à qual se adaptam construindo modos de vida diversos, mas todos partilhando a exclusão de direitos de cidadania que atravessa e marca negativamente os processos de desenvolvimento e de europeização em Portugal.

No capítulo 7, “Para onde vai a imigração africana em Portugal? Sedentarização, gerações e trajectos”, Fernando Luís Machado, Maria Abranches, Ana Raquel Matias e Sofia Leal analisam os processos de sedentarização, os trajectos e as transições geracionais da população africana imigrada no nosso país, procurando que esses elementos constituam indicadores susceptíveis de avaliar a sua integração na sociedade portuguesa. Apoiando-se em fontes estatísticas oficiais e, em especial, nos dados trabalhados no quadro de vários projectos de pesquisa desenvolvidos pelos autores, concluem estar a ocorrer uma fixação progressiva dos imigrantes africanos nos anos mais recentes, evidenciada não só a partir do sentido e densidade dos fluxos de entrada e saída do país, como pelos reagrupamentos familiares, pela atribuição de cidadania portuguesa a maior número de indivíduos e pelo número de casamentos mistos. O texto discute de seguida as resultantes de tal sedentarização para a integração social destes imigrantes, designadamente em termos de trajectórias profissionais, escolares e residenciais, evidenciando estar-se perante uma população cuja integração se reveste de expressão limitada, ainda que apresente maior amplitude na segunda geração.

No capítulo 8, “Imigração e escolaridade: trajectórias, quotidianos e aspirações”, Teresa Seabra e Sandra Mateus cruzam dois temas, que se tornaram centrais na agenda política, social e científica de Portugal nos nossos dias. O seu texto começa por rever as políticas de integração de alunos descendentes de imigrantes no que concerne a um conjunto de dimensões — especificidades do direito à educação, incluindo as questões da aprendizagem da língua, dos sistemas de equivalências, das medidas de orientação e apoio, da segregação nos microprocessos de ensino-aprendizagem —, constatando o carácter recente de muitas dessas políticas e a carência de dados a seu respeito. As autoras analisam, depois, em profundidade matérias como a presença de descendentes de imigrantes na escola e os respectivos resultados, trajectórias e comportamentos, chegando à conclusão, em ruptura com certas crenças de senso comum, que por um lado é muito diversificada a condição dos filhos de imigrantes em função dos países de origem e que, ao que tudo indica, mais relevante do que essa origem geográfica, operam nos resultados, trajectórias e comportamentos dos filhos de imigrantes na escola factores como o sexo, a pertença de classe e o capital cultural das famílias de origem. Esses são também factores determinantes do investimento escolar e da expectativa depositada pelas famílias imigrantes no sucesso escolar dos seus descendentes.

No capítulo 9, “Transições na juventude: percursos e discontinuidades”, Maria das Dores Guerreiro, Pedro Abrantes e Inês Pereira debruçam-se sobre o que tem constituído uma área prolífera de investigações sociológicas: as gerações jovens. O texto avança uma reflexão acerca do modo como a juventude é vivida no Portugal contemporâneo, a partir não só da contribuição de diversas pesquisas de âmbito nacional e internacional em que os autores têm participado, mas também de outros estudos realizados neste âmbito. Começando por discutir o conceito de juventude nos seus vários contornos, percorrem algumas das principais dimensões analíticas que estruturam as pesquisas desenvolvidas sobre os processos de transição para a vida adulta. A multidimensionalidade e a variabilidade desses processos, decorrente de condições estruturais e disposições individuais, são aqui exploradas, no actual quadro de modernidade avançada, de demandas e incertezas, em que coexistem universos de oportunidades e domínios de exclusão, que se perfilam como o cenário no qual os jovens traçam o seu futuro.

O capítulo 10, “Padrões de vida na sociedade contemporânea”, de Susana da Cruz Martins, Rosário Mauritti e António Firmino da Costa, apresenta um panorama integrado dos padrões de vida da população portuguesa, no contexto global da sociedade contemporânea. Baseando-se em conceptualização teórica e em investigação empírica aturadas, os autores procuram, com este conceito de padrões de vida, articular dimensões analíticas referentes ao “trabalho”, ao “consumo” e às “qualificações”, superando dificuldades não suficientemente resolvidas em trabalhos e análises anteriores. A partir da combinação de um conjunto de indicadores reportáveis àquelas dimensões através de procedimentos de análise multivariada, o texto identifica uma tipologia dos padrões de vida, projecta-os no espaço social, procede à sua medição e ao respectivo mapeamento geográfico, comparando, por fim, os níveis de vida e de desigualdades do nosso país com os dos demais países da União Europeia.

Espera-se que através do conteúdo destes dez capítulos a leitura do presente livro proporcione um maior conhecimento dos processos e dinâmicas sociais que caracterizam o quotidiano e a qualidade de vida das populações, em Portugal e no contexto europeu.

Famílias em mudança **Configurações, valores e processos de recomposição**

Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Cristina Lobo

Estamos facilmente de acordo com a afirmação de que a família já não é o que era. Mas tal constatação nada trará de novo, podendo ter sido igualmente proferida há um século atrás por aqueles que se preocuparam em compreender as formas de relacionamento familiar e conhecer a sociedade de então. Na obra de Durkheim, designadamente, encontram-se referências às mudanças familiares ocorridas na transição das sociedades de antigo regime para a modernidade, tal como já o seu precursor Auguste Comte assinalava com preocupação o “enfraquecimento” da instituição familiar e as consequências daí advindas para a ordem social. Também os teóricos da sociedade contemporânea continuam a enfatizar as transformações da família como um dos aspectos mais relevantes da chamada segunda modernidade. Não se tratando do mesmo tipo de mudanças pode-se, porventura, encontrar algo em comum na alusão que lhes é feita por autores cujas obras têm mais de um século a separá-las. Tanto Durkheim, por um lado, como Beck e Beck-Gernsheim (2001) por outro, apontam a importância da individualização como vector por que passam muitas das alterações da vida familiar. Com efeito, Durkheim (1975 [1892]) enfatiza, na “primeira” modernidade, a emergência da família conjugal e a independência dos indivíduos que a compõem relativamente às redes de parentesco. Já as teorias da modernidade tardia sublinham a autonomia individual e a reflexividade como elementos que conferem aos agentes sociais capacidade de acção, de assunção de riscos e de inovação, consentâneos com relações afectivas de carácter mais efémero que pontuam biografias erráticas. Em detrimento dos laços familiares, de índole perene, ganhariam significado novas formas de vida, as “relações puras”, de natureza menos duradoura, com acento no bem-estar individual, sendo aqui fundamental relevar a democratização das relações de género e a emancipação das mulheres (Giddens, 1991; Beck e Beck-Gernsheim, 2001).

Na análise das tendências de mudança das famílias que ao longo do século XX e até ao presente têm vindo a ocorrer nas sociedades ocidentais, tanto

se podem relevar os processos de reconfiguração das formas familiares e das modalidades de organizar o quotidiano, como o enfoque pode ser colocado nas dinâmicas inerentes a novos quadros normativos, a novos significados de família e a diferentes concepções sobre o modo de viver os afectos que não passam pelo casamento heterossexual nem pela procriação.

Vários autores sublinharam, nas suas abordagens, a privatização e o fechamento familiares (Sennett, 1988; Shorter, 1975; Lasch, 1977) e a autonomização da família nuclear do grupo mais amplo de parentesco, em torno do qual se estruturaria a sustentação económica e a protecção dos seus membros, nas sociedades pré-industriais. Com a emergência da industrialização e do trabalho assalariado a família alterou as suas relações com a actividade económica. Face ao modelo tradicional, a família nuclear moderna teria perdido funções produtivas e educativas, estas últimas partilhadas com a escola, e adquirido novas funções, no plano emocional-afectivo e do desenvolvimento da personalidade da criança (Parsons, 1971 [1955]). Também no plano dos valores terão ocorrido mudanças com impacto no processo de individualização. A família tornou-se o lugar chave de realização pessoal e de construção identitária, a esfera privada que resguarda os indivíduos do espaço público, formal e impessoal, e lhes dá liberdade de escolha por contraposição aos constrangimentos da comunidade e do colectivo familiar mais amplo, do período pré-industrial.

A partir do terceiro quartel do século XX os estudos identificam transformações na intimidade (Giddens, 2001), novas conjugalidades (Kauffmann, 1993; Singly, 1991; Torres, 1996a; Aboim, 2006), estratégias procriativas geradoras de uma redução significativa da natalidade e associadas a novos significados acerca dos filhos (Almeida, 2004; Wall, 2005; Cunha, 2007), relações mais democratizadas entre os diversos elementos da família, representações diferentes dos papéis de género, entendidos agora como mais igualitários, ganhando também maior visibilidade e relevo as uniões homossexuais (Almeida, 2006; Silva, 2006), a monoparentalidade e os processos de recomposição familiar (Lobo, 2007), designadamente decorrentes de continuadas dinâmicas de ruptura conjugal, bem como as articulações que presentemente se estabelecem entre família e trabalho, com a presença massiva das mulheres na esfera profissional e a alteração nos modos de gerir a vida familiar (Guerreiro e Ávila, 1998; Torres, 2004; Wall e Guerreiro, 2005).

Em todas estas dimensões da investigação, e em particular no que respeita à situação das mulheres, encontram-se sinais iniludíveis de se estar, no que às sociedades ocidentais diz respeito, perante realidades familiares em boa parte afastadas significativamente tanto das famílias de finais do século XIX como das de meados do século XX. Nuns casos tais mudanças tendem a ser aplaudidas e encaradas como necessárias para pôr termo a alegados efeitos nefastos, inscritos em determinadas formas de relacionamento familiar, designadamente os ligados à subordinação das mulheres a dominações patriarcais. Noutros, tendem a ser enfatizados os efeitos menos positivos que do suposto

declínio ou fragilização da família possam advir para os indivíduos e para a sociedade (Berger e Berger, 1983).

Contudo, para além dos sinais positivos ou negativos colocados na interpretação das mudanças, o que se constata é que por detrás da agência e da reflexividade dos indivíduos não deixa de estar presente uma determinada forma familiar, independentemente da sua configuração, mais ortodoxa ou mais inovadora. A capacidade de o indivíduo enfrentar e gerir riscos advém-lhe muitas vezes do apoio emocional e material proporcionado por aqueles que são considerados como fazendo parte da sua família, das competências sociais e afectivas que, pela socialização, as famílias transmitem aos seus membros. Na verdade, estas, nas suas formas plurais, continuam a ser fonte e cimento de valores morais para os indivíduos que nelas nascem e as constituem (Amato e Booth, 1997; Levy, Widmer e Kellerhals, 2002). Como afirmam Segalen (1993) ou Saraceno e Naldini (2003), entre muitos outros, apesar de permanecer ao longo das várias épocas o discurso sobre a perda de importância da família, a instituição familiar, na diversidade de modelos e significados que assume nos diferentes períodos históricos, tem revelado robustez e fortes capacidades de adaptação às mutações sociais, económicas e culturais, sendo mesmo considerada como participante activa do processo de modernização e transformação das sociedades, embora algumas perspectivas acentuem o carácter exógeno das mudanças ocorridas nos sistemas familiares (Therborn, 2004).

Estas análises comparativas tendem a ser feitas relativamente às sociedades ocidentais e a um conjunto de países considerados industrializados e estruturalmente distintos dos chamados países do terceiro mundo. Nesse sentido, apesar de a história do continente europeu lhe conferir algumas especificidades, a família na Europa ocidental e na sociedade norte-americana poderia apresentar várias similitudes, decorrentes da industrialização, da urbanização e da secularização, parâmetros fundamentais no estabelecer de comparações com outras regiões do globo, como a África ou a Ásia, a nível de um conjunto de variáveis demográficas e sociofamiliares (Qvortrup, 1989). Por outro lado, estudos de historiadores franceses (Ladurie, 2000 [1975]) e anglo-saxónicos (Laslett e Wall, 1972) vieram evidenciar que a família nuclear teria antecedido a modernização na Europa ocidental, estando aí relativamente generalizada através do princípio do casamento neolocal, ao passo que a família extensa teria antes constituído uma forma familiar mais presente na Europa de Leste, onde o patriarcado era mais forte (Berger e Berger, 1983; Therborn, 2004). Salvaguardando as heterogeneidades internas a cada país, as famílias da Europa nórdica e do Centro apresentariam ao longo dos séculos características distintas não apenas das famílias de outras sociedades e culturas, como as do continente africano e asiático, ou do mundo islâmico, mas também se afastariam significativamente dos modelos familiares da Europa do Sul e de Leste (Goldthorpe, 1987; Therborn, 2004).

As últimas décadas assistiram à integração no espaço político europeu dos países da Europa do Sul e, mais recentemente, de alguns países da Europa de Leste, passando a coexistir distintas tradições familiares. Em que medida as diferenças familiares perduram ou tendem a esbater-se, sobretudo naqueles cuja integração já conta algumas décadas? Terão as políticas europeias contribuído para também se unificarem práticas e assemelharem configurações no âmbito da esfera privada? Tem sido evidenciada a ocorrência de um processo de estandardização de longo prazo dos modelos de família. Por outro lado, nas análises de curto prazo sobressaem as modalidades alternativas de estilos de vida e de arranjos familiares que os indivíduos estabelecem para atenderem às suas necessidades e expectativas, o que conduz a uma maior diversidade de estruturas familiares. Além disso, os percursos de vida e as transições que neles ocorrem são cada vez menos sequenciais e em espaços temporais pouco regulares. De que modo isso se reflecte nos tipos de família de cada país? Será possível identificar padrões cujos traços se associem a diferentes perfis societários? Como interferem nestes processos as políticas do estado-providência?

Este capítulo pretende analisar as configurações familiares da sociedade portuguesa e com elas comparar a realidade dos diversos países que presentemente integram a União Europeia. Num primeiro momento procede-se a uma caracterização das estruturas familiares e dos principais indicadores demográficos e sociais a partir dos dados disponíveis no INE e no Eurostat. Numa lógica comparativa procurar-se-á avançar pistas para a compreensão e explicação de certas especificidades do caso português. Seguidamente proceder-se-á a uma análise comparativa sobre os valores inerentes às famílias das diferentes nacionalidades, com base em dados do European Social Survey. Com base ainda nos dados deste grande inquérito europeu, analisaremos de forma mais detalhada as tendências a respeito da conjugalidade — casamento, coabitação e divórcio — na Europa. Por último, avançar-se-á com uma análise, ainda que breve, do fenómeno demográfico do recasamento na sociedade portuguesa — entre 2001 e 2005 —, identificando um conjunto estruturado de características sociográficas dos seus protagonistas. Para além disso, sintetizam-se as conclusões mais significativas de um estudo qualitativo sobre os principais momentos de transição incorporados num processo de recomposição familiar.

Mudanças demográficas na Europa: especificidades do caso português

A comparação dos indicadores demográficos portugueses mais recentes com os de há algumas décadas indicia mudanças sociais significativas que têm contribuído para a reconfiguração dos estilos de vida e dos modelos familiares. Se até ao terceiro quartel do século XX a tendência foi no sentido da

estandardização dos padrões característicos da modernidade, a partir de então assiste-se a uma inversão de tendências que assentam na redução drástica das taxas de nupcialidade (civil e católica) e de natalidade, tendo aumentado por seu lado a taxa de divórcio e de crianças nascidas fora do casamento. A idade dos homens e das mulheres quando da entrada num casamento oficializado é agora mais elevada e mais próxima entre si, relativamente às décadas anteriores, situando-se a média da idade de ser mãe pela primeira vez (e para muitas mulheres a única) acima dos 28 anos. A dimensão dos agregados domésticos está a reduzir-se, tal como a proporção de famílias complexas. Em contrapartida crescem as unidades domésticas de pessoas sós, maioritariamente constituídas por pessoas idosas, mas onde as gerações mais novas assumem gradualmente maior proporção. Quando comparados os dados dos Censos de 1991 e de 2001, nota-se um crescimento exponencial de pessoas jovens a viverem sós, ainda que o seu valor ronde apenas os 3% (Guerreiro, 2003; Wall e Aboim, 2003). Está-se, deste modo, perante indícios de que as dinâmicas familiares da sociedade portuguesa se estão a aproximar dos processos de modernidade avançada, ainda que a nível regional se identifiquem algumas diferenças e permanências, sinal de que no país se sobrepõem traços modernos com outros mais tradicionais. Veja-se, por exemplo, a taxa de casamentos católicos que, embora decrescente em todo o país, continua a ser significativamente mais elevada no Norte de Portugal, enquanto no Sul e nas regiões autónomas se encontram valores mais baixos de nupcialidade religiosa.¹ Parecem persistir no Norte e no Centro valores mais tradicionais e mais forte crença religiosa, o que se reflecte no facto de aí também ser menor a taxa de divórcio, a proporção de crianças nascidas fora do casamento, bem como de uniões de facto.

Outro dado determinante na compreensão dos comportamentos familiares prende-se com a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, nomeadamente nas idades em que têm filhos pequenos. Com efeito, a taxa de actividade feminina não pára de aumentar e em certas franjas etárias aproxima-se muito das taxas de actividade masculina. Tendo aumentado a sua escolaridade nas últimas quatro décadas, as mulheres adquiriram qualificações e profissionalizaram-se, sendo notável o impacto da sua participação profissional no crescimento da população activa, pese embora a forte segregação de género, vertical e sectorial, que o mercado de trabalho ainda apresenta (Ferreira, 1993; Guerreiro, 2000; Torres, 2004).

Olhando agora para o contexto europeu, a leitura comparada dos indicadores de família e emprego evidencia tendências homólogas nos vários países, tendências essas que vão no sentido de um retardar de certas fases das trajectórias dos indivíduos e, conseqüentemente, dos processos e tempos das

1 A análise destes valores pode ser encontrada em Lalande (2002).

Quadro 1.1 Evolução dos indicadores de família e actividade profissional

	1960	1991	2001	2006
Idade média no 1º casamento				
Mulheres	24,8	24,2	26,1	27,5
Homens	26,9	26,2	27,8	29,1
Idade média no nascimento do 1º filho				
Mulheres	25,0	24,9	26,8	28,1
Taxas de nupcialidade (1)	7,8	7,3	5,7	4,5
% casamentos católicos	90,7	72,0	62,5	52,1
Taxa de divórcio (2)	0,1	1,1	1,8	2,2
Taxa de natalidade (3)	24,1	11,8	11,0	10,0
Índice sintético de fecundidade (4)	3,2	1,6	1,4	1,3
Nascimentos fora do casamento (5)	9,5	15,6	23,8	31,6
Dimensão média dos agregados domésticos (6)	3,8	3,1	2,8	–
Agregados domésticos de pessoas sós*	11,5	12,4	15,5	–
Agregados domésticos de pessoas sós jovens (15-29 anos)**	–	1,4	3,2	–
Agregados domésticos de famílias complexas (6)	15,4	13,9	10,4	–
Taxas de actividade feminina				
Global	13,0	35,5	45,5	47,7
25-29 anos	19,8	74,1	85,0	85,4
30-34 anos	16,6	72,3	83,3	88,3
35-39 anos	15,3	69,0	79,9	87,0

Notas: 1) Casamentos X 1000/pop. média. 2) Divórcios X 1000/pop. média. 3) Nascimentos X 1000/pop. média. 4) Número de filhos por mulher em idade fértil 15/49 anos. 5) Total de nados vivos nascidos fora do casamento por 100 nados vivos. 6) Os critérios para a definição deste tipo de famílias podem ser encontrados em Almeida e outros (1998: 49).

Fonte: Almeida e outros (1998); Almeida e outros (2007); INE, *Indicadores Sociais 2006*; INE, *Inquérito ao Emprego, 2006*; *Wall e Aboim (2003); **Guerreiro (2003).

Quadro 1.2 Indicadores demográficos por região

NUT II	Casamentos católicos	Em união de facto*	Taxa bruta de nupcialidade	Taxa bruta de divórcio	Taxa bruta de natalidade	Índice sintético de fecundidade	Nados vivos fora do casamento
Portugal	52,1	3,7	4,5	2,2	10,0	1,36	31,6
Continente	53,3	3,7	4,5	2,2	9,9	1,36	31,9
Norte	63,3	2,1	4,9	2,0	9,6	1,26	21,9
Centro	56,4	2,8	4,3	1,9	8,7	1,24	26,7
Lisboa e V.Tejo	39,0** 57,3***	6,1 –	4,2 –	2,5 –	11,4*** 8,4***	1,55	42,9** 27,0***
Alentejo	47,3	4,7	3,6	1,9	8,4	1,30	37,6
Algarve	33,8	7,3	4,0	2,4	11,5	1,70	48,7
R.A.Açores	25,9	1,9	6,0	2,4	11,6	1,48	22,6
R.A.Madeira	42,6	2,3	5,4	2,3	11,9	1,46	29,6

Notas: *Indivíduos que declaram viver em união de facto nos Censos de 2001, em Almeida e outros (2007); **Lisboa
***Médio Tejo

Fonte: INE, *Indicadores Sociais, 2006*.

Quadro 1.3 Indicadores de família e emprego na Europa

Países	Agregados de várias pessoas	Pessoas sós	Casais sem filhos	Casais com filhos	Mãe/pai com filhos	Famílias complexas e múltiplas	Filhos c/ 30-34 anos em casa	Coabitação	Taxa de nupcialidade	Taxa de divórcio	Índice de fertilidade	Taxa bruta de natalidade	Taxa de emprego feminino
Total (média)	-	-	-	-	-	-	13,4	-	4,88**	2,0**	-	10,57*	58,3*
Bélgica	-	-	-	-	-	-	10,0	-	-	2,9	-	11,50	55,3
Rep. Checa	2,0	30,3	18,5	32,1	12,1	5,1	11,3	2,7	5,15	3,1	1,33	11,30	57,3
Dinamarca	3,4	36,8	26,8	20,6	4,5	7,8	-	11,5	6,70	2,8	1,83	11,95	73,2
Alemanha	1,0	35,8	28,0	24,7	5,5	4,9	6,8	5,5	4,54	2,4	1,32	8,16	64,0
Estónia	3,1	33,5	16,6	23,7	11,7	11,4	10,0	7,6	5,18	3,0	1,55	11,07	65,9
Grecia	3,9	19,7	18,1	31,7	6,8	19,7	21,3	1,3	5,18	1,2	1,39	10,05	47,9
Espanha	4,0	20,3	15,3	32,8	6,3	21,3	22,7	2,2	4,80	1,7	1,38	10,94	54,7
Francia	2,0	31,0	24,3	29,6	7,0	6,1	7,2	-	4,34	2,5	2,00	13,13	60,0
Irlanda	7,1	21,6	16,4	36,6	10,1	8,2	15,6	4,8	5,13***	0,8	1,93	15,07	60,6
Itália	2,5	24,9	19,4	37,8	8,1	7,3	26,1	2,2	4,13	0,8	1,32	9,50	46,6
Chipre	2,1	16,0	19,4	39,6	4,7	18,2	10,7	1,0	6,80	2,0	1,47	11,30	62,4
Letónia	3,4	25,0	15,5	30,1	20,3	5,8	21,4	-	6,39	2,8	1,35	9,73	64,4
Lituânia	0,4	28,7	14,9	17,3	3,5	35,3	-	2,4	6,26	3,3	1,31	9,21	62,2
Luxemburgo	-	-	-	-	-	-	9,9	-	4,12	2,3	1,65	11,66	56,1
Hungria	2,9	26,2	20,7	29,3	9,2	11,6	13,5	5,3	4,42	2,5	1,34	9,91	50,9
Holanda	0,7	33,6	29,1	29,2	5,6	1,9	4,8	9,7	4,35	2,0	1,70	11,32	69,6
Áustria	2,2	33,5	20,4	27,5	8,8	7,6	10,4	5,8	4,46	2,4	1,40	9,40	64,4
Polónia	1,6	24,8	14,2	35,6	11,0	12,7	16,1	1,3	5,93	1,8	1,27	9,81	50,6
Portugal	1,9	17,3	21,8	39,3	7,0	12,7	15,1	4,0	4,52	2,2	1,35	9,96	61,9
Eslovénia	1,9	21,9	13,9	36,6	10,2	15,5	22,6	4,7	3,17	1,3	1,31	9,43	62,6
Eslováquia	1,7	19,4	14,9	8,8	3,6	51,7	14,5	0,6	4,81	2,1	1,24	9,99	53,0
Finlândia	2,5	37,3	23,7	23,2	7,3	6,0	5,9	9,7	5,36	2,6	1,84	11,17	68,5
Reino Unido	-	-	-	-	-	-	7,9	-	5,23***	2,2	1,84	12,34	65,5
Roménia	1,8	18,9	19,1	31,5	7,7	21,0	12,0	3,0	6,79	1,5	1,31	10,16	52,8
Bulgária	-	-	-	-	-	-	11,7	-	4,26	1,9	1,37	9,60	57,6
Liechtenstein	1,9	32,5	21,4	32,3	6,3	5,5	8,4	4,1	4,31	2,3	1,42	10,30	-
Noruega	1,1	37,7	20,6	28,8	8,0	3,8	6,0	9,5	4,66	2,3	1,90	12,56	74,0
Suécia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71,8
Suíça	2,0	36,0	25,8	27,0	4,8	3,7	4,8	5,8	5,32	2,8	1,43	9,80	71,6

Fonte: Eurostat, Censos 2001; INE, *Estatísticas Demográficas*, 2006; *Labour Force Survey*, 2006; *Europa 27 países; ** UE27, 2005; ***2005.

transições que conduzem à constituição de novas famílias. A escolaridade tende a ser prolongada, a inserção no mercado de trabalho faz-se de forma mais sincopada e reversível, o mesmo se passando quanto aos processos de autonomização das jovens gerações relativamente às famílias de origem, à estruturação de uma vida a dois e à entrada na parentalidade (Guerreiro, Abrantes e Pereira, 2004). Reflexo disso e da existência de outros quadros de valores, significados, orientações e constrangimentos quanto à vida familiar e conjugal é a permanência até mais tarde em casa dos pais, o aumento médio da idade de casamento e de as mulheres terem o primeiro filho, bem como o forte decréscimo das taxas de natalidade e contínuo crescimento da profissionalização feminina. Por outro lado a dissociação entre procriação e casamento formal acentua-se, subindo o número de crianças nascidas de uniões conjugais não formais. Tendo baixado, em geral, os casamentos oficiais, as uniões de facto ganham peso significativo. O número das famílias monoparentais mantém-se com expressão moderada, já que ao crescimento das separações se associa o dos recasamentos e recomposições familiares. Os casais com e sem filhos, em valores oscilantes, representam o conjunto mais representativo dos tipos de família em quase todos os países europeus.

Mas se este é o cenário global, não deixam de se identificar diferenças inter-países que se conjugam de modo a salientar perfis particulares no mapa sócio-demográfico-familiar da Europa. Da análise do quadro 1.3 ressalta que os padrões demográficos e familiares do Norte da Europa se distinguem significativamente dos do Sul e do Leste europeus, enquanto nos países da Europa central se encontram situações intermédias, ainda que nalguns casos mais próximas da Europa do Norte.

As estruturas domésticas de pessoas sós, compostas na sua maioria por idosos mas onde os jovens assumem grande peso, têm forte expressão nos países nórdicos. É aí que se encontram menos casais com filhos, sendo norma que os descendentes se autonomizem das famílias de origem quando atingem a idade adulta. Também por isso é mais reduzido, nesses países, o número de filhos adultos em casa dos pais, sendo maior a taxa de coabitações, de nupcialidade (nalguns países como a Dinamarca e a Finlândia, por exemplo) e também o índice de fecundidade, o que significa haver nestes países outras predisposições e condições de independência para se transitar para a vida adulta e para a parentalidade. São os países nórdicos que têm as maiores taxas de emprego feminino, confortavelmente acima da meta dos 60% da Estratégia de Lisboa, para além da mais vasta cobertura a nível de equipamentos de cuidados a crianças e a dependentes, por um lado, promovendo igualmente licenças parentais partilhadas.

O quadro oposto a este encontra-se nas famílias da Europa do Sul e de Leste, onde as pessoas sós são predominantemente idosas. Encontram-se menos jovens entre as pessoas sós e mais em casa dos progenitores. Registam-se percentagens significativas de indivíduos em idades para além dos 30 anos

que ainda não estão autonomizados residencialmente da família de origem. Portugal inscreve-se nesta tendência, embora com valores não tão elevados quanto os que Espanha, Itália e Grécia registam, bem como a Eslovénia e a Letónia. A par de Portugal situam-se a Hungria e a Eslováquia, a Polónia e a Irlanda. Cresce de Sul e Leste para Norte o volume de jovens a viverem afastados das suas famílias de origem.

As famílias complexas, por sua vez, tendem a expandir-se do Norte para Sul e Leste, onde se encontra a maior proporção de agregados complexos em países como a Lituânia ou a Eslováquia (mais de 22%). A par de eventuais factores culturais que possam ser avançados como explicação para a existência de aglomerados familiares mais numerosos, na base desta complexidade familiar poderão estar dificuldades económicas e do ponto de vista habitacional. Os índices de fecundidade são mais baixos nos países do Sul e de Leste, assumindo também expressão modesta os valores da coabitação.

Entre os países do Sul, por outro lado, Portugal diverge nalguns comportamentos, designadamente no que concerne aos mais elevados padrões femininos de profissionalização. A especificidade de Portugal, que se vem manifestando desde os anos 70 e se mantém até à actualidade, deve-se a um efeito combinado de vários factores. Para além das condições socioeconómicas da população e dos baixos salários masculinos, há que ter em consideração a guerra colonial (1961-1974), os processos emigratórios e o facto de o pós-revolução política de 1974 ser um período de acolhimento da defesa de perspectivas igualitárias.

Nos sectores sociais mais desfavorecidos, o fenómeno da emigração teve como efeitos indirectos um certo protagonismo feminino. As mulheres que ficavam eram obrigadas a decidir sozinhas, confrontavam-se com situações novas, assumiam posições, organizavam e geriam a vida familiar, experimentavam alguma liberdade. As que saíam com os cônjuges conheciam outras realidades. O desenvolvimento, mesmo forçado, do protagonismo das mulheres, o conhecimento de outros mundos, contribuíram para a criação de uma nova realidade e de uma nova imagem das competências femininas fora do lar, reveladas em várias pesquisas qualitativas em que o trabalho profissional surge como importante forma de afirmação pessoal (Torres, 2004; Monteiro, 2005).

Noutros sectores sociais, mais escolarizados, os treze anos de guerra colonial vêm introduzir algumas alterações. O surto de relativo crescimento económico dos finais de 50 tinha criado postos de trabalho para quadros médios e superiores, mas a guerra colonial e o serviço militar obrigatório adiam até quatro anos o momento de entrada dos jovens, do sexo masculino, na vida activa, quando não impõem saídas do país e outras mudanças. Em contrapartida, as jovens, universitárias ou com escolaridade secundária, tinham os potenciais cônjuges, a acabar os cursos para depois ir para a guerra, ou já na guerra, com

ou sem a sua formação completada. O mercado oferecia-lhes oportunidades de emprego compatíveis — função pública, professorado, empresas. O tempo de espera para que os homens regressassem parecia demasiado longo e abria-se a possibilidade de, além de ocupar o tempo, realizar dinheiro. Essas oportunidades foram, assim, agarradas por muitas dessas jovens. Uma vez entradas no mundo do trabalho, tornam-se raras as saídas. Nestes sectores sociais, a compatibilização da vida familiar com a vida profissional conta, ainda nessa altura, com apoios domésticos pagos, baratos e abundantes.² O 25 de Abril surge depois, reforçando este protagonismo, como período de abertura às ideias de igualdade entre homens e mulheres, tendo também sido reformuladas leis obsoletas e patriarcais. A história específica desta geração de mulheres activas e mais escolarizadas tem diversas consequências.³

Conclusões de várias pesquisas apontam para a importância dos efeitos de transmissão, no plano dos comportamentos, de uma geração a outra, mostrando que a actividade profissional das mães tem efeitos indubitáveis na entrada das filhas no mercado de trabalho. São efeitos específicos de socialização, aliás, tanto mais reforçados quanto maior for o nível de ensino atingido pela mãe.⁴ Nesta perspectiva a participação no mercado de trabalho das jovens com escolaridade secundária e universitária nos anos 60 e 70 pode contribuir para explicar os altos níveis de presença actual das jovens portuguesas no ensino superior (Guerreiro e Romão, 1995) — algumas das quais serão certamente suas filhas — mesmo em sectores tradicionalmente masculinos.⁵

2 Nos anos 60, com o declínio da agricultura e os movimentos migratórios da população para o estrangeiro e para as grandes cidades, verificou-se grande aumento de mão-de-obra feminina não qualificada que se empregava no serviço doméstico.

3 As mulheres que integraram este grupo são, provavelmente, a explicação para a existência de um número bastante elevado de mulheres, relativamente aos homens, que realizaram doutoramentos nos anos 80 em Portugal em áreas que noutros países tendem a ser mais fortemente masculinizadas, como a matemática (49%), a física (44%), a química (63%) ou a biologia (61%). Comparativamente a outros países Portugal tem também uma percentagem mais elevada de professoras catedráticas: em 2001, nesta categoria podíamos encontrar em França 14%, na Itália 12%, no Reino Unido 10%, na Alemanha 10% e em Portugal 19%. Deve notar-se, no entanto, que se mantém em Portugal, tal como noutros países, o *gap* existente entre homens e mulheres, estando os primeiros muitíssimo mais representados nos postos de direcção e/ou altamente qualificados nas instituições universitárias e científicas (Amâncio, 2003: 189, 191).

4 Autores como Louis André Vallet, Claude Thélot e François de Singly, citados por Martine Segalen (1993: 194), consideram que existe uma hereditariedade nos modelos de profissionalização. Segundo Vallet, os destinos das filhas dependem mais da posição materna do que da paterna, isto é, quando as mães exercem uma actividade, as filhas mais facilmente farão o mesmo. Thélot e Singly, por sua vez, mostram que quanto mais alta é a escolaridade das mães, maiores são as probabilidades de os filhos alcançarem uma melhor posição na profissão.

5 Ainda quanto à participação na vida universitária, vale a pena salientar que as mulheres portuguesas, já no início dos anos 90, eram as mais representadas em cursos ditos tradicionalmente masculinos. No ano lectivo de 1992/93, em engenharia e arquitectura, as

Também explicará parcialmente a sua propensão para desejar conciliar plenamente a actividade profissional com a vida familiar.⁶

Retomando os dados globais, faz agora sentido sublinhar algumas tendências de fundo. Em síntese, o Norte da Europa tem famílias mais pequenas e destaca-se pela existência de mais jovens a viverem sozinhos, de menos casais com filhos e de menos pessoas a viver em casa dos pais, indicadores de maior afirmação de autonomia.

Nos países do alargamento e do Sul as famílias tendem a ser ligeiramente maiores, têm menos indivíduos a viver sós, sendo pessoas mais velhas a maior parte dos que estão nesta situação. Esses países caracterizam-se ainda por terem mais inquiridos a viver com os ascendentes, em especial no caso dos jovens. Estamos assim perante diferenças na Europa que persistem, tal como Roussel (1992) e Therborn (2004) nos mostraram já. Mas as amplitudes dessas diferenças foram-se esbatendo ao longo dos últimos anos, como mostram as análises longitudinais, verificando-se assim também sinais de convergência. Isso mesmo ver-se-á, adiante, ainda melhor.

Família, amigos, lazer e trabalho: apostas fundamentais na vida dos europeus

Os grandes processos de transformação na família a que se assistiu em toda a Europa, e que temos vindo a analisar, são acompanhados por vezes de reacções que tendem a interpretar estas mudanças como menor interesse dos europeus relativamente à vida familiar. A análise sistemática das respostas a inquéritos que têm focado estes temas conduz no entanto a outras conclusões.

Ora, os dados do European Social Survey (ESS) permitem também observar o retrato global das dimensões da vida a que os europeus dão prioridade. Esse retrato, representado na figura 1.1, responde a duas questões que se referem directamente às transformações da esfera familiar. Em primeiro lugar, se processos sociais como a maior autonomização dos membros do casal e a individualização das possibilidades de vida significam uma quebra da importância da família face a outras esferas da vida. Em segundo lugar, se os países europeus diferem entre si consoante as diferenças nos arranjos entre os princípios da autonomia e da organização da vida em comum. A figura 1.1 permite responder com um retumbante “não” às duas questões.

mulheres eram 28% dos estudantes (média europeia 18%), em ciências naturais eram 61% (média europeia, 44%) e em matemáticas constituíam 45% (média europeia, 28%) (Torres, 2002).

6 Num inquérito aos jovens do concelho de Loures são quase 90% as mulheres que defendem a simetria total entre homens e mulheres a respeito quer do desempenho da actividade profissional, quer quanto à partilha das tarefas domésticas (Torres, 1996b).

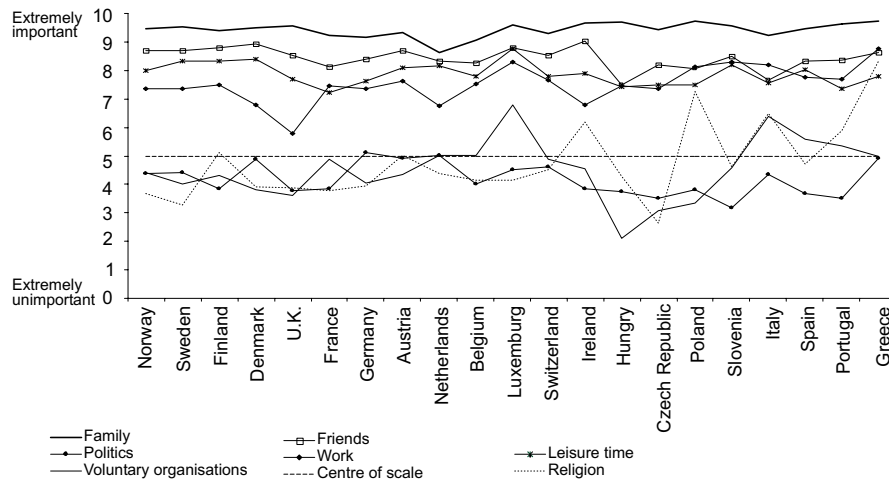


Figura 1.1 Importância de cada um dos aspectos na vida (média)

Importância atribuída à família	Variância: $F=64,764$; $p=0,000$; $Eta^2=0,035$
Importância atribuída aos amigos	Variância: $F=60,408$; $p=0,000$; $Eta^2=0,033$
Importância atribuída aos tempos livres	Variância: $F=35,43$; $p=0,000$; $Eta^2=0,020$
Importância atribuída à política	Variância: $F=87,289$; $p=0,000$; $Eta^2=0,047$
Importância atribuída ao trabalho	Variância: $F=136,920$; $p=0,000$; $Eta^2=0,072$
Importância atribuída à religião	Variância: $F=336,823$; $p=0,000$; $Eta^2=0,159$
Importância das organizações de voluntariado	Variância: $F=245,970$; $p=0,000$; $Eta^2=0,122$

Fonte: European Social Survey, 2002; Torres, Mendes e Lapa (2006).

Quanto à primeira questão, de facto, as dimensões afectivas (família, amigos) aparecem nos lugares cimeiros, estando a religião e política, geralmente, nos últimos lugares da hierarquia. Verifica-se também que a família é um valor autónomo face a outros, não estando ligado, por exemplo, à religião. No que respeita à segunda questão, a família não é mais importante em determinados países europeus em comparação com outros. É um valor adquirido para todos os países do ESS, pois os países escandinavos apresentam valores muito próximos da Espanha e até superiores aos da Itália quanto à importância dada à família.

A família não está, por isso, em crise, sendo, pelo contrário, a principal esfera de investimento pessoal. O que parece ter mudado foram os modelos familiares e as representações e os modos de investimento na família. Fenómenos como a baixa da fecundidade e a banalização e desdramatização do divórcio e da coabitação não podem, portanto, ser lidos como sintomas do declínio da família, mas antes como sintomas de novos investimentos e sentidos que lhe são dados, como o afastamento da ideia de que a família é definida essencialmente pelo laço formal. Com a afirmação da autonomia e a desvalorização da componente institucional do casamento,

bem como da diferenciação rígida dos papéis sexuais, a construção da família mantém-se como a dimensão mais importante da vida dos europeus. Aí se define agora um lugar onde se pretende que haja afirmação e manutenção da liberdade individual e espaço para a plena realização afectiva.

Apesar de as prioridades que os indivíduos atribuem à família e ao trabalho enquanto esferas da vida poderem reflectir diferenças de personalidade, experiências de socialização e de vida ou de contexto cultural (Prince-Gibson e Schwartz, 1998), verifica-se que ambos os sexos atribuem prioridades muito semelhantes à família e ao trabalho. Homens e mulheres avaliam a dimensão familiar como a mais importante das suas vidas (com valores acima dos 9, numa escala de 0 a 10), e a importância dada à dimensão do trabalho fica remetida para terceiro ou quarto lugar, como vimos atrás, mas com valores muito semelhantes para os dois sexos. A existência de maiores diferenças intra-sexos do que inter-sexos, segue as conclusões de outros estudos realizados no âmbito da sociologia do género: há menos diversidade entre os sexos do que dentro do grupo das mulheres ou do grupo dos homens (Amâncio, 1994; Kimmel, 2000; Connel, 2002; Torres e Brites, 2006), como está de resto ilustrado de forma desenvolvida noutra artigo deste volume.

Vale a pena agora ver mais em detalhe as transformações referentes à conjugalidade, nas suas diferentes modalidades, já que esta é uma das dimensões da vida familiar em que se têm verificado mudanças significativas, em particular nos últimos anos, quer no espaço europeu, quer especificamente em Portugal.

O casamento: a principal forma de conjugalização em toda a Europa

A partir do retrato da Europa quanto ao estado civil — tendo em conta também as relações em regime de coabitação —, interessa discutir factores e processos sociais que poderão explicar os padrões vigentes.

No quadro 1.4, o que salta à vista é que ainda se vive na “Europa dos casados”, visto que este é sem dúvida o estado civil maioritário em praticamente todos os países. Só a Suécia tem menos de 50% de casados, ainda que este seja, apesar de tudo, o grupo modal. Notam-se pois algumas diferenças entre países.

É nos países escandinavos que se pode observar o menor número de indivíduos casados da Europa. Nos países do Sul essas percentagens rondam os 60%.

Os valores respeitantes às coabitações revelam maior informalidade das relações nos países escandinavos (mais de 30% de coabitantes) e em alguns países do Norte e Centro da Europa (mais de 20% no Reino Unido, na Alemanha, na Áustria e na Suíça). Pelo contrário, os países do Sul têm os valores mais baixos da Europa, com a Itália a registar o maior valor neste grupo, não chegando aos 8% da população. A Grécia é o país com menos pessoas a coabitar (3%), seguido de Portugal (4%).

Na figura 1.2 verifica-se que as percentagens de casados vão subindo, embora de forma não muito acentuada, quando se passa da Escandinávia para os países do Sul da Europa. Mais notória é a linha das coabitações, que sofre uma descida muito acentuada desde os países escandinavos até aos do Sul. O sentido da evolução das duas linhas deixa por isso a impressão de que os números do casamento estão correlacionados com números da coabitação, embora o valor da correlação obtido ($r = 0,32$) sugira a existência de outros factores pertinentes na explicação das percentagens de casados e de coabitações nos diferentes países.

Quanto às gerações mais novas, a figura 1.3 apresenta uma inversão interessante entre as linhas referentes ao casamento e à coabitação, quando se passa dos países escandinavos e nórdicos para os países do alargamento e do Sul. De facto, entre as duas situações existe uma correlação significativa para os mais jovens ($r = -0,55$). Contudo, a figura 1.3 sugere uma tendência para a conjugalização e, apesar dos valores altos de coabitação entre os jovens, em determinados países, grande parte acabará por desembocar no casamento, como sugerem os valores totais dos indivíduos que estão casados, vistos atrás.

Nos países escandinavos, do Norte e do Centro da Europa a tendência mais frequente é, portanto, a coabitação, havendo uma separação clara entre a saída da casa dos pais e o casamento. Em contraste, nos países do Sul as percentagens de jovens a coabitar são das mais baixas da Europa, pelo que se deduz que a conjugalização e a saída da casa dos pais se faz essencialmente pela via do casamento e da constituição de família.

A opção pelo casamento poderá indicar a existência, entre outros factores, de retracção perante uma modalidade menos formalizada e também menos protegida legalmente, como é a coabitação (Torres, 2002). Por outro lado, a coabitação não surge como uma opção em alternativa ou contra o casamento. Como é sugerido por Kaufmann (1993), ela aparece muitas vezes como etapa de selecção de parceiros, consumando-se o casamento quando há garantias de estabilidade, quando se toma a decisão de ter filhos ou quando eles já existem, como assinala Oinonen (2004). No mesmo sentido, Bozon (1992: 445) mostra para a França que, mesmo entre aqueles que viviam em coabitação, a maioria acaba não só casando como realizando a cerimónia segundo o ritual católico. Não estamos pois nestes casos perante a “desinstitucionalização” do casamento, como alguns propuseram, mas sim perante um adiamento e uma atitude mais pragmática nas opções de vida e perante as instituições (Torres, 2002: 67).

Espanha e Itália diferem aqui relativamente a Portugal, pois têm menos jovens casados, mas não porque estabeleçam relações informais como os jovens escandinavos. Se esses dois países têm poucos jovens casados, a coabitar e a viverem sozinhos é porque se mantêm em casa dos pais, como já foi referido e se verificou noutros estudos (Saraceno, Olagnero e Torrioni, 2005).

Quadro 1.4 Estado civil e coabitação (%)

	Casado(a)	Separado(a)	Divorciado(a)	Viúvo(a)	Solteiro(a)	Vive em coabitação
Noruega	51,3	1,2	7,2	7,1	33,2	36,9
Suécia	46,1	0,8	8,9	5,4	38,8	36,9
Finlândia	50,2	0,7	9,3	6,4	33,4	24,5
Dinamarca	55,0	0,8	7,6	5,7	30,9	35,5
Reino Unido	55,7	2,4	7,1	6,9	27,9	21,8
França	58,3	1,3	5,7	5,7	29,0	28,6
Alemanha	56,2	1,9	7,5	8,2	26,2	20,9
Áustria	58,4	1,1	6,4	5,8	28,3	24,4
Holanda	63,2	0,4	4,9	5,9	25,6	—
Bélgica	53,5	2,5	8,2	6,4	29,4	19,1
Luxemburgo	54,4	1,4	4,7	5,3	34,2	15,6
Suíça	58,9	1,5	7,4	4,3	27,9	22,1
Irlanda	55,3	3,3	1,1	7,4	32,9	8,0
Hungria	55,3	0,8	8,5	12,3	23,1	15,1
Rep. Checa	64,4	1,8	8,3	10,6	14,9	13,3
Polónia	57,6	0,5	3,2	9,8	28,9	3,6
Eslovénia	53,9	0,7	3,7	9,0	32,7	14,4
Itália	60,5	2,2	1,8	6,7	28,8	7,6
Espanha	58,5	1,7	1,2	7,5	31,1	4,9
Portugal	64,8	0,7	2,2	7,5	24,8	4,0
Grécia	66,6	0,6	1,6	7,6	23,6	3,0
Média	57,8	1,6	5,2	7,4	28,0	20,4

Fonte: European Social Survey, 2002; Torres, Mendes e Lapa (2006).

Na análise dos valores da percentagem de divorciados/as — no quadro 1.4 e na figura 1.3 — o factor mais interessante a reter, como já tínhamos observado para as famílias monoparentais, é o facto de os valores serem baixos (média de 5,2%). Isso revela de forma nítida a transitoriedade destas situações, tal como tem sido mostrado nos estudos sobre o tema da recomposição familiar (Lobo e Conceição, 2003). A comparação entre países remete-nos novamente para o já conhecido padrão de diferenças entre os escandinavos, do Norte e do Centro e os do Sul, sendo a percentagem de divorciados superior nos primeiros países e sendo os do Sul acompanhados ainda pela Irlanda e pela Polónia.

Para confirmar o que tem sido dito sobre a transitoriedade da situação de divorciado/a vale a pena observar na figura 1.4 —, que compara a percentagem de divorciados com a percentagem de inquiridos casados que alguma vez se divorciaram — e mostra que na maior parte dos países os valores daqueles que alguma vez se divorciaram são superiores aos dos que estavam divorciados na altura da aplicação do inquérito.

Note-se que é, em geral, nos países em que as taxas de divórcio têm sido mais elevadas, isto é, onde se pode presumir que as recomposições familiares ou o retorno à conjugalidade sejam também práticas mais instaladas, que há muito mais pessoas que alguma vez foram divorciadas do que o número das que actualmente o são.

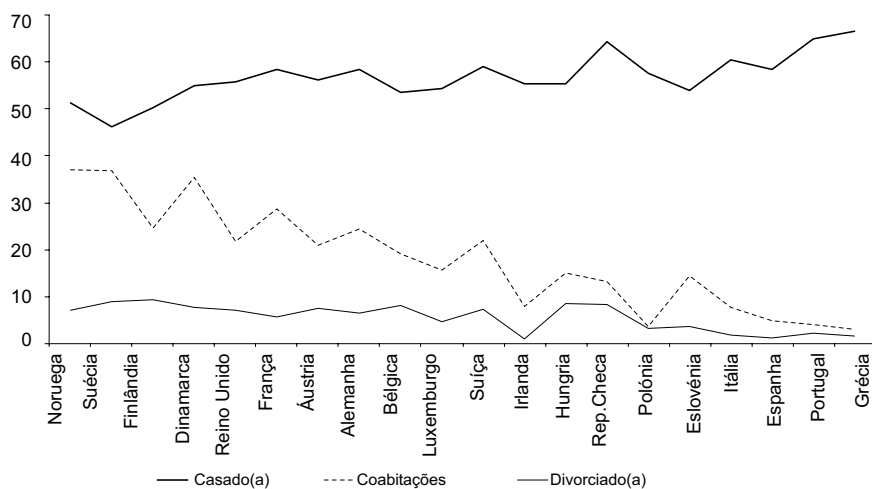


Figura 1.2 Casados, divorciados e em coabitação (%)

Nota: Os dados da Holanda não foram incluídos porque não são fidedignos no que respeita à pergunta sobre se vive com algum parceiro (eventual mistura de coabitações com casamentos).

Fonte: European Social Survey, 2002; Torres, Mendes e Lapa (2006).

Para além dos factores de natureza cultural e religiosa, que veremos adiante, é possível estabelecer uma relação entre a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que permite a menor dependência económica tanto das mulheres como dos homens perante o casamento, e a maior percentagem de divorciadas/os.⁷

Outro factor pertinente na explicação do maior número de divórcios na Europa é, como notam Roussel (1992) e Therborn (2004), o processo de secularização, isto é, o menor peso da religião nas práticas e decisões quotidianas como casar, coabitar ou divorciar-se.

A tendência que se verifica em toda Europa, independentemente dos patamares de onde se parta, para o crescimento do divórcio, constitui uma regularidade. Ela tem como pano de fundo transformações na família e os chamados efeitos da maior sentimentalização das relações, revelando-se cada vez mais hegemónica uma perspectiva que valoriza, no essencial, que amor e entendimento devem perdurar numa relação e que, se tal não se verificar, passa a ser admissível a quebra da relação (Torres, 1996a; 2002).

7 Vários estudos mostram que o facto de as mulheres serem activas pode ser um factor também facilitador para os homens tomarem a iniciativa do divórcio, já que ficam com menos encargos, nomeadamente quanto à prestação de alimentos, depois da separação (Torres, 1996a).

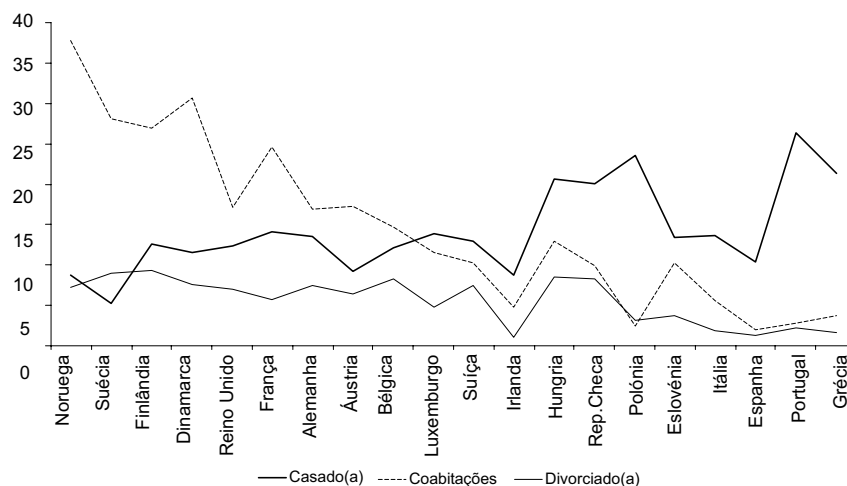


Figura 1.3 Indivíduos dos 15 aos 29 anos casados, divorciados ou a coabitar (%)

Fonte: European Social Survey, 2002; Torres, Mendes e Lapa (2006).

Sintetizando agora os aspectos fundamentais, os dados do ESS mostram que o casamento permanece como a principal forma de conjugalização e que existe também entre os europeus um desejo forte de viver em conjugalidade, seja formal ou informalmente, já que as situações de divorciada/o e as de monoparentalidade tendem a ter fraca expressão, revelando-se assim situações transitórias. O papel central que a vida familiar e conjugal desempenham para a felicidade pessoal, como veremos melhor à frente, é de tal maneira relevante que a maioria das pessoas divorciadas tendem a voltar à conjugalidade.

O corte sincrónico mostra diferenças entre os países do ESS. Por um lado, temos países como os escandinavos, e do Norte e Centro da Europa, com mais coabitações e divórcios e com menos pertença religiosa. Já nos países do Sul, na Polónia e na Irlanda, a religião tem maior peso e é onde existe o número mais elevado de casamentos formais, bem como menos divórcios e menos coabitações.

Contudo, qualquer análise diacrónica mostra que se verificam processos de transformação em toda a Europa que têm tido o mesmo sentido evolutivo e apontam todos na mesma direcção: maior valorização dos interesses individuais, valor acrescido tanto da família como da privacidade e da satisfação pessoal, exigência de posições simétricas entre homens e mulheres⁸ e desvalorização ou

8 Note-se aqui o papel do movimento feminista (diferencialmente eficaz e presente em diferentes graus consoante o país) na mudança global da imagem da mulher e do casal.

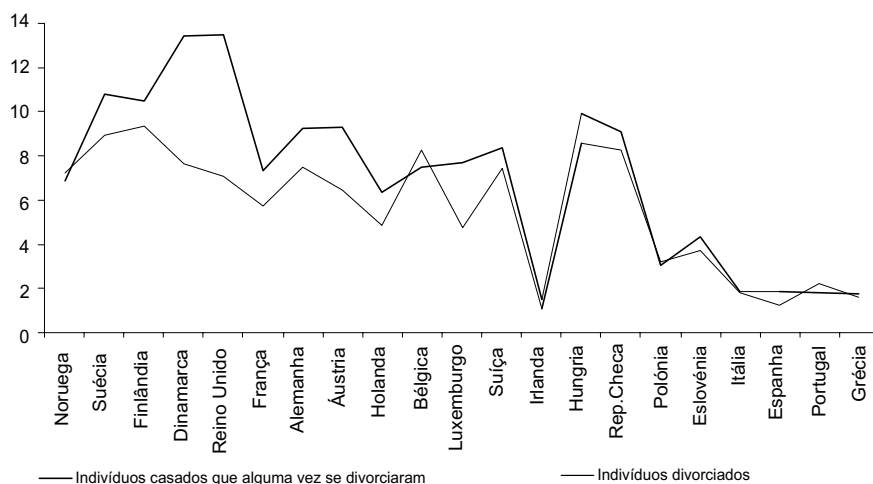


Figura 1.4 Inquiridos divorciados e inquiridos casados que alguma vez se divorciaram (%)

Fonte: European Social Survey, 2002; Torres, Mendes e Lapa (2006).

resistência a formas externas de imposição e condicionamento. Questiona-se assim a ideia tradicional de uma relação conjugal formal com papéis desiguais ou diferenciados e indissolúvel (Roussel, 1992; Giddens, 1991). E se estas são tendências globais apreciáveis para o conjunto da população, são os jovens, e em especial as mulheres, os que em geral tendem a aderir mais a estas perspectivas, como já se viu e se conclui de resultados de outras pesquisas (Torres, 1996b).

Assim, é a mudança do sentido que se atribui ao casamento, mesmo até quando ele se realiza segunda o ritual católico, que parece ser de sublinhar. Importa salientar, em todo o caso, que, para além das diferenças entre os países europeus já indicadas, também internamente a cada país coexistem perspectivas diferentes. Se no plano dos valores a grande maioria se vai distanciando de uma visão tradicionalista do casamento e da família, a verdade é que se mantêm grupos mais ou menos minoritários aderentes a estas posições. Em contrapartida, realidades resultantes do aumento do divórcio, como os processos de recomposição social, tornam-se também mais frequentes. São estas as realidades sobre as quais nos debruçaremos agora com mais pormenor para o caso português.

Recasamento e recomposições familiares: dinâmicas de um processo

Num cenário de mudanças cruzadas entre os vários sectores da sociedade portuguesa adquiriu visibilidade estatística um fenómeno demográfico, inscrito nas transformações das práticas familiares — o recasamento.

Uma análise quantitativa do recasamento (Ferreira e outros, 2008), para além de vir reforçar a afirmação desta “forma de casamento” (Bernard, 1971 [1956]) enquanto uma prática conjugal dos portugueses, também permitiu identificar um conjunto estruturado de características sociográficas dos seus protagonistas.

Assim, em Portugal, entre 2001 e 2005, assistiu-se a um crescimento gradual do recasamento de 11.357 para 12.450 casais, ou seja, em valores relativos, de 14,4% para 18,8%.⁹ Trata-se de um aumento suportado essencialmente pelo casamento de divorciados¹⁰ — nas mulheres essa prática passa de 7,5%, em 2001, para 10,7% em 2005, e nos homens de 9,3% para 12,5%. Quanto à média etária do recasamento, ela situa-se nos 43 anos para os homens e 38 anos para as mulheres.

No ano de 2005 mais de metade (cerca de 58%) dos casais em que pelo menos um não é solteiro viveu em coabitação antes do casamento, enquanto na situação de dois cônjuges solteiros esse valor não ultrapassou os 17,1%. Apesar de a maioria dos casais recasados coabitar antes do recasamento, só 23% dos casos trazem filhos comuns anteriores ao casamento. É claro que no universo dos recasamentos os filhos não comuns representam a maioria — cerca de 70% neste mesmo ano.

Importa também dar conta de algumas regularidades identificadas no estudo a que temos vindo a fazer referência, e que nos permitem delinear o comportamento do fenómeno do recasamento, em Portugal, bem como o perfil dos seus protagonistas: os divorciados, de ambos os sexos e qualquer que seja a sua idade, recasam muito mais frequentemente do que os viúvos; os homens de todas as idades recasam mais frequentemente do que as mulheres — apesar de esta tendência ter começado a mostrar, nos últimos anos, sinais claros de esbatimento. A idade é uma variável determinante na probabilidade de recasar, pois quanto mais jovem maior a propensão para entrar numa nova conjugalidade. Em contrapartida, as mulheres com mais idade e menos escolaridade têm muito menos probabilidades de voltarem a casar após um divórcio ou viuvez. Saliente-se ainda o facto de os protagonistas do recasamento serem tendencialmente mais velhos, pois maioritariamente passaram por uma situação de coabitação anterior à formalização do casamento, ao contrário do que acontece com os primeiros casamentos. A grande maioria tem filhos de relações anteriores e menos filhos em comum (filhos da recomposição), tendem a casar menos segundo a celebração católica e possuem geralmente habilitações mais baixas que os casais casados pela primeira vez. Tal

9 Em 2000, o número de casamentos envolvendo pelo menos um cônjuge não solteiro foi de 8.428, significando 13% do total de casamentos registados em Portugal (Lobo e Conceição, 2003).

10 Note-se que estamos perante um recasamento quando pelo menos um dos cônjuges não é solteiro.

acontece porque os divorciados e as divorciadas das profissões intelectuais e científicas, isto é, com habilitações ao nível do ensino superior, tendencialmente auto-regulam as suas segundas relações conjugais. Actualmente, o recuo da nupcialidade afecta em particular os recasamentos. E no mesmo sentido se pode afirmar que o aumento muito expressivo das coabitações bem como dos nascimentos fora do casamento, a que temos assistido nos últimos anos na sociedade portuguesa, se deve, em grande parte, às conjugalidades não legitimadas a seguir a um divórcio ou separação e aos nascimentos não oficializados de crianças das recomposições familiares.

Dinâmicas do processo de recomposição familiar

Tomar como objecto sociológico as recomposições familiares implica analisá-las enquanto um processo e não um momento estático e isolado num percurso de vida (Bohannan, 1970; Duberman, 1975; Furstenberg e outros, 1987). A recomposição é, tal como o primeiro casamento, o divórcio ou a monoparentalidade, um momento de transição, por vezes efémero, que herda as consequências das transições anteriores e condiciona as seguintes. Tal estratégia de investigação accionada em pesquisa anterior, ao contemplar a dimensão temporal permitiu não só realçar as transições, como captar as dinâmicas inscritas num processo de recomposição (Le Gall e Martin, 1991).¹¹

Percorridos os vários momentos das trajectórias conjugais das mães guardiãs e dos padrastos entrevistados para a pesquisa,¹² foi possível identificar dois tipos de dinâmicas — integração e exclusão — inscritas nos dois eixos estruturadores dos processos de recomposição familiar — conjugalidade e parentalidade — consoante condições objectivas de existência, trajectos passados, práticas e representações dos protagonistas destes processos, e cujas características mais relevantes se enunciam a seguir e, depois, se sintetizam no quadro 1.5.

Verificar a interdependência entre classes sociais e dinâmicas de recomposição familiar correspondia à hipótese principal que norteou tal investigação e, de facto, foi possível associar as dinâmicas de integração aos sectores mais intelectualizados — profissionais intelectuais e científicos, técnicos de nível intermédio — e as dinâmicas de exclusão aos empregados executantes, trabalhadores independentes e operários especializados.

Na verdade, as mães guardiãs e os padrastos mais escolarizados configuram as dinâmicas de integração através da tendência para a auto-regulação das suas conjugalidades recompostas, isto é, optam maioritariamente

11 Veja-se Lobo (2007).

12 Para a referida pesquisa entrevistaram-se vinte e quatro mães guardiãs e vinte e um padrastos. As configurações familiares recompostas analisadas apresentavam todas uma estrutura idêntica: mãe guardiã, filhos e padrasto (solteiro, separado ou divorciado) com ou sem filhos do primeiro casamento.

Quadro 1.5 Tipos de dinâmicas de recomposição familiar

	Dinâmicas de integração Capital económico e escolar (+)	Dinâmicas de exclusão Capital económico e escolar (-)
Conjugalidade recomposta	<ul style="list-style-type: none"> * auto-regulação (coabitação) * opção do casamento * mulheres desejam parceiro conjugal * centramento na conjugalidade * orientação para o passado, presente e futuro 	<ul style="list-style-type: none"> * regulação pelo direito (recasamento) * resistência das mulheres a essa legitimação * mulheres desejam pai para os seus filhos * centramento na parentalidade * orientação para o presente (+)
Divórcio e poder paternal	<ul style="list-style-type: none"> * divórcios de mútuo-consentimento e rápidos * separações (auto-regulação) * auto-regulação do poder paternal * cumprimento por parte dos pais do estabelecido pelo casal * relações amigáveis entre os ex-cônjuges 	<ul style="list-style-type: none"> * divórcios conflituosos e longos * regulação pelo direito do poder paternal * incumprimento por parte dos pais do estabelecido pelo direito * continuação de conflitos entre os ex-cônjuges ou ruptura das relações após divórcio
Parentalidade biológica	<ul style="list-style-type: none"> * continuidade das relações entre pais e filhos após separação * tendência para as mães integrarem os pais biológicos na educação dos seus filhos * pai biológico mais presente no quotidiano e na educação dos filhos 	<ul style="list-style-type: none"> * fragilização dos laços entre pais e filhos após divórcio * tendências para as mães excluírem os pais biológicos da educação dos seus filhos * pai biológico muito menos presente no quotidiano e educação dos filhos
Parentalidade social	<ul style="list-style-type: none"> * maior ambiguidade do papel de padrasto * padrastos quase-parentes (ou amigos) 	<ul style="list-style-type: none"> * reforço do exercício da autoridade dos padrastos legitimado pelas mães * padrastos-pais
Co-parentalidade	<ul style="list-style-type: none"> * relações (por vezes fortes) de co-parentalidade 	<ul style="list-style-type: none"> * ausência de relações de co-parentalidade
Casa da recomposição	<ul style="list-style-type: none"> * casa da primeira família da mãe guardiã e dos seus filhos, adaptada à recomposição 	<ul style="list-style-type: none"> * casa nova para a família do recasamento ou da recomposição
Rede da recomposição	<ul style="list-style-type: none"> * alargamento do espaço de circulação das crianças * pais do padrasto nem sempre são sogros e avós 	<ul style="list-style-type: none"> * alargamento mais restrito do espaço de circulação das crianças * pais do padrasto adoptados como sogros e avós
Representações sociais	<ul style="list-style-type: none"> * nostalgia em relação à família nuclear * família recomposta com especificidades e condicionalismos 	<ul style="list-style-type: none"> * identificação com a ideologia da família nuclear * tendência para considerar a família recomposta como "a família"

pela coabitação mesmo nas recomposições fecundas. Este projecto de casal recomposto privilegia a autonomia de cada um; estas mulheres desejam preferencialmente um parceiro romântico ou conjugal, na medida em que mantêm relações estreitas com os pais biológicos dos seus filhos, e por isso o casal recomposto centra-se mais na conjugalidade do que na parentalidade. Além do mais, estas mulheres integram na sua história conjugal todas as transições, sejam elas as referentes ao passado ou ao presente; também as primeiras rupturas conjugais nem sempre são legitimadas pelo direito, ou seja, correspondem a separações e não a divórcios. No caso dos divórcios são quase sempre por mútuo consentimento e rápidos, a tendência para a auto-regulação estende-se também ao poder paternal e os pais biológicos tendencialmente são mais cumpridores em relação ao que ficou estabelecido entre os ex-cônjuges. Apesar de fragilizarem os laços com os seus filhos, muitos destes pais estão presentes na sua educação e, por vezes, também nos seus quotidianos. Assim, os padrastos ficam com um campo de acção mais restrito e o seu papel reveste-se de maior ambiguidade dada a existência de relações fortes de co-parentalidade. A casa da recomposição é a mesma da primeira família da mãe guardiã e dos seus filhos, adaptada à recomposição familiar, e as crianças circulam com mais facilidade pelos vários grupos domésticos, mas nem sempre adoptam os pais dos padrastos como seus avós. Apesar de algumas mães guardiãs e padrastos deixarem transparecer uma certa nostalgia em relação à primeira família, não deixam de reconhecer as especificidades das famílias recompostas.

As dinâmicas de exclusão inscritas nos processos de recomposição das mães guardiãs e dos padrastos menos escolarizados identificam-se com uma maior tendência para a regulação pelo direito da sua conjugalidade recomposta. No entanto, são as mulheres que mais resistem ao recasamento, apesar de desejarem apagar a história da primeira família. Por outro lado, e porque praticamente excluem os ex-maridos das suas vidas e das dos seus filhos, pretendem que o actual marido desempenhe o papel de pai. Daí o casal recomposto se centrar mais na parentalidade do que na conjugalidade. Os divórcios revestem-se habitualmente de grande conflitualidade (quase não se verificam separações) e demoram mais tempo para se consumarem. Também o poder paternal é regulado pelo direito mas, mesmo assim, os pais biológicos não cumprem o que ficou estabelecido, isto é, raramente pagam as mensalidades e frequentemente cortam os laços com os seus filhos. Esta situação de incumprimento sistemático das obrigações dos pais biológicos prolonga o conflito e conduz à ruptura das relações entre os ex-cônjuges; perante a ausência de relações de co-parentalidade, as mães excluem os pais biológicos da educação dos seus filhos, legitimando assim a autoridade dos padrastos. Para esquecer de vez a família do primeiro casamento a casa da recomposição é nova e o grupo doméstico vive mais fechado ao exterior, isto é, o espaço de circulação das crianças não se alarga tanto porque também se cortaram relações com a

família do primeiro marido, e os pais dos padrastos rapidamente tomam o lugar de sogros e de avós dos enteados dos seus filhos. Neste tipo de recomposição o projecto familiar centra-se mais no nós-família, e o casal reproduz o modelo de família nuclear, considerando a sua família recomposta como “a família”. Como seria de esperar, confirmou-se também a hipótese sobre a sobreposição das dinâmicas de recomposição familiar determinadas pelos dois eixos — conjugalidade e parentalidade.

Para além do que ficou sistematizado acerca das principais características referentes aos dois tipos de dinâmicas inscritas nos processos de recomposição — integração e exclusão —, importa ainda fazer referência a outras questões, que, apesar de terem “escapado” a essa dicotomia, não deixam de estar relacionadas com as características incorporadas numa transição familiar. Nomeadamente no que toca à relação entre os primeiros casamentos e o processo de recomposição, à centralidade das mães guardiãs nas configurações familiares recompostas e, ainda, à influência da experiência anterior à recomposição de parentalidade biológica na relação entre padrastos e enteados.

Desde logo, a importância da ocorrência e duração dos primeiros casamentos no processo de recomposição familiar. Tal variável prende-se com a confirmação da hipótese sobre as repercussões do passado na regulação da configuração familiar recomposta. Quando os primeiros casamentos dos protagonistas da recomposição tiveram uma curta duração tal significa que, a seguir à ruptura, os ex-cônjuges entram novamente no mercado matrimonial ainda muito jovens, facilitando o encontro com um novo parceiro romântico. Para além disso, estes ex-cônjuges mais jovens protagonizam recomposições fecundas, ou seja, têm pelo menos uma criança da segunda relação ou recasamento. Acontece que na pesquisa foram as mulheres mais novas que se recompuseram com homens das mesmas idades, mas solteiros e sem filhos de relações anteriores; estes padrastos, pelo facto de entrarem numa família monoparental com uma criança pequena, têm mais facilidade em criar laços mais estreitos com o(a) enteado(a). Este tipo de recomposição é o mais invisível de todos, pois esta estrutura familiar confunde-se facilmente com a família nuclear, principalmente se o pai biológico das crianças estiver ausente.

Os entrevistados para a pesquisa que viveram primeiros casamentos de longa duração não são tão jovens como os anteriores, pois muitos deles já tinham ultrapassado os quarenta anos de idade. Algumas das mães guardiãs permaneceram um pouco mais tempo em situação de monoparentalidade, e os parceiros conjugais escolhidos por estas mulheres são também quase todos divorciados ou separados, e maioritariamente pais não guardiães dos seus filhos. Pelo facto de não terem vivido com os seus enteados quando eles eram pequenos, estes padrastos mantêm com os filhos das suas mulheres relações mais distanciadas e menos afectivas. Porque estas configurações familiares recompostas representam um tipo de estrutura de geometria variável e,

por isso, mais complexa, torna-se mais difícil esconder as suas especificidades e diferenças em relação às estruturas familiares nucleares.

Nesse sentido, também é clara a centralidade das mães nestas configurações. Tal não significa, todavia, que essa centralidade não represente mais do que a continuidade da importância destas mulheres na educação, nos cuidados e no acompanhamento quotidiano das suas crianças, independentemente do tipo de estrutura familiar em que vivem. Contudo, nas configurações familiares recompostas, os lugares e os papéis de todos os elementos do grupo doméstico são em grande parte determinados por estas mães guardiãs. O mesmo é dizer que são elas que gerem a coexistência entre as relações de parentalidade social e biológica nestas famílias.

No que respeita à parentalidade social, será também importante dar alguma ênfase ao facto de a experiência anterior de parentalidade biológica ser, para além da classe social, uma variável condicionante do tipo de relacionamentos que se vão estabelecendo, ao longo do tempo, entre padrastos e enteados. Muito embora para alguns padrastos o facto de terem sido pais antes da recomposição lhes tenha transmitido mais experiência para lidarem com os filhos das suas mulheres, para outros, serem pais e não acompanharem o quotidiano dos seus filhos gerou um sentimento de frustração e um afastamento quanto aos enteados. Em contrapartida, os padrastos que só foram pais após a recomposição viram-se “obrigados” a recalcar algumas expectativas associadas ao início de uma relação amorosa devido à presença constante de crianças nessa relação.

Conclusão

O panorama que é possível traçar sobre a família, nos seus diversos contornos, a partir da análise aqui realizada, mostra que esta tem passado por um processo constante de mudanças, acompanhando de resto as demais dinâmicas sociais, mas prevalece como uma instituição robusta ao contrário do que recorrentemente se tem afirmado. Nas suas formas plurais e nas novas configurações que vai assumindo, a família continua a ser importante ponto de ancoragem na vida dos indivíduos, representando dos grupos sociais mais duradouros a que estão ligadas as experiências biográficas de cada um, no decurso da sua trajectória. As diversas mutações sociais são, assim, acompanhadas e têm reflexo nos vários modelos de família coexistentes, sobressaindo nas últimas décadas os efeitos decorrentes de novos comportamentos e valores acerca dos papéis de género, bem como sobre a importância da autonomia e realização individuais.

A partir da análise de algumas séries temporais de indicadores foi possível constatar a reconfiguração dos estilos de vida familiar consubstanciada, entre outros aspectos, no retardar da transição para a conjugalidade e a parentalidade, no decréscimo da natalidade e da dimensão média das famílias, no aumento das taxas de divórcio e de crianças nascidas em conjugalidades

informais, evidências de uma aproximação progressiva da sociedade portuguesa aos processos sociais da modernidade avançada.

Outro indicador bem expressivo a destacar, mas que se reveste de contornos específicos inerentes ao processo de democratização política da sociedade portuguesa e ao período que o antecedeu, é o da forte participação das mulheres portuguesas no mercado de trabalho.

Na comparação com os demais países da União Europeia a partir dos dados do Eurostat, Portugal está mais próximo dos países do Sul e Leste europeu, com mais famílias extensas, mais filhos adultos a permanecerem em casa dos pais e unidades residenciais de pessoas sós constituídas maioritariamente por pessoas idosas, situação esta que perde relevo nos países do Centro e principalmente do Norte da Europa.

Este conjunto de diferenças parece, contudo, tender a esbater-se, sobressaindo em todos os países as famílias de casais, com ou sem filhos. Temos assim uma Europa dos casais, já que estar em casal — através do casamento ou da coabitação — é a situação familiar predominante. De resto, ser mesmo formalmente casado (58%) é o estado civil mais frequente, estando solteiros 28% e sendo pouco expressivas as situações de separação (2%), divórcio (5%) ou de viuvez (7%). Vivem ainda em coabitação 20% dos europeus. Razões sem dúvida para reforçar a ideia de uma Europa dos casais, revelando a fraca representação das famílias monoparentais ou dos divorciados o facto de estarmos, decerto, perante situações transitórias. Os que se divorciam ou separam voltam à conjugalidade através do casamento ou da coabitação.

As grandes mudanças a que temos assistido nos últimos anos têm como resultante final o retrato genérico que agora se evidencia: a prevalência da vida familiar em várias modalidades — em casal com ou sem filhos, ou a viver com os ascendentes — sobrepõe-se claramente às situações em que se está sozinho com ou sem filhos. É esta variedade de modos de vida em família, constituída pelo casamento formal ou pela coabitação, resultando de um primeiro ou de um segundo casamento ou união de facto, que prevalece na Europa.

Trata-se dos efeitos da chamada sentimentalização, privatização, secularização e individualização das famílias modernas e da modernidade tardia, que ao contrário de produzirem estilhaçamentos produzem recomposições, tornando as modalidades de viver em família mais plurais e diversas. Diversidade que se amplia, como é evidente, quando através de um olhar de perto comparamos os países entre si.

A valorização da família como prioridade absoluta na vida pessoal dos europeus é outra resultante claríssima. A análise dos valores a que sequencialmente se dá importância contribui para concluir igualmente por uma visão moderna, não tradicional, da família. Valoriza-se, depois da família, e na grande maioria dos países, os amigos. Em terceiro lugar está o lazer e em quarto o trabalho, trocando de posição os últimos dois valores nalguns países. A valorização da família está completamente dissociada da religião. Os afectos e o tempo para os

usufruir, em associação próxima com o trabalho, constituem sem dúvida as dimensões da vida a que os europeus dão mais importância.

Foi ainda no plano dos valores muito interessante verificar, para desconstruir visões essencialistas sobre as diferenças entre homens e mulheres, que é quanto à valorização do trabalho que as diferenças entre os sexos se anulam praticamente, mostrando que este é uma referência tanto para uns como para outras.

Factor central de mudança na maioria dos países tem sido também a crescente integração das mulheres no mercado de trabalho, quer em proporção, quer em horas de trabalho efectivo. Contudo, os efeitos desta reorganização dos papéis de género, na família e no trabalho, são muito diferenciados, dependendo de factores estruturais como rendimentos, taxas de desemprego juvenil, regimes de protecção social mas, sobretudo, da existência de políticas que permitam harmonizar as duas esferas. Sem esses apoios, ou há sobrecarga feminina, ou retracção perante a actividade quando se é mãe, ou ainda diminuição não desejada da descendência média.

A vida familiar, de resto, desenrola-se num quadro específico de constrangimentos que, sem impedir obviamente a acção e as estratégias individuais, impõem limites, dando origem muitas vezes a contradições entre o que realmente se deseja e o que é possível concretizar. Um dos exemplos dessas dessintonias é o facto de ser difícil para os jovens — em especial as jovens — de muitos países, o processo de autonomização, de ter vida e espaço próprios e até de compatibilizar o desejo de constituir família com formas de realização profissional.

No fim da viagem conclui-se que na Europa prevalecem formas de viver e valorizar a família segundo padrões modernos, mais plurais, recusando a visão tradicionalista que acentuava os traços autoritários, patriarcais e institucionalistas das relações familiares. Insiste-se mais na importância da dimensão afectiva, na realização e no bem-estar pessoal no contexto familiar, bem como na igualdade entre os sexos, sem se abdicar da ideia de ter filhos. Dentro deste quadro genérico, as diferenças entre países, no entanto, revelam-se não só no modo de praticar este modelo global como no acento tónico que põem nos valores referidos.

Por fim, foi de alguns destes padrões modernos e plurais, inscritos em modos de iniciar e consolidar um processo de recomposição familiar, que se deu conta no último ponto deste capítulo. Trata-se do estudo de casais em que pelo menos a mulher com filhos de relações anteriores viveu a experiência de outras conjugalidades até à recomposição familiar. Ao analisar os vários momentos decisivos das suas trajectórias conjugais (namoro, primeiro casamento, divórcio, monoparentalidade e recomposição) foi possível identificar dois tipos de dinâmicas — integração e exclusão — inscritas nos dois eixos estruturadores dos processos de recomposição familiar — conjugalidade e parentalidade — consoante condições objectivas de existência, trajectos passados, práticas e representações dos protagonistas destes processos.

Como vimos, o processo de recomposição tanto significa a construção de uma nova conjugalidade como de uma relação de parentalidade social (e talvez biológica), na medida em que este casal conjugal não corresponde ao casal parental biológico para cada uma das crianças da configuração familiar recomposta. A acentuada valorização das conexões biológicas entre pais e filhos nas sociedades contemporâneas tece a teia de ambiguidades relacionais em que habitualmente as famílias recompostas se vêem envolvidas. Tal ambiguidade é, sem dúvida, reforçada pela figura do padrasto que surge aos olhos de todos como o principal intruso na filiação através do sangue.

Referências bibliográficas

- Aboim, Sofia (2006), *Conjugalidades em Mudança*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, Ana Nunes de (2004), *Fecundidade e Contraceção*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres, e Karin Wall (1998), "Relações familiares: mudança e diversidade", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.) *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres, e Karin Wall (2000), "Family relations: change and diversity", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.) *Crossroads to Modernity: Contemporary Portuguese Society*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Anália Torres (2007), "A sociedade", em António Reis (org.), *Retrato de Portugal: Factos e Acontecimentos*, Lisboa, Instituto Camões (Presidência do Conselho da União Europeia), Temas e Debates, pp. 43-79.
- Almeida, Miguel Vale de (2006), "O casamento entre pessoas do mesmo sexo: sobre 'gentes remotas e estranhas' numa 'sociedade decente'", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76.
- Amâncio, L. (1994), *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento.
- Amâncio, L. (2003), "Gender and science in Portugal", *Portuguese Journal of Social Sciences*, 1 (3), pp. 185-198.
- Amato, P., e A. Booth (1997), *A Generation at Risk: Growing upon an Era of Family Upheaval*, Cambridge, Harvard University Press.
- Beck, U. (1995), *The Normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity Press
- Beck, U., e E. Beck-Gernsheim (2001), *Individualization*, Londres, Sage Publications.
- Berger, Brigitte, e Peter Berger (1983), *The War over the Family*, Londres, Hutchinson.
- Bernard, Jessie (1971 [1956]), *Remarriage. A Study of Marriage*, Nova Iorque, Russell & Russell.
- Billari, Francesco, Dimiter Philipov, e Pau Baizán (2001), *Leaving Home in Europe. The Experience of Cohorts Born Around 1960*, Rostock, Alemanha, Max Planck Institute for Demographic Research.

- Bohannan, Paul (org.) (1970), *Divorce and After*, Nova Iorque, ADoubleday Anchor Book.
- Bozon, M. (1992), "Sociologie du rituel du mariage", *Population*, 2, pp. 409-434.
- Connel, R. (2002), *Gender*, Cambridge, Polity Press.
- Cunha, Vanessa (2007), *O Lugar dos Filhos*, Lisboa, Imprensa de Ciencias Sociais.
- Duberman, Lucile (1975), *The Reconstituted Family. A Study of Remarried Couples and their Children*, Chicago, Nelson Hall.
- Durkheim, Émile (1975 [1892]), *Textes, Fonctions Sociales et Institutions*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Engelhardt, Henriette, e Alexia Prskawetz (2002), *On the Changing Correlation Between Fertility and Female Employment over Space and Time*, MPIDR Working Paper WP 2002-052, em www.demogr.mpg.de/papers/working/wp-2002-052.pdf
- Escobedo, A., E. Fernandez, D. Moreno, e P. Moss (2002), "Surveying demand, supply and use of care: consolidated report", em *Care Work in Europe: Current Understandings and Future Directions*, Londres, Thomas Coram Research Unit, Institute of Education, University of London.
- Ferreira, Ana Cristina, Cristina Lobo, Isabel Tiago de Oliveira, e Madalena Ramos (2008), "O recasamento: tendências actuais", *Revista de Estudos Demográficos*, 42, pp. 31-59, em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes.
- Ferreira, Virginia (1993), "Padrões de segregação das mulheres no emprego: uma análise do caso português no quadro europeu", em Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal. Um Retrato Singular*, Porto, Edições Afrontamento.
- Furstenberg, Frank F. Jr (1987), "The new extended family: the experience of parents and children after remarriage" em Kay Pasley e Marilyn Ihinger-Tallman, *Remarriage and Stepparenting. Current Research and Theory*, Nova Iorque, Guilford Press, pp. 42-61.
- Giddens, A. (1991), *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, A. (2001), *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta Editora.
- Goldthorpe, J. E. (1987), *Family Life in Western Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Guerreiro, M., e I. Romão (1995), "Famille et travail au Portugal: la coexistence de différentes dynamiques sociales", em T. Willemsen, G. Frinking e R. Vogels (orgs.), *Work and Family in Europe. The Role of Policies*, Tilburg, TUP, pp. 151-165.
- Guerreiro, M., e P. Abrantes (2004), *Transições Incertas. Os Jovens perante o Trabalho e a Família*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Guerreiro, Maria das Dores (2000), "Conciliação entre a vida profissional e a familiar: apresentação", em Teresa Diniz, *Conciliação entre a Vida Profissional e a Familiar*, Lisboa, CCFSE.
- Guerreiro, Maria das Dores (2003), "Pessoas sós: múltiplas realidades", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, pp. 31-49.
- Guerreiro, Maria das Dores, Maria Abranches, e Inês Pereira (2003), *Conciliação entre vida profissional e vida familiar. Políticas públicas e práticas dos agentes em contexto empresarial*, Lisboa, CIES-ISCTE, (relatório final de pesquisa).

- Guerreiro, Maria das Dores, Pedro Abrantes e Inês Pereira (2004), *Transitions: Gender, Parenthood and the Changing European Workplace. Case Studies Summary Report*, Manchester, Manchester Metropolitan University.
- Guerreiro, Maria das Dores, e Patrícia Ávila (1998), *Conciliação entre Família e Trabalho*, Lisboa, CIES-ISCTE.
- <http://www.oecd.org/dataoecd/29/42/1939233.pdf>.
- <http://www.sociology.org/content/vol006.004/lwk.html>.
- INE (2000), *Inquérito à Ocupação do Tempo*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2006), *Estatísticas Demográficas*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2006), *Indicadores Sociais*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2006), *Inquérito ao Emprego*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Kaufmann, J. (1993), *Sociologie du Couple*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Kellerhals, J., e outros (1982), *Mariages au Quotidien: Inégalités Sociales, Tensions Culturels et Organisation Familiale*, Lausana, Ed. Pierre Marcel Favre.
- Kimmel, M. (2000), *The Gendered Society*, Oxford, Oxford University Press.
- Klement, C., e B. Rudolph (2004), "Employment patterns and economic independence of women in intimate relationships", *European Societies*, 6 (3), pp. 299-318.
- Ladurie, Emmanuel (2000 [1975]), *Montaillou: Cátaros e Católicos numa Aldeia Occitana, 1294-1324*, Lisboa, Edições 70.
- Lalanda, Piedade (2002), "Casar pelo civil ou na igreja", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 69-83.
- Lasch, Christoffer (1977), *Haven in a Heartless World. The Family Besieged*, Nova Iorque, Basic Books.
- Laslett, Peter, e Richard Wall (1972), *Household and Family in Past Time*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Le Gall, Didier, e Claude Martin (1991), *Composer avec le Logement: Recomposition Familiale et Usage de l'Espace Domestique*, Centre de Recherche sur le Travail Social, Université de Caen.
- Levy, R., E. Widmer, e J. Kellehals (2002), "Modern family or modernized family traditionalism? Master status and the gender order in Switzerland", *Electronic Journal of Sociology*, 6 (4).
- Levy, René (2005), *Phases of Individual and Family Life, and Sex-Specific Master Statuses: Two Necessary Lenses for Getting Depth of View about Family Interactions*, Keynote speech at the Lisbon Workshop on Contemporary Families of the ESA Research Network 9, Sociology of Families and Intimate Lives, 3-4 de Março.
- Lobo, Cristina (2007), *Recomposições Familiares: Dinâmicas de um Processo de Transição*, tese de doutoramento, Lisboa, ISCTE.
- Lobo, Cristina, e Cristina Conceição (2003), "O recasamento em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42, pp. 141-159.
- Monteiro, R. (2005), *O que Dizem as Mães*, Coimbra, Quarteto.
- OCDE (2002), *Employment Outlook. Statistical Annex*, em <http://www.oecd.org/dataoecd/29/42/1939233.pdf>.

- Oinonen, E. (2004), "Starting the first family", *European Societies*, 6 (3), pp. 319-346.
- Parsons, Talcott (1971 [1955]), "A estrutura social da família", em Ruth N. Anshen (org.), *A Família: a sua Função e Destino*, Lisboa, Ed. Meridiano.
- Prince-Gibson, E., e S. Schwartz (1998) "Value priorities and gender", *Social Psychological Quarterly*, 61, pp. 49-67.
- Qvortrup, Jens (1989), "Comparative research and its problems", em K. Boh, M. Bak, C. Clason, M. Pankratova, J. Qvortrup, G. B. Sgritta e K. Waerness (orgs.), *Changing Patterns of European Family Life*, Londres, Routledge.
- Roussel, L. (1992), "La famille en Europe occidentale: divergences et convergences", *Population*, 47, pp. 133-152.
- Sainsbury, D. (org.) (1994), *Gendering Welfare States*, Nova Iorque, Sage Publications.
- Saraceno, C., M. Olagnero, e P. Torrioni (2005), *First European Quality of Life Survey: Families, Work and Social Networks*, Dublin, European Commission, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions
- Saraceno, Chiara, e Manuela Naldini (2003), *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Segalen, Martine (1993), *Sociologie de la Famille*, Paris, Armand Colin.
- Sennet, Richard (1988), *O Declínio do Homem Público. As Tiránias da Intimidade*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Shorter, Edward (1975), *The Making of the Modern Family*, Nova Iorque, Basic Books.
- Silva, Francisco Vieira da (2006), *Família, Individualização e Experiências da Homossexualidade em Portugal*, dissertação de mestrado, Lisboa, ICS-UL.
- Singly, François de (org.), (1991), *La Famille: L'État des Savoirs*, Paris, Éditions La Découverte.
- Singly, François de (1993), *Sociologie de la Famille Contemporaine*, Paris, Nathan.
- Therborn, G. (2004), *Between Sex and Power: Family in the World, 1900-2000*, Londres, Routledge.
- Torres, Anália (1996a), *O Divórcio em Portugal: Ditos e Interditos*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália (1996b), "Os jovens e a família", em J. F. Almeida e outros, *Jovens de Hoje e de Aqui*, Departamento Sócio-Cultural da Câmara Municipal de Loures.
- Torres, Anália (2002), *Casamento em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália (2004), *Vida Conjugal e Trabalho*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália, F. Silva, T. Monteiro, e M. Cabrita (2004), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego).
- Torres, Anália, R. Mendes, e T. Lapa (2006), "Famílias na Europa", em Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Torres, Anália e Rui Brites (2006), "Atitudes e valores dos europeus: a perspectiva do género numa análise transversal", em Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin, e Maria das Dores Guerreiro (2005), "A divisão familiar do trabalho", em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Wall, Karin, e Sofia Aboim (2003), "Perfis regionais de mudança familiar", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, pp. 97-100.

Os valores na Europa têm sexo?

Anália Torres e Rui Brites

Introdução

Localizar e analisar diferenças e semelhanças entre mulheres e homens europeus a propósito de um conjunto específico de valores e atitudes é o objectivo concreto deste capítulo. Em publicação anterior (Torres e Brites, 2006) desenvolvemos este exercício para todas as respostas ao questionário do European Social Survey e para cerca de 43 mil inquiridos.¹ Neste texto escolhemos abordar de forma mais desenvolvida apenas as respostas que mais directamente se referem a valores. Escolhemos em particular valores e atitudes sobre dimensões importantes da vida pessoal: a confiança social e política; a cidadania, o autoposicionamento político e a regulação da esfera económica; a religião e os valores humanos.

Verificámos anteriormente que, no espaço europeu, homens e mulheres têm comportamentos, atitudes, opiniões e valores muito mais semelhantes entre si do que diferentes, ao contrário do que seria eventualmente de esperar. Embora a pesquisa tenha já mostrado que as diferenças intra-sexos são muito mais relevantes do que as diferenças inter-sexos (Amâncio, 1994; Kimmel, 2000), a verdade é que frequentemente se empolam as últimas, numa lógica que tende a essencializar as diferenças biológicas entre mulheres e homens.²

1 Os dados reportam-se à primeira vaga de inquéritos aplicados em 2002/2003, que contou com a participação de 22 países: Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Reino Unido, França, Alemanha, Áustria, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Suíça, Irlanda, Hungria, República Checa, Polónia, Eslovénia, Itália, Espanha, Portugal, Grécia e Israel, que, com excepção deste último, são objecto de análise neste texto.

2 É fundamental distinguir aqui entre *sexo*, variável observável, e *género*, conceito. O último remete para a diferenciação das categorias sociais do masculino e do feminino, diferenciação social essa que, partindo das diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres, se constitui como ideologia ou construção cultural que define, para contextos sociais específicos, os comportamentos e atitudes adequadas ao feminino e ao masculino (Torres, 2001).

Com efeito, contrariando as perspectivas de senso comum e da literatura de grande venda em aeroportos, que constantemente nos afirmam que as mulheres e os homens pertencem a diferentes planetas, o estudo cuidadoso das diferenças entre os sexos permite com alguma surpresa concluir, como afirma Connel: “(...) the main finding, from about eighty years of research, is a massive psychological *similarity* between women and men in the population studied by psychologists. Clear-cut block differences are few, and confined to restricted topics” (Connel, 1987: 170³).⁴

No plano dos valores e atitudes a questão das diferenças entre homens e mulheres foi também abordada por autores como Prince-Gibson e Schwartz que, a partir da proposta da grelha de valores de Schwartz (1992), também usada no European Social Survey (ESS), e de uma pesquisa aplicada em Israel, concluíram pela não existência de diferenças significativas entre os sexos em relação aos valores, quer quanto à *estrutura*, quer quanto às *prioridades* (Prince-Gibson e Schwartz, 1998). Ou seja, homens e mulheres atribuíam o mesmo sentido, hierarquizavam e atribuíam importância idêntica ao mesmo tipo de valores. Discutindo propostas teóricas e resultados de outras pesquisas empíricas sobre valores e género, Prince-Gibson e Schwartz mostram como as conclusões da sua pesquisa tendem a infirmar as teorias que apontam para “diferenças estáveis” de género, apontando mais para perspectivas construtivistas ou interaccionistas, segundo as quais atitudes, valores ou comportamentos atribuíveis ao género dependem mais de contextos específicos.

Ora o que mais uma vez os resultados do ESS mostram é que variáveis como escolaridade, classe, geração ou mesmo as que se referem às condições económicas e culturais de cada país, tendem a explicar mais e melhor as diferenças de posição dos europeus entre si do que as diferenças entre os sexos. Por outras palavras, uma mulher jovem com formação universitária distingue-se mais no plano dos valores e atitudes de uma mulher mais velha e pouco escolarizada do que de um homem com a mesma idade e formação escolar semelhante.

É neste mesmo sentido, de forma genérica, que se aponta quando se analisam atitudes e valores sobre a igualdade de género e as mudanças culturais no mundo, como Inglehart e Norris fazem no seu livro *Rising Tide*, ao comparar as transformações em diferentes tipos de sociedades contemporâneas: “Nevertheless, the gap that has emerged *between* traditional agrarian

3 Num livro publicado em 2002, intitulado *Gender*, R. Connel reafirma a rejeição da “dicotomia de carácter” de homens e de mulheres com base nas diferenças de género, discutindo resultados de pesquisa mais recentes (Connel, 2002).

4 Mesmo quando se analisam características como a distribuição de atributos associados com a masculinidade e a feminilidade se verifica que, embora possa haver diferenças de médias, há muito mais sobreposição de características do que distância e diferença. Como Kimmel também mostra: “In fact, in virtually all the research that has been done on the attributes associated with masculinity or femininity, the differences among women and men are far greater than the mean differences between women and men” (Kimmel, 2000: 15).

societies and post industrial societies is far greater than the gap between women and men *within* each type of society. ” (Inglehart e Norris, 2003: 160).

Esta convergência não elimina algumas diferenças de valores, atitudes e comportamentos, entre o grande grupo dos homens e o das mulheres. Encontraram-se, de facto, entre os europeus e europeias algumas diferenças de posição que se verificam de forma regular nos 21 países analisados — mostrando assim verdadeiras regularidades sociológicas. Verificou-se também, por outro lado, e a propósito de certos temas, que as diferenças entre países eram superiores às que se observavam entre homens e mulheres dentro de cada país, tal como Inglehart e Norris verificaram para as diferenças entre sociedades.

A análise que aqui se desenvolve permite traçar um quadro interessante sobre os valores na Europa. Procurando tratar sempre os dados para os 21 países, por questões de operatividade fez-se também uma arrumação dos países que, tendo sempre algo de arbitrário, não deixa de recobrir diferenças consideradas de forma genérica consistentes, como é o caso da diferença entre o Norte e o Sul da Europa. Mas achou-se ainda que fazia sentido distinguir dentro do “Norte” os países escandinavos, agrupando-se depois os outros em Norte e Centro,⁵ seguindo-se os do alargamento⁶ e depois os da Europa do sul.

Para além dos valores foi também possível identificar, através dos dados sociodemográficos, outras diferenças e similitudes entre europeias e europeus. Analisam-se assim também, brevemente, dados referentes aos níveis de escolaridade e religiosidade, procurando verificar, além de eventuais diferenças de género, as de geração. Neste plano, de resto, confirma-se mais uma vez que as mulheres mais jovens, na maioria dos países da Europa, suplantam os homens quanto aos níveis de escolaridade atingidos. Esta realidade, associada também à tendência crescente para a participação das mulheres no mercado de trabalho, pode contribuir para explicar a maior convergência de posições entre homens e mulheres a propósito de um leque muito vasto de temas.

É de realçar, aliás, a grande transformação que significa o facto de as mulheres terem atingido os actuais níveis de escolarização. Em termos diacrónicos verifica-se que as europeias começaram o século XX com níveis de escolaridade baixíssimos, acabando-o em posição mais vantajosa relativamente aos homens. Este incremento revela que as mulheres têm vindo a mostrar pelas suas realizações, ao longo dos tempos, que as diferenças biológicas, fundamentais para a reprodução das nossas sociedades, não se traduzem em diferentes capacidades intelectuais ou de desempenho. Podemos concluir

5 Este grupo de países é extremamente heterogéneo.

6 Referimo-nos aos países do então mais recente alargamento da UE, que participaram neste *round* (2002) do ESS: Hungria, República Checa, Polónia e Eslovénia, referenciados doravante deste modo.

também, como alguns autores sublinham, que “a mudança social mais importante das últimas décadas foi a revolução nos papéis de género que transformou as vidas da maioria da população nas sociedades industrializadas avançadas” (Inglehart, Norris e Welzel, 2003: 104). E essa grande transformação no plano das práticas e dos valores nem sempre foi, como os mesmos autores apontam, considerada de relevância ou suficientemente analisada.

Estas mudanças, bem como os consideráveis avanços no campo do direito à igualdade nas sociedades ocidentais, ou a grande convergência de posições a que temos aludido, tornam ainda mais absurdas — embora sociologicamente explicáveis — as desigualdades reais entre homens e mulheres que se revelam na consulta de muitos outros indicadores. Como é sabido, as mulheres ganham em média menos do que os homens, têm menos oportunidades de emprego e de actividades remuneradas, não ocupam lugares de chefia no trabalho mesmo quando têm aí expressão maioritária, estão claramente sub-representadas nos cargos políticos de decisão, quer nos parlamentos, quer nos governos. Quando trabalham fora de casa, situação da grande maioria das europeias, elas acumulam ainda esse trabalho com a responsabilidade e a execução de um conjunto de tarefas como os cuidados com as crianças e o trabalho doméstico (Torres, 2004; Torres e outros, 2004). Todos os inquéritos de ocupação de tempo mostram a sobrecarga de tarefas que as mulheres acabam por desempenhar e que lhes deixa pouca disponibilidade para outras actividades. Entre outros factores, a exclusão das mulheres das esferas de decisão política e de poder é também atribuível a estas limitações objectivas. Limitações que acabam por funcionar como reprodutoras da dominação masculina (Bourdieu, 1999). Se as mulheres estão muito menos representadas na esfera política também aí se tornaram menos visíveis os problemas do quotidiano que as afectam e constroem (Viegas e Faria, 2001).

Por tudo isto se torna evidente que os avanços femininos, quer na participação no mercado de trabalho, quer na escolaridade, podem contribuir para explicar experiências em parte semelhantes — o que por sua vez pode elucidar o facto de as respostas ao ESS não se diferenciaram grandemente pela variável sexo —, ao mesmo tempo que tornam mais chocante a exclusão das mulheres da esfera política, explicada muitas vezes por razões de natureza essencialista.

Com efeito, é mais fácil, mas ilusório, atribuir as desigualdades de sexo ou de género a diferentes “naturezas” ou predisposições biológicas de homens e de mulheres. Mais útil e produtivo será localizar as desigualdades de género na forma como estão distribuídos os lugares de poder nas estruturas sociais e como elas se retraduzem tanto nas condições de vida de homens e de mulheres como no plano simbólico. Uma abordagem deste tipo contribui para explicar porque é que, no plano dos valores, se encontram assinaláveis convergências entre os dois sexos, e também, quando se encontram diferenças, o que pode estar implicado na sua ocorrência e distribuição.

Família, amigos e lazer: o mais importante na vida

Família, amigos e tempos livres, por esta ordem, são considerados nos 21 países os aspectos mais importantes na vida das pessoas (figura 2.1, quadro 2.1). Logo a seguir aos valores associados aos afectos está o trabalho, que aparece em quarto lugar. Quanto à religião, voluntariado e política, nota-se que eles têm valores médios abaixo do centro da escala.

Analisando por países, verifica-se que a família aparece em primeiro lugar, sem qualquer equívoco, em todos. Já os amigos, os tempos livres e o trabalho, surgindo claramente segundo esta hierarquia nos países escandinavos e nalguns países do Norte da Europa, têm ordenações diferentes em especial nos países do Leste e do Sul europeu. Quanto à religião, ao voluntariado e à política, com valores médios abaixo do centro da escala, salienta-se o facto de a primeira registar valores médios acima na Irlanda, Polónia, Itália e Portugal, e a segunda no Luxemburgo, Itália, Espanha e Portugal. A política, com valores médios ligeiramente acima do centro da escala apenas na Alemanha, é o aspecto considerado menos importante (figura 2.1).

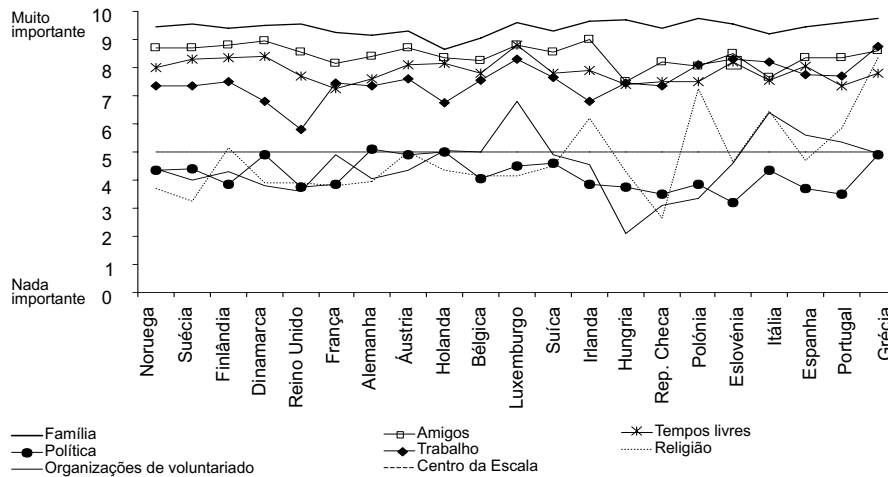
Estes resultados sugerem três ideias fundamentais. Em primeiro lugar, eles confirmam resultados de outros estudos e investigações nesta área (Almeida e outros, 2000), isto é, conclui-se mais uma vez, ao contrário de visões de senso comum, que a família continua a ser um referente essencial para os europeus. Ela é um valor adquirido para todos, notando-se até que os países escandinavos apresentam valores muito próximos dos da Espanha, e até superiores aos da Itália, quanto à importância dada à família. Em segundo lugar, eles mostram que se pode falar claramente de um património comum de valores no contexto da Europa. Com efeito, as diferenças entre países são pouco relevantes quanto às dimensões da vida que todos valorizam, o que é particularmente verdadeiro para a família, amigos, tempos livres e trabalho, sendo de modo igual a hierarquia da escolha dos valores sensivelmente idêntica (figura 2.1). Diferenças mais relevantes encontram-se apenas a propósito da importância da religião e do trabalho voluntário. Finalmente, importa reter também que a valorização da família se faz de forma independente da religião, isto é, e ao contrário de perspectivas mais tradicionais, confirma-se também aqui o que outros trabalhos têm vindo a demonstrar — que na Europa se sustenta uma ideia moderna de família compatível com a igualdade entre homens e mulheres e com as lógicas da individualização (Torres, Mendes e Lapa, 2006; Torres, Cardoso e Coelho, 2007).

Assim, e apesar das enormes transformações a que se tem assistido neste domínio, a família permanece como a principal esfera de investimento pessoal. O que parece ter mudado foram os modelos familiares, as representações e os modos de investimento na família. Fenómenos como a baixa da fecundidade, a maior ocorrência do divórcio e da coabitação não podem ser lidos como sintomas de declínio, mas antes como sinais de novos investimentos e sentidos que,

Quadro 2.1 O que é importante na vida das pessoas, por sexo

Qual a importância de cada um destes aspectos na sua vida:	Homens			Mulheres			Sig.	Eta2
	Média	Desvio-padrão	Ordem	Média	Desvio-padrão	Ordem		
Família	9,2	1,5	1	9,5	1,2	1	0,000	0,010
Amigos	8,2	1,8	2	8,3	1,8	2	0,000	0,003
Tempos livres	7,7	2,0	3	7,6	2,0	3	0,000	0,001
Trabalho	7,5	2,7	4	7,3	2,8	4	0,000	0,001
Religião	4,2	3,3	7	5,3	3,3	5	0,000	0,026
Política	4,5	2,6	5	4,0	2,6	7	0,000	0,010
Voluntariado	4,5	2,9	5	4,6	3,0	6	0,037	0,000

Nota: 0=nada importante; 10=extremamente importante.

**Figura 2.1** Importância de cada um dos aspectos na vida (médias)

Nota: Família: $F(20, 36954)=65,308, p=0,000, \eta^2=0,034$; Amigos: $F(20, 36887)=63,119, p=0,000, \eta^2=0,033$; Tempos livres: $F(20, 36737)=37,006, p=0,000, \eta^2=0,020$; Política: $F(20, 36782)=91,258, p=0,000, \eta^2=0,047$; Trabalho: $F(20, 36373)=142,787, p=0,000, \eta^2=0,073$; Religião: $F(20, 36849)=352,853, p=0,000, \eta^2=0,161$; Organizações de voluntariado: $F(20, 36557)=256,824, p=0,000, \eta^2=0,123$.

obviamente, coexistem com outros e novos tipos de problemas (Torres, 1996). As famílias tendem a definir-se agora como lugares onde se pretende que haja afirmação e manutenção da liberdade individual e espaço para a plena realização afectiva.

No conjunto dos sete aspectos considerados, verifica-se que são mais as semelhanças do que as diferenças entre homens e mulheres (quadro 2.1). Com efeito, a ordem de importância de cada um deles é a mesma até à quarta

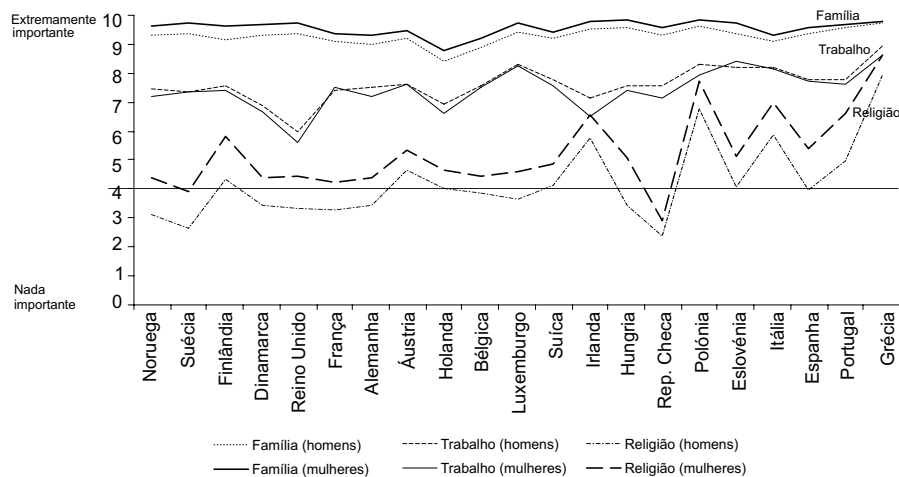


Figura 2.2 Importância da família, do trabalho e da religião na vida das pessoas segundo o sexo (médias)

Nota: Variância por sexo. Família: $F(1,36954)=355,855$, $p=0,000$, $\eta^2=0,010$; Trabalho: $F(1,36373)=36,361$, $p=0,000$, $\eta^2=0,001$; Religião: $F(1,36850)=997,714$, $p=0,000$, $\eta^2=0,026$.

que estas diferenças praticamente se anulam. Assim, e mais uma vez contrariando estereótipos — que tendem a considerar que os homens atribuem por “natureza” mais importância ao trabalho e as mulheres à família —, estes dados mostram que os desfasamentos entre os sexos são muito menores do que as diferenças entre países.

A importância atribuída ao trabalho e à família revela que as mulheres investem ou querem investir nas duas frentes, refutando a ideia corrente — muitas vezes justificada pelo facto de a maternidade implicar um padrão de emprego descontínuo das mães (Klement e Rudolph, 2004) — de que as mulheres por serem trabalhadoras atribuem menor importância à família ou de que os homens consideram mais relevante o trabalho do que a família. É certo que estas são posições valorativas de carácter muito geral. Trabalhos de natureza qualitativa têm mostrado que ainda que, no plano do discurso, os homens valorizem muito a vida familiar e considerem que as mulheres têm o direito à realização pessoal através da profissão, tendem a proceder na *prática* como se a responsabilidade pelas respectivas esferas continuasse a seguir os padrões das antigas assimetrias sexuais (Torres, 2004).

Quanto às mulheres, o que estes dados revelam, talvez como novidade, é o facto de o trabalho ser uma dimensão importante da sua identidade social, um valor em si mesmo, que vai para além da necessidade económica de haver dois rendimentos em casa. Dados de outras pesquisas convergem, de resto,

no mesmo tipo de conclusões (Torres e outros, 2007). Neste campo, pode-se falar de uma convergência europeia de simbolismos partilhados. Todavia, a possibilidade de as mulheres poderem ver concretizado com harmonia este seu desejo de duplo investimento no trabalho e na família depende de condições concretas e específicas que, variando de país para país, podem nalguns casos criar dilemas e impor opções não desejadas.⁶

A importância do chamado “ciclo de vida” confirma também, com poucas excepções, a hierarquização dos sete domínios analisados. Com efeito, seja qual for o escalão etário, homens e mulheres atribuem à família o primeiro lugar e aos amigos o segundo, isto é, os afectos são centrais tanto para eles como para elas em todas as idades. Já os tempos livres aparecem em terceiro lugar e o trabalho em quarto entre os mais novos e os mais velhos, independentemente do sexo. No escalão etário entre os 30 a 59 anos, o trabalho surge em terceiro lugar, com os homens a colocá-lo ao mesmo nível dos amigos e as mulheres dos tempos livres.⁷ As mulheres, em todos os escalões etários, atribuem mais importância à religião do que os homens, embora apenas as mais velhas apresentem valores acima do centro da escala. O voluntariado e a política são os que merecem menos importância em todos os escalões etários.

Ao mesmo tempo, a escolaridade⁸ que, como se sabe, assume uma importância crescente na inculcação de valores,⁹ apresenta correlações significativas negativas com a família¹⁰ e a religião¹¹ e positivas com os amigos,¹² os tempos livres,¹³ o trabalho¹⁴ e a política.¹⁵ O voluntariado é o único aspecto que não apresenta correlações significativas com a escolaridade. Refira-se que o sentido das correlações é idêntico nos homens e mulheres. O mesmo é dizer que, tanto nos homens como nas mulheres, quanto mais elevada é a escolaridade menos importância se atribui à família e à religião, por um lado, e mais

6 Uma ideologia de cariz maternalista que não favoreça o emprego feminino e a inserção das mães no mercado de trabalho pode colocar às mulheres dilemas pessoais quanto à gestão da relação família/trabalho e até constituir em certos países um contributo perverso e não intencional para a baixa da fecundidade (Torres, Mendes e Lapa, 2006).

7 Ou seja, os homens neste escalão etário parecem valorizar mais a sociabilidade e as mulheres o descanso. Será este mais um sinal de uma partilha desigual das tarefas domésticas, que faz com que elas sejam mais sobrecarregadas nestas tarefas, valorizando, por conseguinte, os tempos livres como tempos de não trabalho?

8 A escolaridade é aqui entendida como anos de escolaridade concluídos.

9 A escola assume, como se sabe, uma importância determinante na inculcação dos valores, uma vez que, juntamente com a família, se constitui em instância de socialização por excelência.

10 $r(36226)=0,049$; $p=0,000$.

11 $r(36135)=0,188$; $p=0,000$.

12 $r(36172)=0,124$; $p=0,000$.

13 $r(36040)=0,103$; $p=0,000$.

14 $r(35666)=0,072$; $p=0,000$.

15 $r(36090)=0,200$; $p=0,000$.

importância se atribui aos amigos, aos tempos livres, ao trabalho e à política, por outro.

Confiança social e confiança política: sem diferenças de sexo

A confiança social, como têm sublinhado diversos autores, está intimamente ligada ao “capital social”, relacionando-se com questões sociais e interesses, que, como nota Newton (2004: 61), vão “desde o pagamento de impostos, o sucesso escolar e o crescimento económico, até à satisfação com a vida, a longevidade, o envolvimento comunitário e a participação eleitoral”. Para este autor, “quanto menos as pessoas confiarem, colaborarem e cooperarem com os seus conterrâneos, e quanto mais se descomprometerem com a vida colectiva e voluntária das suas comunidades, mais fracas e menos eficientes serão as instituições sociais da sociedade civil. Quanto menos os cidadãos confiarem nos seus líderes políticos e nas instituições governamentais, menos eficiente se tornará o governo e maior será a probabilidade de os cidadãos verem pouca credibilidade no seu sistema político.”

Interessando-nos, nesta perspectiva, perceber a relação entre a confiança social e a confiança política, procedemos à construção de dois índices sintéticos.¹⁶ O primeiro — índice sintético de confiança social¹⁷ — contempla três indicadores¹⁸ com a seguinte formulação: “acha que todo o cuidado é pouco quando se lida com as pessoas ou acha que se pode confiar na maioria das pessoas?” (confiança interpessoal); “acha que a maior parte das pessoas tentam aproveitar-se de si sempre que podem, ou pensa que a maior parte das pessoas são honestas?” (honestidade); e “acha que, na maior parte das vezes, as pessoas estão preocupadas com elas próprias ou acha que tentam ajudar os outros?” (altruísmo). O segundo — índice sintético de confiança política¹⁹ — contempla quatro indicadores: confiança no parlamento, no sistema jurídico, na polícia e nos políticos. Como seria de esperar, os dois índices estão fortemente correlacionados no sentido positivo²⁰ indiciando, por conseguinte, que quem confia socialmente também confia politicamente.

Relativamente aos três indicadores que compõem o índice sintético de

16 Os índices sintéticos referidos neste trabalho, cuja construção foi inspirada em Halman (2003), são constituídos pelos *scores* factoriais resultantes de uma análise em componentes principais (ACP) com uma só dimensão, que foram posteriormente transformados algebricamente com o objectivo de facilitar a sua leitura, tal como sugere Vaus (2004), de modo a fazer coincidir o valor mínimo arredondado com zero e o máximo com o máximo da escala original dos indicadores constituintes.

17 Variância explicada: 53,2%; *alfa* de Cronbach: 0,77.

18 Já usados em outros questionários de valores e atitudes.

19 Variância explicada: 65,3%; *alfa* de Cronbach: 0,82.

20 $r(20)=0,775; p=0,000$.

confiança social (figura 2.3) e aos quatro que compõem o índice sintético de confiança política, não se verificam diferenças entre homens e mulheres. Já no que se refere às diferenças entre países, observa-se um decréscimo da confiança social²¹ e da confiança política²² dos países escandinavos — mais confiantes — para a Europa do Norte e do Centro, a Europa do Sul e países do alargamento (figuras 2.3 e 2.4). Ou seja, se, como salienta Newton (2004: 71-72), “quanto mais democrático for um país, mais confiança tenderá a existir no seio da sua população. [...] um governo democrático e eficiente, bem como o funcionamento idóneo das instituições públicas, ajuda a criar circunstâncias nas quais os comportamentos dignos de confiança são pouco custosos e altamente valorizados”, a qualidade da democracia em alguns países do Centro da Europa, como a França, bem como os países da Europa do Sul e do alargamento, necessitam de criar mecanismos internos capazes de reforçarem a confiança social e a confiança política, melhorando, por conseguinte, a qualidade das respectivas democracias. Como refere Kriesi (2004: 191): “A confiança é um género de atalho que nos permite fugir ao processamento de muita informação [...] É um elemento de equivalência emocional aos esquemas cognitivos, simplificando de forma útil o mundo. Embora saibamos pouco como opera a confiança na tomada de decisões políticas, partimos do princípio de que quem confia nas autoridades mais facilmente as apoiará do que quem não confia.”

No que se refere a Portugal que, juntamente com a Eslovénia, República Checa e a Polónia,²³ regista os valores mais baixos nos dois tipos de confiança, já se tinha chamado a atenção para os baixos níveis de confiança interpessoal registados, não sendo fácil encontrar variáveis explicativas para essa realidade (Halman, 2003; Cabral, 2005). Por exemplo, a religiosidade, elevada em Portugal, como nos outros países do Sul e nalguns do alargamento como a Polónia, países também de baixos níveis de confiança social, não se encontra positivamente relacionada com os níveis de confiança e de capital social, como bem demonstrou Halman (2003: 257-292). Até mesmo Fukuyama defende o contrário e os resultados do ESS parecem dar-lhe razão. Segundo o autor, a haver alguma relação entre religião e confiança, ela deverá ser negativa e não positiva. Como afirma: “a religião tem aparentemente efeitos contraditórios na confiança; os fundamentalistas e as pessoas que vão à igreja tendem a ser mais desconfiados do que a média geral” (Fukuyama cit. por Fernandes, 2003: 182).

21 $F(20,36514)=238,059; p=0,000; \eta^2=0,115$.

22 $F(20,35248)=167,753; p=0,000; \eta^2=0,087$.

23 Note-se que, ao contrário de Portugal que vive num regime democrático há 30 anos, a Eslovénia, Polónia e República Checa são democracias recentes.

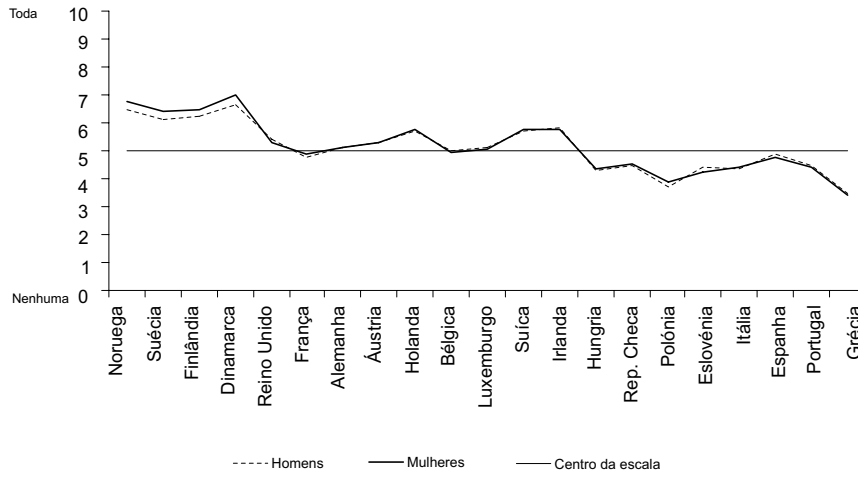


Figura 2.3 Índice sintético de confiança social (médias)

Nota: Variância por sexo: $F(1,36512)=0,967$, $p=n. s.$ Variância por países: $F(20,36514)=238,059$, $p=0,000$; $\eta^2 = 0,115$.

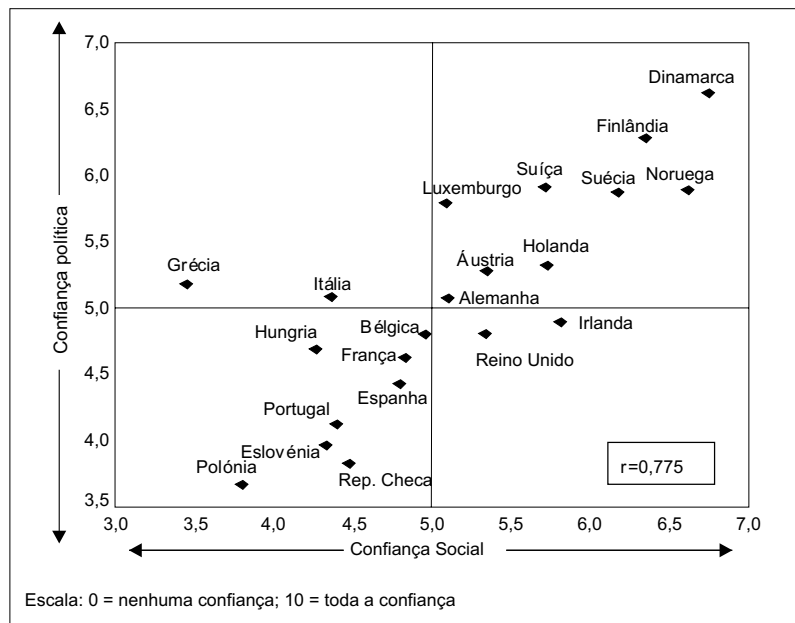


Figura 2.4 Índices sintéticos de confiança social e de confiança política por país (médias)

Valores de cidadania: sem diferenças de sexo

No contexto do debate sobre a emergência acentuada do individualismo nas sociedades democráticas, assume particular importância perceber quais são os valores de cidadania predominantes. O ESS contempla o seguinte conjunto de indicadores relativos a esta temática: “ter opinião própria”, “obedecer a todas as leis e regulamentos”, “votar sempre nas eleições” e “ajudar os que estão em pior situação”. Os resultados para estes indicadores registam os valores mais elevados, situados acima do centro da escala, em todos os países; seguem-se “trabalhar em organizações de voluntariado”, que oscila em torno do centro da escala, registando o Luxemburgo, Itália e Portugal os valores mais elevados e a Hungria e República Checa os mais baixos, e “ser uma pessoa politicamente activa”, que aparece em último lugar em todos os países, apresentando valores ligeiramente acima do centro da escala apenas na Polónia, Portugal e Grécia.

Novamente aqui, os perfis dos homens e das mulheres são muito idênticos, com estas a registarem valores ligeiramente superiores na “obediência a leis e regulamentos”, “votar em eleições” e “trabalhar em organizações de voluntariado”, e mais expressivos na “ajuda às pessoas em pior situação”, o que denota uma tendência feminina para valores que podemos designar, na aceção de Schwartz, de “autotranscendência” (Torres e Brites, 2006).

Saliente-se o facto de um valor como “ser politicamente activo” registar o *score* mais baixo em todos os países e ser inferior ao centro da escala na

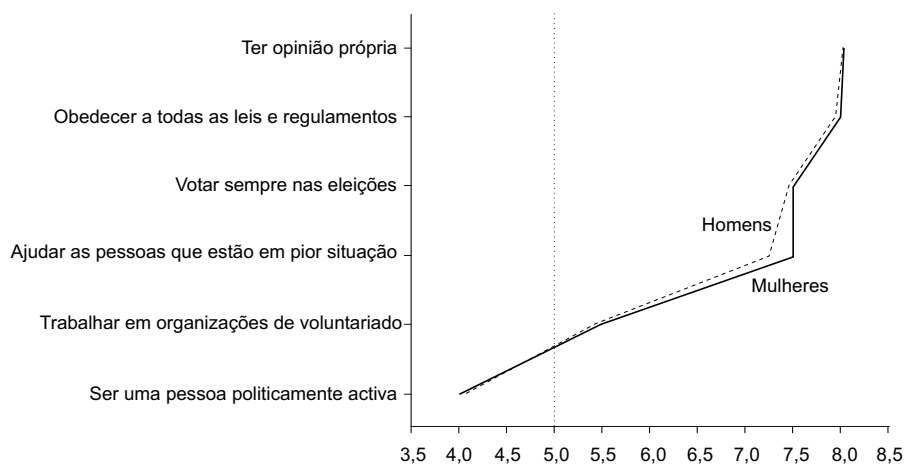


Figura 2.5 O que é importante para ser um bom cidadão (médias)

Nota: 0 = nada importante; 10 = extremamente importante.

esmagadora maioria, ou seja, considera-se que é pouco importante para se ser um bom cidadão. Este dado tanto pode indiciar uma apatia política passível de se traduzir num distanciamento em relação à política, tanto mais preocupante quanto menos circunstancial for, como uma desconfiança em relação aos políticos.²⁴ Contudo, a valorização da necessidade de “votar sempre em eleições”, que surge em terceiro lugar na escala de importância, leva-nos a considerar que se trata mais de desconfiança circunstancial nos políticos do que de apatia política. Não obstante, interrogamo-nos sobre os elevados níveis de abstenção registados nas democracias consolidadas que se verificam na União Europeia que, se assumem contornos preocupantes nas eleições internas, exponenciam-se nas eleições comunitárias, como é o caso do Parlamento Europeu. Tratar-se-á de apatia ou de desconfiança na capacidade de intervenção da instituição? Seja como for, importa questionar se os elevados níveis de abstenção não traduzirão uma falta de identificação dos eleitores com os candidatos, por um lado, e a descrença na eficácia política do voto, por outro.

Autoposicionamento político: mulheres mais à esquerda

A maioria das pessoas evita situar-se à esquerda e à direita, escolhendo o centro. Claro que falamos de grandes grupos (países, homens/mulheres, etc.) e sabemos como a “teoria do limite central”, oriunda da estatística, tem um efeito homogeneizador que encobre as diferenças individuais ou dos pequenos grupos. Falar em termos médios é falar do que não existe, como se sabe. Assim, há que interpretar com parcimónia os dados, salientando que se referem apenas a pequenas variações em torno da média na dicotomia esquerda/direita. Alguns dirão, no entanto, que se trata de pequenas variações relevantes e que assinalam claras regularidades. Veja-se, por exemplo, as diferenças entre os sexos: as mulheres autoposicionam-se sempre ligeiramente à esquerda dos homens em quase todos os países, excepto no Luxemburgo, Polónia e Europa do Sul, onde se situam ligeiramente à direita.²⁵

Ora esta verificação é convergente com os resultados de inquéritos sobre autoposicionamento político, e mesmo sobre o voto, realizados a partir dos anos 80, nos Estados Unidos e na maioria dos países da União Europeia. As mulheres posicionam-se sistematicamente, com efeito, mais

24 A “confiança nos políticos” e ser “politicamente activo” estão positivamente correlacionadas ($r(35871)=0,224; p=0,000$).

25 A interpretação destes resultados deve, no entanto, ser feita com algum cuidado pois, como se sabe, sendo o autoposicionamento político intersubjectivamente estruturado, há que ter em atenção nas comparações internacionais que a classificação esquerda/direita não assume o mesmo significado em todos os países. Ou seja, ser de esquerda ou de direita não é o mesmo numa democracia estabilizada ou em democracias mais recentes.

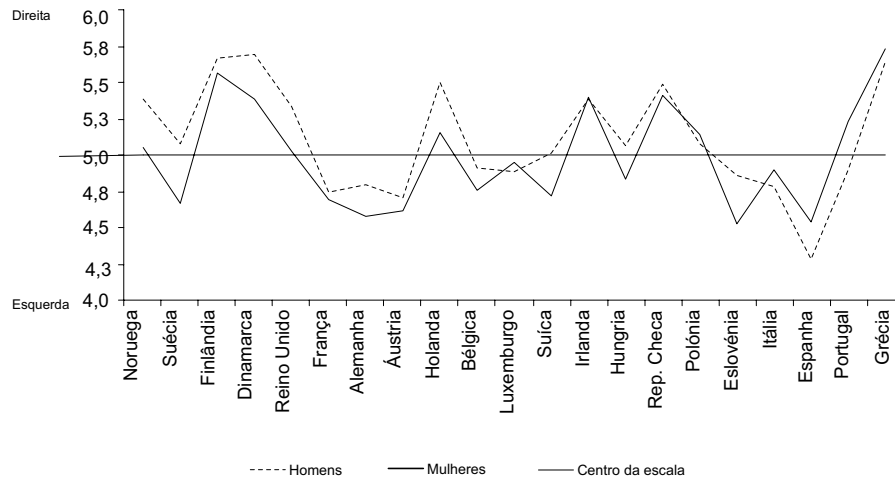


Figura 2.6 Autoposicionamento político (esquerda/direita) (médias)

Nota: Variância por sexo: $F(1, 32315)=16, 321, p=0,000, \eta^2=0, 001$. Variância por países: $F(20, 32314)=32, 406, p=0,000, \eta^2=0,020$

à esquerda do que os homens, mesmo no voto (cf. Inglehart e Norris, 2003). Tendência que tem sido designada como a passagem de um *traditional gender gap*, para um *modern gender gap*. Enquanto nos anos 50 e 60 parecia adquirido que as mulheres se posicionavam sempre à direita dos homens, a partir dos anos 80 verificou-se que, de forma mais sistemática nos países mais desenvolvidos, as mulheres tendem a posicionar-se à esquerda dos homens.

Para explicar esta tendência — que se desenhou nos EUA a partir do anos 80 quando as mulheres começaram a deslocar o seu voto para o partido democrata — tem-se avançado que os partidos de esquerda tendem a estar mais comprometidos com apoios ao estado-providência, aos serviços públicos de apoio às crianças e à família, têm mais preocupações ecológicas, com a educação e com os direitos reprodutivos, posições essas a que, como se mostra em vários estudos de opinião, as mulheres são particularmente sensíveis (Inglehart e Norris, 2003). Nas questões da igualdade de género, a maior participação e afirmação das mulheres na vida pública e na política, de que é exemplo a questão das quotas, a luta pela afirmação dos seus direitos e contra a discriminação, são também tópicos tendencialmente tematizados à esquerda.

Com efeito, embora, num primeiro momento, se tivesse pensado que o facto de as mulheres se aproximarem cada vez mais dos homens nas suas escolhas políticas, deixando as suas antigas posições mais à direita, possa

Quadro 2.2 Religião declarada predominante

Autoposicionamento político (esquerda/direita) ^a				
Religião declarada predominante no país	Católica/ortodoxa (>75%) ^b	Católica (45-65%) ^c	Maioritariamente protestante ^d	Maioritariamente sem religião ^e
Homens	4,8	4,9	5,6	5,0
Mulheres	5,0	4,7	5,4	4,8

Nota: 0 = esquerda; 10 = direita; ^b Irlanda, Polónia, Itália, Espanha, Portugal e Grécia; ^c Áustria, Luxemburgo e Hungria; ^d Noruega, Finlândia e Dinamarca; ^e Suécia, Reino Unido, França, Alemanha, Holanda, Bélgica, Suíça, República Checa e Eslovénia.

também ser explicado como efeito da maior escolarização e da maior participação femininas no mercado de trabalho, a verdade é que, em muitos estudos, mesmo controlando essas variáveis, se verifica a persistência de diferenças entre os sexos, desta vez posicionando-se as mulheres sempre à esquerda dos homens (cf. Inglehart e Norris, 2003). Nas posições sobre o papel do estado e do mercado na economia, como veremos melhor à frente, essas distinções mantêm-se, parecendo pois que se está mesmo frente a uma opção consistente, mais notória ainda nas gerações jovens.

E como explicar a sistemática diferença dos países do Sul, em que as posições femininas se mantêm mais à direita, contrariando as outras europeias?²⁶ Ao procurar explicar esta diferença, verificou-se que não havia relação entre o autoposicionamento político e variáveis como a idade, a escolaridade e a taxa de actividade feminina, registando-se, no entanto, pequenas variações relacionadas com a forte predominância do catolicismo, como se pode ver no quadro 2.2 e como Lipset já tinha mostrado (Lipset em Inglehart e Norris, 2003). Observa-se que é, precisamente, nos países onde a religião católica/ortodoxa declarada é muito predominante (75%), como acontece nos quatro países da Europa do Sul e na Polónia, que as mulheres se autoposicionam politicamente à direita dos homens.

Também se pode admitir que o conjunto de características que levam as mulheres a posicionar-se à esquerda nos outros países europeus estejam menos presentes nos países do Sul.²⁷ Com efeito, o facto de os estados-providência

26 Note-se, no entanto, que as diferenças são mínimas e, com excepção da Espanha, não são estatisticamente significativas.

27 Também é preciso dizer que os países do Sul — homens e mulheres em conjunto — assumem posições variadas. Espanha é o país mais à esquerda (estando mais à direita que os homens, as espanholas estão mais à esquerda do que todas as outras do Sul. Grécia é o país mais à direita de todos os da Europa do Sul, seguida de Portugal e da Itália.

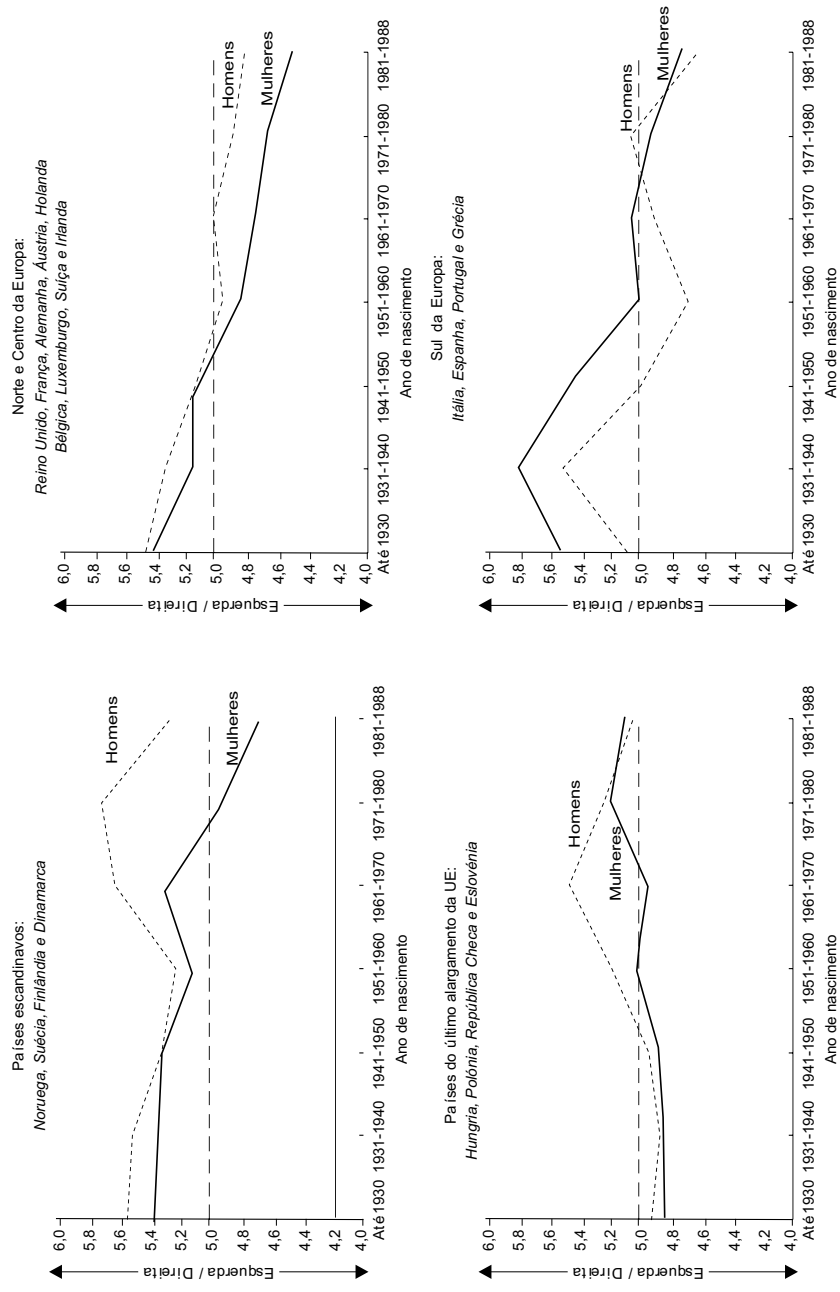


Figura 2.7 Autoposicionamento político dos europeus por sexo e idade (médias)

serem aqui deficitários, revelando-se menos protagonistas de medidas que possam proteger interesses a que as mulheres são mais sensíveis, ou de persistirem lógicas mais tradicionalistas quanto ao desempenho dos papéis na família, sendo de resto nos países do Sul, com a exceção de Portugal, que as taxas de actividade feminina são mais baixas, em conjugação com o maior peso da religião, pode contribuir para um autoposicionamento político mais à direita. Do mesmo modo é indubitável a menor força dos movimentos feministas nestes países, movimentos que estão habitualmente também conotados à esquerda.

Vejam agora como variam as posições esquerda/direita de acordo com a geração nos diferentes grandes grupos de países europeus. Observamos na figura 2.7 que, dos mais velhos para os mais novos, há uma deslocação de posições mais à direita para posições mais à esquerda, em todos os grandes blocos de países, excepto nos do alargamento, em que o movimento é o contrário, passando-se da esquerda para a direita.

Nos países escandinavos as mulheres, independentemente da idade, situam-se sistematicamente à esquerda dos homens, com uma excepção entre as que nasceram no contexto da segunda guerra mundial (1941-1950), em que o autoposicionamento coincide com o dos homens. No Norte e Centro da Europa as mulheres, independentemente da idade, situam-se sistematicamente à esquerda dos homens, com uma excepção idêntica à dos países escandinavos, entre as que nasceram na década de 40, em que o autoposicionamento coincide com o dos homens. Verifica-se ainda um deslocamento sistemático para a esquerda, apenas com uma excepção das mulheres nascidas na década de 40, que estabilizam. Nos países do alargamento as mulheres, independentemente da idade, situam-se à esquerda dos homens, embora globalmente, e ao contrário de todos os outros países, se desloquem da esquerda para a direita. Na Europa do Sul verifica-se, como já se referiu, uma situação totalmente diferente, uma vez que as mulheres, independentemente da idade, se autoposicionam sistematicamente à direita dos homens, com uma ligeira excepção entre as que nasceram na década de 70.

Mulheres mais distantes da política

O distanciamento da política condiciona, como se sabe, o exercício pleno da cidadania, tornando-se relevante perceber também, por conseguinte, se homens e mulheres se diferenciam neste plano. E este é, na verdade, um domínio em que se revelam diferenças mais claras. Em todos os países são os homens que declaram mais “interesse pela política” e que mais consideram que poderiam “participar num grupo dedicado a questões políticas”. Ao invés, as mulheres referem, mais do que os homens, que acham a “política complicada” e que “têm dificuldade em tomar uma posição acerca de questões políticas”.

De acordo com o “índice sintético de distanciamento da política”, que sintetiza a informação de quatro indicadores instrumentais — “interesse pela

política”, “a política parece complicada”, “disponibilidade para a participação política” e “dificuldade em tomar posições políticas”²⁸ — é possível concluir que os 21 países apresentam um padrão muito idêntico, em torno do centro da escala, com a França e os países da Europa do Sul a revelarem o maior grau de distanciamento (figura 2.8).

Schweisguth (2004: 257) já tinha chamado a atenção para que, em França, constitui ideia adquirida a de que a política está em crise, manifestando-se o desinteresse por esta de tal forma que era possível falar numa tendência para a despolíticação, cuja causa mais frequentemente avançada seria a do “comportamento dos próprios actores políticos”, nomeadamente os numerosos escândalos políticos que puseram em causa a sua credibilidade. A recente participação no referendo sobre a Constituição Europeia parece mostrar, em todo o caso, que padrões altos de distanciamento/desconfiança não são incompatíveis com participações de protesto contra o *mainstream* político.

Neste contexto, importa ainda ter presente que, como salienta Fernandes (2004: 36): “não existe democracia sem participação [...] Um regime político pode ser livre e democrático pela lei e pelas suas instituições, e não o ser pelos costumes e pela vida social. Assim como pode ser livre e democrático pelos costumes e pela vida social, e não o ser pela lei e pelas instituições do poder. Uma sociedade verdadeiramente democrática é aquela que o é na sua lei e nas suas instituições, mas sobretudo na prática democrática do quotidiano dos indivíduos.”

Retomando as diferenças entre os sexos, o mais relevante para a análise que aqui se desenvolve, conclui-se que as mulheres, em todos os países de forma muito regular, têm maior distanciamento em relação à política do que os homens.

Esta diferença perante o universo de funcionamento do “político” pode ser explicada pela conjugação de diferentes factores, quer de ordem estrutural, quer cultural. Por um lado, as condições objectivas da vida quotidiana da maior parte das mulheres avaliadas, nomeadamente através da estrita contabilidade horária do tempo ocupado com actividade profissional e responsabilidades familiares, torna difícil a existência de tempo disponível para qualquer forma de participação política, como resulta tão claro no caso português (Torres e outros, 2004). E faz sentido lembrar, igualmente, que

28 O índice é composto pelas seguintes questões: *qual o seu interesse pela política*, cuja escala de resposta varia entre 1 (muito interesse) e 4 (nenhum interesse); *com que frequência a política lhe parece tão complicada que não percebe verdadeiramente, o que se está a passar?*, cuja escala de resposta varia entre 1 (nunca) e 5 (frequentemente); *acha que podia participar num grupo dedicado a questões políticas?*, cuja escala de resposta varia entre 1 (de certeza que não) e 5 (de certeza que sim); e *qual o grau de dificuldade que sente em tomar uma posição acerca de questões políticas?*, cuja escala de resposta varia entre 1 (é muito difícil) e 5 (é muito fácil). Para permitir uma interpretação correcta do índice, os indicadores foram estandardizados, tendo sido invertidas as escalas dos dois últimos. Variância explicada = 53, 5%; *alfa de Cronbach* = 0,70.

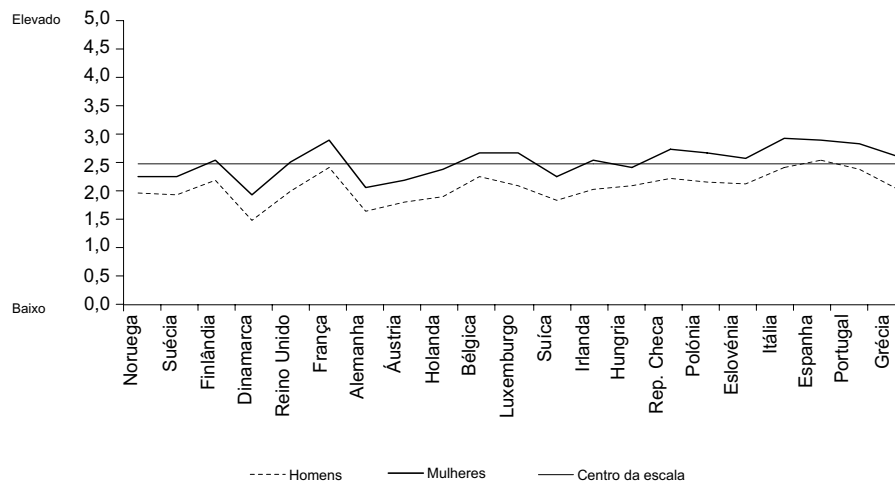


Figura 2.8 Índice sintético de distanciamento da política (médias)

Nota: Variância por sexo: $F(1, 35910)=2044,37, p=0,000, \eta^2=0,05$. Variância por países: $F(20, 35910)=193,45, p=0,000, \eta^2=0,10$.

uma das formas mais subtis da dominação masculina é aquela que se presente através da auto-responsabilização feminina pelo exercício das tarefas familiares quando, em condições de dispêndio de tempo igual ao dos homens na actividade profissional, deveriam estas ser repartidas também em condições de igualdade.

Mas o menor interesse pela política e a menor disponibilidade para a participação por parte das mulheres podem também ser explicados pela existência de obstáculos específicos, como o próprio funcionamento das instituições e do espaço político (Viegas e Faria, 2001), cujos ritmos se conjugam mal com os ritmos das responsabilidades familiares — das quais os homens parecem estar dispensados. De forma persistente também se tem concluído, a partir dos resultados de inquéritos em vários países, que o “activismo político” feminino regista sempre valores inferiores ao masculino, ainda que essas diferenças sejam menores nos países mais desenvolvidos. Também aí se conclui que as mulheres mais velhas, mais religiosas, menos escolarizadas e que não participam no mercado de trabalho, têm ainda maior distanciamento da política (Inglehart e Norris, 2003). Mas persiste para o conjunto, tal como se conclui a partir dos dados do ESS, uma diferença que é praticamente constante em todo os países, como podemos ver na figura 2. 8. Talvez por isso faça sentido, como se avançou acima, ter em consideração os quotidianos e os constrangimentos institucionais e culturais como factores que condicionam o interesse e a participação política feminina.

A maioria a favor da regulação da esfera económica

Os resultados que se seguem, no que toca a diferenças de posições entre os sexos, vão no mesmo sentido do que temos vindo a analisar sobre o posicionamento esquerda/direita. Com efeito, são também as mulheres que mais defendem a intervenção do estado na economia e a necessidade de intervir para reequilibrar as diferenças de rendimento, como são também elas que consideram, ainda mais do que os homens, que os trabalhadores precisam de sindicatos fortes que os defendam, como se pode ver no quadro 2. 3. Ou seja, são elas que estão igualmente, neste plano, mais à esquerda do que eles.

Resultados muito similares foram obtidos a partir do World Values Survey e do European Values Survey 1999/2000 (Inglehart e Norris, 2003) nas respostas a dois itens que se relacionam directamente com o papel do estado na economia,³⁰ mostrando mais uma vez que as mulheres de uma forma muito geral, na maioria dos países do mundo, são mais favoráveis do que os homens à intervenção do estado na economia.

Numa perspectiva mais global, analisando agora de novo os resultados do ESS para os 21 países, nota-se que a maioria é favorável a essa intervenção — já que discordam de “quanto menos o governo intervier na economia melhor será para o país”, registando valores médios abaixo do centro da escala — com excepção da Alemanha, Áustria, Suíça e Eslovénia. Ou seja, independentemente da cor política dos respectivos governos, os europeus são, na sua maioria, adeptos do intervencionismo estatal na economia, da redução das desigualdades sociais e também consideram importante a existência de sindicatos fortes.

Vale a pena avaliar o efeito cruzado da idade e do sexo relativamente aos três indicadores de forma conjugada.³¹ Como se pode observar na figura 2.9, é possível identificar três perfis distintos: liberal, intervencionista e sem posição.

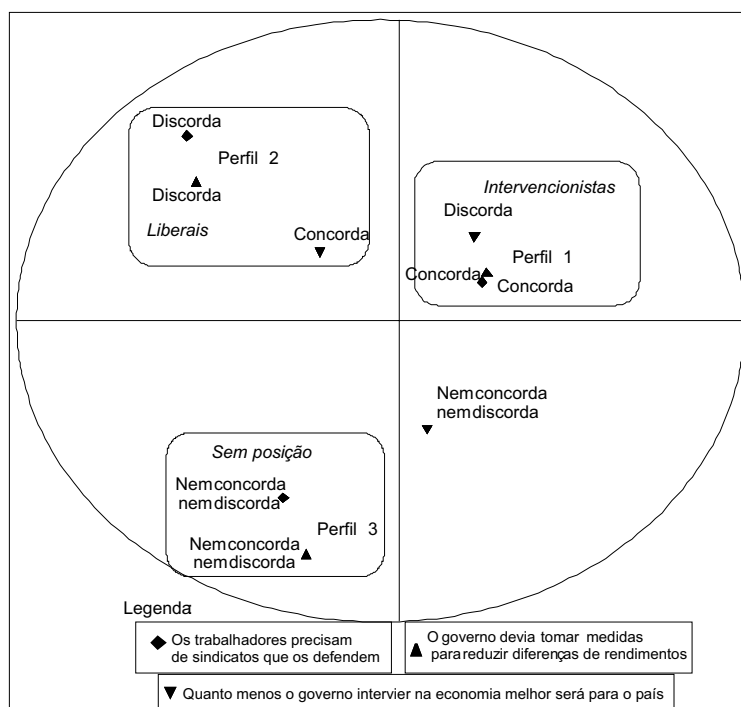
A distribuição dos inquiridos pelos três perfis, como se pode observar na figura 2.10, permite observar que, tanto homens como mulheres na Europa nos três os escalões etários, se mostram maioritariamente adeptos do intervencionismo económico. Nota-se, igualmente, que os homens são mais adeptos do liberalismo económico do que as mulheres, enquanto que a percentagem dos sem posição nos três escalões etários não ultrapassa os 20,3%, sendo ligeiramente mais elevada nos mais jovens.

30 “Private ownership of business and industry should be increased” (10) “Government ownership of business and industry should be increased” (1) e “The government should take more responsibility to ensure that everybody is provided for” (1) “People should take more responsibilities to provide for themselves” (10).

31 Através da análise de correspondências múltiplas (ACM) com projecção suplementar dos perfis obtidos através da análise de *clusters*, cujas variáveis de *input* são constituídas pelos *scores* individuais nas duas primeiras dimensões da ACM. Para um aprofundamento deste procedimento analítico, ver Carvalho (2004).

Quadro 2.3 Regulação da esfera económica por sexo (percentagens)

		Homens	Mulheres	Total	χ^2
Quanto menos o governo intervier na economia, melhor será para o país	Concorda	34,3	29,4	31,8	(2)=152,815; $p=0,000$
	Não concorda/nem discorda	26,0	31,3	28,7	
	Discorda	39,7	39,3	39,5	
O governo devia tomar medidas para reduzir as diferenças de rendimentos	Concorda	67,5	73,5	70,6	(2)= 290,25; $p=0,000$
	Não concorda/nem discorda	12,7	13,3	13,0	
	Discorda	19,8	13,1	16,3	
Os trabalhadores precisam de sindicatos fortes que os defendam	Concorda	71,1	74,5	72,9	(2)=93,677; $p=0,000$
	Não concorda/nem discorda	14,8	14,7	14,8	
	Discorda	14,1	10,8	12,4	

**Figura 2.9** Regulação da esfera económica

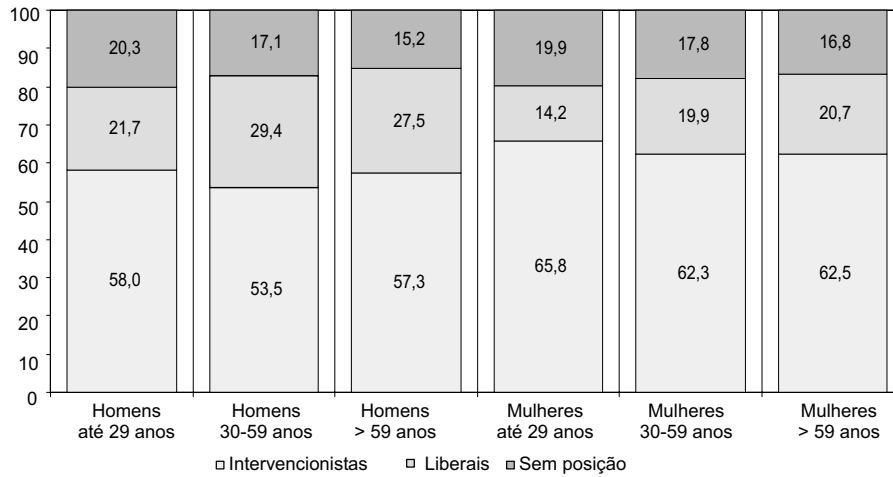


Figura 2.10 Regulação da esfera económica por perfis (percentagens)

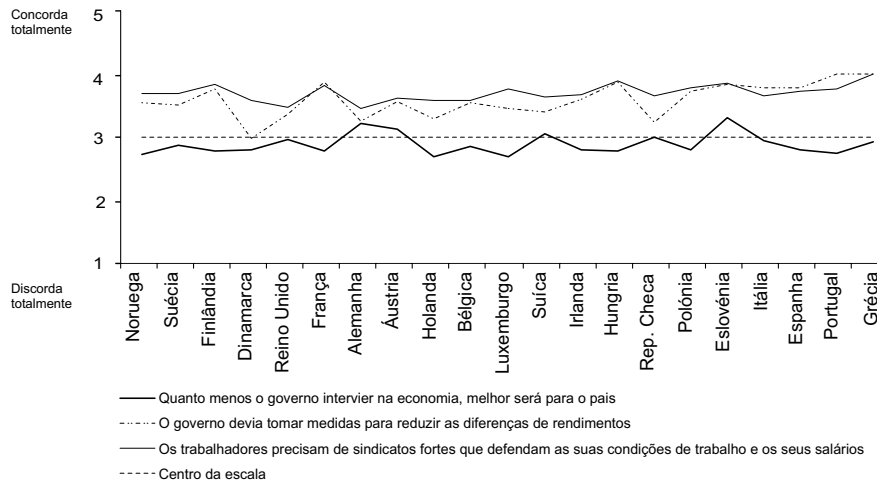


Figura 2.11 Regulação da esfera económica por país (percentagens)

Analisando agora os indicadores de forma separada, vale a pena sublinhar algumas tendências, tendo em conta ainda o sexo e a idade, para o conjunto dos europeus. Por um lado, é em relação à intervenção do estado na economia que há menos diferenças de posição, quer por grupos etários, quer por

sexos. Já no que toca à necessidade de ter sindicatos fortes e de intervir para diminuir as desigualdades de rendimento, são os mais novos e, dentro destes, as mulheres, que são mais defensoras dessas posições. Os jovens europeus parecem assim sustentar claras preocupações sociais, defendendo a função reguladora do estado e a acção colectiva no plano do direito ao trabalho. Será esta uma reacção de “protesto” perante as situações de precariedade no trabalho e de desregulação social? Será também curioso notar que todos os países concordam que o governo devia tomar medidas para reduzir as diferenças de rendimentos e que os trabalhadores precisam de sindicatos fortes que os defendam, como se pode observar na figura 2.11.

Religião: os efeitos da secularização

De forma muito sintética vale a pena ainda registar alguns resultados relativos à religião. A figura 2.12 mostra as respostas dos diferentes países relativamente à pergunta se tem ou não tem religião. Verificou-se, entre os 21 países analisados, que em seis a maioria declara não ter nenhuma religião: Suécia, Reino Unido, França, Holanda, Bélgica e República Checa, constituindo em termos de população uma percentagem de cerca de 36% dos europeus inquiridos. Estes dados ilustram o que tem sido designado por secularização na Europa e que, para além deste menor sentimento de afiliação, se tem verificado ao nível de um abaixamento progressivo das práticas religiosas. Contudo permanece um “núcleo duro” de países com grande constância relativamente ao sentimento de pertença a uma religião, como é o caso dos países do Sul, da Polónia e da Irlanda.

Os dados do ESS mostram também que as mulheres, mais do que os homens, declaram que pertencem a uma religião: 67,9% contra 59,3%, respectivamente.³² Noutra questão para aferir o sentimento religioso independentemente de se pertencer, ou não, a uma religião,³³ as respostas mostram que em todos os escalões etários, em termos médios, as mulheres declaram ser mais religiosas que os homens.

Nos três escalões etários considerados — até 29 anos, 30 a 59 anos e mais de 59 anos — elas registam valores de 4,6, 5,0 e 5,8 e eles, 3,8, 4,1 e 4,7 respectivamente. Ou seja, apenas se verifica uma aproximação (diferença de 1 décima) entre os homens mais velhos e as mulheres mais novas. Ao mesmo tempo, é possível afirmar que o sentimento religioso aumenta com a idade em ambos os sexos.

32 $\chi^2(1) = 296,492; p=0,000$

33 “Independentemente de pertencer a uma religião em particular, numa escala de 0 a 10, diria que é uma pessoa...: nada religiosa/muito religiosa”.

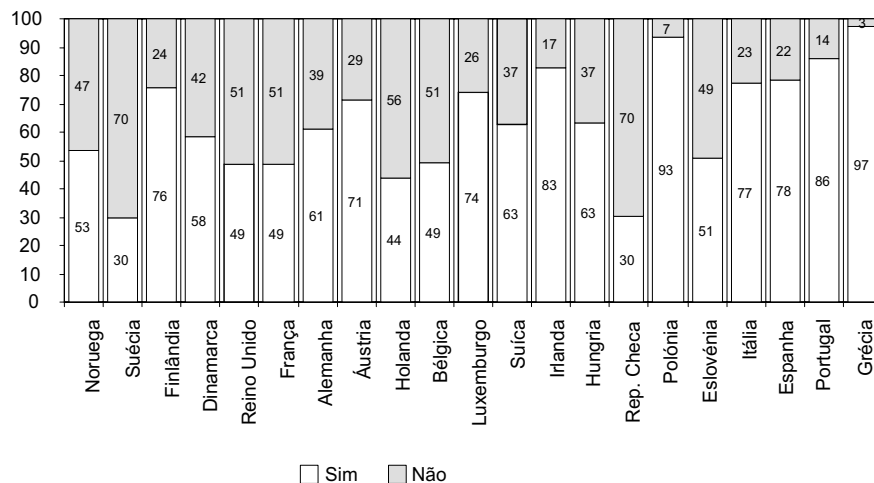


Figura 2.12 Pertença actual a uma religião (percentagens)

Valores humanos: a maioria a favor da autotranscendência

No livro dedicado ao tema dos *Valores e Representações Sociais*, Ferreira de Almeida (1990), numa lógica que remete para a génese da formação dos valores, define-os como “expressão de sistemas organizados e duradouros de preferências”, que tanto podem ser analisados e encontrados no plano social como no plano individual, como sistemas de disposições incorporadas. Nesse livro, além do debate conceptual e teórico sobre o tema, propõe-se uma matriz de valores enquadradora a partir de dois eixos analíticos — o eixo do sócio e do autocentramento e o eixo do quotidiano e do projecto — que dão origem a quatro grandes orientações no plano valorativo, elas próprias constituindo indicadores de práticas e comportamentos distintos. Esta proposta está apoiada em resultados de pesquisas em que se explora, nomeadamente a relação entre classes, idade e valores.

De forma mais especificada, muito embora com uma filosofia de base semelhante, a tipologia de valores humanos usada no ESS, que tem como base o “inventário de valores humanos” proposto por Schwartz (1992) contempla 21 indicadores constitutivos de dez tipos de valores motivacionais, que se diferenciam entre si pelas metas e interesses que perseguem, como podemos ver no quadro 2.4.

Os indicadores são medidos através de uma escala de seis pontos, pedindo-se aos inquiridos que se posicionem na mesma, de acordo com as seguintes categorias: “exactamente como eu”; “muito parecido(a) comigo”; “parecido(a) comigo”; “um bocadinho parecido(a) comigo”; “nada parecido(a) comigo” e “não tem nada a ver comigo”. Com o objectivo de minimizar o efeito de

Quadro 2.4 Tipologia de valores humanos de Schwartz

Tipos motivacionais	Metas	Tipo de interesses
Hedonismo	Prazer e gratificação sensual para si mesmo	Individuais
Realização	Sucesso pessoal obtido através de demonstração de competência socialmente reconhecida	
Poder	Status social e prestígio, controle sobre pessoas e recursos	
Autodeterminação	Independência de pensamento, acção e opção	
Estimulação	Excitação, novidade e desafio	
Conformismo	Controlo de impulsos e acções que podem violar normas sociais ou prejudicar os outros	Colectivos
Tradição	Respeito, compromisso e aceitação de costumes e ideias da cultura tradicional e religiosa	
Benevolência	Promoção do bem-estar das pessoas próximas	
Segurança	Segurança, harmonia e estabilidade da sociedade, das relações, e de si mesmo	Mistos
Universalismo	Tolerância, compreensão e promoção do bem-estar de todos e da natureza	

desejabilidade social que caracteriza as respostas a este tipo de questões, o autor sugere que o *score* de cada um dos dez tipos de valores motivacionais seja obtido através da média aritmética dos respectivos indicadores, subtraído da média dos 21 indicadores. Ou seja, assume-se que a posição individual em cada um dos valores é medida por referência à média individual dos 21 indicadores, devendo, por conseguinte, ser interpretada como positiva, neutra ou negativa face ao conjunto.³⁴

Com base numa associação dos dez tipos de valores motivacionais³⁵ (quadro 2.4) torna-se possível criar quatro *scores* tradutores de quatro macrovalores que o autor designa “ordem mais elevada”.³⁶ Vejamos como se posicionam os 19 países, e homens e mulheres, face a estes tipos motivacionais (figura 2.13).

Em todos os países os indivíduos consideram-se “autotranscendentes”³⁷ — as mulheres mais do que os homens —, notando-se uma ligeira diminuição

34 A fim de facilitar a interpretação dos resultados, a escala dos indicadores foi invertida antes da criação das variáveis tradutoras dos dez tipos motivacionais básicos. Assim, o *score* individual será tanto mais elevado positivamente, quanto mais o inquirido se identificar com o valor e vice-versa.

35 Ver o capítulo de Alice Ramos.

36 "Higher-order types of values" no original.

37 Benevolência+universalismo; *alfa* de Cronbach = 0,71.

dos respectivos *scores* dos países escandinavos e da Europa do Centro e do Norte para os países do alargamento e da Europa do Sul. Quanto à “autopromoção”,³⁸ em nenhum país os indivíduos se identificam com este tipo de valores — as mulheres ainda menos do que os homens —, notando-se um ligeiro acréscimo dos respectivos *scores* dos países escandinavos e da Europa do Centro e do Norte para os países do alargamento e da Europa do Sul.

Já no que se refere à “conservação”³⁹ as escolhas situam-se na maioria dos países no centro da escala e só assumem valores positivos nos países do alargamento, com a Polónia e a República Checa a atingirem os *scores* mais elevados, e na Europa do Sul. As diferenças entre homens e mulheres são praticamente imperceptíveis na maioria dos países, sendo mais expressivas nos países do alargamento e do Sul, onde se verifica que elas são mais conservadoras do que eles. Quanto aos valores referentes a “abertura à mudança”⁴⁰ verifica-se, tal como para a “conservação”, que os indivíduos não se afastam muito do centro da escala na maioria dos países, revelando-se mesmo uma identificação negativa na Irlanda, nos países do alargamento e da Europa do Sul, revelando-se a Polónia como o “menos aberto” e a Dinamarca e a Suíça como os “mais abertos”. Os homens são, em todos os países, mais abertos à mudança do que as mulheres.

O panorama global na maioria dos países europeus quanto aos valores, numa primeira abordagem, tanto no feminino como no masculino, parece claro. Os europeus vêem-se a si próprios como defensores de valores que sublinham a ajuda aos outros e a lealdade aos amigos (benevolência), acham importante a igualdade de oportunidades, o respeito pela diferença e a protecção da natureza (universalismo). Em contrapartida, têm, na sua maioria, uma imagem de si próprios como indivíduos que dão menos importância à riqueza e ao controlo sobre as outras pessoas (poder), bem como ao sucesso ou a serem muito admirados e reconhecidos pelos outros (realização).

Como se pode ver na figura 2.13, a defesa da “autotranscendência” e a rejeição da “autopromoção” são escolhas maioritárias claras em todos os países. Já quanto à “conservação” ou à “abertura à mudança” as posições estão muito mais próximas do centro da escala — como se a este propósito não se quisesse dar uma imagem de si muito extremada. Nem se apoiam claramente, nem se rejeitam com vigor, na maior parte dos países, os valores da obediência ou do cumprimento das regras (conformismo), nem da modéstia, humildade ou tradição (tradição) ou ainda os da segurança pessoal ou política (segurança). Do mesmo modo, para a maioria, não são de forma nítida nem rejeitados nem defendidos valores e atitudes que sublinham o prazer imediato (hedonismo), a criatividade e independência (autodeterminação), nem a novidade, o risco, a aventura e o desafio (estimulação).

38 Poder+realização; *alfa* de Cronbach = 0,73.

39 Conformismo+segurança+tradição; *alfa* de Cronbach = 0,74.

40 Autodeterminação+estimulação+hedonismo; *alfa* de Cronbach = 0,76.

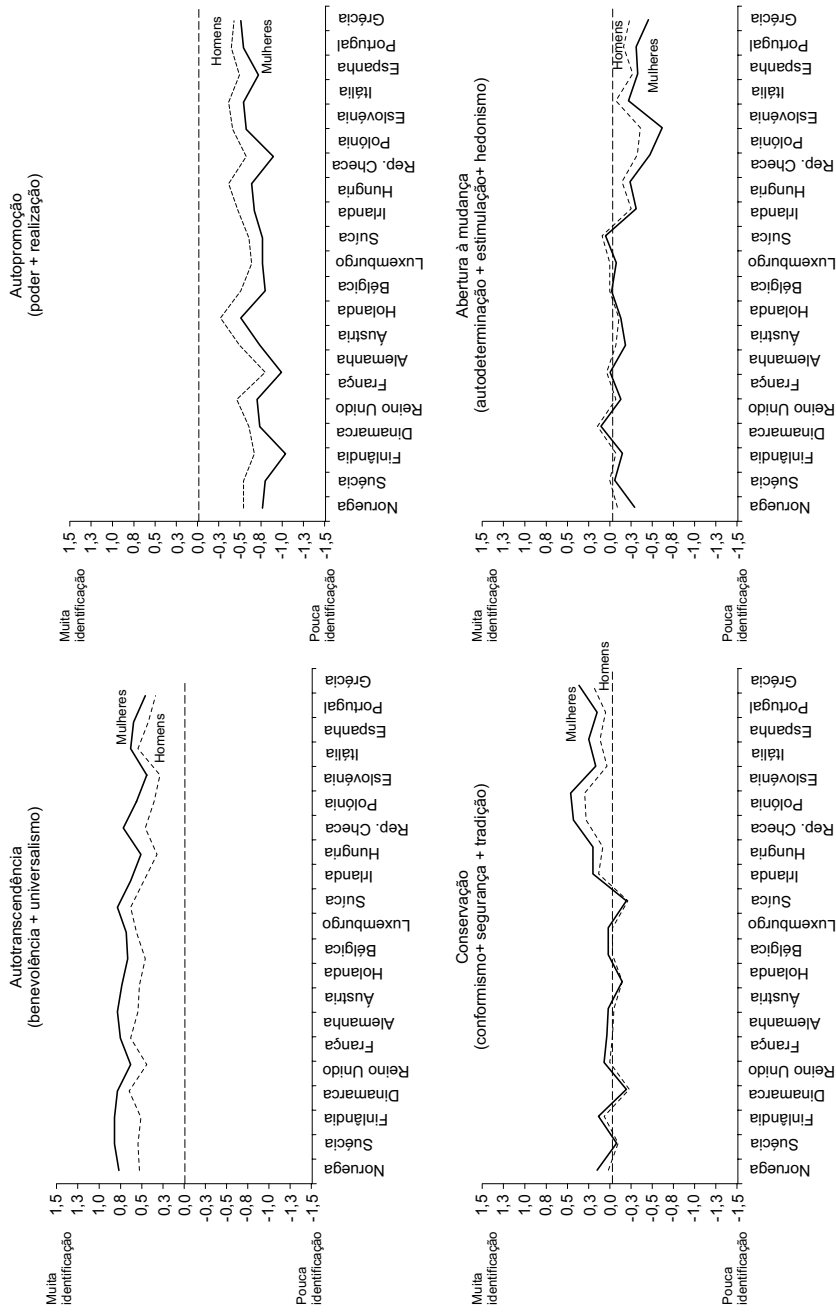


Figura 2.13 Valores humanos dos europeus por país e sexo

Nota: **Autotranscendência:** Variância por sexo: $F(1,28804)=972,789$; $p=0,000$; $E\eta^2=0,033$; Variância por países: $F(18,28796)=51,378$; $p=0,000$; $E\eta^2=0,031$.
Autopromoção: Variância por sexo: $F(1,28804)=775,528$; $p=0,000$; $E\eta^2=0,026$; Variância por países: $F(18,28796)=66,075$; $p=0,000$; $E\eta^2=0,040$.
Conservação: Variância por sexo: $F(1,28804)=286,365$; $p=0,000$; $E\eta^2=0,010$; Variância por países: $F(18,28796)=98,093$; $p=0,000$; $E\eta^2=0,058$.
Abertura à mudança: Variância por sexo: $F(1,28804)=300,054$; $p=0,000$; $E\eta^2=0,010$; Variância por países: $F(18,28796)=103,877$; $p=0,000$; $E\eta^2=0,061$.

Quanto à “conservação” e à “abertura à mudança”, vale a pena ainda adiantar que, apesar de as escolhas estarem muito próximas do centro da escala na maioria dos países, as posições tornam-se mais claras na Irlanda, nos países do alargamento e nos do Sul. É-se mais conservador nos países que se referiram por último e portanto, logicamente, menos aberto à mudança, como se vê bem na figura 2.13. Estas pequenas variações, coerentes entre si e relativamente a outros dados do ESS já analisados sobre os países referidos, confirmam a credibilidade destes resultados.

Quanto às diferenças entre homens e mulheres,⁴¹ é interessante verificar que, não havendo disparidades frontais, as distinções relativas se adequam a expectativas previsíveis. As mulheres afirmam-se, ainda mais do que os homens, preocupadas com os outros e defensoras de direitos humanos universais, ao mesmo tempo que se revelam mais distantes de uma afirmação em termos de sucesso e de poder. Reflectem-se certamente aqui os seus quotidianos, a realidade da vida de muitas mulheres que se desdobram quer precisamente nos cuidados aos outros, através das responsabilidades familiares, quer no trabalho profissional. Poder-se-á assim dizer que estas afirmações de maior benevolência, de maior universalismo e de maior afastamento das preocupações relativas ao poder correspondem bem aos estereótipos. Mas o que dizer da afirmação global em todos os países de forma regular e inequívoca — de homens e de mulheres — de adesão tão marcadamente positiva aos valores “autotranscendentes” e de afastamento claro dos que se referem ao poder e à realização, os valores da chamada “autopromoção”?

Estão os europeus, no plano dos valores, mais próximos dos estereótipos femininos do que dos masculinos? Uma visão mais cínica explicaria esta tendência como a resposta adequada em termos de desejabilidade social. Mas se assim for, será indiferente que em todos os países se definam os valores “autotranscendentes” como desejáveis? Será que esta afirmação tão dominante de interesse pelos outros e pela igualdade de oportunidades funciona de forma compensatória? E por que é que, mais uma vez, a desejabilidade social é a mesma, apesar das distâncias relativas, para homens e para mulheres?

Para responder a estas perguntas é necessária análise mais aprofundada, noutra contexto. Mas não deixa de ser importante realçar que há grande convergência no plano das escolhas pessoais entre estes resultados e aqueles que atrás se analisaram quanto à hierarquização do que é importante na vida de cada um. Quando homens e mulheres, na maioria dos países, escolhem, numa lógica hierárquica perfeitamente coincidente, primeiro a família, depois os amigos e o lazer e de seguida o trabalho, revelam

41 A configuração do espaço estrutural dos quatro valores (analisada através do procedimento *multidimensional scaling*/PROXCAL disponível no SPSS) é idêntica para os homens e para as mulheres.

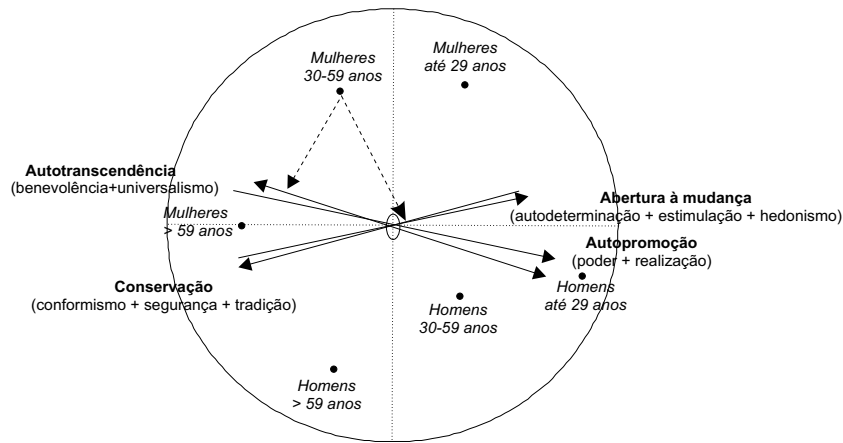


Figura 2.14 Valores humanos dos europeus por sexo e idade

Nota: A posição relativa das categorias face aos valores obtém-se traçando uma perpendicular das mesmas a cada vector, imaginando a categoria na respectiva zona de intersecção. Ver a título de exemplo as mulheres 30-59 anos face à autotranscendência e à conservação.

SPSS/CatPCA. *alfa* de Cronbach = 0.999; variância explicada pelas dimensões = 99,56%

dar muita importância aos afectos, aos valores sociais e relacionais. Ou seja, também a uma forma de “autotranscendência”.

Em todo o caso, mais uma vez aqui se mostra a necessidade de afastar visões dicotómicas que insistem em essencializar as diferenças de género. A partir da figura 2.14, que introduz na análise o escalão etário, nota-se que as diferenças intra-sexos são mais relevantes do que as diferenças inter-sexos, como se tem sublinhado, evidenciando que a análise apenas centrada nas diferenças entre homens e mulheres esconde alterações na estrutura dos valores a que convém estar atento.

Com efeito, valores como a “abertura à mudança”, de que as mulheres pareciam estar mais distantes e os homens relativamente mais próximos, como se pode ver na figura 2.14, parecem agora estar associados a um grupo específico de mulheres mais jovens (até 29 anos), enquanto em contrapartida a “conservação”, da qual as mulheres se revelavam globalmente mais próximas, surge agora mais associada aos homens mais velhos (59 anos).

Por sua vez a “autotranscendência” que, tendo globalmente mais adesão no feminino, também surgia associada ao masculino, passando-se o inverso com a “autopromoção”, está respectivamente mais associada às mulheres entre 30 e 59 anos no primeiro caso, e aos homens da mesma faixa etária no segundo.

Procurando explorar o efeito de outras variáveis, concluiu-se que a escolaridade apresenta correlações significativas ($p=0,000$), embora muito fracas, com a “autotranscendência” ($r=0,078$) e com a “autopromoção” ($r=0,048$), e fracas com a “abertura à mudança” ($r=0,235$) e a “conservação” ($r=-0,316$), a única em sentido negativo, associando, por conseguinte, a conservação à baixa escolaridade.

A escolaridade que, como dissemos atrás, assume hoje uma importância capital na inculcação de valores, apresenta correlações⁴² muito fracas com a “autotranscendência” ($r=0,078$) e a “autopromoção” ($r=0,048$), e fracas com a “abertura à mudança” ($r=0,235$) e o “conservadorismo” ($r=-0,316$), a única em sentido negativo, associando, por conseguinte, o conservadorismo à baixa escolaridade.

Escolaridade: a especificidade de Portugal

No aprofundamento da análise sobre os dados do ESS que temos vindo a desenvolver enquanto elementos da equipa do CIES/ISCTE associada ao ESS, a escolaridade revela-se uma das variáveis mais explicativas das diferenças encontradas nalgumas das dimensões que privilegiamos. Claro que isso não será novidade, quer para os investigadores na matéria quer mesmo, atrevemo-nos a pensar isso, para o público em geral. Com efeito, a escola constitui o lastro por excelência do desenvolvimento social e económico. A polémica sobre a dualidade do crescimento económico *versus* desenvolvimento nunca passou de um falso problema. Saber se é o crescimento que precede o desenvolvimento ou este que precede aquele é de somenos importância, uma vez que estão estreitamente ligados: não se pode falar de desenvolvimento sem crescimento, nem tampouco faz sentido perseguir o crescimento sem desenvolvimento. Claro que não faltam exemplos deste último. São no entanto, como todos sabemos, falsos exemplos e sempre periclitantes. No fundo trata-se de opor dois contrários: o círculo virtuoso consubstanciado pelo binómio crescimento/desenvolvimento e o círculo vicioso do subdesenvolvimento sem crescimento. Na base do círculo virtuoso está, sem sombra para dúvidas, a escola, pela sua capacidade de conferir competências, teóricas e práticas, por um lado, e pela formação para a cidadania, que tem obrigação de promover.

Neste capítulo, os resultados do ESS não são bons para Portugal. Apesar das transformações dos últimos 30 anos, em que assistimos ao crescimento exponencial da população escolar, nomeadamente no ensino superior, o panorama não é risonho. Senão veja-se⁴³ a figura 2.15.

42 ($p=0,000$).

43 Utilizamos aqui uma pergunta do ESS sobre o número de anos de escolaridade que completou, pois só desta forma podemos proceder a comparações entre países.

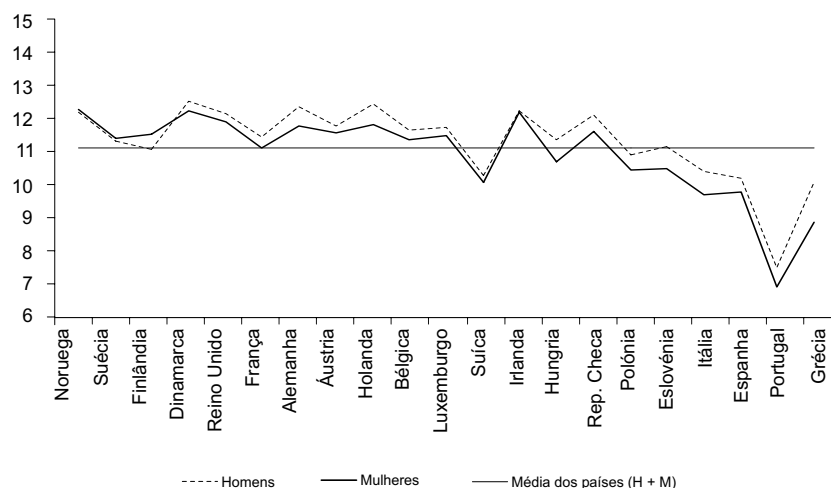


Figura 2.15 Anos de escolaridade concluídos por país e sexo (médias)

Nota: Variância por sexo: $F(1, 36252)=159,091, p=0,000, \eta^2=0,004$. Variância por países: $F(20, 36247)=163,582, p=0,000, \eta^2=0,083$.

Quadro 2.5 Anos de escolaridade concluídos em Portugal e na Europa (médias)

Escalão etário	21 países	Portugal	Diferença
60 anos ou mais	10,7	5,2	- 5,5
30 a 59 anos	12,9	8,7	- 4,2
15 a 29 anos	12,7	10,5	- 2,2
Total	11,8	7,4	- 4,4

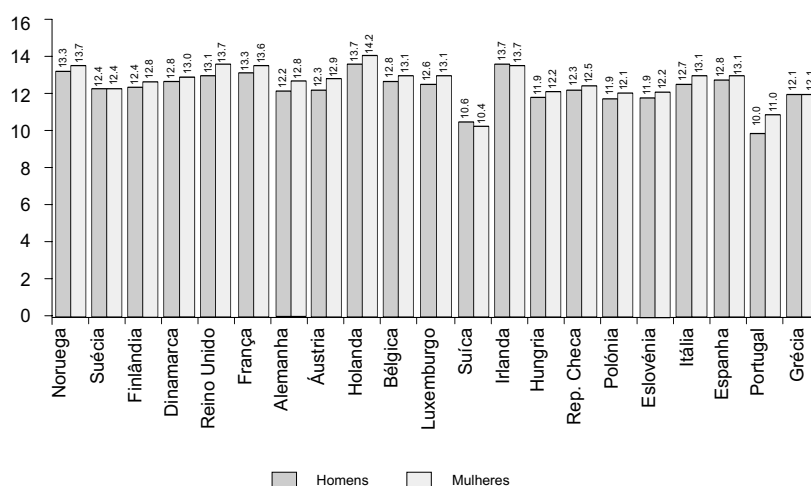
Abaixo da média europeia (11,8 anos) estão apenas a Suíça, as mulheres na Hungria e na Eslovénia, a Polónia e o Sul da Europa, com Portugal a bater o recorde, triste recorde, com 7,4 anos. Saliente-se ainda que as diferenças entre homens e mulheres na população em geral são muito pouco expressivas e, com exceção da Noruega, Suécia e Finlândia, estas apresentam valores médios inferiores aos homens.

O panorama português parece menos negro se tivermos em conta os escalões etários, onde é possível observar a diminuição das diferenças. De -5,5 anos entre os mais velhos, Portugal passou para -2,2 anos entre os mais novos relativamente à média (quadro 2.5).

Note-se, no entanto, que para esta convergência de Portugal com a média europeia, são as mulheres que mais contribuem. O diferencial, que é favorável

Quadro 2.6 Anos de escolaridade concluídos em Portugal e na Europa (médias)

Escalaão etário	21 países (H+M)	Portugal			Diferença entre a média dos 21 países e a média de Portugal	
		(H+M)	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
60 anos ou mais	10,7	5,2	5,9	4,6	-4,8	-6,1
30 a 59 anos	12,9	8,7	8,8	8,6	-4,1	-4,3
15 a 29 anos	12,7	10,5	10,0	11,0	-2,7	-1,7
Total	11,8	7,4	7,7	7,1	-4,1	4,7

**Figura 2.16** Anos de escolaridade concluídos por país e sexo no escalão etário de 15 a 29 anos (médias)

aos homens nos escalões de 30 a 59 anos e 60 ou mais anos, passa a ser favorável às mulheres no escalão de 15 a 29 anos, em que registam o valor de -1,7 anos, contra -2,7 anos neles, donde se conclui aquilo que já há muito tempo deixou de ser novidade: a crescente feminização dos graus mais elevados de ensino.

Mas será que esta feminização dos graus superiores de ensino aconteceu apenas em Portugal? A figura seguinte mostra que não. No escalão etário mais jovem (15 a 29 anos) as mulheres já são mais escolarizadas do que os homens em 15 dos 21 países analisados.

Donde se conclui que a feminização dos graus mais elevados de ensino não é circunstancial mas sim estrutural. Com efeito, quando se compara a população em geral (figura 2.16), das 3 situações em 21 em que as mulheres

tinham mais escolaridade do que os homens (Noruega, Suécia e Finlândia), passamos para 15 no escalão etário de 15 a 29 anos.

Conclusão

Não é difícil concluir, a partir da análise que desenvolvemos sobre atitudes e valores dos europeus, que se verificaram mais semelhanças do que diferenças entre homens e mulheres. Globalmente, as convergências são visíveis na maioria das respostas, sobretudo no que se refere àquilo que é considerado importante na vida, à confiança social e política, aos valores de cidadania e do papel do estado na economia. Embora em cada um destes domínios se tenham verificado, por vezes, ligeiras diferenças de posições entre os sexos, elas nunca foram expressivas.

Apenas em três domínios as diferenças foram mais significativas: no distanciamento perante a política, na valorização da religião e nalguns dos domínios dos valores humanos.

De uma forma global, as mulheres europeias revelam maior distanciamento da política e valorizam mais o papel da religião. Também no plano dos valores transituacionais se verificam algumas diferenças. Elas tendem a ser mais universalistas, benevolentes e conformistas do que os homens. Ou seja, de acordo com a tipologia de Schwartz, dão um pouco mais de importância a valores colectivos ou mistos, são mais “autotranscendentes” e “conservadoras” do que eles. Mesmo neste caso, contudo, as distinções não opõem frontalmente homens e mulheres, traduzindo-se mais em diferenças de acento tónico. Será assim muito difícil, a partir daqui, sustentar que os homens são de Marte e as mulheres de Vénus.

De resto, o que deve ser mais salientado nestas conclusões a propósito dos valores e em completa contradição com os estereótipos, é que os homens, exactamente como as mulheres, valorizam positivamente as atitudes relacionadas com o universalismo, a benevolência, e negativamente as que se relacionam com o poder, a afirmação pessoal, a competição. Ou seja, afinal, e ao contrário do que vão sendo as socializações masculinas na família e no grupos de pares — que continuam ainda a enfatizar diferenças no comportamento do homem e da mulher “adequados” — quando os dois sexos são chamados a dar a sua opinião, em condições de completo anonimato, elas/eles identificam-se dando uma imagem que tende a salientar como positivas as mesmas atitudes e configurações de valores.

Ainda que se admita que há sempre nestas declarações efeitos da chamada “desejabilidade social”, o facto de homens e mulheres quererem dar de si mesmos uma imagem que se revela idêntica não deixa de pôr em causa as posições mais essencialistas ou que atribuem às diferenças biológicas efeitos directos, unívocos e duradouros na percepção e nos comportamentos. Esta proximidade de posições no plano das atitudes e valores entre os dois sexos

constituíra já, aliás, conclusão de outras pesquisas com observações mais localizadas (Prince-Gibson e Schwartz, 1998).

Significará essa ausência de grandes distâncias entre os sexos no plano dos valores e atitudes, que homens e mulheres tenham experiências de vida semelhantes e que, afinal, já faça pouco sentido afirmar a necessidade da igualdade de género? De modo algum. Vale a pena, para responder melhor a estas interrogações, retomar o que se disse sobre os pontos subsistentes de maior divergência.

Distanciamento em relação à política, medido através do interesse global e da disponibilidade para a participação, eis uma dimensão em que se verifica de facto maior distância entre homens e mulheres. Ela pode ser explicada por dois motivos principais. Por um lado, sabemos que a maioria das mulheres europeias são activas e que, para além do trabalho profissional, acumulam as responsabilidades familiares — que lhes são explícita e implicitamente atribuídas como responsabilidade principal independentemente de trabalharem ou não fora de casa — ficando com muito pouco tempo para outras actividades. Isso mesmo demonstram inequivocamente os inquéritos aos usos do tempo. A conclusão evidente é que as condições objectivas são muito pouco favoráveis à disponibilidade feminina ou mesmo ao interesse pela política.

Mas, por outro lado, também é certo que o funcionamento do universo político, a começar pelo facto de haver poucas mulheres nessa actividade e porque as modalidades específicas do seu desenvolvimento — horários irregulares, regras e normas implícitas que favorecem quem não tenha outras responsabilidades, como as familiares — tendem a produzir efeitos de exclusão das mulheres (Viegas e Faria, 2001). Temos assim um duplo efeito de exclusão e de auto-exclusão. São estes mecanismos que se geram no quotidiano da vida social, também com poderosos efeitos simbólicos, que tornam difícil a participação feminina e que impõem a necessidade de medidas especiais — como é o caso das quotas — por forma a contrariar aquilo que se vem reconhecendo ser o grave *deficit* democrático da escassa participação feminina na política.

Os dados do ESS bem demonstram, no entanto, e é interessante sublinhá-lo, que o facto de as mulheres europeias afirmarem ter menor disponibilidade e interesse pela política não impede que, quando chamadas a dar a sua opinião, elas o façam mostrando escolhas específicas e clarificadoras. É muito revelador, por exemplo, que na maioria dos países sejam as forças políticas à esquerda que têm maior preocupação com as questões da igualdade entre os sexos, ou com políticas que podem afectar directamente o quotidiano feminino, as que as mulheres mais apoiam. Assim, como se viu, na maioria dos países europeus, com excepção do Sul da Europa, as mulheres assumem uma posição à esquerda dos homens. Efeito semelhante se pode verificar quando elas afirmam, e ainda em especial as mais jovens, a importância de os governos combaterem as desigualdades de rendimento e intervirem na economia, ou

quando defendem de forma clara a necessidade da existência de sindicatos fortes. Essa tendência de as mulheres assumirem, na maioria dos países, posições habitualmente mais associadas aos partidos de esquerda foi um resultado também encontrado por Inglehart e Norris (2003).

Maior distanciamento da política não significa, pois, ausência de capacidade de ajuizar ou de escolher. Confirma-se assim, que para entender melhor os fenômenos da participação política das mulheres, mais do que procurar na “natureza feminina” uma essência de aversão ao político, fará sentido analisar os processos sociais que lhe estão na origem. São eles que promovem a exclusão, do mesmo modo que alimentam e reproduzem desigualdades. A análise das condições de vida e de existência da larga maioria das mulheres, bem como o seu lugar estratégico na reprodução da espécie, ajudará também certamente a explicar por que dão elas sistematicamente mais importância à religião do que os homens. Mas o tema exige análise específica e aprofundada, impossível neste contexto.

Voltando aos resultados mais globais do ESS, assinala-se a diferença entre os sexos que se refere aos níveis de escolaridade atingidos. Também aqui se pode dizer, como se concluiu a propósito das posições políticas, que se passou de um *traditional gender gap* para um *modern gender gap*. Com efeito, enquanto no passado as mulheres eram menos escolarizadas do que os homens, é hoje claro que as europeias mais jovens frequentam em média mais anos de ensino do que os seus congêneres do sexo masculino.⁴⁴

Para finalizar esta perspectiva transversal dos dados do ESS quanto às diferenças de género, vale a pena sublinhar que o exercício mostra a necessidade de afastar posições estereotipadas. A convergência dos dois sexos a propósito de um conjunto vastíssimo de atitudes, opiniões e valores é a conclusão mais flagrante, e desmente tentativas de essencialização das diferenças de género. Mas também se encontraram diferenças que servem para contrariar a ilusão de semelhança, que não corresponde de resto a algumas vivências quotidianas. As diferenças de posição que se encontraram de forma localizada podem ser reconduzidas, entre outros factores, aos processos sociais, às condições de vida, às assimetrias reais e às desigualdades que continuam a persistir entre homens e mulheres.

É certo também que se trata aqui de posições muito genéricas e de dados globais, sendo certamente necessário, para a melhor compreensão de cada uma

44 No que se refere ao caso particular de Portugal, tudo aponta para que a baixa escolaridade seja, em grande parte, a principal causa do nosso atraso endémico e, caso não consigamos corrigir esta situação rapidamente, as nossas dificuldades agravar-se-ão no futuro próximo. Mesmo no escalão dos mais novos (15-29 anos) Portugal continua abaixo da média europeia, enquanto os países do mais recente alargamento da UE que participaram neste estudo — Hungria, República Checa, Polónia e Eslovénia — já a ultrapassaram. Sem cidadãos bem preparados a nível da literacia não há “choque tecnológico” possível.

das posições e situações referidas, análises mais finas e outras metodologias de abordagem.

O exercício funcionou, no entanto, como forma de desconstrução de visões correntes, as quais muitas vezes se interpõem como cortina ideológica, dificultando a compreensão da realidade. De resto, as questões da diferença e da igualdade entre homens e mulheres tendem a provocar hoje em dia discursos paradoxais. Assinalando o que mudou ao longo dos últimos anos, ao mesmo tempo que sublinha as persistentes desigualdades, Ulrich Beck chama a atenção para esses paradoxos, afirmando que é precisamente porque se deram significativos avanços no plano da igualdade entre homens e mulheres que os as contínuas desigualdades se tornam ainda mais evidentes ao nível das consciências (Beck, 1992).⁴⁵

Na realidade, o que as mudanças dos últimos cem anos, bem como o protagonismo feminino, também vieram demonstrar, foi a consecutiva destruição de barreiras conceptuais sobre as consequências das reais diferenças biológicas entre homens e mulheres. Esse processo está longe de ter terminado.

Referências bibliográficas

- Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Cardoso Torres, e Karin Wall (2000), "Family relations: change and diversity", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.) *Crossroads to Modernity: Contemporary Portuguese Society*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de (1990), *Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Amâncio, Lúcia (1994), *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento.
- Beck, U. (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres, Sage Publications.
- Beck, U., e Elizabeth Beck-Gernsheim (2002), *Individualization*, Londres, Sage Publications.
- Bourdieu, Pierre (1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editora.
- Cabral, Manuel Villaverde (2005), "Confiança, mobilização e realização política em Portugal", em Pedro Magalhães, Marina Costa Lobo e André Freire, *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Carvalho, Helena (2004), *Análise Multivariada de Dados Qualitativos: Utilização da HOMALS com SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Connel, R. W. (1987), *Gender & Power*, Cambridge, Polity Press.

45 Depois de assinalar os grandes aquisitivos da igualdade entre os sexos no plano das ideias, mas também as profundas resistências a uma verdadeira mudança, afirma: "This has seemingly the paradoxical effect that the increased equality brings the continuous and intensifying inequalities even more clearly into consciousness" (Beck, 1992: 103). Este tema é ainda muito mais aprofundado num livro mais recente escrito com Elizabeth Beck-Gernsheim (Beck e Beck-Gernsheim, 2002).

- Connel, R. W. (2002) *Gender*, Cambridge, Polity Press.
- Fernandes, António Teixeira (2003), "Valores e atitudes religiosas", em J. Vala, M. V. Cabral e A. Ramos (orgs.), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 123-197.
- Fernandes, António Teixeira (2004), "Democracia, descentralização e cidadania", em José Manuel Leite Viegas, António Costa Pinto e Sérgio Faria (orgs.), *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras, Celta Editora, pp. 35-60.
- Halman, L. (2003), "Capital social na Europa contemporânea", em J. Vala, M. V. Cabral e A. Ramos (orgs.), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 257-289.
- Inglehart, R., e P. Norris, (2003), *Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change Around the World*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Inglehart, R., P. Norris, e C. Welzel (2003), *Human Values and Social Change*, Leiden, Brill.
- Kimmel, M. (2000), *The Gendered Society*, Oxford, Oxford University Press.
- Klement, Carmen, e Brigitte Rudolph (2004), "Employment patterns and economic independence of women in intimate relationships", *European Societies*, 6 (3), pp. 299-318.
- Kriesi, Hanspeter (2004), "A decisão dos cidadãos por voto democrático directo: a experiência suíça", em José Manuel Leite Viegas, António Costa Pinto e Sérgio Faria (orgs.), *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras, Celta Editora, pp. 187-196.
- Newton, Kenneth (2004), "Confiança social", em José Manuel Leite Viegas, António Costa Pinto e Sérgio Faria (orgs.), *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras, Celta Editora, pp. 61-84.
- Prince-Gibson, Eetta, e Shalom Schwartz (1998), "Value priorities and gender", *Social Psychology Quarterly*, 61 (1), pp. 49-67.
- Ramos, A. (2006), "Dinâmicas dos valores sociais e desenvolvimento socioeconómico", in J. Vala e A. Torres (orgs.) *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 183-215.
- Schwartz, S. H. (1992), "Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries", em M. Zanna (org.), *Advances in Experimental Social Psychology* (vol. 25), Orlando, Academic Press, pp. 1-65.
- Schweisguth, Etienne (2004), "Convergência ideológica e declínio do interesse político", em José Manuel Leite Viegas, António Costa Pinto e Sérgio Faria (orgs.), *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras, Celta Editora, pp. 257-276.
- Torres, Anália Cardoso (1996), *Divórcio em Portugal. Ditos e Interditos*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso (2001), *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão feminina*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso (2004), *Vida Conjugal e Trabalho*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália, Francisco Viera da Silva, Teresa Líbano Monteiro, e Miguel Cabrita (2004), *Homens e Mulheres: Entre Família e Trabalho*, Lisboa CITE, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

- Torres, A., e R. Brites (2006), "Atitudes e valores dos europeus: a perspectiva do género numa análise transversal" em J. Vala, e A. Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 325-378.
- Torres, A., R. Mendes, e T. Lapa (2006), "Famílias na Europa", em J. Vala e A. Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 97-144.
- Torres, A., I. Cardoso, e B. Coelho, (2007), "Novos e velhos sentidos da família: uma perspectiva europeia", comunicação apresentada ao seminário internacional de apresentação de dados do European Social Survey, 2004, em Lisboa em 9 de Fevereiro de 2007 no Instituto de Ciências Sociais.
- Torres, A., B. Haas, N. Steiber, e R. Brites (2007), *Time Use, Work Life Options and Preferences over the Life Course in Europe*, Luxemburgo, Office for the Official Publications of the European Communities, Foundation for the Improvement of the Living and Working Conditions.
- Vala, J., M. V. Cabral, e A. Ramos (orgs.) (2003), *Valores Sociais. Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Vaus, D. (2004), *Analyzing Social Science Data*, Londres, Sage Publications.
- Viegas, J. M., e S. Faria (2001), *As Mulheres na Política*, Oeiras, Celta Editora.
- Viegas, J. M. L. (2003), "Valores políticos e intervenção do Estado na vida social e económica", em J. Vala, M. V. Cabral e A. Ramos (orgs.) (2003), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 363-386.

Trabalho e família: que qualidade de vida? Uma análise exploratória do sector dos serviços

Maria das Dores Guerreiro e Eduardo Alexandre Rodrigues

Introdução

É apresentada neste capítulo uma abordagem sociológica extensiva e exploratória de alguns factores associados a diferentes níveis de satisfação com o trabalho e de bem-estar subjectivo, numa amostra de trabalhadores portugueses do sector dos serviços. A análise desenvolvida focará com especial atenção o domínio do trabalho e dará também particular relevo às relações existentes entre diferentes padrões de articulação trabalho-família e níveis individuais de bem-estar, tal como eles são avaliados pelos trabalhadores inquiridos. Dois momentos principais compõem a apresentação dos resultados obtidos: primeiro, irá ser analisado um conjunto de variáveis relativas a condições de trabalho e modos de inserção no emprego, e serão abordadas as diversas formas como esses factores de diferenciação estão associados a avaliações feitas sobre trabalho e bem-estar; depois, estará em análise a maneira como esse mesmo conjunto de variáveis afecta as avaliações dos indivíduos relativas à relação trabalho-família, tendo igualmente como objectivo último compreender que factores estão em causa quando se olha para os níveis de satisfação com o trabalho e para os níveis de bem-estar.

Um dos objectivos centrais deste trabalho tem que ver com a elaboração exploratória e com o teste de alguns indicadores de qualidade do trabalho, de satisfação com a relação trabalho-família e de bem-estar, tendo sido também esboçadas algumas hipóteses provisórias. A estratégia de apresentação escolhida assenta numa identificação, a partir de análises simples, de relações entre variáveis passíveis de funcionarem como primeiros indícios da existência de padrões importantes do ponto de vista sociológico. Análises posteriores irão permitir avançar de forma mais complexa e sustentada na direcção das diversas pistas de investigação que aqui serão identificadas.

Este trabalho enquadra-se no âmbito de um projecto europeu actualmente em curso — *Quality of Life in a Changing Europe*¹ — que tem como objectivo global mapear os níveis e padrões de bem-estar e qualidade de vida dos trabalhadores europeus do sector dos serviços. A partir de uma abordagem global com um cariz fortemente comparativo, uma das dimensões do projecto contemplou a realização, em cada país participante, de um inquérito por questionário em empresas do sector dos serviços: telecomunicações, retalho, finança e saúde.² De facto, esse sector de actividade surge como determinante na organização das sociedades contemporâneas, não apenas em termos de configuração ampla, como também na determinação das oportunidades de vida dos indivíduos, dos seus contextos de trabalho e da maneira como transitam entre profissão e vida familiar (Cardoso e outros, 2005). Por isso, o projecto entendeu privilegiar uma abordagem centrada nesses trabalhadores, nomeadamente através de uma recolha empírica que possibilitasse a realização de análises comparativas de segmentos particularmente qualificados.

Como se disse, neste primeiro exercício exploratório será apresentada uma análise geral de alguns dos principais padrões de satisfação com o trabalho e de bem-estar, tal como é possível apreendê-los a partir das respostas obtidas nos questionários aplicados em Portugal.

De que forma estão associadas percepções e avaliações de satisfação e de bem-estar geral e níveis de qualidade do trabalho? De que forma diversos factores centrais no domínio profissional estão articulados com avaliações subjectivas feitas pelos indivíduos acerca da sua qualidade de vida? Por outro lado, de que maneira variam essas representações e apreciações quando olhamos para os padrões de articulação entre o trabalho e a família? Em termos mais globais, o que pode ser dito acerca das inter-relações existentes entre, por um lado, qualidade do trabalho e qualidade das relações trabalho-família e, por outro, satisfação com o trabalho e bem-estar?

Estas foram algumas das questões que guiaram a análise preliminar dos dados quantitativos exposta neste capítulo. Em cada uma das duas secções de análise empírica, o texto foi estruturado da seguinte forma: uma breve apresentação das principais coordenadas analíticas adoptadas é seguida pela explicitação dos vários indicadores utilizados, nomeadamente: qualidade do trabalho (controlo e apoio inter-relacional), satisfação com o trabalho, satisfação com a relação trabalho-família, interferência negativa do trabalho na família e da família no trabalho e, finalmente, bem-estar subjectivo. Na componente de

1 Participam neste projecto, para além de Portugal, sete outros países pertencentes à União Europeia: Finlândia, Suécia, Alemanha, Holanda, Reino Unido, Hungria e Bulgária. Para além da componente quantitativa, outras dimensões do projecto contemplam análises comparativas de natureza qualitativa e organizacional.

2 Em Portugal, nos vários sectores de actividade, foram aplicados por amostra aleatória 1.373 inquéritos por questionário.

descrição e interpretação dos elementos empíricos são identificadas associações consideradas relevantes, discutidas algumas hipóteses e abertas pistas de trabalho sobre os dados apresentados.

Qualidade de vida e bem-estar: breves elementos teóricos de enquadramento

A investigação nas ciências sociais sobre qualidade de vida e bem-estar tem florescido nas últimas décadas, associada ao desenvolvimento de tentativas para transcender abordagens mais circunscritas das condições materiais de vida dos indivíduos. Essas abordagens tenderam a centrar-se primordialmente, e por vezes de forma exclusiva, nos aspectos económicos e nas diversas formas de acesso desigual aos recursos materiais. Tendo em conta que semelhante espectro de análise é considerado fundamental mas insuficiente para dar conta da complexidade de factores que afectam as vivências quotidianas, outros esquemas analíticos foram desenvolvidos com o objectivo de introduzir nas abordagens sociológicas dimensões fulcrais de enquadramento da existência dos indivíduos, como sejam as políticas e medidas de *welfare*, os níveis de integração social e de exercício da cidadania, as inserções e experiências diferenciadas no trabalho e na família, os diferentes padrões de articulação entre esses dois domínios centrais, e as diversas modalidades de consumo e de práticas culturais (Diener, 2006; Diener e Suh, 1997; Phillips, 2006; Rappley, 2003; Sirgy e outros, 2006; Veenhoven, 2000).

O desenvolvimento da problemática sociológica da qualidade de vida está também, em parte, associado àquilo que tem sido designado em algumas instâncias como uma mudança de paradigma estruturador dos valores sociais. Assim, os valores “materialistas”, onde assumem proeminência a segurança económica e a sobrevivência material, estariam a assumir cada vez menos importância relativamente a valores de cariz “pós-materialista”, onde a auto-expressão e aspectos mais intangíveis da vida dos indivíduos têm lugar de destaque (Inglehart, 1990; 1997). Neste contexto, uma noção ampla como a de qualidade de vida ganhou notoriedade e transformou-se num assunto premente nas sociedades mais desenvolvidas da Europa e também nos Estados Unidos, precisamente onde, supostamente, a mera sobrevivência económica, na medida em que estaria assegurada para a esmagadora maioria da população, teria deixado de ser aspecto central da existência dos indivíduos.³

Uma das principais linhas de análise da qualidade de vida, frequentemente denominada abordagem dos “indicadores sociais”, começou por

3 Há já alguns anos que a qualidade de vida, nas suas várias ramificações, tem vindo a ser integrada nas políticas e recomendações da própria União Europeia (Alber, Fahey e Saraceno, 2008; Comissão Europeia, 2001).

dedicar particular atenção a formações sociais de dimensão apreciável, como regiões ou países. Esta perspectiva contribuiu para o desenvolvimento de uma bateria extensa e muito importante de indicadores de condições objectivas de vida — esperança média de vida, níveis de literacia, mortalidade infantil, etc. — para lá daqueles que estão destinados a avaliar a distribuição desigual de recursos económicos (Diener e Suh, 1997). Essas várias medidas permitiram não apenas a obtenção de um olhar mais aprofundado e mais completo sobre os padrões sociais diferenciados de bem-estar e de *welfare*, como também uma compreensão mais ampla da complexidade da noção de qualidade de vida.

Outra linha de investigação importante que pode ser articulada ao tópico agregador da qualidade de vida é relativamente mais recente e dedica especial atenção às dimensões culturais e subjectivas do bem-estar e da satisfação (Campbell, Converse e Rodgers, 1976; Diener, 1994; Diener e Suh, 1997; Diener e outros, 1999; Veenhoven, 1996). Central nesta abordagem é a noção de que a avaliação das condições materiais de vida e a consideração de variáveis “objectivas” são fundamentais, mas só adquirem um significado mais profundo e esclarecedor integrando nas análises outras dimensões de existência e as percepções e avaliações subjectivas fornecidas pelos próprios agentes. No decurso de investigações anteriores acerca da qualidade de vida, foram identificados alguns “paradoxos de satisfação”, ou seja, a condições materiais de vida muito favoráveis e a níveis elevados de posse objectiva de recursos económicos não correspondiam muitas vezes níveis esperados, ou seja, também eles elevados, de satisfação com a vida e de bem-estar subjectivo. Por outro lado, determinadas condições de vida vistas como desfavoráveis não se traduziam de forma linear em apreciações negativas e níveis reduzidos de bem-estar. Ou seja, não colocando em causa a existência de relações fortes entre a posse diferenciada de recursos materiais e a qualidade de vida dos indivíduos, relações já amplamente estudadas e demonstradas, trata-se aqui no fundo de reconhecer a existência de outras dimensões fulcrais de existência individual, também elas estruturadoras das subjectividades: o trabalho, a família, as vias de circulação entre esses dois domínios, e as sociabilidades, por exemplo. Outras variáveis, como sejam os valores e expectativas culturais, as estratégias individuais e familiares desenvolvidas para lidar com as necessidades quotidianas, e os processos de comparação social e avaliação subjectiva, foram sendo integradas nas análises sociológicas e serviram para matizar progressivamente a problemática da qualidade de vida. Diversas conceptualizações e indicadores úteis têm sido desenvolvidos neste âmbito: escalas de satisfação com diversos domínios (vida familiar, trabalho, saúde, lazer, etc.), medidas destinadas a captarem apreciações cognitivas e experiências emocionais, e índices multidimensionais de bem-estar e qualidade de vida, por exemplo (Diener, 2006; Diener e Diener, 1996; Diener e outros, 1999; Myers e Diener, 1995).

Como se pode ver a partir destas considerações rápidas, a problemática da qualidade de vida constitui-se como um “chapéu teórico” amplo que

abarca um número diversificado de perspectivas. Isso dá origem a uma diversidade considerável de propostas analíticas que se desdobram amplamente em estratégias metodológicas e opções de medida (Phillips, 2006; Rapley, 2003; Sirgy e outros, 2006; Veenhoven, 2000). É necessário também notar que, apesar do estabelecimento de algumas regularidades sólidas em termos empíricos, muitas das principais questões de pesquisa no âmbito da qualidade de vida permanecem abertas e têm sido alvo de tentativas de resposta por vezes díspares. Não obstante, alguns esforços de síntese frutíferos têm vindo a ser desenvolvidos; o acento tónico tem sido colocado, nomeadamente, na utilização simultânea e articulada de indicadores quer “objectivos”, quer de cariz mais “subjectivo”.

Erik Allardt (1976; 1993), por exemplo, desenvolveu uma conceptualização de qualidade de vida que inclui três dimensões: “ter” (respeitante a recursos materiais e condições de vida), “amar” (relativa às relações familiares e afectivas) e “ser” (que remete para questões de integração social e sentimentos de pertença e confiança colectiva). Esta proposta desdobra-se num esquema analítico multidimensional de pesquisa sobre a satisfação e o bem-estar que tem vindo a ser utilizado em investigações recentes no âmbito da União Europeia (Alber, Fahey e Saraceno, 2008; Böhnke, 2005; Fahey e outros, 2004; Kapitány, Kovács e Krieger, 2005; Saraceno, Olagnero e Torrioni, 2005; Wallace, Pichler e Hayes, 2007). A dimensão “ter” tem sido medida através de indicadores como sejam o rendimento disponível, características da habitação, condições de trabalho, estado de saúde, níveis de escolaridade, etc.; a dimensão “amar” pode ser operacionalizada recorrendo a medidas de frequência e estilos de contacto com familiares e amigos, por exemplo; já a dimensão “ser” contempla a utilização de indicadores como sejam o tipo de envolvimento em actividades de cidadania ou de lazer, as possibilidades de exercício de trabalho significativo e recompensador, o nível de liberdade e controlo disponível sobre diversos aspectos e domínios da vida e as possibilidades disponíveis de participação em processos de decisão a vários níveis. Allardt sublinha a necessidade de utilizar articuladamente indicadores objectivos e subjectivos em cada uma das três dimensões de análise referidas, de forma a ser possível traçar um panorama completo dos padrões de bem-estar e de qualidade de vida (Allardt, 1993).

Outros autores têm trabalhado no âmbito da denominada perspectiva dos “domínios de vida”, que se tem revelado frutífera, particularmente no que diz respeito à análise das articulações entre trabalho, família e qualidade de vida. De acordo com esta abordagem, as avaliações de satisfação e bem-estar subjectivo são dinâmicas e variam consoante a pluralidade de experiências que têm lugar num conjunto diversificado e complexo de esferas de vida que os indivíduos atravessam quotidianamente, como sejam a família, o trabalho, as sociabilidades, o lazer, etc. (Rojas, 2006; Sirgy e outros, 2001; 2006; Sirgy e Michalos, 2002). A saliência de cada um destes

domínios na determinação da qualidade de vida é também variável, sendo possível avançar com diversas articulações hierárquicas capazes de darem conta do complexo de factores que influenciam os níveis de bem-estar, em diversos patamares de agregação analítica. Estas análises concedem também espaço privilegiado a um conjunto de processos sociopsicológicos inter-relacionados, resultantes das inserções dos indivíduos nas diversas esferas: processos de “transferência” (*spillover*), em que experiências e avaliações num determinado domínio afectam e influenciam avaliações e experiências noutra; de segmentação, relativos a esforços de separação ou delimitação entre domínios de vida; e processos de compensação, que dão conta de esforços desenvolvidos para equilibrar emoções, experiências e avaliações diversificadas — e por vezes de sinal contrário — que têm lugar nos vários domínios, nomeadamente através de escolhas de investimento/desinvestimento de tempo e de outros recursos (Sirgy e outros, 2001; Staines, 1980).

Na literatura sobre bem-estar subjectivo, outros processos sociopsicológicos relevantes, como sejam os de adaptação/ajustamento e comparação social, são também discutidos (Diener, 1994; Diener e Suh, 1997; Diener e outros, 1999; Veenhoven, 1996). Os primeiros termos referem-se à articulação dinâmica usualmente existente entre condições materiais de vida e avaliações subjectivas da mesma, avaliações e expectativas essas que tendem a ser ajustadas, com temporalidades e níveis de inércia variáveis, àquilo que é percebido como sendo “razoável” querer e esperar em determinadas circunstâncias. Processos de comparação social devem também ser considerados quando se têm em conta as respostas fornecidas pelos indivíduos questionados acerca do seu bem-estar e qualidade de vida: a distância ou a proximidade de cada situação relativamente àquilo que são as condições tidas como efectivas dos grupos de referência positiva ou negativa tendem a funcionar como elemento importante de aferição de vida (Merton, 1970 [1968]). Experiências e acontecimentos passados, assim como objectivos e circunstâncias culturalmente estabelecidos como padrões ideais de satisfação e bem-estar também entram na definição complexa das respostas fornecidas pelos indivíduos, quando instados a pronunciarem-se sobre a sua qualidade de vida numa multiplicidade de domínios.

Em suma, pode dizer-se que a problemática da qualidade de vida dá espaço suficiente à elaboração de análises multidimensionais capazes de suplantarem algumas abordagens baseadas num número limitado de indicadores relativos a condições materiais (níveis de rendimento individual ou PIB *per capita*, por exemplo). Nos últimos anos esta perspectiva mais abrangente tem vindo a desenvolver-se rapidamente, contando já com uma bateria extensa de problemas de pesquisa e de indicadores empíricos. Inseparável desta constatação é uma outra, que sublinha o cariz complexo e multidimensional da noção de qualidade de vida: diferentes níveis analíticos e

ênfases de pesquisa diversas ajudarão em cada momento a delimitar a escolha da abordagem, dos métodos de investigação e das medidas empíricas. Condições materiais, habitação, saúde, família e trabalho são domínios fundamentais de determinação do bem-estar e da qualidade de vida dos indivíduos (Alber, Fahey e Saraceno, 2008; Phillips, 2006; Rapley, 2003); não obstante, muitas questões sociológicas estão ainda em aberto relativamente aos padrões sociais de articulação entre esses vários domínios e à forma como eles estruturam não só as circunstâncias concretas de cada indivíduo, mas também as percepções que estes têm sobre elas.

Como é óbvio, neste trabalho será dada atenção apenas a uma vertente seleccionada da problemática da qualidade de vida. O foco analítico será colocado na identificação e problematização de alguns factores importantes dos domínios do trabalho e da articulação trabalho-família que estão associados aos diferentes níveis de bem-estar declarados pelos indivíduos.

Depois desta breve referência a algumas coordenadas básicas das pesquisas que têm vindo a ser desenvolvidas sobre o tema, será ainda necessário especificar os conceitos e indicadores aqui utilizados. Isso será feito no início de cada uma das duas secções seguintes, como forma de enquadramento da discussão subsequente em torno dos elementos empíricos seleccionados para apresentação.

Qualidade do trabalho e bem-estar

Nas últimas décadas tem sido possível assistir a um conjunto de mudanças extensas no mundo do trabalho, associadas a dinâmicas mais amplas de globalização, reestruturação económica, flexibilização e aumento da precariedade e da insegurança no emprego, utilização crescente de tecnologias de informação e comunicação e desenvolvimento de novos modelos de gestão e formas de organização do trabalho (Beck, 2000; Cooper e Burke, 2002; Guerreiro e outros, 2004; Kovács, 2002). A constatação generalizada da importância destas transformações pode ser associada a um aumento do interesse num conjunto de questões e problemas de pesquisa associados à problemática da qualidade de vida, nomeadamente no respeitante ao impacto desses factores de mudança sobre os níveis de satisfação com o trabalho e também, em termos mais gerais, aos seus efeitos tal como eles se fazem sentir ao nível do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos europeus (Alber, 2008; Wallace, Pichler e Hayes, 2007; Wallace e Pichler, 2008).

Contudo, essas transformações de longo alcance no mundo do trabalho não impedem que ele continue a ser um dos domínios centrais de estruturação da vida dos indivíduos, quer em termos de utilização e organização do tempo, quer em termos de obtenção de recursos económicos e de constituição das identidades. Logo, é de esperar que a esfera do trabalho assumirá também um lugar de destaque na determinação do bem-estar e da qualidade de vida (Alber, Fahey e

Saraceno, 2008; Diener e Suh, 1997; Fahey e outros, 2004). O impacto efectivo e relativo dos vários factores que se relacionam com a inserção concreta dos indivíduos no mercado de trabalho e nas empresas e organizações tem vindo a ser objecto de discussões bastante vivas. Por isso, nas várias pesquisas levadas a cabo recentemente sobre qualidade do trabalho e respectivas articulações com a problemática mais ampla da qualidade de vida, muito permanece ainda em aberto: questões teóricas e metodológicas, indicadores utilizados, técnicas e instrumentos de recolha empírica (Wallace, Pichler e Hayes, 2007; Wallace e Pichler, 2008). Isso não impede, claro, que as várias investigações sociológicas que se têm debruçado sobre o problema tenham já contribuído para identificar algumas coordenadas de partida importantes para qualquer trabalho que se interesse pelas articulações existentes entre variáveis relacionadas com a inserção no trabalho e a qualidade do trabalho, e entre esta e níveis de bem-estar. Em jeito de enquadramento, será portanto útil fornecer alguns elementos a esse respeito antes de se entrar na análise de alguns dados empíricos preliminares.

Logo à partida, a condição perante o trabalho surge como uma variável fortemente diferenciadora de níveis de satisfação e bem-estar, nomeadamente quando falamos de desemprego. Isso acontece, como é fácil de ver, não apenas devido ao acesso a recursos materiais que o trabalho permite obter, como também devido à sua centralidade nos processos de constituição das identidades e de integração social de mulheres e homens (Caetano, Tavares e Reis, 2003; Kovács, 2002; Torres, 2004). Assim, várias pesquisas têm demonstrado a existência de níveis mais baixos de satisfação com a vida e de bem-estar entre desempregados, relativamente a quem possui um emprego (Fahey e outros, 2004; Gallie e Russell, 1998; Kapitány, Kovács e Krieger, 2005; Ouweneel, 2002).

No entanto, nesta análise pretende-se olhar, primeiro, para os factores de inserção no trabalho que estão associados a níveis diferenciados de qualidade e satisfação no mesmo, e depois para os padrões formados pela articulação entre qualidade(s) de trabalho e qualidade de vida. Estar-se-á por isso sempre a falar de indivíduos que possuam um emprego na altura da inquirição. Assim, existe um número elevado de factores cujo impacto sobre a qualidade do trabalho é forte: salários, condições físicas e ambientais, segurança, autonomia, criatividade, cultura organizacional e formas de integração aparecem como variáveis com peso na determinação dos níveis individuais de satisfação com o trabalho, embora muito diversamente articuladas entre si em cada caso concreto (Wallace, Pichler e Hayes, 2007; Wallace e Pichler, 2008). Outros domínios com impacto sobre a esfera laboral, como os diferentes regimes de estado-providência, por exemplo, também contribuem para estruturar as oportunidades e constrangimentos com que os indivíduos se deparam quotidianamente. Ou seja, quer no domínio do trabalho, quer noutros que com ele se articulam, existe um número muito amplo de factores que são importantes na explicação dos padrões diferenciados de qualidade do

trabalho e dos seus impactos nos níveis de bem-estar: modos de inserção no emprego, condições de trabalho, formas de integração social e outras variáveis económicas, culturais e também políticas (Kovács, 2002).

Há bastante tempo que têm vindo a ser demonstradas as inter-relações fortes existentes entre qualidade do trabalho e níveis de bem-estar e satisfação, sendo a partir daí levantadas questões que se prendem com os diversos componentes variáveis dessa “qualidade” (Campbell, Converse e Rodgers, 1976; Kapitány, Kovács e Krieger, 2005). Nível de remuneração, número de horas de trabalho e as condições de maior ou menor segurança ou precariedade em que os trabalhadores se encontram apresentam-se, à partida, como factores fundamentais de explicação da satisfação com o emprego; não obstante, a noção de qualidade é mais ampla, sendo necessário incluir na análise outras dimensões relevantes, que incluam mais vincadamente as apreciações subjectivas dos indivíduos acerca das suas circunstâncias. A possibilidade de desempenho de tarefas de forma criativa e com autonomia, modalidades de integração harmoniosa no trabalho em termos de relações interpessoais com colegas e chefias, assim como apreciações positivas do interesse das tarefas levadas a cabo, apresentam-se também como tendências geralmente associadas a níveis mais elevados de qualidade do trabalho (Alber, 2008; Caetano, Tavares e Reis, 2003; Clark, 2005; Wallace e Pichler, 2008). Mais recentemente começaram também a ser explorados os impactos ambivalentes que as cada vez mais conspícuas formas flexíveis de trabalho podem ter sobre a maneira como os indivíduos vivem e avaliam esse domínio central das suas vidas.

As teorias de *spillover* chamam a atenção para os possíveis impactos que as vivências no mundo do trabalho têm sobre a qualidade de vida em termos mais gerais (Sirgy e outros, 2001): os padrões de satisfação e bem-estar (positivos ou negativos) associados a uma determinada “esfera” central podem afectar ou “transbordar” para outra, como seja a família, por exemplo. Neste quadro, torna-se nítida a importância que as formas encontradas pelos indivíduos para conciliarem trabalho e família assumem na determinação da qualidade de trabalho e da qualidade de vida (Fahey e outros, 2004; Kapitány, Kovács e Krieger, 2005).

Não obstante, a análise da forma como os padrões de conciliação trabalho-família se articulam com diferentes níveis de bem-estar subjectivo é passível de ser parcialmente autonomizada em termos analíticos; essa análise assumirá destaque mais à frente neste trabalho. No imediato, com os propósitos de abordagem exploratória anteriormente referidos, serão focados os factores que estão associados a algumas dimensões seleccionadas de qualidade do trabalho e à satisfação com o mesmo; serão também tecidas algumas considerações provisórias acerca da forma como se articulam qualidade do trabalho e apreciações de bem-estar.

Indicadores utilizados

Como foi possível constatar, a problemática geral da qualidade de vida é diversificada e apresenta um número apreciável de abordagens teóricas e propostas de operacionalização. Já a qualidade do trabalho apresenta-se como um conceito multidimensional que pode ser explorado igualmente a partir de uma diversidade de objectivos. A Comissão Europeia, por exemplo, refere 31 indicadores passíveis de contribuírem para a sua medição através de um conjunto de dimensões (Kapitány, Kovács e Krieger, 2005): competências formais, formas de aprendizagem ao longo da vida, oportunidades de carreira, igualdade de género, saúde e condições de trabalho, flexibilidade e segurança, acesso e inclusão no mercado de trabalho, formas de organização das tarefas, diálogo social e envolvimento dos trabalhadores nos processos de decisão, políticas e oportunidades de conciliação entre trabalho e família, etc.

Recentemente, Green (2006) chamou a atenção para a importância das características do trabalho que potenciam as aptidões dos trabalhadores e promovem o seu bem-estar, uma proposta que se articula com a abordagem das capacidades de Amartya Sen (1993). Remunerações adequadas, sentimentos de segurança e de controlo sobre o trabalho (tarefas, ritmos, etc.) e uma integração positiva, em termos de apoio, na rede de inter-relações com colegas e chefias, aparecem como factores importantes para que os indivíduos possam aproveitar e potenciar as suas circunstâncias e para que possam alcançar objectivos e cumprir expectativas pessoais nos diversos domínios de vida (Green, 2006).

Dada a amplitude limitada do presente texto, optou-se por uma análise circunscrita a um conjunto seleccionado de indicadores de qualidade do trabalho, também com o objectivo de testar algumas medidas compósitas, tendo em vista o prosseguimento da análise em etapas seguintes de elaboração mais complexa. Assim, autonomia e criatividade, que podem ser entendidas como duas dimensões de controlo sobre o trabalho, foram tidas em conta, assim como a integração em redes de apoio formadas por colegas e chefias, o que remete para dimensões relacionais importantes de constituição dos contextos de trabalho. A satisfação com o trabalho surge também como um indicador da noção mais abrangente de qualidade do trabalho, na medida em que permite perspectivar as diversas maneiras como os próprios indivíduos vivem e avaliam o seu emprego. Em termos gerais, indicadores como estes que serão utilizados, traduzindo essencialmente percepções subjectivas dos agentes sobre o seu trabalho, em conjugação com outros de cariz mais objectivante, permitem traçar de forma mais matizada o quadro da qualidade do trabalho e da qualidade de vida (Sirgy e outros, 2001).

Assim, três indicadores foram mobilizados para medir alguns aspectos de qualidade do trabalho: controlo sobre o trabalho, apoio inter-relacional e satisfação. Mais uma vez, deve dizer-se que, sendo seleccionadas estas três

dimensões analíticas, estarão a ficar de fora, por enquanto, outros factores igualmente importantes na delineação da qualidade do trabalho dos indivíduos. No entanto, será útil olhar para a forma como essas dimensões se articulam com outros factores relativos à esfera do trabalho, articulações relevantes na determinação das experiências e avaliações individuais que aqui interessam: horas de trabalho, práticas flexíveis de organização das tarefas, (in)segurança e criatividade, por exemplo (Clark, 2005; Kapitány, Kovács e Krieger, 2005; Sirgy e outros, 2001; Sparks, Faragher e Cooper, 2001; Wallace e Pichler, 2008); mas também outras, como sejam a existência ou não de um ambiente solidário entre colegas e chefias e as margens de controlo dos trabalhadores sobre as suas próprias tarefas e desempenhos (Allen, 2001; Clark, 2005; Danna e Griffin, 1999). Depois de serem tecidas algumas considerações em torno dos efeitos considerados mais relevantes desses vários factores sobre a qualidade do trabalho, será analisada num segundo momento em que medida as várias dimensões do conceito estão associadas a diferentes níveis de satisfação e bem-estar subjectivo. Com isso pretende-se, de certa forma, levantar a hipótese de que a qualidade do trabalho se apresenta como uma noção mediadora, como outras, entre as várias componentes estruturadoras das inserções individuais no mundo laboral e a qualidade de vida dos agentes.

Ao longo do texto, *bem-estar subjectivo* foi medido recorrendo a um índice composto pelos seguintes cinco itens (alfa de Cronbach=0,877): a) Em grande parte a minha vida está próxima do meu ideal; b) As minhas condições de vida são óptimas; c) Estou satisfeito/a com a minha vida; d) Até agora consegui ter as coisas importantes que quero na vida; e) Se pudesse voltar a viver a minha vida do início, não mudaria quase nada. As respostas a cada pergunta foram dadas numa escala de sete pontos (de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”), pelo que valores mais elevados indicam níveis superiores de bem-estar.

Os níveis de *controlo sobre o trabalho* foram obtidos recorrendo a um instrumento com oito itens (alfa de Cronbach=0,796): a) Aprende coisas novas no seu trabalho?; b) O seu trabalho é criativo?; c) O seu trabalho tem tarefas repetitivas?; d) Tem liberdade para decidir *como* deve fazer o seu trabalho?; e) Tem liberdade para decidir *o conteúdo* do seu trabalho?; f) O seu trabalho requer que defina as suas próprias tarefas?; g) Tem liberdade para decidir *quando* deve fazer o seu trabalho?; h) Tem liberdade para decidir *onde* faz o seu trabalho? Deve ser notado que este conceito é composto por duas dimensões principais, criatividade e autonomia, embora aqui seja utilizado um índice agregado. Isso quer dizer que em etapas posteriores será possível explorar mais de perto essas duas dimensões analiticamente destrincháveis. Valores mais elevados neste indicador reflectem níveis superiores de controlo sobre o trabalho; a resposta a cada item foi dada numa escala de quatro pontos (de “nunca” a “sempre”, invertida para o item c).

O conceito de *apoio inter-relacional no trabalho*, referente à avaliação por parte dos inquiridos do tipo de relações estabelecidas com colegas e chefias,

foi medido com o recurso a um índice de cinco itens (alfa de Cronbach=0,841): a) Há um bom espírito de unidade; b) Os meus colegas estão lá para me ajudarem em caso de necessidade; c) As pessoas são compreensivas quando não estou nos meus melhores dias; d) Dou-me bem com os meus superiores; e) Dou-me bem com os meus colegas. A estas várias perguntas foram dadas respostas numa escala de cinco pontos (de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”), pelo que a valores mais elevados correspondem níveis também mais elevados de apoio dado por colegas e chefias tal como ele é percebido pelos inquiridos.

Por fim, a *satisfação com o trabalho* foi medida com o seguinte indicador: Em termos gerais, como se sente acerca do seu emprego actual?, variando as respostas entre “muito insatisfeito” e “muito satisfeito” através de uma escala de cinco pontos.

Devido à natureza subjectivante dos indicadores escolhidos, na análise que se vai seguir estarão em causa essencialmente as representações que os indivíduos possuem acerca de vários aspectos do seu trabalho. Num primeiro momento, serão examinadas as associações existentes entre diversos factores de inserção profissional e níveis diferenciados de controlo e de apoio inter-relacional no trabalho, assim como níveis de satisfação; depois tentar-se-á identificar alguns elementos úteis de análise da forma como essas dimensões seleccionadas de qualidade do trabalho se articulam com níveis mais gerais de bem-estar.

Trabalho e bem-estar: factores e níveis de qualidade

A partir dos dados reunidos no quadro 3.1, pode-se começar a analisar a forma como o controlo, o apoio e a satisfação no que concerne ao trabalho estão desigualmente associados a diferentes padrões de inserção profissional e de avaliação subjectiva. Ao longo dos parágrafos seguintes destacam-se algumas correlações dignas de nota, existentes entre os três indicadores seleccionados relativos à qualidade do trabalho e outros factores demográficos, socioeconómicos e laborais.

Como seria de esperar, autonomia e criatividade servem para caracterizar profissões mais qualificadas, pelo que dirigentes, quadros superiores, especialistas e técnicos de nível intermédio têm níveis mais elevados de controlo sobre aquilo que fazem no trabalho, enquanto os trabalhadores administrativos têm o *score* mais baixo. Estes últimos são também aqueles que dizem contar com menor apoio de colegas e chefias. Assim, é importante realçar que, para além de estar associada fortemente a vertentes objectivas de definição da qualidade de vida e de determinação de oportunidades materiais, uma variável central como a profissão aparece associada a dimensões de apreciação subjectiva que também contam na definição do bem-estar dos indivíduos: aqueles que desempenham profissões mais qualificadas avaliam

também mais positivamente as oportunidades que têm para serem autónomos e criativos. Isso não se traduz depois de forma completamente linear nos níveis de satisfação, uma variável que, como se poderá ver, se intersecta diferentemente com outros factores, quer directamente respeitantes à esfera do trabalho, quer ligados a outros domínios, níveis esses que são mais homogéneos nas várias categorias profissionais. De qualquer forma, mais uma vez os resultados aparecem polarizados entre os dirigentes e quadros superiores, mais satisfeitos, e os empregados administrativos e pessoal dos serviços.

A distribuição de resultados pelos vários níveis de educação formal levanta algumas questões que aqui apenas se podem aflorar, mas que merecerão maior atenção em etapas posteriores de análise. O número de inquiridos no nível mais baixo de escolaridade considerado é reduzido e não permite que se teçam hipóteses muito aprofundadas; não obstante, pode-se questionar se a relativamente reduzida margem de diferenciação entre inquiridos com níveis mais elevados de escolaridade e aqueles menos escolarizados, no que ao controlo sobre o trabalho diz respeito, não poderá estar relacionada com o facto de muitos destes últimos, geralmente mais velhos, terem posições intermédias de supervisão nas empresas onde o inquirido teve lugar. De facto, pode-se observar que os níveis de controlo não só são superiores entre os trabalhadores que desempenham funções de supervisão de outros trabalhadores, mas também que aumentam com a idade e, conseqüentemente, com os acréscimos de experiência de trabalho e com o evoluir das carreiras. De resto, à excepção dos inquiridos com o 9.º ano de escolaridade formal, observa-se que a níveis de qualificação sucessivamente mais elevados estão associados níveis crescentes de autonomia e criatividade. É assim possível dizer que, não deixando de estar associado à qualificação formal dos trabalhadores, o acesso a níveis superiores de controlo sobre as tarefas laborais se faz por uma multiplicidade de vias.

De qualquer forma, sublinhe-se o valor médio relativamente mais baixo de satisfação com o trabalho obtido pelos indivíduos dotados de bacharelatos ou licenciaturas. De entre as várias hipóteses que podem ser colocadas, pode-se destacar uma, digna de ser explorada em trabalhos ulteriores: talvez se esteja em presença de casos de desarticulação entre os níveis formais de escolaridade e as características dos empregos, as tarefas desempenhadas e as recompensas materiais e simbólicas associadas (Green, 2006). Essas situações podem originar desencontros de expectativas e o bloqueamento de capacidades e potencialidades em face de condicionamentos objectivos, em que muitos trabalhadores com níveis relativamente mais elevados de escolaridade tenderão a avaliar mais negativamente as suas circunstâncias de trabalho em face de expectativas anteriores, processos de comparação social e percepções de capacidades não exercidas. Daí, possivelmente, o facto de os inquiridos com bacharelato ou licenciatura serem aqueles para quem os níveis de satisfação com o trabalho são menores.

Quadro 3.1 Padrões de inserção profissional e qualidade do trabalho (médias)

Variáveis (%)	Controlo s/ trabalho	Apoio inter-relacional	Satisfação c/ trabalho
<i>Sexo</i>			
Mulher (53,9)	2,36	3,89*	3,59
Homem (46,1)	2,41	3,97*	3,61
<i>Idade</i>			
24 ou menos (3,4)	2,28*	4,22*	3,80*
25 a 34 (44,0)	2,35*	3,97*	3,60*
35 a 44 (35,6)	2,40*	3,85*	3,53*
45 a 54 (13,0)	2,43*	3,88*	3,62*
55 a 64 (4,0)	2,56*	3,99*	3,98*
<i>Nível de escolaridade (completo)</i>			
9º ano (6,9)	2,46*	4,05	3,87**
12º ano (30,4)	2,31*	3,90	3,62**
Bacharelato ou licenciatura (54,3)	2,41*	3,92	3,54**
Mestrado ou doutoramento (5,8)	2,51*	3,87	3,63**
<i>Profissão (CNP/94)</i>			
Dirigentes e quadros superiores (6,9)	2,77**	4,12**	3,86*
Especialistas das profissões intelectuais e científicas (28,4)	2,46**	3,93**	3,55*
Técnicos e profissionais de nível intermédio (33,9)	2,47**	3,94**	3,60*
Pessoal administrativo (25,5)	2,10**	3,80**	3,53*
Pessoal dos serviços e vendedores (4,0)	2,32**	4,08**	3,82*
<i>Funções de supervisão</i>			
Sim (32,3)	2,64**	4,01*	3,76**
Não (67,7)	2,26**	3,88*	3,53**
<i>Rendimento mensal do agregado doméstico (em #)</i>			
Mais de 5000 (7,7)	2,59**	3,89	3,77
3000-5000 (17,3)	2,53**	3,95	3,62
2000-3000 (27,6)	2,39**	3,92	3,58
1000-2000 (36,8)	2,31**	3,94	3,59
Menos de 1000 (10,6)	2,23**	3,90	3,52
<i>Contrato de trabalho</i>			
Permanente (85,5)	2,40*	3,91*	3,60
Não permanente (14,5)	2,29*	4,07*	3,62
<i>Nº efectivo de horas de trabalho</i>			
Menos de 30 (3,1)	2,23**	4,01	3,50
30 a 40 (29,5)	2,25**	3,88	3,59
41 a 50 (55,0)	2,42**	3,95	3,60
Mais de 50 (12,4)	2,58**	3,91	3,61

Como os níveis de controlo sobre o trabalho aumentam com os níveis de qualificação profissional (são mais elevados entre dirigentes e quadros superiores), com a idade e também com o número de horas semanais (são mais elevados entre aqueles que trabalham mais de 40 horas), não é inesperado que essa conjugação de factores se possa reflectir nos níveis de rendimento do

Variáveis (%)	Controlo s/ trabalho	Apoio inter-relacional	Satisfação c/ trabalho
<i>Recurso a horas extraordinárias</i>			
Nunca (18,5)	2,39	4,02*	3,78**
Por vezes (42,7)	2,36	3,96*	3,66**
Frequentemente/sempe (38,8)	2,41	3,85*	3,45**
<i>Recurso a horários flexíveis de trabalho (últimos 12 meses)</i>			
Sim (39,4)	2,53**	3,99*	3,68*
Não (60,6)	2,29**	3,88*	3,54*
<i>Recurso ao trabalho a partir de casa (últimos 12 meses)</i>			
Sim (11,1)	2,81**	4,16**	3,79*
Não (88,9)	2,33**	3,90**	3,58*
<i>Emprego actual é demasiado exigente</i>			
Nunca (8,3)	2,23*	4,04*	3,58**
Por vezes (49,8)	2,38*	3,97*	3,71**
Frequentemente/sempe (41,9)	2,41*	3,86*	3,48**
<i>Tem tempo suficiente para realizar o trabalho</i>			
Nunca (4,4)	2,30	3,66**	3,00**
Por vezes (42,2)	2,35	3,87**	3,51**
Frequentemente/sempe (53,4)	2,42	3,99**	3,73**
<i>Trabalha como membro de uma equipa</i>			
Nunca (1,5)	2,03**	3,36**	3,20**
Por vezes (9,5)	2,22**	3,68**	3,35**
Frequentemente/sempe (89,1)	2,41**	3,96**	3,63**
<i>Sentiu stresse relacionado com o trabalho (último mês)</i>			
Nunca (8,8)	2,37	4,13**	3,97**
Por vezes (48,9)	2,40	4,02**	3,73**
Frequentemente/sempe (42,3)	2,37	3,78**	3,37**
<i>Tem receio de perder o emprego</i>			
Concorda (31,8)	2,27**	3,85**	3,52**
Não concorda, nem discorda (25,6)	2,38**	3,88**	3,52**
Discorda (42,6)	2,47**	4,01**	3,71**
<i>Já procurou por outro emprego (últimos 6 meses)</i>			
Sim (22,1)	2,21**	3,76**	3,13**
Não (77,9)	2,43**	3,97**	3,73**

Nota: ** p ≤ 0,001; * p ≤ 0,011

agregado doméstico: autonomia e criatividade aparecem associadas a volumes mais elevados de rendimento mensal.⁴

Também não é surpreendente que os trabalhadores com contratos permanentes declarem dispor de mais autonomia e criatividade, quando comparados com aqueles com vínculos mais precários: estes últimos são geralmente mais

novos (31 anos de idade média contra 38 dos primeiros) e desempenham posições menos qualificadas nas várias empresas, nomeadamente como empregados (que geralmente são empregadas) administrativos(as).

Continuando agora a olhar para outras variáveis reportáveis à inserção objectiva dos indivíduos nos contextos laborais, pode dizer-se que algumas práticas flexíveis de trabalho aparecem associadas a níveis mais elevados de controlo, ou seja, trabalhar a partir de casa e utilizar horários flexíveis de entrada e de saída, por exemplo, é mais comum entre profissões caracterizadas pela existência de autonomia e criatividade. Precisamente, aqui é importante salientar que o recurso a essas práticas de trabalho flexível está muito desigualmente distribuído entre os inquiridos: enquanto cerca de metade dos dirigentes e quadros superiores disseram ter recorrido a horários flexíveis no último ano, 75% dos empregados administrativos não o fizeram; se 24% dos primeiros e 14% dos especialistas das profissões intelectuais e científicas declararam ter trabalhado a partir de casa, praticamente nenhum empregado administrativo o fez, como seria de esperar tendo em conta as características gerais desse tipo de trabalho. É também interessante notar que valores mais elevados de apoio inter-relacional aparecem associados quer à utilização das práticas flexíveis aqui consideradas, quer a uma prática menos frequente de horas extraordinárias. Isto contribui para sublinhar, relativamente a uma dimensão circunscrita, a importância dos aspectos relacionais do trabalho na determinação da forma como os indivíduos avaliam os seus empregos: neste caso, pode colocar-se como hipótese que uma boa integração social no contexto laboral se assume como factor importante para utilização sustentável e positiva de práticas flexíveis de trabalho, concretizada nomeadamente através de apoios vários dados por colegas e chefias. Aponta também neste sentido a forma como as percepções subjectivas de mais forte de pertença a uma “equipa” se articulam de maneira nítida com níveis superiores de controlo, apoio inter-relacional e satisfação.

No entanto, ao olhar para o modo como a dimensão inter-relacional de qualidade do trabalho aqui utilizada se diversifica consoante os vários factores constantes do quadro 3.1, pode dizer-se que a imagem geral é menos nítida do que aquela que a dimensão de controlo permite traçar. Muito provavelmente porque existem outros factores, de natureza mais contextual e individual, que alteram a percepção dos indivíduos acerca do apoio que lhes é dado por colegas e chefias no que ao desempenho do trabalho diz respeito. Mas, se aqui se explora sobretudo a forma como alguns factores de inserção laboral dos indivíduos afectam a qualidade do trabalho, pode-se ver mais adiante como esta dimensão de apoio inter-relacional é importante, por funcionar como mediadora

4 Note-se que esta última variável, ao reportar-se a níveis de rendimento doméstico, apenas reflecte de forma muito indirecta o nível salarial individual dos inquiridos.

entre as condições de trabalho e a satisfação com o mesmo, por um lado, e entre essas condições e os níveis de bem-estar declarado, por outro.

Para compreender melhor esses factores que condicionam a “qualidade” dos diversos empregos, é necessário também observar as articulações que se estabelecem entre factores de cariz mais avaliativo e subjectivo, ou seja, aquilo que são percepções das condições de trabalho (Wallace, Pichler e Hayes, 2007) e as várias dimensões de qualidade aqui utilizadas.

Desde logo, importa ver como níveis mais elevados de controlo sobre o trabalho surgem associados à percepção de que este é “demasiado exigente”. Este efeito é conhecido (Gallie, 1996; Green, 2006) e prende-se com as características específicas de profissões caracterizadas pela existência de autonomia e criatividade. Os trabalhadores com mais recursos escolares ou organizacionais, por exemplo, onde a margem de domínio e de definição das tarefas e horários é maior, também têm geralmente mais responsabilidades e trabalham um maior número de horas durante a semana. Os níveis de stresse relacionado com o trabalho são também superiores entre dirigentes e outros trabalhadores com responsabilidades de supervisão. Por outro lado, estar a “trabalhar como membro de uma equipa” e estar bem integrado em termos relacionais são factores que parecem contribuir para minimizar os efeitos potencialmente negativos de profissões mais exigentes: pode dizer-se que os inquiridos que sentem poder contar com o apoio de colegas e chefias são também aqueles que mais facilmente conseguem lidar com exigências particulares de tempo e de esforço; para além disso, contar com mais apoio inter-relacional parece estar associado à declaração de níveis mais baixos de stresse profissional.

Esta articulação multidimensional de factores — note-se ainda como os níveis declarados de stresse profissional, por exemplo, não estão associados significativamente com o controlo sobre o trabalho — faz com que não se possa encerrar a complexa noção de qualidade do trabalho, ou qualquer uma das suas várias dimensões, de forma linear. Por isso, estas diversas articulações e efeitos que se têm vindo a destacar são relevantes na medida em que, quando tomadas em conjunto, acabam por exercer impactos importantes, não só sobre outras dimensões do trabalho, nomeadamente a produtividade, como também noutros domínios, por exemplo na forma de conciliar trabalho e família, na qualidade da vida familiar e também nos níveis de bem-estar de que os indivíduos podem fruir.

Outros factores incluídos no quadro 3.1 merecem ainda ser destacados. Sendo esta uma análise preliminar, não deixará de ser útil começar a construir uma abordagem cujas etapas posteriores contribuirão para colocar em bases analíticas mais sólidas as pistas que ficam aqui identificadas. Assim, o tópico da precariedade e insegurança no trabalho tem vindo a ser foco de atenção crescente por um conjunto muito alargado e diversificado de agentes, tanto científicos como também mediáticos e políticos, na sequência de uma série de mudanças estruturais que têm vindo a mudar a face do mundo do trabalho nas últimas décadas na Europa. Aqui apenas se pretende começar a construir

uma perspectiva que se debruce sobre as consequências da (in)segurança sobre a qualidade do trabalho, tal como ela é percebida pelos próprios trabalhadores. A partir dos elementos em análise, pode dizer-se que os sentimentos subjectivos de insegurança surgem associados a níveis inferiores de autonomia e criatividade, assim como a ambiente de trabalho onde a existência de apoio inter-relacional é menor. Não surpreende, por isso, e como já se viu, que aqueles que têm vínculos permanentes às empresas onde trabalham declarem níveis relativos superiores de controlo e de apoio. De qualquer maneira, é importante destacar que os sentimentos de (in)segurança e a forma como eles condicionam as avaliações feitas pelos indivíduos acerca do seu trabalho e os seus sentimentos de bem-estar, dependem sem dúvida de articulações complexas entre elementos objectivos de inserção laboral, experiências quotidianas concretas e percepções individuais de natureza menos tangível.⁵ Sendo a qualidade do trabalho uma noção ampla que não pode ser reduzida às avaliações que, num momento específico do tempo, os próprios indivíduos fazem sobre os seus empregos, também é fundamental reter que essas considerações reflexivas são importantes se quisermos obter um retrato mais completo da articulação entre padrões objectivos e subjectivos que, no domínio do trabalho assim como noutros, contribuem para modelar as oportunidades de obtenção de bem-estar e qualidade de vida.

A partir deste panorama, podemos agora centrar mais directamente a atenção nos padrões de satisfação como dimensão importante da qualidade do trabalho.

Os dados aqui apresentados estão alinhados com algumas das conclusões expostas na literatura no que à influência de algumas variáveis demográficas, como sejam o sexo, a idade e o nível de escolaridade, diz respeito (Clark, Oswald e Warr, 1996; Clark, 2005; Wallace, Pichler e Hayes, 2007). Enquanto parece não existir nenhuma relação directa ou simples entre género e satisfação com o trabalho,⁶ a idade aparece associada em forma de “U” aos níveis de satisfação, sendo

5 Veja-se, por exemplo, como o tipo de contrato não serve para destrinçar directamente os inquiridos no que à satisfação com o trabalho diz respeito, enquanto que outra variável como “ter receio de perder o emprego” aparece associada a níveis inferiores de satisfação.

6 Poder-se-ia talvez esperar que, devido não só a efeitos estruturais de segregação vertical e horizontal que contribuem para concentrar as mulheres em profissões menos qualificadas do mercado de trabalho, como também aos encargos extras que advêm de uma divisão persistentemente desigualitária do trabalho doméstico entre homens e mulheres, dificultando sobremaneira a possibilidade de conciliação equilibrada entre trabalho e família, estas pudessem ter níveis mais baixos de satisfação. No entanto, o problema é consideravelmente mais complexo, na medida em que é intersectado pela influência conjugada de efeitos de classe, expectativas e valores sociais diferenciados, papéis de género e processos sociopsicológicos de adaptação e de comparação social. Em termos mais gerais, a importância do género na determinação da qualidade de vida dos indivíduos é transversal mas mediada, podendo ser captada pela sua articulação com outras dimensões, como sejam a profissão, os padrões de relação trabalho-família e as modalidades de

possível observar dois picos: nos trabalhadores com menos de 25 anos e naqueles com mais de 55, enquanto os valores mais baixos se encontram na categoria intermédia dos 35 aos 44 anos. Este é um dado interessante que aponta provavelmente para a influência de outros factores que se articulam com o mundo do trabalho e contribuem para modelar expectativas e avaliações subjectivas. A configuração específica dos padrões de articulação trabalho-família, nomeadamente, estará aqui em causa, uma vez que os valores mais baixos de satisfação com o trabalho aparecem precisamente nos grupos etários onde a necessidade quotidiana de conciliar responsabilidades e tarefas profissionais e familiares é mais premente. Como será possível ver mais tarde, a maneira como esse equilíbrio é (ou não) obtido tem um impacto forte sobre o bem-estar dos indivíduos.

É curioso verificar que algumas variáveis reportáveis à esfera laboral, como sejam o número de horas de trabalho⁷ e o tipo de contrato, não têm efeitos directos sobre a satisfação dos trabalhadores, embora a prática mais frequente de trabalho para além do tempo oficialmente contratualizado esteja associada a valores mais baixos. Os efeitos negativos ou positivos dessas variáveis dependem certamente de conjugações mais amplas de factores, dentro e fora do mundo laboral, que potenciam ou limitam a capacidade dos indivíduos para lidarem com volumes mais intensos de trabalho ou com situações mais ou menos vincadas de precariedade, por exemplo. A possibilidade de integração bem sucedida na rede de relações laborais pode servir como factor compensatório de condições de inserção mais exigentes ou inseguras, como já se viu a outro propósito.

Finalmente, quando se olha para outras variáveis de natureza mais “subjectiva”, pode ver-se que, para os trabalhadores inquiridos, o sentimento de satisfação é maior quando a exigência do trabalho a desempenhar está “na medida certa”: exigências consideradas desproporcionadas ou um trabalho pouco estimulante podem contribuir para os indivíduos avaliarem aquilo que fazem de forma menos positiva. Pode-se ainda referir que, sem surpresas, o stress profissional tem um efeito claramente negativo sobre as avaliações dadas pelos inquiridos.

Até agora, tem-se estado a analisar de que forma factores pertencentes à esfera laboral se encontram associados a diferentes níveis e dimensões de qualidade de vida no trabalho. Constatou-se que quer as condições de trabalho, quer outras variáveis de inserção objectiva e de avaliação subjectiva se articulam de

trabalho não pago na esfera da família, por exemplo.

7 Pode-se, contudo, chamar a atenção para o facto de os menos satisfeitos serem aqueles que trabalham menos de 30 horas por semana. Isso poderá ter certamente a ver com as características globais do mercado de trabalho em Portugal, onde as oportunidades de inserção a tempo parcial são ainda relativamente restritas e mal remuneradas. Pode-se colocar a hipótese que entre esses inquiridos, que são sobretudo mulheres, existirão alguns que optariam por trabalhar a tempo inteiro se a oportunidade se apresentasse.

Quadro 3.2 Qualidade do trabalho e bem-estar subjectivo (médias)

Variáveis (%)	Satisfação c/ trabalho	Bem-estar subjectivo
<i>Controlo s/ trabalho</i>		
Elevado (13,1)	4,10	5,08
Médio (68,0)	3,63	4,44
Baixo (18,9)	3,17	3,99
<i>Apoio inter-relacional</i>		
Elevado (55,2)	3,88	4,66
Médio (37,2)	3,36	4,27
Baixo (7,6)	2,74	3,65
<i>Satisfação c/ trabalho</i>		
Elevada (61,6)	–	4,80
Média (28,7)	–	4,04
Baixa (9,7)	–	3,30

Nota: Todas as células: $p \leq 0,001$

forma sociologicamente significativa com diferentes possibilidades de controlo e de elaboração das tarefas e de usufruto de apoio inter-relacional. Não obstante não ser possível, com este tipo de análise, compreender mais aprofundadamente a direcção causal estabelecida entre as diferentes variáveis (Diener e Suh, 1997; Veenhoven, 1996), os padrões e as articulações que se tem vindo a destacar parecem ser suficientemente claros e homogéneos, quando tomados em conjunto, para chamar a atenção para a importância dos factores analisados.

A qualidade do trabalho é muito importante, não apenas na dimensão relativa à satisfação dos indivíduos com esse domínio central das suas vidas, como também na modelação dos níveis de bem-estar. Por um lado, várias pesquisas têm demonstrado a existência de conexões entre qualidade do trabalho e níveis de produtividade e comprometimento dos trabalhadores, experiências e níveis de stresse profissional e conflito entre trabalho e família (Danna e Griffin, 1999; Edwards, Scully e Brtek, 2000; Efraty e Sirgy, 1990; Green, 2006; Sirgy e outros, 2001; Wallace, Pichler e Hayes, 2007). Mas também foram encontrados elementos empíricos que se reportam às articulações existentes entre qualidade do trabalho e sentimentos mais amplos de satisfação e qualidade de vida (Diener, 1994; Diener e Suh, 1997; Sirgy e outros, 2006; Veenhoven, 1996). A noção de satisfação, nomeadamente, aparece como um mediador importante entre aspectos mais específicos relativos ao trabalho e as avaliações latas de bem-estar subjectivo (Wallace, Pichler e Hayes, 2007).

À luz destas considerações, é possível agora olhar para as relações que se estabelecem entre qualidade do trabalho e bem-estar subjectivo, tais como podem ser analisadas a partir das respostas dos trabalhadores (quadro 3.2).

A partir da observação deste quadro, pode-se constatar a existência de efeitos nítidos: os dois primeiros indicadores de qualidade, controlo e apoio,

têm impacto não apenas sobre os valores de satisfação com o trabalho, como também sobre as avaliações de bem-estar. Existe uma diferença de cerca de um ponto nas médias de satisfação a separar aqueles que usufruem de um nível elevado de controlo sobre o seu trabalho (4,10), daqueles que dizem possuir um nível baixo de controlo (3,17). Como já tinha sido referido anteriormente, os contextos sociais e relacionais de trabalho assumem também particular destaque na determinação da qualidade da vida profissional: trabalhar num local onde o ambiente é de grande apoio mútuo entre colegas e chefias aparece associado a níveis mais elevados de satisfação (3, 88); já aqueles que dizem trabalhar num local onde o apoio é reduzido são os mais insatisfeitos (2,74).

Quando se olha para os níveis de bem-estar subjectivo, observa-se que eles variam consoante os inquiridos têm uma qualidade do trabalho mais alta ou mais baixa, através das três dimensões aqui apresentadas. Assim, trabalhadores com níveis reduzidos de satisfação com o trabalho são aqueles que têm valores médios mais baixos (3,30), enquanto aqueles que têm empregos mais autónomos e criativos são também os que declaram ter melhores níveis de bem-estar (5,08). Os níveis diferenciados de integração em redes de apoio inter-relacional também exercem um efeito considerável sobre as avaliações subjectivas dadas pelos indivíduos acerca da sua qualidade de vida, como se pode ver. Claro, muito mais importante que o efeito isolado de cada uma destas dimensões é a forma como a qualidade do trabalho dos indivíduos, na sua complexidade, contribui para potenciar capacidades ou restringir possibilidades de obtenção de bem-estar; será por isso útil, em fases posteriores de pesquisa, medir não apenas a importância relativa de cada uma dessas dimensões, como também prosseguir na elaboração de indicadores mais finos de qualidade do trabalho e na aplicação de métodos mais sofisticados de análise extensiva. Só assim será possível prosseguir quer na compreensão dos factores, pertencentes ou não à esfera laboral, que determinam a qualidade do trabalho, quer também na apreensão da forma como essa e outras esferas centrais de estruturação da vida quotidiana se articulam na configuração das oportunidades e constrangimentos com que os indivíduos se defrontam, e que importa ter em conta quando se analisa a sua qualidade de vida.

Factores e níveis de bem-estar no balanço entre trabalho e vida familiar

Tal como o domínio do trabalho abordado no ponto anterior, a vida familiar assume centralidade na determinação do bem-estar dos indivíduos. Mais especificamente, a forma como são estabelecidas as relações quotidianas entre trabalho pago e não pago é crucial, não apenas para a qualidade de vida em termos gerais, como também para a satisfação com o próprio emprego e para os desempenhos profissionais (Guerreiro, 2004; Guerreiro e Carvalho, 2007; Lewis e Cooper, 2005; Lewis e Rapoport, 2005; Rapoport e outros, 2002).

A teoria dos papéis de género surge geralmente como ponto de partida de muitas pesquisas que se debruçam sobre a relação trabalho-família, através do destaque que é dado ao volume limitado de recursos físicos, psicológicos e de tempo possuído pelos indivíduos, que se defrontam com a necessidade de dispersar os seus esforços e esses recursos no dia-a-dia por várias esferas de actividade. Assim, processos de interferência, conflito e stresse podem emergir de padrões inadequados de conciliação trabalho-família, acabando por influenciar negativamente os sentimentos e avaliações de bem-estar (Noor, 2003; Nordenmark, 2002; Scharlach, 2001).

Decorrente desta perspectiva, grande parte da atenção analítica dos vários trabalhos tem estado focada nos efeitos negativos que os processos de interferência e conflito entre trabalho e família podem originar, não obstante o ângulo específico das abordagens poder variar consideravelmente (Crompton, 2006; Crompton e Lyonette, 2007; Lewis e Cooper, 1999). O género, por exemplo, surge geralmente como factor proeminente nas análises desenvolvidas a propósito dos conflitos entre vida familiar e profissional: os papéis de género estão simbólica e culturalmente carregados, o que contribui para modelar expectativas e formas de agir que estão profundamente articuladas não apenas com os tipos de relações familiares, como também com as diversas modalidades de participação de mulheres e homens no mercado de trabalho (Dulk e Pepper, 2007). Até há bem pouco tempo, circular quotidianamente entre a esfera da família e o domínio do trabalho traduzia-se — e ainda se traduz em parte — em experiências fundamentalmente distintas para homens e mulheres, na medida em que estas eram, e continuam a ser, as principais responsáveis pelo desempenho da maior parte do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos (Torres, 2004; Wall e Guerreiro, 2005). Com a entrada progressiva das mulheres no mercado de trabalho que tem vindo a decorrer nas últimas décadas, associada ao declínio de modelos mais tradicionais de partilha de responsabilidades profissionais e familiares (Amâncio, 2007), começaram também a assumir maior importância e visibilidade os problemas decorrentes de desequilíbrios existentes na relação trabalho-família. Nomeadamente porque, hoje em dia, a maior parte das mulheres que desempenham uma profissão continua a ter de lidar quotidianamente com “duplas jornadas” de trabalho: o profissional e o doméstico (Crompton, 2006; Hochschild, 1989; 1997). Por isso, especial atenção tem sido concedida à análise dos padrões de conciliação nas famílias onde ambos os elementos do casal possuem um trabalho pago que é necessário articular com as tarefas e responsabilidades familiares; têm sido focalizados em particular os diversos efeitos e dinâmicas de interferência e conflito entre as duas esferas, que têm a sua origem em padrões inadequados — e desigualmente distribuídos consoante as linhas de diferenciação social (género, classe social, etc.), note-se — de desempenho de numerosos “papéis sociais”, por vezes de cariz contrastante. Mais recentemente, as relações existentes entre esses efeitos negativos e a qualidade do trabalho, as relações familiares e a qualidade de vida

dos indivíduos têm vindo a ser exploradas com uma atenção e detalhe cada vez maiores (Guerreiro, 2004; Guerreiro e Carvalho, 2007; Lewis e Dyer, 2002; Lewis e Cooper, 2005).

Esses vários trabalhos têm contribuído para demonstrar que quer factores de natureza familiar, quer variáveis de cariz laboral estão associados de forma significativa com diferentes padrões de interferência negativa do trabalho na família, e da família no trabalho, e com a satisfação dos indivíduos reportada à maneira como repartem tempo e recursos entre esses dois domínios (Guerreiro e Carvalho, 2007; Kovacheva, Lewis e Demireva, 2005; Lewis e Cooper, 1999; 2005; Peper, Doorne-Huiskes e Dulk, 2005). Condições de trabalho e modalidades de inserção objectiva no emprego, por exemplo, aparecem associadas a níveis diferentes de stresse e de interferência entre as esferas familiar e laboral, assim como a outras variáveis que será possível observar mais de perto nos pontos seguintes, como seja o nível de apoio inter-relacional nos contextos de trabalho.

Contudo, antes de se avançar para a análise propriamente dita de alguns dados seleccionados para este ponto, deve-se destacar uma dimensão desta problemática que tem vindo a adquirir cada vez mais importância e que será alvo de atenção específica em etapas posteriores de análise. De facto, a relação trabalho-família pode, e deve, ser perspectivada a partir de pontos de vista complementares às abordagens que enfatizam os aspectos conflituais que podem advir dessa relação, se pretendermos ser mais fiéis à complexidade que ela assume. Mais recentemente, alguma atenção começou a ser prestada aos efeitos positivos que o desempenho de múltiplos papéis em várias esferas de actividade acarreta, seja em termos de acumulação de recursos materiais e culturais, seja em termos do desenvolvimento de redes mais extensas de sociabilidade e apoio. Especificamente no que diz respeito à relação trabalho-família têm recebido atenção os eventuais benefícios individuais que advêm de uma combinação harmoniosa de tarefas e responsabilidades profissionais, familiares e domésticas. Esta perspectiva é frequentemente prosseguida no quadro das teorias de *spillover*, destacando os fluxos e transferências sociais e psicológicas de sinal positivo que se estabelecem entre esses dois domínios centrais da existência (Barnett e Hyde, 2001; Greenhaus e Powell, 2005; Nordenmark, 2002). É também importante notar que esses mecanismos não são, de forma alguma, unidireccionais; na verdade, a vida familiar pode interferir, positiva ou negativamente, no domínio do trabalho, assim como a vida profissional é passível de influir variadamente na estruturação das vivências familiares.

Tendo em conta a amplitude circunscrita deste trabalho exploratório, já anteriormente explicitada, na análise que se irá seguir optou-se por centrar atenção nas articulações que podem ser observadas entre o trabalho e os efeitos negativos de interferência entre essa esfera e a familiar; olhar-se-á para a maneira como vários factores centrais de enquadramento e inserção laboral estão ou não associados a diferentes modos de avaliação e níveis de satisfação

com a forma como, quotidianamente, os inquiridos repartem o seu tempo e recursos entre o domínio privado/familiar e o domínio laboral. É claro que uma análise mais aprofundada terá de levar em conta as interações cruzadas e simultâneas entre múltiplas variáveis, desde logo aquelas que dizem respeito às estruturas e dinâmicas familiares; não obstante, esta análise exploratória contribui não apenas para testar algumas medidas compósitas, como também para abrir algumas veredas analíticas necessárias para chegar a essas etapas de progressiva elaboração analítica.

Indicadores utilizados

Três indicadores foram utilizados para dar conta dos padrões de satisfação com a relação trabalho-família dos trabalhadores inquiridos: interferência negativa do trabalho sobre a família, interferência negativa da família sobre o trabalho, e satisfação com a repartição de tempo e recursos entre trabalho e família. Tal como na secção anterior, dedicada à qualidade do trabalho, também aqui são apresentadas algumas variáveis importantes relativas a condições de trabalho e modalidades de inserção laboral; foram seleccionadas para comentário as inter-relações consideradas mais relevantes do ponto de vista sociológico.

A *interferência negativa do trabalho sobre a família* (T-F) foi medida através de um índice com três itens (alfa de Cronbach= 0,738): a) Com que frequência não tem energia suficiente para praticar actividades de lazer com o seu cônjuge/companheiro(a), a sua família ou os seus amigos, por causa do seu trabalho?; b) Com que frequência tem que trabalhar tanto que não tem tempo para fazer aquilo de que gosta nos seus tempos livres?; c) Com que frequência as suas obrigações no trabalho fazem com que não consiga sentir-se descontraído/a em casa? Valores mais altos correspondem a níveis mais elevados de interferência entre trabalho e família (sendo a escala de quatro pontos: de “nunca” a “sempre”).

A *interferência negativa da família sobre o trabalho* (F-T) foi medida através de um índice igualmente com três itens (alfa de Cronbach= 0,827): a) Com que frequência não consegue apreciar o seu trabalho por estar preocupado/a com a sua vida familiar?; b) Com que frequência tem dificuldade em concentrar-se no trabalho por estar preocupado/a com a sua vida familiar?; c) Com que frequência não está com disposição para trabalhar devido a problemas com o seu cônjuge/companheiro(a), família ou amigos? Como é óbvio, valores mais elevados correspondem a níveis superiores de interferência entre família e trabalho.

Para aferir da *satisfação dos inquiridos com a relação entre trabalho e família* foi utilizado um índice composto por três itens (alfa de Cronbach= 0,911) com uma escala de cinco pontos (de “muito insatisfeito” a “muito satisfeito”): a) Nível de satisfação ou insatisfação com a maneira como divide o tempo entre o trabalho e a vida pessoal; b) Nível de satisfação ou insatisfação com a capacidade para

conciliar as exigências do trabalho com as exigências da vida pessoal ou familiar; c) Nível de satisfação ou insatisfação com a possibilidade de desempenhar bem o trabalho profissional e ao mesmo tempo as tarefas domésticas e familiares. Valores médios mais elevados reflectem avaliações mais positivas.

Entre trabalho e família, que bem-estar?

Quando se observa os dados constantes do quadro 3.3, relativos às avaliações da relação trabalho-família fornecidas pelos inquiridos, pode-se começar por destacar a importância global assumida pelos padrões de inserção profissional.

As dinâmicas de interferência entre os domínios laboral e familiar, seja num ou noutro sentido, surgem associadas a vários factores de natureza objectiva e também de cariz mais subjectivante, que contribuem para enquadrar as possibilidades que se apresentam aos trabalhadores para articularem no dia-a-dia, de forma mais ou menos harmoniosa, tarefas e responsabilidades diversas e exigentes, por vezes contrastantes. É claro que os processos de interferência negativa do trabalho na família ou da família no trabalho são parcialmente autónomos, como também é possível constatar, pelo que surgem diferencialmente associados à esfera do trabalho; tendo em conta o enfoque aqui adoptado, dar-se-á atenção essencialmente aos primeiros.

Como é expectável, o número de horas que os indivíduos passam a trabalhar surge como central, a este nível de análise simples, na determinação dos níveis de interferência do trabalho na vida familiar declarados pelos inquiridos. É de sublinhar que 67% trabalham mais de 40 horas por semana e que 12% trabalham mesmo mais do que 50 horas, uma utilização do tempo que contribuirá certamente para explicar o porquê de estes últimos terem a média mais alta de interferência T-F. Significativamente, eles são também os menos satisfeitos no que toca à maneira como repartem o tempo e os recursos entre os dois domínios de acção. As associações existentes entre o recurso frequente a horas extraordinárias e níveis mais elevados de interferência T-F, por um lado, e apreciações menos positivas da relação T-F, por outro, contribuem para reforçar esses efeitos.

Os dados apresentados também apontam no sentido de as profissões percebidas como demasiado exigentes, quer em termos de conteúdos e tarefas mais substantivos, quer em termos de horários e prazos de trabalho, poderem ter os seus custos sobre a vida familiar, aparecendo associadas a avaliações mais negativas de interferência em ambos os sentidos e a apreciações gerais menos positivas sobre a divisão do tempo e dos recursos individuais. Deve-se também lembrar o que foi dito anteriormente a propósito dos trabalhadores dotados de maiores volumes de recursos organizacionais, como os dirigentes e quadros superiores ou aqueles que têm responsabilidades de supervisão, que se encontram em posições não lineares no respeitante à qualidade

Quadro 3.3 Padrões de inserção profissional e relação trabalho-família (médias)

Variáveis (%)	Interferência T-F	Interferência F-T	Satisfação c/ relação T-F
Sexo			
Mulher (53,9)	2,04	1,52*	3,15
Homem (46,1)	2,01	1,45*	3,19
Idade			
24 ou menos (3,4)	1,86	1,36	3,51**
25 a 34 (44,0)	2,01	1,46	3,16**
35 a 44 (35,6)	2,04	1,51	3,12**
45 a 54 (13,0)	2,10	1,55	3,11**
55 a 64 (4,0)	1,97	1,47	3,55**
Nível de escolaridade (completo)			
9º ano (6,9)	1,92	1,44	3,45**
12º ano (30,4)	2,00	1,51	3,18**
Bacharelato ou licenciatura (54,3)	2,06	1,49	3,10**
Mestrado ou doutoramento (5,8)	2,09	1,50	3,16**
Profissão (CNP/94)			
Dirigentes e quadros superiores (6,9)	2,21**	1,49	2,92**
Especialistas das profissões intelectuais e científicas (28,4)	2,08**	1,48	3,16**
Técnicos e profissionais de nível intermédio (33,9)	2,04**	1,47	3,08**
Pessoal administrativo (25,5)	1,94**	1,54	3,26**
Pessoal dos serviços e vendedores (4,0)	1,79**	1,40	3,55**
Funções de supervisão			
Sim (32,3)	2,16**	1,48	3,04**
Não (67,7)	1,96**	1,49	3,23**
Rendimento mensal do agregado doméstico (em #)			
Mais de 5000 (7,7)	2,17	1,52	3,13
3000-5000 (17,3)	2,06	1,46	3,04
2000-3000 (27,6)	2,01	1,51	3,13
1000-2000 (36,8)	2,01	1,48	3,24
Menos de 1000 (10,6)	1,96	1,48	3,24
Nº efectivo de horas de trabalho			
Menos de 30 (3,1)	1,79**	1,49	3,29**
30 a 40 (29,5)	1,82**	1,49	3,44**
41 a 50 (55,0)	2,06**	1,48	3,10**
Mais de 50 (12,4)	2,43**	1,55	2,75**
Recurso a horas extraordinárias			
Nunca (18,5)	1,84**	1,43	3,45**
Por vezes (42,7)	1,90**	1,48	3,30**
Frequentemente/sempre (38,8)	2,25**	1,53	2,89**

do trabalho e, como se pode ver, também relativamente à qualidade da vida familiar: são aqueles que julgam reconhecer maiores níveis de interferência do trabalho sobre a família, sendo também os mais descontentes quando avaliam a maneira como transitam quotidianamente entre domínios.

Variáveis (%)	Interferência T-F	Interferência F-T	Satisfação c/ relação T-F
<i>Emprego actual é demasiado exigente</i>			
Nunca (8,3)	1,61**	1,35*	3,58**
Por vezes (49,8)	1,89**	1,47*	3,36**
Frequentemente/sempre (41,9)	2,26**	1,53*	2,86**
<i>Tem tempo suficiente para realizar trabalho</i>			
Nunca (4,4)	2,44**	1,67*	2,62**
Por vezes (42,2)	2,18**	1,52*	2,94**
Frequentemente/sempre (53,4)	1,87**	1,46*	3,40**
<i>Emprego actual coloca exigências difíceis de conciliar</i>			
Nunca (12,7)	1,64**	1,40**	3,70**
Por vezes (57,8)	1,96**	1,47**	3,25**
Frequentemente/sempre (29,5)	2,31**	1,56**	2,77**
<i>Tem receio de perder o emprego</i>			
Concorda (31,8)	2,13**	1,54**	3,08*
Não concorda, nem discorda (25,6)	2,05**	1,53**	3,12*
Discorda (42,6)	1,93**	1,43**	3,25*
<i>Controlo s/ trabalho</i>			
Elevado (13,1)	1,95	1,41	3,45**
Médio (68,0)	2,05	1,50	3,14**
Baixo (18,9)	1,99	1,51	3,07**
<i>Apoio inter-relacional</i>			
Elevado (55,2)	1,94**	1,44**	3,33**
Médio (37,2)	2,09**	1,54**	3,00**
Baixo (7,6)	2,28**	1,58**	2,77**
<i>Sentiu stresse relacionado com o trabalho (último mês)</i>			
Nunca (8,8)	1,46**	1,30**	3,75**
Por vezes (48,9)	1,85**	1,45**	3,39**
Frequentemente/sempre (42,3)	2,35**	1,58**	2,79**
<i>Sentiu stresse relacionado com a família (último mês)</i>			
Nunca (22,5)	1,83**	1,21**	3,37**
Por vezes (55,6)	1,99**	1,47**	3,20**
Frequentemente/sempre (22,0)	2,31**	1,83**	2,87**

Nota: ** p ≤ 0,001; * p ≤ 0,01.

Apesar de não estar directamente associado aos dois indicadores de interferência, o nível de controlo sobre o trabalho pode entrar em linha de conta quando se considera a satisfação dos trabalhadores com as pontes quotidianas entre profissão e família: maior autonomia na definição de tempos e

circunstâncias de trabalho poderá contribuir para a harmonização e doseamento de esforços e recursos; é claro que isso não impede que determinados problemas e tensões com origem num dos domínios possam “transitar” para o outro. Ou seja, pode aventar-se, a um nível mais teórico-conceitual que, enquanto o índice de satisfação remete para uma avaliação cognitiva mais geral e abrangente feita pelos inquiridos acerca da maneira como transitam entre trabalho e família, os indicadores de interferência referem-se a acontecimentos mais concretos e localizáveis do quotidiano, o que contribui para explicar os padrões de articulação desses factores com o nível de controlo sobre o trabalho.

Por outro lado, o contexto social do trabalho surge associado de forma consistente através das três medidas apresentadas no quadro 3.3: uma relação trabalho-família mais harmoniosa obter-se-á mais facilmente em contextos laborais caracterizados por níveis superiores de apoio inter-relacional, ou seja, os dados sugerem que as modalidades de inserção dos indivíduos nas redes sociais, compostas por colegas e chefias, que constituem a tessitura relacional dos locais de trabalho, assumem uma importância forte na modelação da relação trabalho-família. Essa noção de apoio inter-relacional merece ser aprofundada, na medida em que ela é utilizada aqui apenas numa lógica de caracterização e exploração global: nomeadamente a forma como nesse apoio se entrelaçam aspectos mais informais ou discricionários de relacionamento e camaradagem e componentes mais organizacionais ou impessoais de enquadramento dos trabalhadores merece pois um estudo mais aturado. Aliás, já na análise da qualidade do trabalho havia ficado patente a importância desta dimensão analítica.

A especificidade das variáveis de interferência, fortemente associadas a duas, esferas fulcrais e articuladas de estruturação da existência dos indivíduos como são o trabalho e a família, contribuirá para perceber a inexistência geral de associações significativas entre elas e algumas categorias sociodemográficas apresentadas no quadro 3.3. De facto, os efeitos desses factores são, de certa forma, mediados e refractados por combinações diversificadas dos elementos que estruturam as inserções profissionais e familiares. Tem-se vindo a destacar que os padrões de avaliação das interferências T-F e F-T e da relação trabalho-família em termos globais estão imbricados em configurações laborais e também familiares que são transversais a essas categorias sociais mais abrangentes. Não obstante, não se pode deixar de notar que a interferência da vida familiar no trabalho é superior entre as mulheres.

Uma vez que se optou, neste trabalho, por focar mais as atenções nos factores laborais de inserção dos indivíduos, não mobilizando por enquanto as variáveis familiares, igualmente importantes, em toda a sua complexidade, não é possível prosseguir com detalhe na análise dos padrões de interferência F-T. Esta variável tenderá a estar primordialmente associada a factores atinentes às estruturas e dinâmicas familiares. Convém, no entanto, notar que problemas com origem

Quadro 3.4 Relação trabalho-família e bem-estar subjectivo (médias)

Variáveis (%)	Satisfação c/ trabalho		Bem-estar subjectivo	
	M	H	M	H
<i>Interferência T-F</i>				
Baixa (36,7)	3,81	3,78	4,81	4,74
Média (53,6)	3,52	3,57	4,32	4,35
Elevada (9,7)	3,20	3,07	3,82	3,62
<i>Interferência F-T</i>				
Baixa (70,7)	3,64	3,67	4,61	4,56
Média (27,7)	3,52	3,46	4,13	4,11
Elevada (1,6)	2,94	2,40	3,43	3,04
<i>Satisfação c/ relação T-F</i>				
Elevada (34,6)	3,92	3,96	4,88	5,00
Média (31,7)	3,54	3,58	4,57	4,53
Baixa (33,7)	3,33	3,26	3,91	3,76

Nota: Todas as células: $p \leq 0,001$.

neste domínio podem “extravasar” para o outro, agravados pela existência de pressões de tempo e de compromissos e exigências laborais particularmente intensos. Uma vez mais, inserções mais sólidas nas redes de inter-relações laborais parecem estar associadas a níveis declarados mais baixos de interferência da vida familiar no trabalho, o que releva novamente a importância dos contextos sociais de exercício da actividade profissional na determinação da qualidade de vida dos indivíduos, na sua multiplicidade de dimensões.

A partir daquilo que tem vindo a ser dito, pode-se afirmar que alguns padrões importantes de inserção profissional estão associados de forma significativa a diferentes níveis de percepção subjectiva de interferências negativas entre vida profissional e vida familiar e a diferentes avaliações de satisfação com a relação trabalho-família. O que mais interessa neste contexto, no entanto, é a maneira como essas representações das diversas formas de articulação de tarefas e responsabilidades e de utilização de tempo e recursos afecta a qualidade de vida dos indivíduos. Afinal, entre trabalho e família, que bem-estar?

Considerando os dados apresentados no quadro 3.4, poder-se-á começar a identificar alguns elementos provisórios de resposta a essa pergunta central.

Antes de mais, pode dizer-se que os processos mais comuns de interferência negativa entre domínios são aqueles que têm a sua origem na esfera laboral, embora a proporção de inquiridos que dizem ter níveis elevados de interferência seja baixa em qualquer dos casos. As diferenças globais entre mulheres e homens a este respeito também são modestas, embora as primeiras sejam mais afectadas no trabalho por questões originadas na família. Parece portanto que os trabalhadores inquiridos conseguem, na sua maior parte,

limitar o “extravasamento” de impactos que as exigências e investimentos individuais em cada domínio podem acarretar.⁸

A problemática da relação trabalho-família não se limita, como é óbvio, à percepção de interferências negativas directas, mais ou menos palpáveis e circunscritas no tempo, entre as exigências das duas esferas. Por isso, pode ver-se que o panorama das respostas relativas à satisfação geral com a maneira como os indivíduos circulam entre profissão e vida familiar é bastante fraccionado, com uma proporção muito significativa de indivíduos que se declaram descontentes (cerca de 34%). Avaliações mais reflexivas e mais abrangentes, como as que foram pedidas neste caso, não apenas remetem para a situação presente, como também implicam componentes prospectivas e comparativas: “não estou mal mas poderia estar melhor”, ou “se pudesse, gostaria de passar mais tempo com a minha família”, por exemplo.

O quadro 3.4 ajuda a elaborar uma última hipótese a propósito da relação entre trabalho, família e bem-estar.

É importante reconhecer que os indicadores de interferência entre domínios e de satisfação aqui apresentados estão associados de forma clara e significativa a diferentes declarações de bem-estar. Mas as pontes que se estabelecem entre trabalho e vida pessoal e familiar influenciam também a maneira como os indivíduos acabam por perceber o seu próprio trabalho: quando os domínios se entrecrocaram com mais força, e especialmente quando a vida familiar tem aspectos que interferem negativamente com a vida profissional, torna-se difícil que quer mulheres, quer homens, apreciem o seu trabalho. Pode dizer-se que profissionais com maior satisfação acerca do modo como, no dia-a-dia, conciliam tarefas e necessidades familiares e laborais serão também, com toda a probabilidade, profissionais cuja qualidade de vida será mais apreciável.

Notas conclusivas

Este capítulo procurou, de forma exploratória, e com base no inquérito por questionário realizado no âmbito do projecto europeu *Quality of Life in a Changing Europe*, examinar os níveis e padrões de bem-estar e qualidade de vida de profissionais do sector dos serviços. Uma primeira análise sobre os dados portugueses é aqui apresentada, na qual se examinam alguns indicadores sobre qualidade do trabalho, satisfação com a articulação trabalho-família e bem-estar subjectivo. Como interrogações orientadoras foram avançadas algumas questões: de que modo percepções e avaliações de satisfação e bem-estar se associam a níveis de

8 Lembre-se novamente que uma análise tal como a que tem vindo a ser aqui empreendida não pode dar conta dos efeitos complexos de género que funcionam através de múltiplas mediações de estatuto profissional, classe, idade, etc.; é expectável que uma análise mais aprofundada permita descobrir articulações que um panorama geral do tema, forçosamente, não contempla.

qualidade de trabalho? Como se articulam factores centrais de âmbito laboral com avaliações subjectivas de qualidade de vida? Como se alteram tais representações e apreciações face a combinações padronizadas entre família e trabalho? Que relações são identificáveis entre, por um lado, qualidade do trabalho e equilíbrio trabalho-família e, por outro, satisfação com o trabalho e bem-estar?

Após breve sistematização dos principais contributos teóricos convocáveis para a compreensão da problemática em estudo, o texto estruturou-se em duas etapas. Em primeiro lugar, a partir de variáveis relacionadas com condições de trabalho e modalidades de integração profissional, procurou-se captar associações entre estes factores, níveis de satisfação com o trabalho e níveis de bem-estar. Seguidamente examinou-se de que modo essas mesmas variáveis laborais se relacionam com a avaliação feita do equilíbrio entre trabalho e vida familiar, e as implicações daí resultantes para a satisfação profissional e o sentimento de bem-estar expresso pelos inquiridos.

A qualidade do trabalho foi medida a partir de três indicadores: controlo sobre o trabalho, apoio inter-relacional e satisfação, através dos quais se identificaram alguns padrões de inserção profissional. Encontram-se maiores níveis de qualidade do trabalho entre os profissionais mais qualificados, os mais velhos, do sexo masculino, com funções de supervisão, rendimentos mais elevados, contratos de trabalho permanentes, a trabalharem maior número de horas por semana, podendo recorrer a horários flexíveis, que declaram ser o seu emprego demasiado exigente, terem tempo para realizar o respectivo trabalho e trabalharem em equipa. A maior qualidade do trabalho está também associada a quem não receia perder o emprego e não procurou outro recentemente.

Excepção a esta tendência geral de leitura dos indicadores de qualidade do trabalho é a que se encontra nos detentores de qualificações escolares de bacharelato ou licenciatura, os quais registam índices mais baixos de satisfação com o trabalho, porventura por ocorrerem casos de desajustamento entre qualificações, conteúdos das tarefas desempenhadas, recompensas materiais ou simbólicas e vínculos contratuais. Porque a noção de satisfação aparece na literatura consultada como mediador importante entre aspectos específicos relacionados com o trabalho e avaliações de bem-estar em sentido amplo, a análise focou posteriormente a relação entre as dimensões da qualidade do trabalho e as avaliações de satisfação e bem-estar. Com efeito, expressam maiores níveis de satisfação com o trabalho e mais bem-estar subjectivo aqueles que possuem maior controlo sobre o seu trabalho e estão inseridos em contextos onde entre colegas e chefias existe grande apoio mútuo.

Um segundo momento da análise focou-se na articulação entre o trabalho e os efeitos negativos de interferência entre profissão e esfera familiar, a partir dos indicadores compósitos de interferência negativa do trabalho sobre a família, de interferência negativa da família sobre o trabalho e de satisfação com a relação entre trabalho e família. O tempo de trabalho — que para 67% dos inquiridos corresponde a mais de 40 horas semanais — constitui um factor

central de interferência na vida familiar. Verifica-se, assim, uma associação entre maior número de horas de trabalho e menor satisfação com o modo de articular vida profissional e família, sendo este o perfil a que correspondem predominantemente os inquiridos de profissões mais qualificadas, a exercerem funções de maior exigência e responsabilidade hierárquica, os quais fazem apreciações mais negativas sobre as interferências recíprocas do trabalho e da família. Reconhecendo, por um lado, que o excesso de horas de trabalho lhes retira disponibilidade para o exercício de responsabilidades no domínio da vida privada, esta última, por sua vez, poderá ser atravessada por tensões que impactam na esfera profissional, gerando apreciações de insatisfação sobre a forma como uma e outra se relacionam entre si.

Sublinhe-se, ainda, serem maiores as interferências expressas por quem declara ter sentido stresse ultimamente, seja este advindo de causas relacionadas com a família ou com o trabalho, e por quem refere ter menos apoio de colegas e chefias. Por outro lado, é positiva a relação entre factores de controlo sobre o trabalho e a satisfação com a forma de conciliar trabalho e família, sinal de que a possibilidade de gestão dos tempos e modos de trabalhar é importante para minimizar efeitos negativos e harmonizar a acção naqueles dois domínios da vida individual.

Por fim, a análise permite identificar maiores níveis de interferência negativa média ou elevada do trabalho na família (63%) do que no seu inverso (29%) e uma satisfação baixa com a relação trabalho-família em 34% dos casos. As diferenças encontradas nos resultados entre mulheres e homens são diminutas, ainda que o sexo feminino surja mais afectado profissionalmente por factores de ordem familiar. Além disso a satisfação com o trabalho e o bem-estar subjectivo são maiores em quem declara viver mais positivamente a relação e as interinfluências dos domínios profissional e familiar. Contudo, as avaliações de satisfação com o trabalho e os índices de bem-estar subjectivo são, em geral, nestas situações, inferiores nos homens, como se as mulheres estivessem culturalmente mais habilitadas a conviver, de forma recorrente, com tais efeitos negativos. Por seu lado, os homens, apenas registam níveis de bem-estar superiores quando satisfeitos com a relação trabalho-família. Confrontados mais recentemente com atribuições identitárias que os associam a novos desempenhos sociais no domínio da vida privada, estes parecem reduzir mais intensamente os seus níveis de satisfação e bem-estar perante as interferências e tensões daí decorrentes. Note-se, porém, que estas pistas de interpretação requerem aprofundamento em futuras análises que venham a considerar integralmente outras variáveis — como o estatuto profissional e familiar, a fase do percurso de vida e a classe social — susceptíveis de proporcionarem uma melhor compreensão dos efeitos complexos do género aqui contidos.

Referências bibliográficas

- Alber, Jens (2008), "Employment patterns in the enlarged EU", em Jens Alber, Tony Fahey e Chiara Saraceno (orgs.), *Handbook of Quality of Life in the Enlarged European Union*, Londres, Routledge, pp. 129-161.
- Alber, Jens, Tony Fahey, e Chiara Saraceno (orgs.) (2008), *Handbook of Quality of Life in the Enlarged European Union*, Londres, Routledge.
- Allardt, Erik (1976), "Dimensions of welfare in a comparative Scandinavian study", *Acta Sociologica*, 19, pp. 227-239.
- Allardt, Erik (1993), "Having, loving, being: an alternative to the Swedish model of welfare research", em Martha Nussbaum e Amartya Sen (orgs.), *The Quality of Life*, Oxford, Clarendon Press.
- Allen, Tammy D. (2001), "Family-supportive work environments: the role of organizational perceptions", *Journal of Vocational Behaviour*, 58, pp. 414-435.
- Amâncio, Lígia (2007), "Gênero e divisão do trabalho doméstico: o caso português em perspectiva", em Karin Wall e Lígia Amâncio (orgs.), *Família e Gênero em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 181-209.
- Barnett, Rosalind Chait, e Janet Shibley Hyde (2001), "Women, men, work, and family: an expansionist theory", *American Psychologist*, 56, pp. 781-796.
- Beck, Ulrich (2000), *The Brave New World of Work*, Oxford, Blackwell.
- Böhnke, Petra (2005), *First European Quality of Life Survey: Life Satisfaction, Happiness and Sense of Belonging*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- Caetano, António, Susana Tavares, e Rita Reis (2003), "Valores do trabalho em Portugal e na União Europeia", em Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 429-455.
- Campbell, Angus, Phillip Converse, e Willard Rodgers (1976), *The Quality of American Life*, Nova Iorque, Russell Sage Foundation.
- Cardoso, Gustavo, António Firmino da Costa, Cristina Palma Conceição, e Maria do Carmo Gomes (2005), *A Sociedade em Rede em Portugal*, Porto, Campo das Letras.
- Clark, Andrew (2005), "What makes a good job? Evidence from OECD countries", em Stephen Bazen, Claudio Lucifora e Wiemer Salverda (orgs.), *Job Quality and Employer Behaviour*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, pp. 11-30.
- Clark, Andrew, Andrew Oswald, e Peter Warr (1996), "Is job satisfaction U-shaped in age?", *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 69, pp. 57-81.
- Comissão Europeia (2001), *Employment and Social Policies. A Framework for Investing in Quality*, COM(2001) 313, Bruxelas, Comissão Europeia.
- Cooper, Cary L., e Ronald J. Burke (2002), *The New World of Work: Challenges and Opportunities*, Oxford, Blackwell.
- Crompton, Rosemary (2006), *Employment and the Family. The Reconfiguration of Work and Family Life in Contemporary Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Crompton, Rosemary, e Clare Lyonette (2007), "Família, género e articulação entre

- trabalho e vida privada: comparação dos casos britânico e português”, em Karin Wall e Lígia Amâncio (orgs.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 93-128.
- Danna, Karen, e Ricky W. Griffin (1999), “Health and well-being in the workplace: a review and synthesis of the literature”, *Journal of Management*, 25, pp. 357-384.
- Diener, Ed (1994), “Assessing subjective well-being: progress and opportunities”, *Social Indicators Research*, 31, pp. 103-157.
- Diener, Ed (2006), “Guidelines for national indicators of subjective well-being and ill-being”, *Journal of Happiness Studies*, 7, pp. 397-404.
- Diener, Ed, e Carol Diener (1996), “Most people are happy”, *Psychological Science*, 7 (3), pp. 181-185.
- Diener, Ed, e Eunkook Suh (1997), “Measuring quality of life: economic, social, and subjective indicators”, *Social Indicators Research*, 40, pp. 189-216.
- Diener, Ed, Eunkook Suh, Richard E. Lucas, e Heidi L. Smith (1999), “Subjective well-being: three decades of progress”, *Psychological Bulletin*, 25, pp. 276-302.
- Dulk, Laura den, e Bram Peper (2007), “Working parents’ use of work-life policies”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 53, pp. 51-70.
- Edwards, Jeffrey R., Judith A. Scully, e Mary D. Brtek (2000), “The nature and outcomes of work: a replication and extension of interdisciplinary work-design research”, *Journal of Applied Psychology*, 85, pp. 860-868.
- Efraty, David, e Joseph Sirgy (1990), “The effects of quality of working life (QWL) on employee behavioral responses”, *Social Indicators Research*, 22, pp. 31-47.
- Fahey, Tony, Bertrand Maître, Christopher Whelan, Robert Anderson, Henryk Dománski, Antonina Ostrowska, Manuela Olagnero, e Chiara Saraceno (2004), *Quality of Life in Europe: First European Quality of Life Survey*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- Gallie, Duncan (1996), “The quality of employment: perspectives and problems”, em Avner Offer (org.), *In Pursuit of the Quality of Life*, Oxford, Oxford University Press, pp. 163-187.
- Gallie, Duncan, e Helen Russell (1998), “Unemployment and life satisfaction: a cross-cultural comparison”, *Archives European Sociology*, 34, pp. 248-280.
- Geurts, S.A.E. Et al. (2005), “work-home interaction from a work psychological perspective: development and validation of a new questionnaire, the Swing”, *Work & Stress*, 19, 4, pp. 319-339.
- Green, Francis (2006), *Demanding Work. The Paradox of Job Quality in the Affluent Economy*, Princeton, Princeton University Press.
- Greenhaus, Jeffrey H., e Gary N. Powell (2005), “When work and family are allies: a theory of work-family enrichment”, *Academy of Management Review*, 31, pp. 1-21.
- Guerreiro, Maria das Dores (2004), “Família, trabalho e qualidade de vida”, *Jornadas do ISSS*, Lisboa.
- Guerreiro, Maria das Dores, e outros (2004), *Transitions, Case Studies Summary Report*, Manchester, Manchester Metropolitan University.

- Guerreiro, Maria das Dores, e Helena Carvalho (2007), "O stress na relação trabalho-família: uma análise comparativa", em Karin Wall e Lígia Amâncio (orgs.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 129-179.
- Hochschild, Arlie (1989), *The Second Shift: Working Parents and the Revolution at Home*, Nova Iorque, Viking.
- Hochschild, Arlie (1997), *The Time Bind: When Work Becomes Home and Home Becomes Work*, Nova Iorque, Metropolitan Books.
- Inglehart, Ronald (1990), *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, Princeton, Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald (1997), *Modernization and Post-modernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies*, Princeton, Princeton University Press.
- Kapitány, Balázs, Katalin Kovács, e Hubert Krieger (2005), *Working and Living in an Enlarged Europe*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- Karasek, R. And T. Theorell (1990), *Healthy Work. Stress, work and the Reconstruction of Working Life*, Nova Iorque, Basic Books.
- Kovacheva, Siyka, Suzan Lewis, e Neli Demireva (2005) "Changing cultures in changing workplaces: UK and Bulgaria compared", *Sociological Problems*, 37, pp. 62-81.
- Kovács, Ilona (2002), *As Metamorfoses do Emprego: Ilusões e Problemas da Sociedade da Informação*, Oeiras, Celta Editora.
- Lewis, Suzan, e Cary L. Cooper (1999), "The work-family research agenda in changing contexts", *Journal of Occupational Health Psychology*, 4 (4), pp. 382-393.
- Lewis, Suzan, e Cary L. Cooper (2005), *Work-life Integration: Case Studies of Organizational Change*, Londres, Wiley.
- Lewis, Suzan, e Jackie Dyer (2002), "Towards a culture for work-life integration?", em Cary L. Cooper e Ronald J. Burke, *The New World of Work: Challenges and Opportunities*, Oxford, Blackwell, pp. 302-316.
- Lewis, Suzan, e Rhona Rapoport (2005), "Looking backwards to go forwards: the integration of paid-work and personal life", em Bram Peper, Anneke van Doorne-Huiskes e Laura den Dulk (orgs.), *Flexible Working and Organisational Change. The Integration of Work and Personal Life*, North Hampton, Edward Elgar Publishing, pp. 297-311.
- Merton, Robert K. (1970 [1968]), *Sociologia. Teoria e Estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou.
- Myers, David G., e Ed Diener (1995), "Who is happy?", *Psychological Science*, 6 (1), pp. 10-19.
- Noor, N. (2003), "Work and family-related variables, work-family conflict and women's well-being: some observations", *Community, Work and Family*, 6 (3), pp. 279-319.
- Nordenmark, M. (2002), "Multiple social roles: a resource or a burden?", *Gender, Work and Organization*, 9 (2), pp. 125-145.
- Ouweneel, Piet (2002), "Social security and well-being of the unemployed in 42 nations", *Journal of Happiness Studies*, 3, pp. 167-192.
- Peper, Bram, Anneke van Doorne-Huiskes, e Laura den Dulk (orgs.) (2005), *Flexible Working and Organisational Change. The Integration of Work and Personal Life*, North Hampton, Edward Elgar Publishing.

- Phillips, David (2006), *Quality of Life. Concept, Policy and Practice*, Londres, Routledge.
- Pichler, Florian (2006), "Subjective quality of life of young Europeans: feeling happy but who knows why?", *Social Indicators Research*, 75, pp. 419-444.
- Rapley, Mark (2003), *Quality of Life Research: a Critical Introduction*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- Rapoport, Rhona, Lotte Bailyn, Joyce K. Fletcher, e Bettye H. Pruitt (2002), *Beyond Work-Family Balance: Advancing Gender Equity and Workplace Performance*, São Francisco, Jossey-Bass.
- Rojas, Mariano (2006), "Life satisfaction and satisfaction in domains of life: is it a simple relationship?", *Journal of Happiness Studies*, 7, pp. 467-497.
- Saraceno, Chiara, Manuela Olgner, e Paola Torrioni, (2005), *First European Quality of Life Survey: Families, Work and Social Networks*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- Scharlach, A. E. (2001), "Role strain among working parents: implications for workplace and community", *Community, Work and Family*, 4 (2), pp. 215-230.
- Sen, Amartya (1993), "Capability and well-being", em Martha Nussbaum e Amartya Sen (orgs.), *The Quality of Life*, Nova Iorque, Oxford University Press, pp. 30-53.
- Sirgy, M. Joseph, D. Efraty, P. Siegel, e D.-J. Lee (2001), "A new measure of quality of work life (QWL) based on need satisfaction and spillover theories", *Social Indicators Research*, 55, pp. 241-302.
- Sirgy, M. Joseph, e Alex C. Michalos (orgs.) (2002), *The Psychology of Quality of Life*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
- Sirgy, M. Joseph, Alex C. Michalos, Abbott L. Ferriss, Richard A. Easterlin, Donald Patrick, e William Pavot (2006), "The quality of life (QOL) research movement: past, present, and future", *Social Indicators Research*, 76, pp. 343-466.
- Sparks, Kate, Brian Faragher, e Cary Cooper (2001), "Well-being and occupational health in the 21st century workplace", *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 74, pp. 489-509.
- Staines, Graham (1980), "Spillover versus compensation: a review of the literature on the relationship between work and nonwork", *Human Relations*, 33, pp. 111-129.
- Torres, Anália Cardoso (2004), *Vida Conjugal e Trabalho. Uma Perspectiva Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- Valcour, P.M. (2007), "work-based resources as moderators of the relationship between work hours and satisfaction with work-family balance", *Journal of Applied Psychology*, 92(6), pp. 1512-1523.
- Veenhoven, Ruut (1996), "Developments in satisfaction research", *Social Indicators Research*, 37, pp. 1-46.
- Veenhoven, Ruut (2000), "The four qualities of life: ordering concepts and measures of the good life", *Journal of Happiness Studies*, 1, pp. 1-39.
- Wall, Karin, e Maria das Dores Guerreiro (2005), "A divisão familiar do trabalho", em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 303-362.
- Wallace, Claire, e Florian Pichler (2008), "Working conditions and quality of work: a comparison of Eastern and Western Europe", em Jens Alber, Tony Fahey e

Chiara Saraceno (orgs.), *Handbook of Quality of Life in the Enlarged European Union*, Londres, Routledge, pp. 162-174.

Wallace, Claire, Florian Pichler, e Bernadette C. Hayes (2007), *First European Quality of Life Survey: Quality of Work and Life Satisfaction*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.

Quotidianos de saúde em mudança

Noémia Lopes e Felismina Mendes

A modernidade no campo da saúde tem a sua génese associada a um quadro de mudança que, na teoria sociológica, ficou designado como o fenómeno da *medicalização*. Trata-se de um conceito originalmente formulado por Irving Zola (1972, em Crawford, 1980), que consubstancia a progressiva expansão da medicina para esferas sucessivamente mais amplas da existência humana e da sua gestão social. A transição para o domínio da intervenção médica de comportamentos que recaem no desvio social — como a violência ou o alcoolismo —, assim como de particulares desempenhos corporais tradicionalmente naturalizados e privados — como a sexualidade ou a reprodução —, constitui expressão do emergir desse fenómeno, que desponta no início do século XX, mas cuja consolidação social só algumas décadas depois se tornou efectiva.

A relevância analítica do conceito de medicalização reside na dualidade semântica que o mesmo comporta. Com efeito, não só enuncia o progressivo alargamento do espaço de intervenção médica no tecido social, como enuncia também uma outra vertente: a da progressiva disseminação cultural da própria ideologia médica (Crawford, 1980). Esta outra vertente, cuja visibilidade social se acentua a partir da segunda metade do século XX, é manifesta no generalizado recurso da população às categorias e concepções médicas para interpretar a saúde, a doença e o corpo.

O fenómeno da medicalização revela-se, assim, como um processo cujo alcance e consolidação passou por um progressivo diluir das legitimações tradicionais nas representações colectivas sobre a saúde — associadas às crenças no destino e aos desígnios da natureza e/ou do sobrenatural —, substituindo-as pelas modernas legitimações fundadas na evocação da ciência e da técnica (Britten, 1996). Ou ainda, como sustentam Williams e Calnan (1996), a medicalização assinala uma mudança nos modos de legitimação, que traduz em si o emergir de novas racionalidades no âmbito da saúde, e que aponta para uma gradual convergência entre a *racionalização a partir do topo* —

isto é, a penetração de novos modos de legitimação no modelo cultural global — e a *racionalização a partir da base* — isto é, a penetração dos modos de legitimação dominantes ao nível individual e subcultural.

Na continuidade deste quadro de mudança, os mais recentes desenvolvimentos científicos e tecnológicos no campo da saúde têm vindo a imprimir uma nova dinâmica social no disseminar da medicalização. A medicina *preditiva* — impulsionada pelo desenvolvimento do conhecimento genético e da biologia molecular — está a delinear novos espaços no quotidiano da saúde e da doença, fazendo transitar para a esfera médica, já não apenas a gestão do presente, mas também a gestão presente dos possíveis riscos futuros. É a descoberta do risco genético. Com este outro eixo, o presente e o futuro das possibilidades de saúde (penhoradas no decifrar do passado) encetam uma trajetória de incerteza, que consagra a dominância e hegemonia social do paradigma da medicalização.

Como sustentam diversos autores, entre os quais Giddens (1992 e 1997), um dos traços marcantes da modernidade é o da crescente inclusão das mais vastas áreas materiais e sociais sob a orientação dos sistemas periciais. Tomando tal enunciado no seu sentido mais estrito, o que neste contexto de modernidade se perfila é uma irrevogável desapropriação dos tradicionais espaços de autonomia leiga e dos seus recursos cognitivos e práticos, designadamente no âmbito da gestão quotidiana da saúde e da doença. Ou, na perspectiva analítica de Santos (2000), o que este contexto configura é uma crescente *colonização* dos universos leigos pelos sistemas periciais e, correlativamente, das racionalidades e autonomias que lhes são intrínsecos.

Porém, importa considerar que a dominância da lógica da pericialidade no quotidiano também significa uma crescente rotinização do contacto dos leigos com os agentes periciais. O rotinizar desses contactos não representa apenas um aumento da dependência leiga; tem igualmente gerado novos espaços de possibilidades para as reapropriações leigas do saber especializado, tanto quanto para a sua reelaboração num novo quadro de referências e de acção. Tais reapropriações inscrevem num novo plano a relação entre dois mundos tradicionalmente opostos — o mundo dos saberes periciais e o dos saberes leigos — no sentido em que, como também refere Giddens (1992), a pericialidade técnica é continuamente reapropriada pelos agentes comuns, como parte do seu relacionamento com os sistemas abstractos.

Assim, rompido no quotidiano o distanciamento e a opacidade social — ainda que mantendo-se o distanciamento e a opacidade cognitiva — que o mundo da ciência e dos peritos representava para os universos leigos, a reapropriação leiga da pericialidade tornou-se não só inevitável, como se transformou num novo recurso para a reflexividade. O conhecimento com base na reflexividade toma o lugar do conhecimento com base na crença e na tradição, que sustentaram os anteriores modelos de reprodução do saber profano. A própria tradição, enquanto oráculo do saber comum, só é aceite, na modernidade,

na medida em que seja justificada com base num conhecimento — o que recoloca a reflexividade como elemento central do novo paradigma de racionalidade leiga —, passando também a ciência a ser questionada à luz dos novos conhecimentos, continuamente produzidos pelos sistemas periciais e difundidos junto do público (Giddens, 1992).

Neste sentido, e continuando a reportar-nos à perspectiva analítica de Giddens (1997), embora os indivíduos integrem cada vez mais nos seus quadros de referência as informações difundidas pelos sistemas periciais, por outro lado, as suas atitudes para com a ciência e o conhecimento técnico são em geral ambivalentes. A ambivalência torna-se a característica central das atitudes leigas, em que se misturam a deferência e o cepticismo face à ciência.

Um dos desafios que presentemente se colocam à sociologia da saúde é, justamente, o de descortinar como se concretizam, articulam e redefinem, no actual contexto de dominância da medicalização do quotidiano, as novas formas de dependência e de autonomia leiga relativamente à pericialidade. Ou seja, restituir visibilidade aos processos sociais, contextos e condições que marcam a alternância entre o acentuar da dependência e o reactivar da autonomia, dando assim conta das dialécticas e dinâmicas sociais que estão a reconfigurar as tradicionais modalidades de protagonismo leigo no campo da saúde.

As duas abordagens temáticas que seguidamente se apresentam, e que têm por base duas investigações recentemente concluídas, pretendem ser um contributo nesse sentido.¹ A primeira é sobre as práticas de automedicação e as racionalidades que as enformam, e permite dar conta de uma nova dinâmica de autonomia leiga, cuja génese radica nos efeitos (reversos) da própria lógica da medicalização. O universo empírico foi constituído por uma população socialmente heterogénea de 309 indivíduos, situados nas faixas etárias entre os 18 e os 64 anos; os contactos realizaram-se numa empresa industrial e em dois centros de cuidados médicos, na área metropolitana de Lisboa. A recolha de informação efectuou-se, numa primeira fase, através da aplicação de um inquérito por questionário ao total dos indivíduos e, posteriormente, através de 50 entrevistas em profundidade a um conjunto dos anteriores inquiridos. A segunda investigação é sobre a gestão do risco genético do cancro hereditário e os seus impactos nos quotidianos leigos, e permite dar conta do reverter das (im)possibilidades de autonomia leiga nos domínios da saúde em que as novas tecnologias genéticas e a incerteza imperam. O universo empírico foi constituído por utentes da consulta de risco familiar de gastroenterologia, de um hospital público de Lisboa. A informação recolhida teve por base, num primeiro momento, 29 inquéritos por questionário aplicados a

1 Sobre outros trabalhos sociológicos já realizados no campo da saúde em Portugal, no âmbito dos comportamentos leigos, ver Carapinheiro (2001) e Cabral, Silva e Mendes (2002).

indivíduos seguidos nesta consulta e, posteriormente, 15 entrevistas em profundidade a utentes da referida consulta com mutação genética positiva para cancro hereditário.²

Racionalidades de automedicação: novas trajectórias de autonomia leiga

O recurso à automedicação³ nas sociedades europeias ocidentais começou a aumentar na década de 1970 (WHO, 1988). Em Portugal as estimativas disponíveis apontam igualmente para um aumento deste tipo de práticas (Ministério da Saúde/Inquérito Nacional de Saúde, 1989/90; 1995/96). Em termos globais é estimado que o recurso à automedicação na Europa ocidental corresponda a 30% do total de medicamentos consumidos (Richard e Senon, 1996).

A reconstituição analítica das condições socioculturais que conduziram ao aumento deste tipo de práticas evidencia um quadro de mudança nas percepções e atitudes leigas face ao corpo, aos medicamentos, à saúde e à doença, cuja génese se inscreve na disseminação cultural da medicalização.

A relação entre estes fenómenos pode ser detectada, desde logo, em duas das vertentes que caracterizam o padrão dominante de automedicação encontrado nos dados da investigação realizada.

Por um lado, este tipo de práticas incide maioritariamente em sintomas e formas de mal-estar cuja gestão terapêutica, tradicionalmente, era remetida para o domínio dos saberes domésticos e dos tratamentos caseiros, ou nem sequer era objecto de cuidados específicos. Neste sentido, o que se alterou não foi o campo de intervenção da gestão leiga — pois que permanece vinculada à mesma esfera de distúrbios de saúde que sempre recaíram no seu domínio — mas sim os recursos mobilizados para essa gestão. Como se pode verificar no quadro 4.1, as respostas obtidas acerca do problema de saúde que levou a recorrer à automedicação (reportando-se à última vez que esse tipo de prática teve lugar),⁴ recaem maioritariamente nos três primeiros itens (75,4%). Trata-se de distúrbios que, num passado recente, tendiam a ser geridos com recurso a terapêuticas domésticas, como o permitiram reconfirmar as espontâneas

2 A primeira investigação foi financiada pelo Infarmed (Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento) e pela FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) — (POCTI/SOC/36479/99). A segunda investigação foi financiada pela FCT — (C/SOC/12079/98).

3 A noção de automedicação é aqui usada na sua acepção institucionalizada, isto é, o uso de medicamentos sem prévia orientação médica. Sobre a problematização do conteúdo ideológico desta noção, designadamente quanto à referenciação normativa e etnoprofissional que a enforma, conferir Lopes (2003: 26-40).

4 Tratou-se de uma pergunta de resposta aberta, inserida no inquérito por questionário, sendo as categorias apresentadas no quadro 4.1 resultantes do posterior tratamento dos dados. Com a informação recolhida por entrevista voltaram a confirmar-se os mesmos sentidos de incidência das categorias obtidas através do questionário.

Quadro 4.1 Problemas de saúde que originaram (da última vez) o recurso à automedicação

Problemas de saúde	Percentagem
Dores de cabeça	23,3
Dores diversas**	27,5
Gripe/constipação/tosse	24,6
Infecções/inflamações	10,0
Problemas digestivos/intestinais	4,3
Insónia/ansiedade/cansaço	3,2
Problemas de pele	2,5
Problemas osteo-musculares	2,1
Outros	2,5
	100,0

Nota: ** inclui dores de dentes, dores de ouvidos e dores menstruais.

alusões a esta matéria ao longo das entrevistas, sobretudo entre os indivíduos das faixas etárias mais altas.

Por outro lado, a maioria dos medicamentos usados em automedicação são os que foram receitados pelo médico em situações anteriores, ou que foram recomendados pelo farmacêutico. Configura-se neste dado uma nova forma de relação com a mediação pericial, que denota um redefinir dos sistemas de referência accionados nas iniciativas leigas de gestão terapêutica, como mais adiante se fundamentará. No sentido de se estabelecer a distinção entre o uso de medicamentos obtidos sem qualquer referência profissional anterior, e o uso dos que se inserem nesse parâmetro de referência, introduziram-se as designações, respectivamente, de “automedicação directa” e de “automedicação mediada”. Embora se trate de duas modalidades de práticas que não se excluem mutuamente, pois que uma e outra podem ser encontradas entre os mesmos sujeitos e nos mesmos contextos, ainda assim mantém-se constante uma maior recorrência da “automedicação mediada”. Foi essa a tendência registada nas respostas quanto à forma de acesso ao último medicamento usado em automedicação, e que se apresenta no quadro 4.2.

Como deixa antever este breve traçado sobre o actual padrão das iniciativas leigas de gestão terapêutica, um dos efeitos induzidos pelo fenómeno da medicalização foi o da *farmacologização* do quotidiano, isto é, a generalização do recurso aos medicamentos — tanto nas intervenções periciais, quanto nas intervenções leigas —, como opção dominante na gestão terapêutica. Ora, é através deste outro fenómeno (o da farmacologização) que os tradicionais espaços de autonomia leiga na gestão corrente do corpo e dos seus distúrbios foram sendo culturalmente *colonizados* pela lógica da intervenção médica, despojando de eficácia os saberes domésticos e as correspondentes modalidades de percepção e de controlo da saúde e da doença no quotidiano.

É neste quadro social que a relação leiga com os medicamentos se foi também redefinindo.

Quadro 4.2 Modalidades de automedicação

Formas de acesso ao último medicamento usado em automedicação	Percentagem
<i>Automedicação mediada (com remoto controlo profissional)</i>	63,8
"tinha em casa (receitado pelo médico noutra ocasião)"; "recomendado pelo farmacêutico"	
<i>Automedicação directa (sem remoto controlo profissional)</i>	36,2
"indicado por alguém conhecido"; "divulgado por publicidade"; "tinha em casa (comprado sem indicação médica)"	
	(100)

Com efeito, a maior frequência dos contactos da população com os cuidados médicos deu lugar a uma progressiva familiarização com as terapêuticas farmacológicas e, nessa medida, foi ressocializando a presença destes meios terapêuticos nas práticas leigas de controlo da saúde e da doença. Em consequência é o próprio estatuto social do medicamento que se altera: de *bem esotérico e raro* — entenda-se, algo pouco familiar, só usado excepcionalmente e simbolicamente associado a sintomas graves — vai progressivamente redefinir-se como um *bem exotérico e comum* — isto é, algo integrado e naturalizado no quotidiano.

Tratou-se de uma mudança que não é confinável aos limites da relação com o medicamento. Como referem Vuckovic e Nichter (1997), a crescente acessibilidade a estes meios terapêuticos e o seu generalizado uso têm alterado as próprias definições do que é normal ou natural nos sintomas do corpo. Se tradicionalmente o recurso ao medicamento estabelecia a fronteira entre o normal e o patológico, entre o natural e o estranho, a crescente medicalização e farmacologização do corpo esbateram e reverteram essas fronteiras.

Esta reconfiguração do espaço social do medicamento assinala ainda um outro parâmetro de mudança nas formas de dependência leiga da pericialidade. A tradicional dependência do médico começou gradualmente a deslocar-se para a dependência do medicamento. É sobre os medicamentos que recaem as expectativas de cura ou de alívio, expressas no facto de o recurso a estes meios terapêuticos constituir, frequentemente, a primeira opção leiga para a gestão dos sintomas; mas expressas também na relevância que a prescrição de terapêuticas farmacológicas detém no contexto da procura de cuidados médicos.

No que respeita às práticas de automedicação, embora estas representem um domínio de particular visibilidade da deslocação da dependência do médico para a dependência do medicamento, tal não significa que essa deslocação as possa enunciar como uma expressão de autonomia leiga relativamente à esfera médica. Na sua actual configuração, e contrariamente às

tradicionais iniciativas leigas de gestão terapêutica em torno dos saberes domésticos e dos tratamentos caseiros, a automedicação nas sociedades modernas surge como uma prática de cuidados cada vez menos independente do próprio sistema médico e da sua lógica de intervenção (Dupuy e Karsenty, 1974).

Porém, as condições para a consolidação deste novo quadro não são alheias às mudanças paralelamente ocorridas nos tradicionais padrões culturais de relação com o corpo.

As transformações materiais e ideológicas que reorganizaram a relação com o corpo no contexto da modernidade despoletaram também uma crescente intolerância cultural face a qualquer forma de desconforto ou mal-estar físico. O tradicional culto do estoicismo perante as indisposições corporais, que colhia a sua valorização social num quadro de enaltecimento da resistência e robustez físicas, ou na própria mística religiosa do sofrimento como tributo para a salvação, foi cedendo lugar a uma nova lógica de usufruto do corpo. O corpo é transfigurado em objecto de expressão e de investimento hedonista (Featherstone, 1991; Shilling, 1993; Turner, 1996).

A conjugação do crescente hedonismo corporal e da crescente medicalização e farmacologização do quotidiano cimentou, assim, uma nova atitude de intolerância ao sofrimento físico, na esteira da qual se redefiniram também as atitudes e práticas face à saúde e à doença. Suportar as indisposições do corpo, ou combatê-las com os tradicionais recursos caseiros, passou a representar no imaginário social um modo de claudicar na irracionalidade, quando contraposto à crescente oferta de possibilidades de eliminação rápida do mal-estar, que os medicamentos pressupõem. O seguinte excerto de entrevista é uma das ilustrações, entre as muitas registadas, do indelével elo entre o hedonismo corporal e uma nova relação com os medicamentos:

... ninguém gosta de ter dores ou indisposições, não é? Antigamente as pessoas tinham de aguentar porque não tinham alternativa, não havia tantos medicamentos, actualmente já não vale a pena, eu falo por mim, não sou masoquista, não gosto de andar a sofrer sabendo que se tomar uns comprimidos me passa... (mulher, 20 anos, estudante universitária, entrevista 10)

De entre as condições que têm gerado esta nova relação com as terapêuticas farmacológicas — e em torno das quais se substanciam as determinantes do crescente recurso à automedicação — não é de menor relevância considerar-se também a materialidade sociocultural intrínseca aos próprios medicamentos.

Como sublinham Geest e Whyte (1989), uma das particularidades dos medicamentos — que, desde logo, os distingue de outras formas de tratamento — é o seu carácter concreto, isto é, a sua materialização em substâncias. Estas, por sua vez, encerram um duplo significado: é nelas que residem as possibilidades de cura ou de alívio, e é nelas que o tratamento é objectivado.

Neste sentido, os medicamentos constituem meios de intervenção que comportam em si mesmos o *poder de tratar*, o que não sucede com outros processos terapêuticos. Noutras formas de intervenção terapêutica o poder de tratar reside em quem executa o tratamento, como é o caso, exemplificado pelos mesmos autores em referência, de qualquer intervenção cirúrgica, em que o poder de tratar reside nas competências do médico, e não nos instrumentos que usa para a realizar. Este seu carácter material permite, então, que o medicamento se autonomize do próprio prescriptor, isto é, se autonomize do médico, e exerça o seu efeito independentemente de quem o prescreve.

A ênfase nesta autonomização não significa descurar a importância do *efeito do prescriptor* na construção social da eficácia do medicamento, amplamente demonstrada por uma vasta produção teórica sobre a matéria.⁵ O que se pretende salientar é o facto de ser essa autonomização que possibilita o efeito de *individualização* ou *privatismo*, em torno do qual se sedimentam as diversas modalidades de acesso e de uso leigo dos medicamentos.

O efeito de individualização ou privatismo concretiza-se na possibilidade de os indivíduos, ao acederem aos medicamentos, acederem ao tratamento (suposta ou efectivamente) sem necessitarem da mediação do médico. Outro factor que reforça este mesmo efeito é a própria informação escrita que acompanha os medicamentos, na medida em que, como sustentam Geest e Whyte (1989), esta remove o monopólio do saber daqueles que *produziram* ou *prescreveram* o medicamento, e torna o saber acessível aos que o *possuem*.

Está-se, portanto, perante um objecto sobre o qual podem igualmente recair apropriações profissionais e apropriações leigas, que outros meios de tratamento não permitem.

A forma como tais apropriações leigas se processam, no actual quadro de práticas de automedicação, conduz a um outro plano de análise, centrado na interpelação das lógicas que modelam as práticas no quotidiano. É neste plano intercalar que se pode restituir visibilidade ao modo como a incorporação reflexiva das referências periciais nos universos leigos se sobrepõe a uma mera assimilação passiva e mimética dos meios de acção pericial. E é por aqui que se pode dar conta das diversas combinações entre autonomia e dependência leiga da pericialidade que as actuais modalidades de automedicação enunciam.

Um dos eixos para este quadro de leitura reporta-se às pragmáticas leigas de gestão e controlo do risco imputado à automedicação.

Como atrás se deu conta, a maioria das práticas de automedicação recai em em medicamentos que inicialmente foram receitados pelo médico ou recomendados pelo farmacêutico. A sua inicial recomendação pericial passa assim a funcionar como um dos recursos leigos de controlo das probabilidades de risco das iniciativas de uso dos medicamentos. Tal controlo opera-se não

5 Como obra de referência neste âmbito, ver Balint (1998 [1956]).

só através das apropriações cognitivas de que são objecto as recomendações periciais e da sua instrumentalização em recursos de reflexividade, mas também através do efeito de *confiança* que é suscitado pela inicial mediação profissional em que teve lugar o acesso aos medicamentos.

A confiança na pericialidade extravasa deste modo os limites normativos que é suposto instituir — isto é, a regulação social e a limitação das iniciativas leigas no quotidiano — e é reactivada nas práticas concretas como meio de monitorização virtual do risco que as opções terapêuticas adoptadas possam implicar. O facto de um medicamento usado primeiramente sob orientação profissional se constituir em garante do controlo do risco das suas posteriores utilizações leigas transforma a *confiança na pericialidade* em *recurso de pericialidade*.

Como refere Giddens (1992), a confiança na pericialidade representa nas sociedades actuais, e perante a crescente consciência do risco, um dos recursos básicos de que os leigos se socorrem para a monitorização e redução das incertezas acerca do risco. Ora, o que a esta perspectiva acrescenta a analítica da gestão leiga do risco da automedicação é, justamente, o facto de a confiança na pericialidade não se esgotar na restituição da segurança leiga face ao risco, mas instaurar também novas condições de protagonismo leigo na gestão do risco. E esse protagonismo traduz-se na substituição da *monitorização pericial directa* pelas possibilidades de uma *monitorização pericial virtual* e no que esta comporta de novos modos de apropriação leiga da pericialidade.⁶

O seguinte excerto de entrevista é ilustrativo das diversas narrativas que deram expressão a uma monitorização do risco que, simultaneamente, se apoia e autonomiza do controlo pericial:

... nunca me passaria pela cabeça automedicar-me com um antibiótico... mas se tiver em casa algum antibiótico que algum médico tenha receitado, e se ainda estiver dentro de prazo de validade, e se eu reconhecer os mesmos sintomas no quadro de sintomas que tinha quando o medicamento me foi receitado... aí não terei problemas em usá-lo... [...] Sim, é na mesma automedicação, mas não tem o mesmo risco do que se fosse com um medicamento que nunca me tivesse sido receitado... (homem, 43 anos, curso superior, entrevista 34)

Neste registo narrativo está igualmente presente o mobilizar de um sistema de referências que ultrapassa a estrita instrumentalização da confiança na

6 A *monitorização pericial directa* é aqui usada como categoria designativa da intervenção de um profissional na gestão de uma dada situação, o que no caso dos medicamentos é representado pela prescrição médica ou recomendação do farmacêutico para cada nova situação em que o medicamento é utilizado. A *monitorização pericial virtual* é usada como categoria designativa da ausência de uma intervenção profissional directa na definição das soluções para uma dada situação, mas em que são adoptadas as soluções profissionais propostas em situações anteriores.

pericialidade. Ou seja, remete também para uma apropriação cognitiva das orientações periciais. E este é um outro ângulo de incursão analítica que importa convocar.

A crescente rotinização dos contactos leigos com os sistemas periciais, a par da tendencial padronização das prescrições terapêuticas para os distúrbios de saúde mais recorrentes, tem gerado as condições propícias à assimilação e apropriação cognitiva das pragmáticas periciais de gestão terapêutica, tanto quanto das referências que as organizam. Mais do que uma apropriação mimética, as referências assimiladas na interação com os profissionais são reelaboradas e readaptadas no confronto com os saberes práticos produzidos nas experiências e vivências do quotidiano, e nas quais as respostas corporais às opções terapêuticas adoptadas detêm um lugar central. São por isso apropriações cognitivas que se autonomizam da matriz pericial, e que, como sustenta Baszanger (1998) a propósito dos saberes leigos de saúde, se constituem num saber progressivamente *construído* e não num saber passivamente recebido.

A mobilização que é feita destes saberes nas práticas de automedicação funciona igualmente como o quadrante de legitimação de tais práticas. Com efeito, é na evocação das próprias opções periciais que é construída a validação das opções leigas, tal como o ilustrava já o anterior excerto de entrevista, e que os seguintes registos reiteram:

... há bocado disse que não me automedicava, mas talvez não seja bem assim. Por exemplo, eu já sei o que é uma dor da colite, e sei que devo tomar o Pankreoflat, e se a dor for muito intensa já sei que tenho que tomar também um Buscopan, senão, não me passa. Isto já é uma automedicação, mas é uma automedicação com medicamentos indicados pelo médico, e que eu já percebi para que é que cada medicamento serve, não faço isto à toa... (mulher, 39 anos, 11.º ano, entrevista 25)

... durante anos e anos andei constantemente a fazer anginas. Quando ia ao médico ele receitava-me sempre o mesmo tipo de medicamentos, era essencialmente na base dos antibióticos... Muitas vezes eu já nem ia ao médico... para quê?... ele ia receitar-me aquilo que eu já tinha em casa... (mulher, 45 anos, curso superior, entrevista 47)

Tal significa, então, que o rotinizar dos contactos da população com os profissionais de saúde não se traduziu apenas num novo espaço de possibilidades de acesso leigo aos saberes periciais, mas tem possibilitado também a sua instrumentalização para novas trajectórias de *pericialização* e de (contextual) legitimação dos saberes quotidianos. As práticas de automedicação são o domínio por excelência da construção social de tais trajectórias de reposicionamento leigo no campo da saúde. Um reposicionamento que expressa novos

traçados de autonomia, e que enuncia a dialéctica social do efeito reverso da crescente dependência face à pericialidade.

Racionalidades e “genetofilias”: novas trajectórias de dependência leiga

Se a genética é fundamental para compreender a hereditariedade, a fisiologia e o desenvolvimento humano, os seus usos sociais e culturais expandiram-se muito para além do conhecimento biogenético. A ascensão do paradigma genético influenciou a maneira como se pensa a vida, a saúde e a doença, as capacidades e as falhas humanas, os problemas sociais e o próprio parentesco. Porém, o significado atribuído à genética e o entendimento que os indivíduos têm sobre este domínio do conhecimento não são um dado inerente à estrutura genética, biológica ou ao conhecimento sobre os genes.

Quando se enuncia que, potencialmente, quase todas as doenças e comportamentos podem ser geneticamente determinados, e que deter o conhecimento dos nossos próprios genes equivale a conhecermo-nos a nós próprios, não só se está em presença de um reducionismo que identifica a condição humana com a investigação genética, como também se abrem as portas para uma era de genofobia medicamente mediada e para a imposição de práticas preventivas coercivas.

Estas questões impõem, inevitavelmente, à perspectiva sociológica, um questionamento constante da genética e da biologia, não apenas pelo lugar estratégico que têm ocupado na construção de novas categorias médicas, a par da medicina, como pelas implicações práticas destes novos saberes, graças aos quais as práticas eugénicas abandonaram as brumas do passado, para pairarem sobre o presente e assombrarem os horizontes do futuro.

A construção deste quadro de reflexão, destinado a decifrar as lógicas que modelam a gestão quotidiana do risco genético de cancro hereditário, centrou-se na experiência subjectiva imediata desse mesmo risco e nas práticas e representações elaboradas e reelaboradas pelos indivíduos, tendo sempre como pano de fundo a herança geneticamente revelada, onde, inevitavelmente, se entrecruzaram a memória de um passado ensombreado pelo cancro hereditário e a apreensão por um futuro pautado pela incerteza e pela espera.

Quando a doença perde o seu carácter individual para se transformar numa doença familiar, que é transmitida e transmissível ao longo das gerações, os indivíduos querem saber se a herdaram dos seus progenitores e se a irão transmitir aos seus descendentes. A necessidade de reconstruírem o passado e, sobretudo, de perspectivarem e planearem o futuro, configura a adesão incondicional à realização do teste genético. Num primeiro patamar de aproximação analítica verifica-se que o universo das práticas leigas accionadas pelo diagnóstico genético se encontra balizado pelo medo da herança

familiar indesejada e pela responsabilidade da saúde dos seus descendentes. Aqui, e ao contrário dos *risk-takers*, socialmente imputados como “irracionais e irresponsáveis”, que insistem em ignorar a sua classificação em grupos de alto risco, os indivíduos entrevistados afirmam-se pela responsabilidade e racionalidade das suas práticas de vigilância de saúde (Greco, 1993).

O discurso biomédico constrói o risco genético como um risco de saúde involuntário, internamente imposto, e salienta que face a este risco não podem ser invocadas forças externas. No entanto, o facto de este risco ser involuntário não absolve os portadores da mutação genética da responsabilidade pela sua saúde. Com efeito, pode argumentar-se que por o risco genético ser transportado como parte do indivíduo, a ameaça só é compensada através da responsabilidade dos indivíduos para agirem no sentido de protegerem a sua saúde, ou a saúde das futuras gerações (Hallowell, 1999). Na perspectiva desta última autora, a genética não se dirige aos indivíduos, mas às relações biológicas e, assim, o seu próprio risco é, por definição, partilhado com outros parentes biológicos — para ter informação sobre si próprio, há que ter informação sobre os outros. Este facto levou Kenen (1994) a especular que uma das consequências da genetização da vida pode ser um meio através do qual cada um se pensa em relação aos outros. Ou seja, o aumento da atenção às ligações biológicas pode ter consequências sociais, no sentido em que podem resultar no desenvolvimento de um sentimento individual de responsabilidade genética para com os outros.

Da mesma forma, Peterson (1998) sustenta que a construção da saúde como um facto moral não se restringe apenas às discussões sobre os riscos de saúde voluntários, mas também está presente nas discussões sobre o risco genético. A retórica da genética deposita nos indivíduos a responsabilidade de obterem saber genético e, subsequentemente, tentarem modificar os seus riscos. Para este autor, estas concepções não são só perpetuadas pelos clínicos, mas também por aqueles que estão em risco genético, que surgem aqui como mediadores privilegiados dessa racionalidade pericial.

... Eu acho que há muitas vantagens em ter conhecimentos, em estar bem divulgado e em termos a noção de que é hereditário. Devemos ter a noção e estarmos preparados para os primeiros sintomas. A mim não me custou tanto a aceitar porque já sabia que era uma coisa hereditária e, portanto, é uma das coisas que eu já disse aos meus filhos. Afinal nem toda a gente tem a sorte que nós tivemos, de podermos ir a tempo, de correr... o meu tio já não foi a tempo. Quando foi, estava todo destruído... O meu tio morre com isto... o meu pai quase o mesmo... Nós ainda não tivemos nada disso porque já tínhamos outros conhecimentos... Se o podemos encarar, temos uma vantagem sobre isso. Não devemos encarar o cancro como um papão, porque isto é como um defeito... um defeito. Mas... se a gente for a tempo podemos tirá-lo, por isso é preciso é saber que temos que o encarar. (mulher, 47 anos, 4.^a classe, entrevista 4)

Cada vez mais os indivíduos enfrentam riscos que ameaçam a saúde e, nesse sentido, eles sentem necessidade de confiar e acreditar que o poder dos médicos e da medicina é maior do que nunca. Nos indivíduos em risco genético, estes altos níveis de confiança estão presentes desde o momento em que iniciaram o seu percurso de controlo e gestão do risco no hospital. O conhecimento prévio dos médicos (que já haviam seguido outros familiares), o testemunho do seu sucesso em intervenções anteriores, o contacto com os novos conhecimentos e tecnologias exibidas na prevenção do cancro e a atenção e disponibilidade permanente da equipa para com o seu caso e da sua família, parecem mediar, decisivamente, os seus níveis de confiança nos médicos da consulta de risco familiar e na própria medicina. Este quadro social não só favorece e promove a familiarização com as novas tecnologias como, simultaneamente, gera, perpetua e dá visibilidade a novas dependências periciais.

Uma outra perspectiva analítica, que é possível esboçar a partir da análise dos relatos de estes indivíduos, remete para a importância das condições limite do clima de aceitação positiva do risco e que, actualmente, se exprime na tendência de estes diferentes projectos tecnológicos — de que a genética é um exemplo — apelarem aos desejos individuais e colectivos de um futuro melhor. O próprio envolvimento nestes projectos parece fazer com que se tornem membros do “carrocel mágico”. Passam a experienciar, quotidianamente, aquilo que só tinham visto ou ouvido em filmes e na televisão, ou que só tinham lido em revistas ou jornais. Eles tornam-se protagonistas do acontecimento e dos novos desenvolvimentos técnicos, adoptando paulatinamente os modelos de racionalidade que subjazem a este “carrocel”, e que, sempre em prol da saúde e do “bem comum”, reduzem a importância do presente e transformam o futuro num imperativo moral. Assim, segundo Welsh (2000), a adesão e os desejos dos indivíduos também jogam um importante papel decisivo na selecção de prioridades nas agendas do risco genético.

Este discurso de aceitação e reprodução da racionalidade genética pode assumir outras formas e traduzir-se numa crítica violenta àqueles que não o partilham ou o ignoram e, indirectamente, culpabilizá-los pela sua “desatenção” e ignorância face ao conhecimento genético e aos instrumentos que ele coloca ao dispor dos indivíduos. Ou, como refere Keller (1992), há muitos problemas associados à geneticização da saúde e da doença, mas talvez um dos mais insidiosos se encontre neste convite a padrões de normalidade biológica socialmente irrealistas, ameaçando não o regresso à antiga eugenia, mas a aparição de uma nova eugenia — a eugenia da normalidade. Os conhecimentos genéticos devem, então, ser entendidos como passíveis de proporcionar uma quantidade, sem precedentes, de poder para classificar os indivíduos, de reconfigurar os padrões de normalidade e a própria liberdade individual.

... as pessoas são pouco inteligentes... acabam por chegar aqui... acabam por não ir trabalhar, acabam por não resguardar a família e acabam por perder a

família... por perder tudo. São estúpidas e, nada inteligentes. Depois dizem que foi uma fatalidade. Portanto... as pessoas não fazem o que deviam fazer... as pessoas deviam ter um bocado de consciência das coisas e de como elas são e pronto... prevenirem-se... Só não se previne quem é burro. Não tenha dúvidas. (homem, 37 anos, curso superior, entrevista 7)

De tal forma este discurso inerente à racionalidade genética se tem difundido que, actualmente, é frequente ouvir os indivíduos explicarem um ou outro ponto fraco dizendo “está nos meus genes”. A frase ecoa o fatalismo da antiga frase “está no meu destino” e significa, também, que a ideia dos genes como destino ganhou um pouco da popular força da astrologia. O ADN parece ter-se tornado mágico e dotado de uma identidade, história e significado próprios. Onde antes havia demónios e bruxas, e depois neuroses e traumas de juventude, há agora genes. Murphy e Luke (1995) chegam mesmo a comparar o poder preditivo da genética à antiga arte da aruspícia, através do exame das entranhas dos animais. É esta integração e naturalização do gene no imaginário social que sustenta, não só o apoio incondicional à genetização da saúde, como a crítica à irracionalidade dos que insistem em desprezar as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias. E assim, ao contrário de diversos autores que têm afirmado que o medo de se ser portador de uma doença genética vai, certamente, generalizar-se (Nelkin e Tancredi, 1994; Shakespeare, 1999) e que à medicina e à saúde pública restará o papel de mediadoras desta “genetofobia colectiva” a que se irá assistir nos próximos anos, se nos centrarmos no discurso dos entrevistados, é possível afirmar que estamos mais próximos de uma “genetofilia expectante”.

A genética e estes testes são muito importantes para todos. É pena não existirem mais para outras doenças. Eles vão ser o futuro da medicina e, quanto a mim, todos deviam fazê-los. Podem prevenir-se situações muito complicadas. Eu penso que, cada vez, vão ser mais específicos e isso, só ajuda as pessoas. Prevejo grandes desenvolvimentos nessa área e espero que isso nos ajude cada vez mais. (homem, 35 anos, 12.º ano, entrevista 15)

Neste caso, e como refere Wilson (1993: 7), “o desconhecido e o prodigioso comportam-se como drogas para a imaginação, basta prová-los para que a fome se torne insaciável”.

Na análise realizada é possível constatar que, para os indivíduos em risco genético de cancro do cólon, “estar em risco” é, acima de tudo, deter o controle sobre a ameaça de cancro, através do accionar das práticas preventivas e de vigilância. Este discurso não pode ser isolado da confiança na medicina e nos progressos que se têm registado, nomeadamente em termos de diagnóstico precoce e medidas preventivas face a este tipo de cancro. Assim, estar em risco significa ter tempo para actuar (sujeitar-se a práticas de vigilância), poder

preparar-se para a ocorrência do cancro. Em suma, o teste genético “dá” tempo e “ter” tempo é deter poder sobre a doença e sobre o medo que esta inspira.

A incerteza e a espera, apontadas como denominadores comuns dos indivíduos em risco genético de cancro hereditário, são concebidas como instrumentos que podem ser manipulados no quotidiano e que os habilitam a enfrentarem e a nunca desistirem de lutar contra a ameaça que os afecta. A partir do risco de que são portadores, delineiam as suas trajectórias de vida contra o cancro hereditário e a espera é capitalizada na gestão do tempo, em função da ameaça que aquele representa. É a partir daqui que se esboça a diferença fundamental entre o cancro hereditário e o cancro. O primeiro, através da detecção precoce da mutação genética, oferece aos indivíduos um capital que parece ser precioso — tempo. Um tempo que lhes permite retornar ao passado e, através dele, accionar estratégias defensivas e protectoras no presente e, simultaneamente, perspectivar um futuro. Este tempo de gestão do risco que é, simultaneamente, um tempo de “preparação” para a doença, parece afirmar-se como um dos traços estruturantes do seu quotidiano.

A experiência individual e colectiva sobre os perigos colocados pelo cancro é consequência directa de um século de ideias e práticas que circularam e continuam a circular, sobre as causas e a prevenção do cancro e onde a relação entre o tempo e esta doença se tem mantido constante (Aronowitz, 2001). Os escritos populares e médicos e as mensagens da saúde pública sobre o cancro, desde o início do século XX, exortaram consistentemente os indivíduos a darem atenção, tão cedo quanto possível, a qualquer sintoma que possa assinalar a presença desta doença. Esta mensagem da demora (no sentido de não demorar) constituiu o aspecto central dos esforços de prevenção do cancro até à actualidade. No entanto, em meados do século passado, à mensagem da demora, juntou-se a responsabilização de cada um por detectar e não apenas responder, activa e imediatamente, a sinais suspeitos de cancro. Subjacente aos relatos dos entrevistados é perceptível a apreensão desta mensagem, tal como da responsabilização de cada um pela sua saúde — a presença da incorporação e reprodução das referências periciais é uma constante no seu universo narrativo.

As pessoas deviam ter um bocado de consciência das coisas e de como elas são... prevenirem-se... mas eu também sei perfeitamente que estou no banco e que tenho gente a entrar às 8 da manhã e que às vezes são 4 da manhã do dia seguinte ainda lá estão... claro que se torna também maçador... são pessoas que de certeza não têm tempo para se preparar para certas coisas e isto mais tarde ou mais cedo... acontece e depois perguntam: mas como é que isto me aconteceu? As pessoas têm que ter a noção que a saúde é o mais importante e se, não forem elas a preocuparem-se, com isso... então quem se vai preocupar? (homem, 37 anos, curso superior, entrevista 7)

A eficácia do diagnóstico precoce depende da qualidade da informação dispensada e, sobretudo, do comportamento de cada indivíduo actor, e daquilo

que ele se reconhece implicado no processo de produção das actividades médicas e, desta forma, responsável pela sua saúde (Pinell, 1992). As especificidades próprias do diagnóstico (do cancro) são tais que a eficácia da medicina passa a depender directamente do comportamento dos indivíduos “responsáveis”, mesmo que o doente percebido como sujeito activo não encontre nenhum lugar no universo dos discursos médicos a não ser o daquele que espera — paciente. Assim, o discurso médico passa a integrar, como condição da sua eficácia prática, um novo parâmetro — o doente actor ou o potencial doente, colaborador indispensável da medicina de ponta. O doente passa, então, a ocupar uma dupla posição. Ele é integrado como agente no processo de produção médica e, ao mesmo tempo, integrado como objecto das práticas médicas.

O potencial doente encontra o seu lugar como auxiliar do médico, desempenhando o papel da sentinela que alerta o médico. Daí a importância dada à formação deste “doente profissional”, com tudo o que isso supõe em termos de transformação dos quotidianos de modo a que, como refere Pinell (1992: 273), “a mulher frívola e púdica se metamorfoseie em *homo medicus*, o sujeito ideal da medicina capaz de perceber o seu corpo como um objecto clínico”.⁷

Desmontando a prática médica numa sucessão de tarefas hierarquizadas, este projecto isola uma tarefa elementar, a sinalização dos sintomas suspeitos, e esquece que os sinais que o doente potencial deve reconhecer são sinais construídos em referência a um “corpo-objecto-da-medicina”, ele também construído. Assim, os sintomas não são identificáveis e portadores de sentido a não ser em relação a um saber global sobre este “corpo-objecto”, a que o doente não tem acesso. Além disso, a percepção dos sinais que o “corpo-objecto” manifesta supõe uma posição de exterioridade (condição de objectivação) em relação ao corpo subjectivo, impossível de atingir pelo doente (Pinell, 1992: 274).

Principal ponto de encontro da clínica com as aplicações das descobertas revolucionárias da genética e da biologia molecular, o cancro emerge como o vector de inovações e de transferência de conhecimentos sem equivalente. Com a oncologia esboçou-se uma nova forma de medicina cada vez mais dependente do progresso da tecnologia e que requer a coligação de competências especializadas de toda a ordem. Embora o hospital continue a ser o lugar privilegiado de exercício da medicina, o seu objectivo primeiro, nos dias de hoje, passa a ser a elaboração de um saber científico sobre a doença, que permita que a arte de curar se metamorfoseie em ciência do diagnóstico, da vigilância e do controle.

7 Nesta citação a autora remete para as mulheres que, aos cinquenta anos, se preocupam com o aspecto dos seus seios, mas não aderem ao auto-exame da mama. Para uns, este facto devia-se à sua frivolidade e, para outros, ao seu pudor.

As concepções dos sujeitos entrevistados reenviam directamente para a rotinização dos contactos com esta medicina “moderna” que não tem cessado de se construir e reconstruir, através da imparável mediação técnica a que se tem assistido nos últimos anos, em que eles experienciam, assimilam e reproduzem os poderes e os saberes mais recentes. O relato seguinte, a propósito dos exames de vigilância, é disso um exemplo.

No fundo, nós acompanhamos, a par e passo, todo o trabalho deles...vimos o que eles vêem... Claro que eles nos explicam e, a certa altura, nós começamos a achar graça àquilo. Eu estou sempre a olhar para lá e não me faz impressão nenhuma. Estas novas técnicas são um exemplo de tudo o que é inovação neste campo... e tem sido muita, muita mesmo. (homem, 27 anos, 12.º ano, entrevista 9)

Porém, segundo Rose (2000), o que está em causa é a controversa aposta no futuro, em que se devotou uma grande quantidade de recursos, atenção social e esperança no saber genético e nos testes genéticos. Nesta concepção, a detecção genética precoce, através de contribuições mais precisas e biologicamente tangíveis, eliminará não apenas o risco, como o próprio cancro. No entanto, o que permanece actualmente é a existência de uma enorme falha entre as possibilidades de diagnóstico e as possibilidades terapêuticas.

Mas, apesar do cepticismo evidenciado por alguns peritos, parece inevitável que as promessas oferecidas pelos conhecimentos genéticos venham a ser aceites pelos indivíduos, num futuro mais breve do que muitos supunham. De facto, quando se referem à saúde, os obstáculos são postos de lado, as dúvidas são aliviadas, as críticas são silenciadas (Beck-Gernsheim, 2000). Não se pode argumentar contra a saúde, particularmente numa sociedade onde ela emerge como o valor supremo. Para a mesma autora, a saúde emerge, actualmente, como um pré-requisito cultural para aceitação cultural da tecnologia genética. Como assinala Richards (1993), a informação obtida através da detecção genética de factores de risco individuais é a linha orientadora que modela o estilo de vida de cada um e, assim, à medida que a informação for chegando, os cuidados preventivos irão reforçar o seu poder, enquanto elementos imprescindíveis à esperada autogestão de cada indivíduo.

Estava em causa a minha saúde e a possibilidade que me era oferecida de poder fazer qualquer coisa por ela... por isso eu aceitei logo sujeitar-me ao teste. Quando eu soube que podia fazer o teste, aceitei logo. Não pensei duas vezes... com a saúde não se brinca... Tudo o que nós podemos fazer pela nossa saúde, devemos fazer. E claro que segui os conselhos dos médicos. O teste, foi só tirar sangue... não custou nada. É claro que a seguir, quando fui saber o resultado veio aquela ansiedadezinha... mas lá bem no fundo, e com a história da minha família, eu já estava à espera. Por isso, foi chegar lá e ter a confirmação. Não vou

dizer que não custa ouvir a notícia... mas pelo menos, agora, posso fazer qualquer coisa pela minha saúde, não é? (mulher, 42 anos, curso superior, entrevista 1)

Perante uma nova tecnologia que enuncia a promessa indestronável da saúde, a moralidade torna-se obsoleta e todos os tabus, até agora válidos, tendem a ser dominados. Na sociedade secularizada e individualizada, como aquela em que vivemos, a saúde é o valor maior, posicionando-se acima de todos os outros e destronando-os. A centralidade da saúde e do discurso preventivo (assente na responsabilização individual e na mensagem da demora), nas práticas e concepções dos portadores do risco genético, emergem como referências que sustentam, modelam e racionalizam o quotidiano destes indivíduos. Ou, como salienta Kitcher (1996), a inocência genética parece ter dado lugar a um imaginário, onde as trajectórias individuais podem ser planeadas, controladas ou eliminadas, em vez de serem simplesmente vividas.

Notas conclusivas

Como o revelam as duas análises temáticas apresentadas, a crescente medicalização do quotidiano, que assinala a actual fase da modernidade, comporta na sua processualidade social um novo protagonismo leigo.

Se bem que as modalidades desse protagonismo se configurem em sentidos diversos — isto é, enquanto novas formas de autonomia ou de dependência da pericialidade —, as suas trajectórias enunciam-nas como veículos de mediação e consagração da racionalidade pericial. Com efeito, seja nas práticas de automedicação, seja na gestão do risco genético, a reflexividade que enforma as opções leigas raramente exclui das suas referências constitutivas os recursos e soluções disponibilizados pelas instâncias periciais.

As condições que fazem alternar as lógicas de dependência ou de autonomia da pericialidade, encontradas em cada uma das análises temáticas, poderão sistematizar-se em torno de duas dimensões centrais.

Uma dessas dimensões reporta-se às diferentes possibilidades de *controlo leigo directo* sobre os recursos mobilizáveis na gestão quotidiana da saúde.

No caso da automedicação, o corpo é constituído em instrumento de monitorização da eficácia ou ineficácia das soluções adoptadas, cuja avaliação é fundada e legitimada nas próprias respostas corporais. Pode dizer-se que, de entidade opaca apenas acessível ao olhar pericial, o interior do corpo readquire transparência e torna-se legível nos sinais que o exteriorizam. Por outro lado, os recursos materiais da acção — os medicamentos — são um tipo de tecnologias médicas que, pela sua própria natureza, se tornam passíveis de apropriações cognitivas leigas. Enquanto substâncias que comportam em si mesmas "*o poder de tratar*", os medicamentos possibilitam que, num quadro de crescente rotinização médica da prescrição de fármacos — e, portanto, de

crescente familiaridade leiga com estes meios terapêuticos —, se diluam as fronteiras sociais capazes de inibir as apropriações leigas (cognitivas e práticas) dos recursos periciais.

Já na gestão do risco genético, a natureza das tecnologias médicas accionadas torna mais complexa a sua autonomização daqueles que as prescrevem e que as concretizam; o acesso leigo a estas tecnologias opera-se numa trajetória de imediata dependência dos agentes periciais. Por outro lado, o próprio corpo deixa de constituir, aqui, um instrumento de monitorização e de controlo leigo. Os distúrbios corporais não se concretizam em sinais acessíveis à percepção leiga; tornam-se opacos ao perceberem comum, sendo apenas acessíveis ao olhar e leitura pericial. Neste contexto, a incerteza, presente e futura, assume uma centralidade decisiva no reforçar da dependência face à pericialidade. Uma dependência que se configura num duplo sentido: na obrigação de vigilância, que o quadro ideológico do novo saber biogenético torna em imperativo moral, e na ausência de um património de saberes leigos que permita uma participação cognitiva directa nessa mesma vigilância.

O significado social que a *incerteza* assume e o modo como é gerida representam uma outra dimensão constitutiva da autonomia e dependência leigas. É o específico enquadramento dessa incerteza que redefine a instrumentalidade que a confiança na pericialidade apresenta em cada um dos contextos retratados de gestão da saúde.

Nos contextos de automedicação, a confiança na pericialidade é convertida em recurso leigo de pericialidade. Como se verificou, é na apropriação reflexiva das opções periciais que a incerteza quanto ao risco, ou quanto à eficácia dos medicamentos usados, é controlada: é controlada pela inicial mediação médica no acesso leigo aos medicamentos (a confiança transformada em recurso), tanto quanto pela monitorização directa do risco operacionalizada na legibilidade das respostas corporais.

Na gestão do risco genético a incerteza reveste-se de outra pluralidade: por um lado, a opacidade dos sinais de risco, por outro, o quadro temporal indeterminado em que o risco se inscreve. A desmunição leiga para exercer qualquer controlo directo prático neste contexto recoloca a estrita confiança na pericialidade como o antídoto para enfrentar os reveses da natureza. A ambivalência entre cepticismo e confiança face à pericialidade reverte a favor da confiança, quando confiar é a única estratégia ao alcance para gerir o imponderável.

Numa época em que a saúde se torna o imperativo moral, em que a disseminação cultural da medicalização impera e em que novas tecnologias e novas ciências emergem, redefinindo quer o novo quadro ideológico, quer as margens de intervenção da medicina, redefinem-se igualmente as modalidades de protagonismo leigo e acentuam-se novas margens de autonomias e dependências, balizadas pelos conhecimentos periciais disponíveis. Ora, é precisamente este novo protagonismo leigo emergente que imprime um registo de mudança relativamente aos tradicionais quadros sociais no campo da

saúde. Quando a racionalidade subjacente ao novo quadro ideológico periclitante se impõe, há que encetar estratégias (futuras pesquisas) capazes de restituir visibilidade a todas as formas de aproximação leiga aos consumos de saúde e à mudança que quotidianamente se opera neste universo.

Referências bibliográficas

- Aronowitz, R. (2001), "Do not delay: breast cancer and time, 1900-1970", *Milbank Quarterly*, 70 (3), pp. 355-386.
- Balint, M. (1998 [1956]), *O Médico, o seu Doente e a Doença*, Lisboa, Climepsi Editores.
- Baszanger, I. (1989), "Douleur, travail médical et expérience de la maladie", *Sciences Sociales et Santé*, VII (2), pp. 5-34.
- Baszanger, I. (1998), "La migraine: connaissances descriptives, traitement et prévention", *Analyse, Inserm*, pp. 251-263.
- Beck, U., A. Giddens, e S. Lash (2000), *Modernização Reflexiva*, Oeiras, Celta Editora.
- Beck-Gernsheim, E. (2000), "Health and responsibility: from social change to technological change and vice versa", em B. Adam, U. Beck e J. Van Loom (orgs.), *The Risk Society and Beyond. Critical Issues for Social Theory*, Londres, Sage Publications, pp. 122-135.
- Britten, N. (1996), "Lay views of drugs and medicines: orthodox and unorthodox accounts", em S. J. Williams e M. Calnan (orgs.), *Modern Medicine: Lay Perspectives and Experiences*, Londres, UCL Press, pp. 48-73.
- Cabral, M. V., P. A. Silva, e H. Mendes (2002), *Saúde e Doença em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Carapinheiro, G. (2001), "Inventar percursos, reinventar realidades: doentes, trajetórias sociais e realidades formais", *Etnográfica*, V (2), pp. 335-357.
- Cohen, D., M. McCubbin, J. Collin, e G. Perodeau (2001), "Medications as a social phenomena", *Health*, 5 (4), pp. 441-469.
- Cranor, F. (1994), *Are Genes Us? The Social Consequences of the New Genetics*, New Brunswick, Rutgers University Press.
- Crawford, R. (1980), "Healthism and the medicalization of everyday life", *International Journal of Health Services*, 10 (3), pp. 365-388.
- Dupuy, J. P., e S. Karsenty (1974), *A Invasão Farmacêutica*, Lisboa, Socicultur.
- Featherstone, M. (1991), "The body in consumer culture", em M. Featherstone, M. Hepworth e B. Turner (orgs.), *The Body: Social Process and Cultural Theory*, Londres, Sage Publications, pp. 170-196.
- Geest, S., e S. R. Whyte (1989), "The charm of medicines: metaphors and metonyms", *Medical Anthropology Quarterly*, 3 (4), pp. 345-367.
- Giddens, A. (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, A. (1997), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- Greco, M. (1993), "Psychosomatic subjects and the 'duty to be well': personal agency within medical rationality", *Economy and Society*, 22 (3), pp. 357-372.
- Hall, M., e outros (2001), "Trust in physicians and medical institutions: what is it, can it be measured and does it matter?", *Milbank Quarterly*, 70 (3), pp. 613-639.

- Hallowell, N. (1999), "Doing the right thing: genetic risk and responsibility", em P. Conrad e J. Gabe (orgs.), *Sociological Perspectives on the New Genetics*, Oxford, Blackwell Publishers, pp. 97-120.
- Keller, E. F. (1992), *Secrets of Life, Secretes of Dead: Essays on Language, Gender and Science*, Londres, Routledge.
- Kenen, R. (1994), "The human genome project: creator of the potentially sick, potentially vulnerable and potentially stigmatised?", em I. Robinson (org.), *Life and Death under High Technology Medicine*, Manchester, Manchester University Press, pp. 172-182.
- Kitcher, P. (1996), *The Lives to Come: The Genetic Revolution and Human Possibilities*, Nova Iorque, Simon and Schuster.
- Lopes, N. M. (2000), "A dimensão social e cultural do corpo", em M. R. Dias e A. Amorim (orgs.), *Clínica Dentária Integrada: Contributos Bio-psico-sociais*, Caparica, Egas Moniz Publicações, pp. 73-80.
- Lopes, N. M. (2001), "Automedicação: algumas reflexões sociológicas", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 37, pp. 141-165.
- Lopes, N. M. (2003), *Automedicação: Práticas e Racionalidades Sociais*, tese de doutoramento em sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Lopes, N. M. (2004), "Automedicação: as encruzilhadas sociológicas", *Con/com/Textos de Sociologia*, 3, pp. 60-67.
- Lupton, D. (1995), *The Imperative of Health: Public Health and the Regulated Body*, Londres, Sage Publications.
- Lupton, D. (1997), "Consumerism, reflexivity and the medical encounter", *Social Sciences & Medicine*, 45 (3), pp. 373-381.
- Marteau, T. M., e C. Lerman (2001), "Genetic risk and behavioural change", *British Medical Journal*, 28 (322), pp. 1056-1059.
- Mendes, F. (2002a), "A construção social do cancro como doença genética", em M. R. Dias e E. Durá (orgs.), *Territórios da Psicologia Oncológica*, Lisboa, Ed. Climepsi, pp. 213-234.
- Mendes, F. (2002b), "Risco: um conceito do passado que colonizou o presente", *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 2, Julho-Dezembro, pp. 53-62.
- Mendes, F. (2003), *A Herança dos Mal-Nascidos: Um Estudo de Caso sobre o Quotidiano dos Sujeitos em Risco Genético de Cancro Hereditário*, tese de doutoramento em sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Monaghan, L. (1999), "Challenging medicine? Bodybuilding, drugs and risk", *Sociology of Health & Illness*, 21 (6), pp. 707-734.
- Montagne, M. (1988), "The metaphorical nature of drugs and drug taking", *Social Sciences & Medicine*, 26 (4), pp. 417-424.
- Murphy, M. P., e A. J. Luke (1995), *What is Life? The Next Fifty Years: Speculations on the Future of Biology*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Nelkin, D., e L. Tancredi (1994), *Dangerous Diagnostics: The Social Power of Biological Information*, Chicago, The University Chicago Press.
- Peterson, A. (1998), "The new genetics and the politics of public health", *Critical Public Health*, 8, pp. 59-72.

- Pinell, P. (1992), *Naissance d'un Fléau: Histoire de la Lutte contre le Cancer en France (1890-1940)*, Paris, Métailié.
- Proctor, R. (1995), *Cancer Wars: How Politics Shapes What We Know & Don't Know about Cancer*, Nova Iorque, Basic Books.
- Rhodes, R., e J. J. Strain (2000), "Trust and transformation of medical institutions", *Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics*, 9, pp. 205-217.
- Richard, D., e J. L. Senon (1996), *Le Medicament*, Paris, Flammarion.
- Richards, M. (1993), "The new genetics: some issues for social scientists", *Sociology of Health and Illness*, 15, pp. 567-586.
- Rose, H. (2000), "Risk, trust and scepticism in the age of the new genetics", em B. Adam, U. Beck e J. Van Loom (orgs.), *The Risk Society and Beyond: Critical Issues for Social Theory*, Londres, Sage Publications, pp. 63-77.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência*, Porto, Edições Afrontamento.
- Shakespeare, T. (1999), "Losing the plot? Medical and activist discourses of the contemporary genetics and disability", em P. Conrad e J. Gabe (orgs.), *Sociological Perspectives on the New Genetics*, Oxford, Blackwell Publishers, pp. 171-190.
- Shilling, C. (1993), *The Body and Social Theory*, Londres, Routledge.
- Turner, B. S. (1996), *The Body and Society*, Londres, Sage Publications.
- Vuckovic, N., e M. Nichter (1997), "Changing patterns of pharmaceutical practice in the United States", *Social Sciences & Medicine*, 4 (9), pp. 1285-1302.
- Welsh, I. (2000), *Mobilizing Modernity: The Nuclear Moment*, Londres, Routledge.
- WHO (1988), *Self-Medication in Europe*, Copenhaga, Regional Office for Europe.
- Williams, S. J., e M. Calnan (1996), "Modern medicine and the lay populace: theoretical perspectives and methodological issues", em S. J. Williams e M. Calnan (orgs.), *Modern Medicine: Lay Perspectives and Experiences*, Londres, UCL Press, pp. 2-25.
- Wilson, E. O. (1993), *The Diversity of Life*, Londres, Penguin Press.

Toxicodependentes **Trajectórias sociopsicológicas e nós problemáticos**

Anália Torres, Ana Marques Lito, Isabel Sousa e Diana Maciel

Introdução

Toxicodependentes: trajectórias, perfis sociopsicológicos, padrões familiares e processos mentais é o título geral de uma pesquisa¹ que cruzou as perspectivas da sociologia e as da psicologia, no sentido de contribuir para compreender e explicar a complexa realidade das toxicodependências. Através desta articulação interdisciplinar, pretendeu-se identificar tendências e factores que conduzem à procura e fixação no consumo de determinadas substâncias. Desenvolveram-se, pois, perspectivas teóricas e um modelo de análise que equaciona diferentes dimensões analíticas para dar conta dos factores de vulnerabilidade social, familiar e psicológica que poderão contribuir para trajectórias continuadas e persistentes de consumos de drogas.

Captar regularidades sociais e padrões familiares e comparar sistematicamente as trajectórias sociais, familiares e individuais de consumidores e não consumidores de drogas constituíram objectivos centrais da pesquisa, tendo sido postas em acção diferentes técnicas de investigação. Procurou-se pois compreender por que é que uns consomem e outros não, isto é, e especificando um pouco mais, tentou-se dar resposta às seguintes interrogações:

Por que é que a maioria dos jovens experimenta drogas sem se tornar dependente, enquanto outros passam da experimentação, ao abuso e à toxicodependência? Por que é que irmãos de toxicodependentes, amigos e até parceiros, assumem comportamentos tão divergentes no que respeita aos consumos de drogas? Por fim, por que é que existem muito mais homens toxicodependentes do que mulheres?

1 Desenvolvida no âmbito do projecto *Toxicodependentes: trajectórias, perfis sociopsicológicos, padrões familiares e processos mentais*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) por concurso público e júri internacional no âmbito do Programa Operacional de Ciência, Tecnologia e Inovação com a referência n.º POCTI/SOC/45879/2002.

A análise extensiva da base de dados do CAT do Restelo constituiu a primeira aproximação empírica à realidade em estudo.² Através deste procedimento foram identificadas regularidades sociais, familiares e padrões de consumo, que conduziram a uma tipificação da situação dos toxicodependentes. Estes resultados foram comparados com os dados da população de Lisboa e Vale do Tejo, identificando-se diferenças entre as duas populações ao nível da escolaridade, da situação profissional, dos relacionamentos conjugais, bem como ao nível da estrutura familiar.³

Num segundo momento da investigação, procedeu-se ao contacto e aplicação de um questionário por telefone a uma amostra de utentes seleccionada a partir da base de dados do CAT.⁴ Pretendeu-se através deste contacto telefónico, e numa lógica de *follow-up* após a passagem pelo CAT, captar mudanças nas trajectórias de vida dos indivíduos, identificar as saídas ou a manutenção dos consumos, conhecer os percursos de tratamento, bem como identificar os problemas de inserção familiar, profissional e social pelos quais o indivíduo pudesse ter passado. A comparação destes dados com os resultados da fase empírica anterior possibilitou elementos de análise importantes sobre as trajectórias dos toxicodependentes.

Numa última fase da pesquisa, e a partir dos contactos feitos no decurso do *follow-up*, foi analisado um conjunto de entrevistas em profundidade a dois grupos distintos: um de indivíduos com histórias de toxicoddependência, e um outro de irmãos, amigos próximos ou parceiros dos mesmos, que não tenham tido dependências de drogas. Através deste procedimento, obteve-se uma comparação sistemática das condições sociais, dos padrões familiares e dos processos mentais de indivíduos toxicodependentes e de não toxicodependentes, na tentativa de captar factores diferenciadores nos seus percursos de vida e com o objectivo último de construção de uma tipologia.

Neste texto, para além da problematização teórica e da explicitação do modelo de análise da pesquisa, dá-se conta dos resultados da base de dados, do *follow-up*, e esboçam-se algumas das conclusões retiradas das entrevistas realizadas a toxicodependentes e aos seus pares não toxicodependentes.

2 Foram seleccionados aleatoriamente 1000 processos clínicos de indivíduos que recorrem à rede pública de atendimento à toxicoddependência, nomeadamente ao Centro de Atendimento a Toxicoddependentes (CAT) do Restelo, e que constavam na base de dados informatizada dessa instituição, o que permitiu a análise de 885 casos, já que só estes continham informação preenchida relevante para a pesquisa.

3 No sentido de uma comparação cuidada dos dados da população toxicoddependente com os dados da população de Lisboa e Vale do Tejo, analisámos os resultados do Censo de 2001 do Instituto Nacional de Estatística para a população residente na região de Lisboa e Vale do Tejo (Nuts II), com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos, dado serem estas a zona de residência e a faixa etária correspondentes à população da nossa amostra.

4 Foram seleccionados aleatoriamente 300 casos da base de dados anterior, o que permitiu o contacto com 121 indivíduos, tendo sido todos os outros impossíveis de localizar. A partir dos 121 contactados obtivemos informação relevante para 114.

Problematização e modelo de análise

A necessidade de uma abordagem multidimensional e multidisciplinar das toxicodependências parece hoje ponto assente na maioria das análises científicas que tendem a rever-se na fórmula de Olievenstein: a toxicodependência é o encontro de uma personalidade, de um produto e de um momento socio-cultural. Afastam-se assim perspectivas que atribuem propriedades mágicas de *per se* aos químicos, ou consideram decisivas as disposições biológicas, ou mesmo as patologias específicas de personalidade, isolando-as do espaço familiar, social e cultural em que necessariamente se inscrevem e emergem. Como Morel e outros sublinham, o indivíduo biológico constrói-se unicamente nas e pelas interações com o meio exterior (Morel, Hervé e Fontaine, 1998), parecendo pois fundamental procurar cruzamentos de olhares perante esta realidade multifactorial.

Vários autores convergem, também hoje, na necessidade de desenvolver abordagens que privilegiem tanto as dimensões sociológicas como psicológicas (Dias, 1979), que identifiquem as vulnerabilidades ou fragilidades psicológicas, familiares, sociais (Morel, Hervé e Fontaine, 1998) ou os riscos relacionais (Farate, 2001) nas trajectórias dos indivíduos, de forma a ultrapassar determinismos pretensamente inexoráveis ou dicotomias simples — consumos como opção ou como fatalidade — na explicação das diferentes interações e factores em jogo nas toxicodependências (Ribeiro, 2001).

Inscrevendo-se a pesquisa nestas tentativas de cruzamento disciplinar, desenvolve-se agora o modelo de análise e o seu quadro de problematização teórica. Constituiu objectivo da investigação identificar os processos sociais, as relações familiares, os elementos da trajectória individual e os processos mentais que contribuem para explicar os percursos que conduzem às toxicodependências. Particular relevância foi dada a dois factores constituídos eles próprios como dimensões de análise — a adolescência e o género — que atravessam os processos atrás identificados.

Na verdade, parece indiscutível, e é de resto consensual na literatura científica, a centralidade dos processos de transformação identitária que se verificam na adolescência para explicar comportamentos que podem ou não traduzir-se em dependências de drogas (Dias, 1979; Morel, Hervé e Fontaine, 1998; Morel e outros, 2001), como melhor se desenvolverá à frente.

Menos atenção tem sido dada, do ponto de vista teórico e analítico, a uma realidade, também ela indiscutível, que é o facto de a esmagadora maioria dos toxicodependentes (quase sempre à volta dos 80%) serem homens. Mais do que simplesmente verificar esta desproporção de género constituímos-na como objecto de análise central da investigação. O que haverá de específico nos processos de crescimento no masculino que possa ser susceptível de contribuir para explicar os percursos dos toxicodependentes? Construímos o guião de entrevista de forma a testar esta hipótese de investigação.

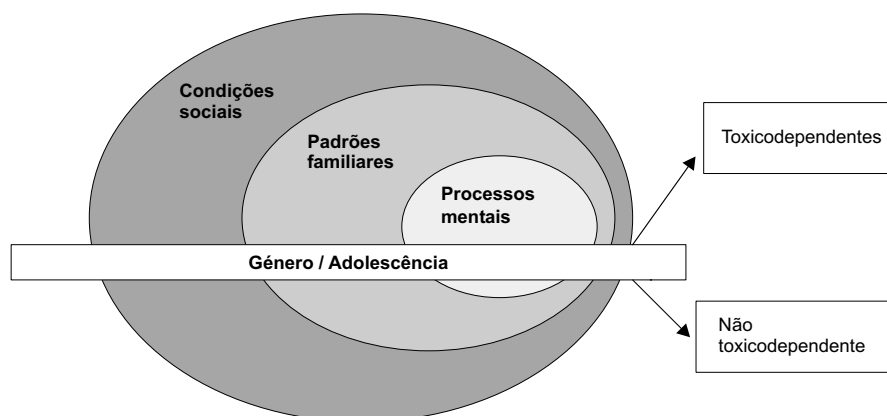


Figura 5.1 Modelo de análise

Discutir-se-ão aqui as perspectivas teóricas que mostram como a dimensão de género atravessa as relações sociais e como esta vertente pode ser, neste caso, particularmente relevante. Problemas específicos que se relacionam com a posição perante a masculinidade hegemónica (Connel, 1987, 2002; Kimmel, 2000), a afirmação do masculino no contexto do grupo de pares, e o vai e vem permanente do grupo de pares para as relações familiares, os problemas de identificação dos jovens com as figura paterna e materna, entre outros, serão aprofundados na pesquisa.

Com base nestes pressupostos desenvolveu-se o modelo de análise que se pode ver na figura 5.1.

Vale a pena desenvolver ainda um pouco mais os vários enfoques analíticos da investigação. Num primeiro nível de análise, recolhemos informações sobre as origens e trajetórias sociais dos toxicodependentes, no sentido de compreender as suas condições de existência, as sociabilidades mantidas com pares e familiares, as lógicas dos grupos de pertença e de referência e as questões da afirmação da identidade de género. A partir dos resultados da análise da base de dados, e embora se conclua que há uma certa transversalidade em termos das categorias socioprofissionais, quer entre os toxicodependentes quer entre as suas famílias de origem, o contexto social deixa marcas específicas nas suas trajetórias.

A partir das entrevistas avaliam-se também as relações entre expectativas e oportunidades objectivas aprofundando, a título de exemplo, percursos escolares e oportunidades reais de inserção no mercado de trabalho, o que evidencia a diversidade dos modos de vida dos jovens, as suas representações sociais,

a complexidade dos contextos em que se cruzam as substâncias e as histórias de vida (Pais, 1993; 1999; Fernandes, 1998; Vasconcelos, 2003).

Condições sociais como a pobreza, por exemplo, conferem a certos percursos de consumos de drogas grande visibilidade, já que para alimentar dependências, fracos recursos financeiros conduzem rapidamente à criminalidade e por vezes à prisão (Torres e Gomes, 2002). Em contrapartida, certos trajectos continuados e persistentes de consumos permanecem ocultos, e passam despercebidos ao primeiro olhar, quando maiores recursos financeiros permitem manter vidas aparentemente integradas (Fernandes e Carvalho, 2003).

Consideramos também condicionantes para explicar as posições perante os consumos abusivos de drogas as influências do contexto valorativo das sociedades contemporâneas, os apelos aos consumos imediatos de forma mais generalizada e o modo como eles podem ser reinterpretados e retraduzidos pelos actores sociais, nas suas vivências pessoais (Torres, 1994). Mas também se devem ter em conta os efeitos e influências geracionais e grupais específicos. Na verdade, são diferentes as práticas e os significados atribuídos a certas drogas, e os efeitos dos seus consumos, em determinados contextos geracionais e sociais.

O consumo de cocaína em certas elites nos anos 70 e 80, no Brasil (Velho, 1998) ou em Portugal (Fernandes e Carvalho, 2003), parece assumir contornos diferentes daquele que se atribui aos consumos de heroína por parte de jovens das zonas urbanas e suburbanas quando esta droga surgiu de forma mais evidente em Portugal. O desconhecimento dos seus efeitos destrutivos, naquela altura, é por vezes invocado pelos toxicodependentes. Essa situação 20 anos depois altera-se, tendo os toxicodependentes e os efeitos nefastos das dependências das drogas surgido como tema frequente nos meios de comunicação social, sendo hoje muito menos desconhecidos.

O surgimento de novas drogas cuja versão limpa parece estar extremamente distante do espectáculo degradado dos antigos e ainda actuais locais, sítios e bairros de uso, atesta de novo a necessidade de avaliar os diferentes contextos, estilos de vida e produtos (Henriques, 2002; Fernandes e Carvalho, 2003). Também se sabe que as descidas de preço da cocaína, bem como as estratégias dos *dealers*, alteraram o seu acesso e mesmo os padrões de consumo (Chaves, 1999).

Ou seja, é fundamental ter em conta que há efeitos de geração, que pesa a própria imagem pública das drogas e dos seus efeitos e que estes factores interferem na forma como vão sendo encarados os riscos e as drogas nas diferentes gerações de jovens e adolescentes. Os resultados da base de dados mostram a prevalência da procura de tratamento por consumidores de heroína (90% dos utentes do CAT), mas nas entrevistas encontramos percursos juvenis pertencentes a épocas e contextos distintos, desde os que iniciaram consumos nos anos 80 aos que o fizeram dez a quinze anos mais tarde. Pôde-se assim desenhar melhor as tendências que vão

desde a procura de determinadas substâncias às dependências problemáticas.⁵

Num segundo nível analisaram-se, a montante, as trajectórias e os processos específicos de socialização no contexto familiar, de modo a perceber a relação entre modelos ou tipos de família, quer no plano das relações conjugais (relação pai-mãe), quer parentais (relação mãe-filhos e pai-filhos), procurando avaliar os seus possíveis efeitos nas representações e práticas dos jovens.

Colocou-se a hipótese, de resto posteriormente confirmada, da existência de efeitos negativos do modelo tradicional, que Parsons caracterizava como uma excessiva e rígida divisão de papéis de género — de um lado os afectos, como tarefa expressiva desempenhada pelas mulheres, e do outro a obtenção de recursos, a função instrumental de provedor da família desempenhada pelos homens (Torres, 2001). Estes efeitos negativos traduziam-se, por exemplo, nos problemas decorrentes de relações excessivamente próximas e fusionais na relação mãe-filho, com as consequentes dificuldades de autonomização (Dias, 1979), e de relações ora distantes e periféricas, ora inflexíveis e autoritárias, inibidoras de uma verdadeira identificação com o pai.

As famílias são estruturas de socialização, de relação e de interacção muito importantes, mas há que sublinhar que não existe uma família-tipo disfuncional produtora da toxicodependência, e também não é possível isolar analiticamente a família como um sistema fechado e imune aos contextos exteriores. Por isso, também se procurou ter em conta as consequências das transformações que se produziram nos contextos familiares nas últimas décadas, nomeadamente a maior relevância atribuída às dimensões afectivas e psicológicas das relações. A valorização moderna dos direitos individuais e de maior igualdade entre os membros da família implica maiores exigências relacionais e capacidade de negociação. Com estas mudanças, a função parental tornou-se mais complexa e exigente, faltando, por vezes, modelos de referência adequados aos novos contextos.

Foram também objecto de análise as modalidades de funcionamento familiar, já que, como diversos autores apontam e se referiu anteriormente, não há um padrão ou um modelo uniforme de família comum a todos os toxicodependentes (Ferros, 2003). Contudo, muitos convergem na ideia de que se verificam com frequência disfunções nos relacionamentos familiares, com comportamentos parentais e padrões de interacção familiar que oscilam entre períodos de grande rigidez e períodos de grande agitação, práticas disciplinares duras e erráticas (Minuchin e Fishman, 1981) opondo-se fortemente à mudança, contextos familiares desorganizados ou caóticos (Block, Block e

5 De acordo com o OEDT o consumo problemático de droga é definido como “consumo de droga injectada ou consumo prolongado regular de opiáceos, cocaína e/ou anfetaminas” (OEDT, 2003: 18).

Keyes, 1988, cit. por Ferros, 2003), relações familiares pobres e manifestação de afecto negativo aquando da resolução de problemas (Hops, Tildesley, Liahenstein, Asy e Sherman, 1990, cit. por Ferros, 2003).

Alguns estudos apontam também para uma percepção negativa da atitude relacional dos pais, segundo Farate (2001) um dos mais importantes factores de risco relacional para o consumo regular de substâncias psicoactivas, ou a constante competição entre o toxicodependente e os restantes membros da família e a perpétua disputa de emoções e afectos, positivos e negativos, que Matos (2003) denominou jogo relacional. Outros salientam o facto de se tratar de famílias que resistem mal, tal como Flemming (1995) concluiu, ao processo de separação/individuação dos seus membros.

No que respeita aos estilos educativos, padrões comunicacionais e interacção, há autores que descrevem estas famílias como famílias que apresentam grandes níveis de conflito, estilo autoritário, crítica frequente ao filho, falta de intimidade, isolamento emocional, falta de prazer na relação, sendo também frequentes a depressão, tensão, a coligação dos pais contra o jovem e os conflitos sexuais na díade parental. Por outro lado, Kaufman caracteriza a comunicação como tendente a ser excessivamente racional, com imensas dificuldades na expressão de sentimentos íntimos, e Relvas considerou-a pouco clara, ambígua, circulando ora excessivamente, outras vezes quase inexistente (Kirschenbaum, Leonoff e Maliano, 1974; Kaufman 1981; e Relvas, 1998, cit. por Ferros, 2003).

Deu-se ainda grande atenção à influência no consumo de drogas dos irmãos, enquanto membros da mesma família, devido à natureza longa da relação. Da revisão da literatura apurou-se haver divergência de opiniões. Segundo alguns autores a influência fraterna bem como os pares constituem uma influência mais poderosa do que a exercida pelos pais (consumidores) na potencialização do risco de consumo do irmão mais novo. Mas Penning e Barnes defendem que a influência dos pares é mais forte do que a dos irmãos (Brook, Whiteman, Gordon e Brook, 2001; Needle, McCubbin, Wilson, Reineck, Lazar e Mederer, 1986; Penning e Barnes 1982, cit. por Ferros, 2003).

O terceiro nível centra-se na abordagem psicológica do indivíduo no que respeita aos processos mentais que se inscrevem no período da adolescência e que se relacionam com a problemática da toxicoddependência. De destacar as transformações psicossociológicas do indivíduo, a separação e a individuação, os lutos dos imagos parentais, os processos de identificação e identidade, a autonomia e a dependência, o narcisismo primário e outras questões relacionadas com a auto-estima, bem como, finalmente, os processos de dor mental e de intolerância à frustração.

Diversos estudos realizados desde há vinte anos confirmam, tal como esta pesquisa, que a idade das primeiras experiências se situa, em média, entre os 14 e 16 anos e que a passagem aos consumos de estupefacientes (isto é geralmente a heroína ou a cocaína), um pouco mais tarde, entre os 16 e os 20

anos. O início do uso de drogas começa portanto no coração da adolescência, ou seja, numa fase de vida em que o indivíduo se encontra particularmente frágil e confuso, disposto a aceitar algo que o faça sentir-se melhor, iludindo assim os aspectos mais difíceis do seu crescimento. As primeiras experiências com substâncias lícitas ou ilícitas tendem a efectuar-se segundo duas fases: primeiro, a experiência da embriaguez (seja ela alcoólica, cannábica ou outra) e depois o início dos consumos problemáticos. A maioria pára na primeira fase (Morel, Hervé e Fontaine, 1998). Contudo, se a descoberta da droga ocorre a par de inúmeras decepções que se relacionam com dificuldades e problemáticas mais profundas do adolescente ou experiências traumáticas, este pode facilmente procurar a anestesia ou a paz através da droga (Olievenstein, 1996; Torres, Sanches e Neto, 2004).

É sabido que a adolescência é uma etapa do desenvolvimento humano na qual é tão rápido o crescimento fisiológico quanto é lenta a maturação dos processos psíquicos para lidar com a infância e a puberdade recentemente deixadas e sistematicamente actualizadas. É a idade da criação de novos estilos de relação de objecto, da definição de objectivos e também um período da vida que obriga a lutos e renúncias.

Não há adolescência normal sem momentos de depressão ligada aos sentimentos de perda e à angústia de abandono. O adolescente precisa, por exemplo, de construir uma identidade sexual que o oriente na escolha do objecto de amor e de fazer o luto do auxiliar do *self* que era o *self* parental: luto da mãe-refúgio, luto da dependência e da segurança que ela lhe conferia. É a condição da sua autonomia, isto é, trata-se de um período em que o indivíduo realiza um desinvestimento dos laços de dependência narcísica que outrora o tinham unido aos seus pais e abre assim a possibilidade de estar só e de organizar de forma positiva os processos de individuação/separação (Blos, 1967; Dias e Paixão, 1986; Dias, 1988; 1991; Morel, Hervé e Fontaine, 1998). Entre o normal e o patológico, tudo se joga portanto em função da capacidade do *self* do adolescente para fazer face a este luto e superar a depressão que lhe está associada.

Por isso, é primeiro necessário que a fonte de segurança representada pelo *self* parental tenha existido durante a infância — assim como ao longo de toda a adolescência — e que tenha sido interiorizada. É esta interiorização que é criadora de limites, podendo o aparelho psíquico ocupar o lugar das personagens parentais (Morel, Hervé e Fontaine, 1998).

Através da análise das entrevistas aos toxicodependentes e seus pares não toxicodependentes procurou-se reconhecer a existência, ou não existência, desta fonte de segurança interiorizada que distingue os que experimentam e não se fixam em consumos problemáticos, daqueles adolescentes que se tornam dependentes. Como sugere Amaral Dias: se o adolescente tem boas possibilidades de viver e até de encontrar um certo prazer nas fantasias próprias, para além dos conflitos inevitáveis nesta época, então é provável que a

satisfação imediata produzida pela droga não modifique o seu sistema psicológico. Pelo contrário, se a frustração psíquica é predominante, é provável que a nova via aberta com a droga se torne dominante (Dias, 1979).

Do mesmo modo, pode observar-se nos toxicodependentes um estado psicoafectivo e mental imaturo, sendo a depressividade um dos seus traços dominantes (Matos, 2003). Eles tendem a ser indivíduos que não encontraram modelos de identificação satisfatórios que permitissem suportar os conflitos emocionais. Consequentemente, revelam importantes falhas narcísicas, sentimentos de vazio, desvalorização pessoal e angústia. As drogas surgem assim como um falso escudo protector contra o sofrimento, que Freud (1929, cit. por Morel, Hervé e Fontaine, 1998) denominou como demolidores de preocupações. As substâncias psicotrópicas, ainda que inicialmente possam assumir um carácter lúdico, rápida e frequentemente se transformam, passando os consumos a ser mantidos pela necessidade de fuga à realidade e pelo prazer amnésico que proporcionam, permitindo ao toxicodependente iludir os aspectos difíceis das suas relações com a vida e servindo de mediação nas relações com os outros (Morel, Hervé e Fontaine, 1998).

O modo como o sujeito lida com o sofrimento psíquico é também importante na compreensão das situações que provocaram a dor, bem como a escolha de determinadas substâncias de forma continuada. Assim, em vez de procurar modificar a dor mental através da compreensão, o *self* recorre a defesas primárias que evitem o sofrimento (Dubinsky, 2000), sendo o consumo de drogas compensador no sistema afectivo e, em especial, contra sentimentos de cólera, culpa, vergonha e abandono.

É igualmente nesta linha de pensamento que McDougall conclui que os toxicodependentes consomem drogas numa tentativa de se libertarem de estados afectivos desagradáveis (McDougall, 1996, cit. por Ribeiro, 1995). Na realidade toda a substância psicoactiva contém promessas de prazer e de alívio, ainda que temporário, do sofrimento. Consequentemente, passado o efeito, o regresso à terra é melancólico, desinteressante e destituído de significado. É neste ponto de encontro entre a história do indivíduo, os acontecimentos de vida e a sua representação psíquica que se geram as “revelações” que a experiência psicotrópica lhe proporciona, emergindo o ponto de passagem à toxicodependência: a experiência do acto do consumo domina-o, transformando-se então numa relação instável com o mundo. A segurança interior é fictícia e exige uma repetição dos consumos para prevenir as oscilações cada vez mais rápidas. O investimento total no produto age como antipensamento e conduz a uma redução da dimensão do sujeito. Este processo é simultaneamente a causa e o efeito de uma dificuldade do ser (Morel, Hervé e Fontaine, 1998). Como afirma Dias (2000), é nesta altura que o toxicodependente se vê confrontado uma vez mais, e cada vez mais, com a necessidade de fugir dessa dor, recomeçando o ciclo vicioso da droga.

A conjugação dos diferentes níveis analíticos enunciados, bem como das perspectivas sociológicas e psicológicas, constitui-se assim como um desafio da presente pesquisa, um risco que, apesar da complexidade da tarefa, se julgou útil correr. Também a insistência na necessidade de uma perspectiva holística, que tenha em conta as dimensões biológicas e psicológicas dos indivíduos mas, sobretudo, os seus contextos socioculturais (Romaní, 1999), converge com o exercício que se procurou realizar nesta investigação.

Nos últimos anos, de resto, e quer a nível internacional quer em Portugal, a investigação científica neste campo tem tido alguma progressão. Progressão lenta mas decisiva. Com efeito, como alguns têm apontado, a intervenção prevaleceu sobre a reflexão durante tempo demais contribuindo, decerto, para explicar os insucessos na chamada luta contra a droga (Agra, 1993; 1997; Miguel, 1997; Romaní, 1999; Brochu, 1997).

Mais recentemente, pesquisas de carácter extensivo têm contribuído para uma melhor percepção das grandes tendências de evolução do fenómeno da toxicod dependência (OEDT; IDT), valorizando-se cada vez mais, por outro lado, os contributos da pesquisa qualitativa. No nosso país, trabalhos pioneiros sobre a direcção de Cândido da Agra têm dado conta da experiência portuguesa (Agra, 1993; 1997), em particular no que toca à relação droga/crime. Abordagens etnográficas e qualitativas de grande riqueza constituíram também referência e fonte de inspiração fundamentais para a presente pesquisa (Fernandes, 1998; Valentim, 1998; Chaves, 1999; Vasconcelos, 2003). Outros trabalhos extensivos têm sido igualmente úteis e relevantes (Balsa e outros, 2001; Torres e Gomes, 2002). A publicação desde 1995 da revista *Toxicod dependências* tem testemunhado, por outro lado, o crescimento desta área.

O texto que se segue reúne resultados gerais da aplicação de três instrumentos de pesquisa. Em primeiro lugar, da base de dados do CAT do Restelo, depois o *follow-up* realizado e, finalmente, dos resultados preliminares da análise das entrevistas. No decurso da apresentação dos resultados procura-se responder às interrogações iniciais e também se propõem alguns dos conceitos que emergiram no decurso da pesquisa. Trata-se de uma primeira abordagem, em que se dá conta do percurso global da investigação nos seus múltiplos planos. Haverá espaço, noutros contextos, para uma resposta mais cabal a algumas outras interrogações, particularmente as que se referem à análise das entrevistas.

Condições sociais, sexo e padrões familiares de toxicod dependentes: uma análise comparativa com a população de Lisboa e Vale do Tejo

Através da análise da informação que constava na base de dados do CAT foi possível identificar regularidades sociais, padrões familiares e de consumo, que conduziram a uma tipificação da situação dos toxicod dependentes.⁶ Estes resultados foram comparados com os dados da população portuguesa da região, identificando-se diferenças entre as populações ao nível da escolari-

dade, da situação profissional, dos relacionamentos conjugais, da estrutura familiar.⁷

A maioria dos toxicodependentes são jovens do sexo masculino

A esmagadora maioria dos indivíduos toxicodependentes que recorreram ao CAT do Restelo são homens.⁸ Vários estudos apontam para o facto de os consumidores de drogas serem predominantemente do sexo masculino (IDT, 2003; OEDT, 2003), mas poucos são aqueles que procuram explicar essa tendência. A hipótese que pomos à partida é que a disparidade das taxas de consumo dos dois sexos possa ser explicada através das assimetrias de género vincadas no decorrer da socialização, e em especial na fase da adolescência, como se referiu atrás. Veremos melhor na análise das entrevistas se os trajectos fundamentam ou não essa hipótese.

A grande maioria dos indivíduos recorreu ao CAT devido à sua dependência da heroína (90%).⁹ De acordo com Balsa e outros (2001), Portugal encontra-se acima da média europeia no que diz respeito aos “consumos ao longo da vida” da heroína e da *cannabis*. A heroína é a principal substância ilícita envolvida nos consumos problemáticos em Portugal e a primeira droga no âmbito da procura de tratamento. Em todo o caso, nos últimos anos, a heroína tem registado uma diminuição de visibilidade, quer ao nível do mercado nacional, pelo número de apreensões e de quantidades confiscadas, quer ao nível das consequências legais, por consumo e/ou tráfico (IDT, 2003). Contrariamente, a *cannabis* e a cocaína têm sido as substâncias com progressiva visibilidade ao nível do contexto judicial e do mercado nacional, tendo-se registado nos últimos anos o maior número de apreensões e de quantidades confiscadas no nosso país (IDT, 2003).

6 A informação sobre os utentes do CAT do Restelo foi recolhida de uma base de dados informatizada, o que nos permitiu seleccionar as variáveis pertinentes para a nossa análise. A extracção dessa informação foi realizada em Junho de 2003, constando até essa data 3.784 indivíduos inscritos. Seleccionaram-se aleatoriamente 1.000 casos, o que possibilitou a recolha de informação de 885 utentes, constituindo uma boa proporção da amostragem (23,4%). A informação recolhida refere-se aos casos de indivíduos que recorreram ao CAT a partir dos anos 80. No entanto, é de salientar que existem mais indivíduos inscritos a partir de finais dos anos 90, havendo portanto uma sobre-representação desses casos.

7 No sentido de uma comparação cuidada dos dados da população toxicodependente com os dados da população de Lisboa e Vale do Tejo, consultámos os resultados dos últimos Censos do Instituto Nacional de Estatística, tendo em conta a população residente na região de Lisboa e Vale do Tejo (Nuts II), com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos, dado serem zona de residência e a faixa etária correspondentes à população da nossa amostra.

8 Entre o total de indivíduos: 83% são do sexo masculino (734) e 17% do sexo feminino (151).

9 Entre o total de indivíduos consumidores de heroína, 56% fumava-a, 27% injectava-a e 17% utilizava ambos os modos de consumo.

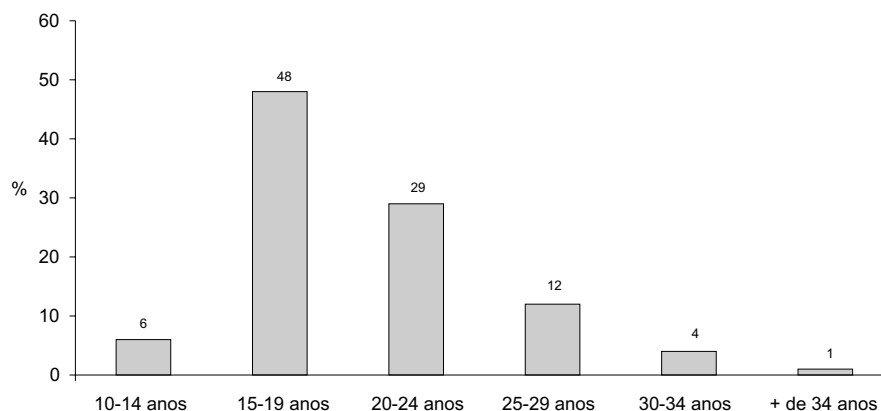


Figura 5.2 Início do consumo de heroína por grupos etários

Fonte: base de dados CAT do Restelo.

Ainda no seguimento da tendência observada, tem-se verificado um decréscimo do consumo da heroína entre a população em idade escolar, paralelo no entanto a um aumento do consumo da *cannabis*. Muito embora com menor prevalência do que a *cannabis*, o álcool, a cocaína, a *ecstasy*, os alucinogéneos e o LSD têm aumentado também a sua visibilidade ao nível do contexto escolar (IDT, 2003).

Como se referiu, a toxicodependência é um processo biopsicossocial que se desencadeia habitualmente a partir da adolescência. Com efeito, em média a população que recorreu ao CAT do Restelo iniciou os seus consumos de *cannabis* aos 15 anos e de heroína aos 20 anos, apesar de a maioria (54%) dos indivíduos declarar o início dos consumos de heroína até aos 19 anos, como se pode ver na figura 5.2. Não existem, neste caso, diferenças significativas entre homens e mulheres. A idade média que estes indivíduos apresentavam quando pediram apoio ao CAT era de 27 anos. Porém, e como melhor veremos no *follow-up*, a idade em que o toxicodependente geralmente pede apoio, bem como o tempo de duração dos seus consumos, dependem de diversas condicionantes e em especial, como veremos, da respectiva condição social.

Apesar de os consumos de drogas surgirem habitualmente associados aos jovens do sexo masculino, verificou-se nos últimos anos um progressivo aumento da idade média dos indivíduos toxicodependentes que recorreram ao CAT do Restelo, bem como de mulheres consumidoras que recorreram à instituição.

O envelhecimento da população toxicodependente que recorre pela primeira vez a tratamento reflecte uma tendência observada a nível nacional

(IDT, 2003) e europeu (OEDT, 2003). O facto de os toxicodépendentes pedirem apoio institucional cada vez mais tarde pode estar relacionado com a complexificação e a diversificação dos esquemas de angariação de dinheiro que prolongam por mais tempo os seus consumos de drogas. Tal tendência poderá indicar ainda o efeito do aumento das instituições para o tratamento da toxicodépendência que ocorreu nos últimos tempos, sendo que, como veremos melhor através do *follow-up*, estes indivíduos haviam já passado por outras tentativas de desintoxicação com recaídas nos consumos. A proliferação de instituições para a toxicodépendência tem contribuído, ainda, para o tráfico da medicação num mercado ilícito a que o indivíduo pode recorrer, perpetuando assim a sua relação com as drogas. Por último, terá interesse perceber se o aumento do consumo entre as mulheres está associado aos efeitos de uma maior igualdade de oportunidades entre os sexos, quer ao nível da socialização da família, quer das práticas juvenis. São hipóteses sobre o género e a adolescência que aprofundaremos através da comparação das trajetórias de vida dos entrevistados.

A maioria dos toxicodépendentes apresenta baixa escolaridade e encontra-se desempregada

A maioria da população que recorreu ao CAT do Restelo não prosseguiu os seus estudos além do 9.º ano (76%), o que poderá indicar o efeito da tendência para o abandono escolar motivada pelos consumos e pelas dependências. Com efeito, 2% nunca frequentaram a escola, 14% têm apenas o 4.º ano, 34% apresentam o 6.º ano e 26% têm o 9.º ano de escolaridade. Por seu lado, 17% apresentam o 12.º ano e 7% frequentam ou concluíram o ensino superior.

Confrontando estes valores com os da população residente na região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) do mesmo grupo etário, verificou-se mais baixo nível de instrução entre a população toxicodépendente. Como se pode ver na figura 5.3, apesar de os níveis de analfabetismo e o número daqueles que apenas terminaram o ensino primário não serem tão significativos, a população de Lisboa e Vale do Tejo apresenta níveis de instrução mais elevados no que diz respeito ao 12.º ano e ao ensino superior. Concluiu-se também que as jovens toxicodépendentes apresentam maiores níveis de instrução, quer no ensino secundário, quer no ensino superior, do que os seus congéneres masculinos, tal como acontece nos não toxicodépendentes.

Perante estes resultados faz todo o sentido centrar a atenção nas relações que se podem estabelecer entre os percursos escolares, vivência do espaço da escola e de relação com os pares, graus de sucesso ou insucesso, abandono escolar, expectativas e frustrações, e consumos mais ou menos problemáticos de drogas.

Na altura em que recorreram ao CAT do Restelo, a maioria destes indivíduos encontrava-se desempregada (52%). Estes valores revelam grande

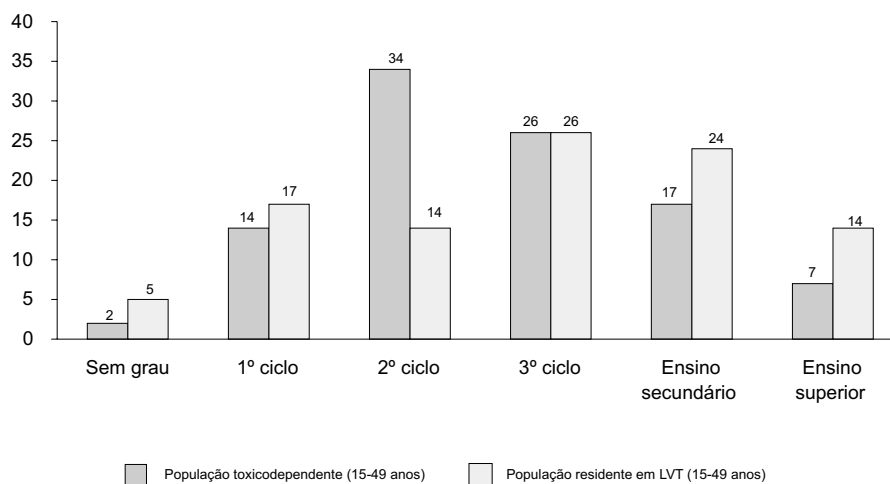


Figura 5.3 Nível de instrução completo da população toxicodependente e população residente em Lisboa e Vale do Tejo (%)

Nota: A comparação entre a base de dados (2003) e Lisboa e Vale Tejo (Censos 2001) é apenas aproximativa, visto que os dados se referem a populações em períodos diferenciados. Para além de que os utentes do CAT do Restelo não são todos de Lisboa e Vale do Tejo, mas são-no na sua grande maioria. Neste caso, foram consultados os dados da população residente em Lisboa e Vale do Tejo, com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos, por ser este o grande grupo etário dos indivíduos toxicodependentes, na altura em que estes recorreram ao CAT.

Fonte: base dados CAT do Restelo e INE (2001), Censos de 2001.

disparidade quando comparados com os da população de Lisboa e Vale do Tejo, onde a grande maioria no mesmo grupo etário é empregada (figura 5.4). O facto de estes indivíduos se encontrarem desempregados indicia que já haviam tido profissão anteriormente, desfazendo-se assim a ideia segundo a qual o consumo de drogas estaria associado à inactividade ou até à ociosidade. É possível admitir que a situação de desemprego que vivem os toxicodependentes se deva exactamente ao facto de estes terem já passado pelo círculo vicioso onde se destaca o desinteresse e o abandono escolar, a entrada precoce no mercado de trabalho no sentido de alimentar dependências e a chegada à situação limite que torna inconciliáveis os consumos de drogas com uma actividade profissional.

No que diz respeito à restante distribuição de valores, vale ainda a pena sublinhar que, na altura em que recorreram ao CAT, 36% destes indivíduos exerciam uma profissão, o que por seu lado poderá indicar certos trajectos continuados e persistentes de consumos de drogas que permanecem ocultos e passam despercebidos ao primeiro olhar, como outras pesquisas revelam (Fernandes e Carvalho, 2003).

No que diz respeito à categoria profissional dos indivíduos toxicodependentes, verificou-se a existência de mais “operários ou similares” e “empregados dos serviços e vendedores” do que na população de Lisboa e Vale

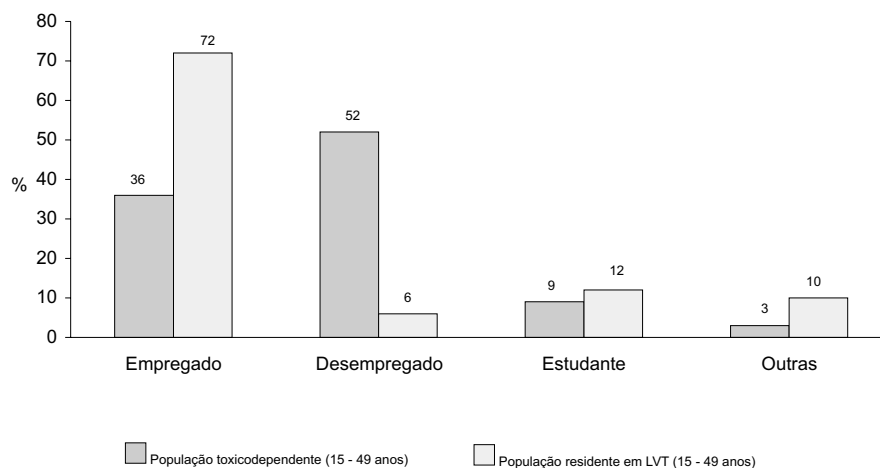


Figura 5.4 Condição perante o trabalho da população toxicodépendente e população residente em Lisboa e Vale do Tejo (%)

Fonte: base dados CAT do Restelo e INE (2001), Censos de 2001.

do Tejo. Em contrapartida, há menos indivíduos toxicodépendentes com “profissões intelectuais” e “dirigentes das empresas” (ver quadro 5.1). Esta menor representação pode estar associada, como já referimos, aos efeitos da entrada precoce no mercado de trabalho e conseqüente abandono da escola em favor de profissões que exigem menores qualificações académicas.

Verificou-se por fim, e como poderemos ver nos quadros 5.2 e 5.3, no que diz respeito à categoria profissional dos pais dos indivíduos toxicodépendentes que, tal como os filhos, eles se distribuem menos pelas categorias dos dirigentes e profissionais intelectuais e científicos do que na população de Lisboa e Vale do Tejo. No entanto, os pais, de forma diversa dos filhos, e comparativamente com a população de Lisboa e Vale do Tejo, concentram-se mais nas categorias profissionais intermédias, como vendedores e empregados administrativos,¹⁰ do que em categorias como operários ou trabalhadores não qualificados. Vale a pena ainda salientar que, quanto à condição perante o trabalho das mães dos toxicodépendentes, se verificou que a maioria era activa.¹¹

10 Neste caso, foram consultados os dados da população residente em Lisboa e Vale do Tejo, com idades compreendidas entre os 55 e os 59 anos, visto ser este o grupo etário dos pais dos indivíduos toxicodépendentes, na altura em que estes recorreram ao CAT. De notar, porém, que os dados sobre a categoria profissional dos pais dos indivíduos toxicodépendentes devem ser lidos com algum cuidado, dado este ter sido um campo pouco preenchido nas fichas de utente do CAT do Restelo.

Quadro 5.1 Categoria profissional da população toxicodependente e da população residente em Lisboa e Vale do Tejo

Categoria profissional do toxicodependente	População toxicodependente (15-49 anos) (n=842) a) %	População residente em LVT (15-49 anos) (n=1.472.607) %
Dirigentes das empresas e do estado	1	8
Profissões intelectuais e científicas	3	11
Técnicos e profissionais de nível intermédio	11	13
Empregados administrativos e similares	11	14
Empregados dos serviços e vendedores	23	16
Operários, condutores e similares	36	24
Trabalhadores não qualificados	15	14
Total	100	100

Nota: a) O número não coincide com o total de indivíduos considerados na base de dados (885) porque não havia registo para todos da sua categoria socioprofissional.

Fonte: base de dados CAT do Restelo e INE (2001), Censos de 2001.

Estes resultados permitem três referências conclusivas rápidas. Embora se verifique transversalidade relativamente à presença de toxicodependentes em todos os sectores socioprofissionais, há clara sub-representação dos mesmos, quando comparados com a população de Lisboa e Vale do Tejo, quer quanto à origem social, quer quanto à pertença do próprio nas categorias dotadas de maiores capitais escolares e económicos.¹² Em segundo lugar, novamente tendo por referência a população de Lisboa e Vale do Tejo, os pais dos toxicodependentes, e sobretudo as mães, parecem concentrar-se mais nos sectores intermédios do que nos de menores qualificações. Estaremos aqui perante um efeito de maior capacidade de utilização dos serviços públicos de sectores relativamente mais escolarizados, e com maior possibilidade de recurso a ajuda externa, do que os de menor qualificação? Ou tratar-se-á mesmo de um efeito de distribuição social diferenciada? Só uma informação mais precisa ao nível da base de dados que nos tem servido de referência permitiria respostas mais seguras, retendo-se esta referência para investigações futuras.

Em terceiro lugar, estes dados mostram que, embora a toxicodependência seja um fenómeno que atravessa todos os sectores sociais, tal não significa

11 Vale a pena referir, no entanto, que só temos informação na base de dados sobre a condição perante o trabalho das mães para menos de 50% da amostra. O tema da relação entre a posição perante a actividade das mães e a toxicodependência será desenvolvido à frente, quando se analisarem os resultados do *follow-up*, sendo aí mais expressiva e controlada a informação obtida.

12 Não pode também deixar de se ter em consideração que, tratando-se de uma base de dados de um CAT do serviço público, possam estar aqui sub-representados os sectores sociais dotados de maior capital económico, que poderão tender a recorrer ao sector privado e até a serviços no exterior do país.

Quadro 5.2 Categoria profissional dos pais dos toxicodependentes e dos homens residentes em Lisboa e Vale do Tejo

Categoria profissional(a)	Pais dos toxicodependentes (55-59 anos)% (n=310)	Homens residentes em LVT (55-59 anos)% (n=40.872)
Dirigentes das empresas e do estado	4	13
Profissões intelectuais e científicas	7	8
Técnicos e profissionais de nível intermédio	9	10
Empregados administrativos e similares	13	10
Empregados dos serviços e vendedores	18	9
Operários, trabalhadores agrícolas, pescas	37	41
Trabalhadores não qualificados	9	8
Forças armadas	3	1
Total	100	100

Nota: a) De referir que n = 310 indivíduos era o total de casos preenchidos, para este item, na base de dados do CAT.

Fonte: base de dados CAT do Restelo e INE (2001), Censos de 2001.

Quadro 5.3 Categoria profissional das mães dos toxicodependentes e das mulheres residentes em Lisboa e Vale do Tejo

Categoria profissional(a)	Mães dos toxicodependentes (55-59 anos)% (n=235)	Mulheres residentes em LVT (55-59 anos)% (n=29.580)
Dirigentes das empresas e do estado	2	6
Profissões intelectuais e científicas	7	9
Técnicos e profissionais de nível intermédio	6	8
Empregados administrativos e similares	24	15
Empregados dos serviços e vendedores	25	17
Operários, artífices e trabalhadores similares	8	8
Trabalhadores não qualificados	28	36
Forças armadas	0	1
Total	100	100

Nota: a) De referir que, para além das 235 mães de toxicodependentes com actividade profissional, existe a informação para mais 113 mães que foram indicadas como domésticas, constituindo 30,8% da amostra.

Fonte: base de dados CAT do Restelo e INE (2001), Censos de 2001.

que a origem social não pese ou não condicione, tal como outros estudos já referidos vêm mostrando, as trajectórias e as vivências dos toxicodependentes (Torres e Gomes, 2002; Fernandes e Carvalho, 2003). Veremos isso melhor a partir das entrevistas.

Toxicodependentes: a maioria tem os pais casados

A maioria dos indivíduos que recorreram ao CAT do Restelo eram solteiros (73%), 19% eram casados ou viviam com alguém e 8% eram divorciados ou

separados, identificando-se diferenças significativas relativamente à população de Lisboa e Vale do Tejo (figura 5.5). À data do primeiro contacto com o CAT, 62% destes indivíduos coabitavam, ainda, com a sua família de origem.¹³ Assim, apesar de a média de idades ser de 27 anos, a maioria dos utentes ainda vivia com os pais, o que poderá indicar, como foi referido atrás, dificuldades no processo de autonomização e de independência.

No que diz respeito à situação conjugal dos pais destes indivíduos, verificou-se que a maioria são casados, contrariando assim uma leitura mais simplista que associa a separação ou o divórcio dos pais à toxicodependência dos filhos. No entanto, verifica-se também existir maior proporção de pais de toxicodependentes que estão separados, divorciados ou que já faleceram, do que na população de Lisboa e Vale do Tejo (quadro 5.4).

Estes resultados tendem a confirmar o que alguns estudos mostram (Torres, 1996). Assim, por um lado, não são as situações conjugais formais — estar estavelmente casado, por exemplo — que se constituem em si mesmas como factores protectores de vivências problemáticas dos filhos, mas antes a qualidade relacional, quer da relação conjugal, quer da relação parental, o que será de resto bem ilustrado na análise das entrevistas. Por outro lado, não será de estranhar igualmente que situações de vulnerabilidade emocional e relacional, como as que se podem seguir à morte da mãe ou do pai, ou os sentimentos de perda gerados por separações mais ou menos traumáticas, representem risco acrescido nos processos de crescimento e autonomização. Veremos também exemplos desse tipo nas histórias dos toxicodependentes entrevistados.

No que se refere apenas àqueles que coabitam com a família de origem, e apesar de 54% viverem com ambos os pais, verificou-se que 33% vivem numa “família monoparental” e 5% numa “família recomposta”, dividindo-se a restante percentagem por aqueles que vivem só com os irmãos, com os tios ou com os avós. São valores a considerar, quando comparados com os da população de Lisboa e Vale do Tejo, onde entre o total de “famílias com filhos não casados” residentes em Lisboa e Vale do Tejo, 20% são “famílias monoparentais” e 3% são “famílias recompostas. Podemos aplicar o mesmo tipo de raciocínio que acima se formulou a propósito da situação conjugal, isto é, vivendo a grande maioria dos toxicodependentes com ambos os pais, não deixam de estar sobrerrepresentadas formações familiares mais vulneráveis ao risco relacional. Insiste-se, no entanto, exactamente porque visões de senso comum, na tentativa de redução da complexidade, tendem a esquecê-lo, em

13 Os restantes valores distribuem-se da seguinte forma: 21% dos indivíduos coabitam com a família de procriação (“com o parceiro e filhos” 51%; “com o parceiro” 45%; apenas “com os filhos” 4%); 12% vivem sozinhos (na rua, em instituições, etc.); 5% vivem com pessoas da “família de origem” (pais, irmãos, avós, etc.) conjuntamente com elementos da “família de procriação” (parceiro, filhos, sogros, etc.).

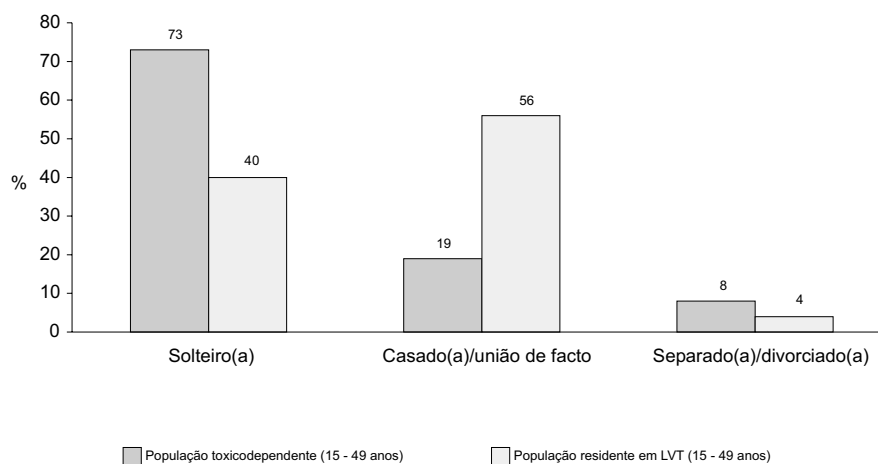


Figura 5.5 Situação conjugal da população toxicodépendente e população residente em Lisboa e Vale do Tejo (%)

Fonte: base de dados CAT do Restelo e INE (2001), Censos de 2001.

Quadro 5.4 Situação conjugal dos pais dos toxicodépendentes e situação conjugal dos indivíduos do mesmo grupo etário na população residente em Lisboa e Vale do Tejo

Situação conjugal dos pais do toxicodépendente	População toxicodépendente (55 - 59 anos) % (n=683)	População residente em LVT (55 - 59 anos) % (N= 214265)
Casados	52	83
Divorciados/separados	27	6
Viúvos	19	6
Outras(a)	2	5
Total	100	100

Nota: a) Esta categoria inclui os casos em que os pais nunca coabitaram ou em que ambos morreram.

Fonte: base de dados CAT do Restelo e INE (2001), Censos de 2001.

salientar que os toxicodépendentes são, na sua grande maioria, filhos de pais casados e que vivem juntos.

Em síntese, a informação contida em 885 processos de utentes do Centro de Atendimento a Toxicodépendentes do Restelo permitiu realizar uma caracterização sociográfica desta população comparando-a, sistematicamente, com a população de Lisboa e Vale do Tejo, de forma a encontrar regularidades e especificidades.

Em traços muito largos, destaca-se que a maioria dos indivíduos que recorreram a esta instituição, em média aos 27 anos, eram do sexo masculino e

filhos de pais casados coabitando com estes, apresentavam baixa escolaridade, encontravam-se desempregados e pertenciam a categorias socioprofissionais envolvendo fracas qualificações, como alguns sectores operários e de empregados dos serviços.

É essencial ainda sublinhar, como se verificou, que a transversalidade social do fenómeno da toxicoddependência não significa que as diferentes condições de existência dos indivíduos não pesem no seu percurso de vida. Ao nível da origem social, vimos que estão mais representados do que na população de Lisboa e Vale do Tejo os sectores intermédios do que os muito mais ou muito menos qualificados social e profissionalmente.

Por outro lado, a população toxicoddependente tende a ter condições de existência mais desfavorecidas do que a população de referência. Durante o período dos consumos problemáticos, não existiu investimento na área educativa ou profissional, o que prejudica a entrada ou permanência no mercado de trabalho. Por outro lado, o contexto social marca a trajectória individual. Quanto mais recursos económicos, sociais e culturais possuir o indivíduo, maiores serão as suas possibilidades de recuperação e menores as probabilidades de entrada mais rápida na delinquência e criminalidade. Esta diferença social de trajectos, de resto, será bem ilustrada nas histórias de vida dos toxicoddependentes entrevistados.

Por fim, torna-se indispensável contrariar a ideia simplificadora segundo a qual seria o divórcio, a monoparentalidade ou a actividade profissional das mães a explicarem a toxicoddependência dos filhos. A maior parte dos toxicoddependentes são filhos de pessoas casadas que vivem juntas. Por outro lado, a taxa de actividade das mães dos toxicoddependentes, detectada a partir da base de dados, é, para o mesmo grande grupo etário, ligeiramente inferior à da população de Lisboa e Vale do Tejo. Assim, a relação entre modalidades de relacionamento familiar, ocupação dos membros da família e os problemas da toxicoddependência terá de ser analisada de forma mais aprofundada.

Follow-up: alguns anos depois, uns ficam, outros recuperam

Conhecer as mudanças nos percursos de vida daqueles que passaram pelo CAT constituiu o objectivo fundamental do *follow-up* realizado na segunda fase empírica da pesquisa. Deu-se especial atenção às trajectórias de consumo e de recuperação, bem como às recomposições sociais e familiares.¹⁴ A informação

14 Da base de dados da fase empírica anterior, seleccionaram-se aleatoriamente 300 casos de indivíduos a contactar para *follow-up*. Conseguiu-se localizar o paradeiro de 121 indivíduos. Destes, 86 responderam ao questionário, 7 recusaram responder e em 28 casos os questionários foram respondidos por familiares dos indivíduos a contactar, já que estes se encontravam emigrados (6), falecidos (7), internados (3), preso (1) ou o familiar não tinha o seu

recolhida através da aplicação de um questionário por telefone revelou que, entre os indivíduos contactados, 65% declararam estar abstinentes dos consumos de drogas, 18% encontravam-se em tratamento e 17% mantinham a sua dependência de drogas.¹⁵

Os dados recolhidos à data desse contacto telefónico (informação do *follow-up*) foram comparados com os dados dos mesmos à data do seu acolhimento na instituição (informação da base de dados do CAT do Restelo), possibilitando elementos de análise importantes sobre as trajectórias de vida desses (ex)toxicodépendentes. Tendo em conta que a maioria abandonou os consumos de drogas, foi possível verificar uma melhoria da situação a nível escolar e ocupacional, bem como a nível da autonomia, já que grande parte saíram de casa dos pais e constituíram uma nova família.

Aumento do nível de instrução e melhor inserção socioprofissional

Quando se compara o grau académico dos indivíduos contactados com o que tinham na altura em que recorreram ao CAT, observa-se um aumento efectivo do seu nível de instrução. Assim, como se pode ver na figura 5.6, existem agora mais indivíduos com o 9.º ou o 12.º ano, a frequentar a faculdade ou mesmo com o ensino superior concluído. Como já referimos, grande parte conseguiram deixar os consumos de drogas, pelo que poderemos supor que a abstinência se constituiu como factor determinante no reinvestimento escolar. Isto, presumivelmente, porque depois de interromperem a escolaridade voltaram à escola e reinvestiram na sua formação académica, ou porque se mantiveram na escola e, através do suporte financeiro familiar, continuaram os consumos, sem interromperem a formação escolar. Em todo o caso, apesar de superiores aos registados na altura em que recorreram ao CAT, como se assinalou atrás, estes valores continuam a ser inferiores à média global para o mesmo grande grupo etário residente em Lisboa e Vale do Tejo.

contacto (11). No final obtivemos 114 inquéritos devidamente preenchidos. O facto de não se ter conseguido contactar grande parte destes indivíduos deve-se, sobretudo, à dificuldade na sua localização, já que haviam decorrido alguns anos após a passagem pelo CAT (7 anos em média), com consequente desactualização dos seus contactos. De salientar a excelente receptividade, quer dos utentes, quer dos seus familiares, aquando da abordagem por telefone e do pedido de colaboração com a pesquisa.

- 15 Referimo-nos aos consumos problemáticos de drogas definidos pelo OEDT como consumo de droga injectada ou consumo prolongado regular de opiáceos e cocaína (OEDT, 2003). De salientar, porém, que é possível que estes valores estejam ligeiramente inflacionados, dado que a percentagem de recuperação encontrada é elevada, por certo devido ao facto de se tratar, do conjunto dos 300, daqueles que conseguimos localizar, admitindo-se que estes possam ter percursos mais estáveis ou grupos de pertença mais estruturados. No conjunto daqueles que não conseguimos localizar encontram-se muito plausivelmente muitos dos que continuaram a consumir, mudaram de residência ou de país, ou que possam até ter falecido.

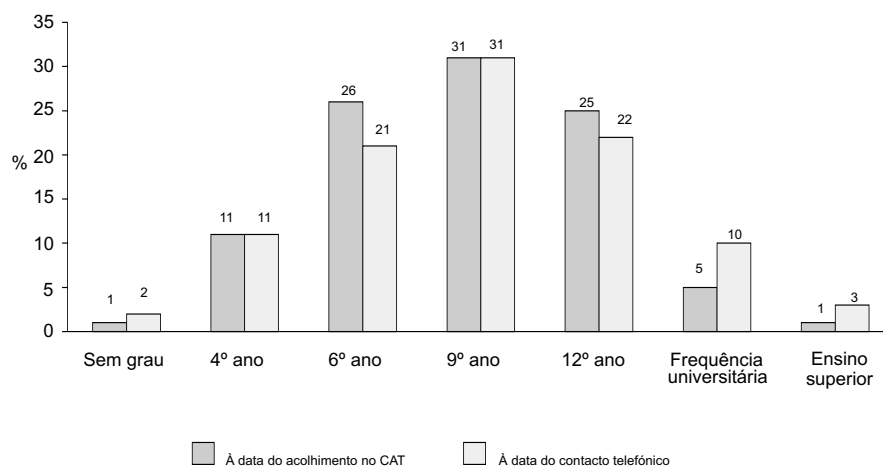


Figura 5.6 Nível de instrução à data do acolhimento e à data do contacto telefónico (%)

Nota: Na coluna "sem grau" há mais casos à data do contacto telefónico do que à data do acolhimento no CAT não porque os utentes tivessem diminuído com o tempo as suas habilitações mas porque, na base de dados à data do acolhimento e para alguns poucos casos, não havia registo para o nível de instrução. Essa informação no contacto telefónico actual foi sempre registada.

Quadro 5.5 Condição perante o trabalho à data do acolhimento no CAT e à data do contacto telefónico

Condição p/ trabalho	À data do acolhimento no CAT (informação da base de dados) % (n=109)	À data do contacto telefónico (informação do <i>follow-up</i>) % (n=109)
Empregado	39	58
Estudante	6	3
Trabalhador-estudante	0	3
Desempregado	54	31
Reformado/incapacitado	0	5
Outras	1	0
Total	100	100

Verificou-se também um significativo incremento na integração socio-profissional destes indivíduos. Quando comparada com a condição perante o trabalho que apresentavam na altura do acolhimento no CAT, e como podemos ver no quadro 5.5, inverteu-se a tendência do desemprego, estando agora a maioria empregada (de 39% para 61%). Tais valores poderão ter a ver com o aumento da idade, mas decerto também com o facto de actualmente a maior parte dos indivíduos terem deixado os consumos problemáticos de drogas e, como tal, as dificuldades anteriores de inserção socioprofissional.

Quadro 5.6 Categoria socioprofissional à data do acolhimento no CAT e à data do contacto telefónico

Categoria profissional	À data do acolhimento no CAT (informação da base de dados)% (n=85) a)	À data do contacto telefónico (informação do <i>follow-up</i>) % (n=108)
Dirigentes de empresas	0	5
Profissões intelectuais e científicas	4	3
Técnicos de nível intermédio	9	13
Empregados administrativos	14	10
Empregados dos serviços, vendedores	27	26
Operários, condutores e similares	32	24
Trabalhadores não qualificados	14	19
Total	100	100

Nota: a) Este número é menor do que 114 porque só havia na base de dados à data do acolhimento no CAT informação sobre a categoria profissional para estes 85 casos.

Quadro 5.7 Situação conjugal à data do acolhimento no CAT e à data do contacto telefónico

Situação conjugal dos toxicodependentes	À data do acolhimento no CAT (informação da base de dados) % (n=111)	À data do contacto telefónico (informação do <i>follow-up</i>) % (n=113)
Solteiro	79	50
Casado/vive com	15	37
Divorciado/separado	6	13
Total	100	100

No entanto, não houve melhorias significativas na progressão na carreira profissional destes indivíduos (ver quadro 5.6). Há mais empregados dos serviços e vendedores, menos operários mas mais trabalhadores não qualificados e, muito embora se verifique um aumento dos “dirigentes das empresas”, estas são, na sua maioria, situações de gestão de pequenos comércios ou outros pequenos negócios por conta própria. A perda de investimento escolar e profissional durante o período dos consumos conduziu, decerto, a um reajustamento limitado, lento e específico¹⁶ relativamente ao mercado de trabalho.

Verificaram-se porém diferenças notórias no que diz respeito à situação conjugal dos inquiridos, comparativamente com a que tinham na altura em que recorreram ao CAT. Assim, e como podemos ver no quadro 5.7, muitos indivíduos entretanto casaram ou entraram em união de facto (de 15% para

16 É de admitir também que o conhecimento do trajecto de consumos de drogas por parte dos empregadores se revele um obstáculo à contratação destes indivíduos, situação agravada num contexto mais geral de desemprego.

Quadro 5.8 Situação conjugal dos pais à data do acolhimento no CAT e à data do contacto telefónico

Situação conjugal dos pais dos toxicodependentes	À data do acolhimento no CAT % (informação da base de dados) (n=113)	À data do contacto telefónico % (informação do <i>follow-up</i>) (n=111)
Casado/vive com companheiro	67	58
Divorciado/separado	12	13
Viúvo	19	26
Nunca coabitaram	2	3

37%).¹⁷ Se, por um lado, neste caso a idade pode ser um factor de peso para o aumento de relações conjugais, por outro, a ausência de consumos de drogas proporcionará com certeza maior estabilidade emocional, facilitando esses relacionamentos. Note-se, no entanto, que ainda há uma percentagem significativa de indivíduos solteiros.

No que diz respeito à situação conjugal dos pais dos inquiridos, mantêm-se na sua maioria casados (58%). Em todo o caso, e quando comparada a situação conjugal actual com a que estes pais tinham à data do acolhimento do seu filho/a no CAT, verificou-se um ligeiro decréscimo de pais casados, paralelo ao aumento de pais viúvos, muito provavelmente por efeito do aumento da idade (quadro 5.8).

Substâncias e tratamentos

Foi através deste *follow-up* que se conseguiu também uma aproximação às práticas de consumo das várias substâncias ilícitas, bem como às tentativas de tratamento entre a população que recorreu ao CAT. Uma vez mais, e através da média de idade em que cada indivíduo consumiu pela primeira vez determinada substância, confirmou-se a predominância do início dos consumos de drogas no período da adolescência.

Assim, entre o total de inquiridos, a *cannabis* e a cocaína foram experimentadas em média aos 15 anos, os estimulantes aos 17 anos, os alucinogéneos aos 18 anos, a heroína aos 19 anos e o *ecstasy* aos 22 anos. Após essa primeira experiência, a regularidade com que é consumida cada substância torna-se, porém, muito variável. Com efeito, a *cannabis*, a heroína e cocaína são (ou foram) consumidas de forma regular, enquanto as restantes substâncias, e sobretudo o *ecstasy*, são (ou foram) consumidas de forma esporádica. O tempo médio de consumos problemáticos é de nove anos para a cocaína e de dez anos para a heroína.

17 Na sua maioria os parceiros(as) destes inquiridos atingiram o 9.º ano (33%), o 6.º ano (19%) ou concluíram a universidade (17%); encontram-se empregados (70%); e pertencem à categoria profissional dos “empregados dos serviços e vendedores” (23%) e dos “técnicos profissionais de nível intermédio” (20%).

Quando se perguntou aos inquiridos se actualmente consumiam algum tipo de substância ilícita, 61,4% respondeu que não, 6,1% não respondeu ou não sabia responder¹⁸ e 32,5% respondeu que sim. Do total dos que afirmaram ainda estar a consumir drogas à data do contacto telefónico, 45% consumiam *cannabis*, 8% consumiam *cannabis* conjuntamente com sedativos e/ou *ecstasy* e 8% consumiam apenas sedativos; por sua vez, 20% consumiam heroína e 19% praticavam policonsumos de cocaína e heroína. Entre aqueles que abandonaram as drogas, os motivos mais apontados para esse sucesso foram a “força de vontade”, o “apoio familiar”, o “apoio terapêutico/médico”. Por sua vez, aqueles que já passaram por tentativas de desintoxicação sem no entanto terem conseguido deixar as “drogas duras”, apontam como principal motivo a “falta de motivação interior” ou o “gostar de drogas”.

Foram referidas como tendo sido utilizadas pelos toxicodépendentes cerca de 60 diferentes instituições de apoio à toxicod dependência, nomeadamente, CAT, médicos particulares, comunidades terapêuticas, centros de saúde ou narcóticos anónimos, numa variadíssima oferta a nível público e privado. Esta diversidade coloca muitas vezes os indivíduos perante situações de escolha dos locais de tratamento que se podem basear numa estratégia de *shopping*.

Com efeito, estes inquiridos passaram cinco anos em média em tratamentos (entre os 25 e os 30 anos). A média refere-se, no entanto, a “tratamentos assistidos”, e não a “tentativas de desintoxicação”, feitas inúmeras vezes, inclusive pelo próprio inquirido sem acompanhamento especializado, havendo provavelmente uma média de tentativas de desintoxicação muito superior. Entre o total daqueles que declararam ter conseguido deixar a sua toxicod dependência, 50% fê-lo através de CAT, 20% através de comunidades, 8% através dos narcóticos anónimos, 6% através de médicos ou clínicas particulares, 6% sozinhos, 5% em hospitais, 3% em estabelecimento prisional, ou ainda outras situações (2%).¹⁹ Dos que afirmaram ter deixado de consumir, 38% declararam tê-lo conseguido através do CAT do Restelo. Se tivermos em consideração, porém, todos os inquiridos no *follow-up*, incluindo assim os que continuam a consumir e os que ainda estão em tratamento, são 25% aqueles que se recuperaram a partir da intervenção terapêutica do CAT do Restelo.

Quanto aos 32% do total que passaram por “programas de substituição opiácea” em diferentes centros de tratamento, 83% afirmam ter conseguido recuperar-se.

18 Note-se que para um número muito pouco expressivo de indivíduos se obteve informação a partir de familiares.

19 Para estas perguntas referentes aos tratamentos do conjunto dos 114 obtivemos respostas válidas para 102.

As recaídas e os consumos temporários dos toxicodependentes em tratamento são uma realidade indelével que importa conhecer melhor. Os sinais que a clínica da toxicoddependência revela para explicar estas reincidências apontam para a complexidade do mundo interno do próprio toxicodependente: a desvalorização da auto-imagem; a perda da auto-estima e o sentimento de vazio; a crença de que o conforto e o prazer que a droga proporcionou não encontram equivalente fácil na vida do dia-a-dia; o sentimento de não ser compreendido e ajudado a resolver os conflitos internos; a ambivalência entre o que apetece fazer e o que um projecto de recuperação exige.

Este conjunto de sinais provenientes do mundo interno coexiste habitualmente com a ansiedade (Ribeiro, 1997). No entanto, coexistem também factores de contexto que podem desencadear recaídas, riscos que o meio externo proporciona, nomeadamente a pressão dos pares, os estímulos relacionados com a droga, a atracção que o próprio *meio* das drogas exerce no imaginário do toxicodependente, as situações de stresse, a facilidade de acesso à droga, o consumo cruzado de várias drogas (Ribeiro, 1997). A frequência das recaídas, que marca o percurso terapêutico de todos os toxicodependentes, configura o que se vem chamando "*ciclo adictivo*" (Trujols e outros, 1996, cit. por Ribeiro, 1997).

Pretendeu-se ainda responder a algumas questões relacionadas com o sucesso do tratamento dos consumos de drogas, cruzando para este fim as características sociais dos indivíduos com as suas trajectórias de consumo e de procura de tratamento. Assim, observou-se que é entre os filhos de pais com condições sociais e económicas mais desfavoráveis que se encontram indivíduos com mais tempo de consumos (neste caso de heroína) (quadro 5.9). Verificamos também que ficaram mais tempo em toxicoddependência os indivíduos cujas mães são domésticas (quadro 5.10). Terão assim maior probabilidade de sucesso no tratamento os indivíduos que possuem maiores recursos sociais e económicos, enquanto os indivíduos que não os têm terão maior probabilidade de desenvolver nas suas trajectórias de vida actividades de marginalidade e delinquência para alimentar as suas dependências, tornando-se a pequena traficância um modo de vida e de perpetuação dos consumos. Com efeito, cerca de metade dos indivíduos contactados tiveram envolvimento com a justiça (do total, 42% estiveram presos, 32% foram a julgamento e 26% apenas estiveram detidos em esquadra), essencialmente, por problemas relacionados com o tráfico, consumo ou crimes relacionados com a angariação de dinheiro para a droga.

Em síntese, através da informação recolhida a partir dos 114 inquéritos telefónicos, foi possível conhecer as trajectórias de vida destes indivíduos após a sua passagem pelo CAT. Na maioria dos casos, para deixar as drogas, recorreram a várias instituições, privadas ou públicas, a terapias individuais, familiares, ocupacionais ou de grupo, a várias formas de desintoxicação, quer em casa ou em clínicas, comunidades terapêuticas e ainda, em alguns casos, a tratamentos de substituição opiácea. Passados, em média,

Quadro 5.9 Categoria profissional do pai e tempo médio de consumos de heroína do inquirido

Categoria profissional do pai	Tempo médio de consumos de heroína do inquirido (anos)
Dirigentes das empresas e do estado	10,7
Profissões intelectuais e científicas	6,3
Técnicos e profissionais de nível intermédio	9,8
Empregados administrativos e similares	9,3
Empregados dos serviços e vendedores	6,7
Operários, condutores e similares	11,5
Trabalhadores não qualificados	15,5

Quadro 5.10 Categoria profissional da mãe e tempo médio de consumos de heroína do inquirido

Condição perante o trabalho da mãe	Tempo médio de consumo de heroína do inquirido (anos)
Trabalhadora	7,9
Desempregada > 1 ano	9,0
Desempregada < 1 ano	6,5
Reformada	10,5
Doméstica	12,3
Incapacitada	11,0

cerca de dez anos em consumos de heroína e de cinco anos em tentativas de tratamentos assistidos, a maior parte dos indivíduos contactados conseguiu deixar os seus consumos. Verificou-se também que, embora apenas 32% do total de inquiridos tenham recorrido a programas de substituição opiácea, a percentagem dos que afirmam ter-se recuperado através deste tipo de programas foi elevada.

Salienta-se ainda que existem percursos que passaram próximo da delinquência, da prisão e outros com trajectórias menos problemáticas, devido ao facto de disporem de maior capacidade de mobilização de recursos, redes de suporte e de controlo, como aliás já se havia salientado a partir da base de dados.

Os resultados deste *follow-up* permitiram ainda concluir, em concordância de resto com o facto de haver um conjunto importante dos inquiridos que deixou as drogas, pela melhoria dos seus níveis de escolaridade, da sua situação familiar e profissional. Por outras palavras, melhoraram globalmente os factores de integração pessoal e social. É necessário sublinhar também que, na esmagadora maioria dos casos, estes percursos de vida envolveram grandes dificuldades, com várias tentativas de saída, recaídas e esforço importante para abandonar as dependências. No entanto, se uma percentagem significativa parece, de facto, ter tido êxito neste

difícil trajecto, não sabemos o que se passou com aqueles que se revelaram incontactáveis.²⁰

Faz sentido também contrariar visões preconcebidas que atribuem à actividade profissional das mães todo o tipo de consequências negativas, entre elas o menor acompanhamento dos filhos, que potenciará a entrada nos caminhos da toxicodependência. Com efeito, não só se verificou na pesquisa, em particular através do *follow-up*, que era maior o tempo da dependência da heroína para os filhos de mães domésticas, como se revelou através das entrevistas que estas mães, pouco realizadas pessoalmente, têm auto-imagens negativas, e podem acabar por desenvolver relações demasiado fusionais com os seus filhos.

Trajectórias sociais e familiares, nós problemáticos

Numa terceira fase da investigação foram entrevistados 70 indivíduos.²¹ Desse conjunto 39 eram toxicodependentes que tinham passado pelo CAT, 31 eram os seus respectivos irmãos ou faziam parte das suas redes próximas (paros ou cônjuges) e não tinham consumos problemáticos de drogas. Relembre-se que os objectivos iniciais da pesquisa eram procurar captar factores diferenciadores nos percursos de relação com as drogas, comparando indivíduos que tiveram grande proximidade familiar ou relacional entre si. Verificou-se, aliás, que os entrevistados que não eram toxicodependentes, na sua maioria, tinham também experimentado ou consumido certas drogas, o que constituía, lembre-se, a confirmação de uma hipótese inicial da pesquisa. Controlando as variáveis de contexto social, familiar e psicológico, procurou-se avaliar e compreender as especificidades que tornaram distintos os percursos dos indivíduos que tiveram trajectos de toxicodependência dos que não os tiveram.

Vejam agora alguns dos resultados desta fase da pesquisa embora de forma preliminar e sintética, deixando para textos posteriores os necessários aprofundamentos.

Recorde-se que, apesar de se verificar a transversalidade dos consumos problemáticos de drogas em todas as classes sociais, vimos através da análise da base de dados, do *follow-up* e dos resultados de outras pesquisas, que o facto de se ter mais recursos financeiros ou de se estar inserido em sectores

20 Dos 300 seleccionados aleatoriamente a partir da base de dados do CAT só conseguimos contactar 121, tendo sido os restantes 179, depois de inúmeras tentativas, impossíveis de localizar (moradas e telefones desactivados ou desactualizados, etc.).

21 No contexto do *follow-up* perguntava-se ao entrevistado, caso este tivesse deixado os consumos e tivesse um(a) irmã(o) que ao longo da sua de vida não apresentasse história de consumos problemáticos, se estes acederiam a ser entrevistados. Procurou-se dar sempre preferência aos casos que reunissem o toxicodependente e um(a) irmã(o) mas, no caso da sua não existência ou de impossibilidade, realizaram-se entrevistas a amigos próximos ou cônjuges.

profissionais mais qualificados tem efeito significativo nas trajetórias de vida, de consumo e de recuperação dos toxicodependentes. A partir das entrevistas queríamos ter uma compreensão mais aprofundada das marcas dos diferentes contextos sociais e culturais nas histórias familiares e individuais.

Queríamos ainda e através da segunda hipótese de investigação, avaliar os impactos dos modelos de relacionamento familiar, das experiências de perda eventualmente traumáticas ou mesmo dos disfuncionamentos e dificuldades conjugais e parentais nas trajetórias individuais. Decorrendo da anterior, a terceira questão centrava-se em procurar compreender, e contribuir para explicar, o que faz com que na mesma família irmãos possam ter experiências diferentes relativamente aos consumos problemáticos de drogas. E finalmente, a última hipótese construiu-se à volta dos efeitos do género e da adolescência e das especificidades do crescimento no masculino e no feminino. O que se procura aqui elucidar é a existência de uma assimetria sexual tão grande entre os consumidores de drogas.

Vejam agora alguns resultados. O primeiro, desta fase da pesquisa, foi o facto de ela nos ter conduzido a um novo conceito. Na velha tradição do chamado racionalismo aplicado (Bachelard, 1971), foi o próprio decurso da investigação, o contacto com o terreno e com as histórias de vida analisadas, o processo de permanente vaivém entre teoria e empiria, que nos levou a propor o conceito de *nós problemáticos*. Com efeito, o facto de termos desde logo procurado contextualizar a três níveis as trajetórias dos indivíduos — nas condições sociais, nos padrões familiares e nos processos mentais —, seguindo a lógica multidisciplinar de Olievenstein já referida, permitiu enriquecer o quadro analítico, salientando e reconhecendo quadros sociopsicológicos específicos.

Assim, o que parecia dominante na história de vida de um toxicodependente era uma combinação específica de factores ou vulnerabilidades — *nós roblemáticos*²² — diferente de outros casos que revelavam fragilidades dominantes noutras áreas com outra conjugação de factores. Identificámos de forma esquemática quatro nósproblemáticos: social/familiar, familiar/individual, individual/social e social /familiar/individual. Neste sentido a pesquisa, como se indicou no início, corroborou por inteiro a perspectiva multidimensional da toxicoddependência, rejeitando abordagens essencialistas e reducionistas que tendem a explicá-la pela existência de uma patologia de personalidade específica, um funcionamento ou disfuncionamento familiar concreto, uma relação parental ou maternal determinada, ou ainda a atribuí-la apenas à crise de valores, às ideologias hedonistas das sociedades contemporâneas.

Vejam alguns exemplos.

22 Definimos o conceito de *nós problemáticos* como: quadros sociopsicológicos específicos da trajetória individual do sujeito, na família e nos diversos grupos de referência e de pertença que se traduzem em formas particulares de actuar, elaborar e transformar as vivências sociais e emocionais nas suas histórias de vida.

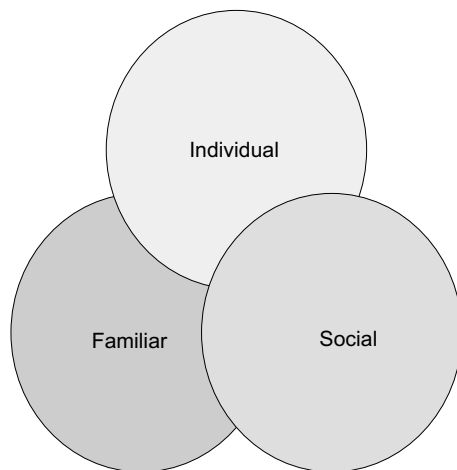


Figura 5.7 Nós problemáticos

Em certas trajetórias, os contextos social e familiar foram tão marcantes e complexos que parecem em si mesmos os factores mais influentes para explicar o percurso da toxicodependência, como acontece no que classificámos como *nó problemático social/familiar*. É o caso das situações de grande pobreza, violência e vazio existencial, ou quando há falta de acompanhamento e pais distantes, ausentes ou sobreocupados na luta pela sobrevivência. Como se pôde verificar no caso de Nuno Pereira, oriundo de um meio social pobre e excluído. A sua mãe era prostituta e foi adoptado por uma família pobre já com nove filhos (alguns deles que também se tornaram toxicodependentes). Nas palavras do próprio:

Nunca tive sorte na vida. Desde miúdo. Desde os 15 dias que eu fui abandonado pela “tal” minha mãe. [Relação com o pai adoptivo] — Era mau, era muito autoritário, e ele não me considerava como filho. Bebia muito, tratava-me mal fisicamente [...] amarrava-me na mesa para eu não sair de casa. Nuno Pereira (36 anos, 5.º ano de escolaridade, HIV positivo)

Mas idêntico parece ser também o caso de João Vicente, que responde assim referindo-se ao pai e à sua vida, quando se lhe pergunta que memórias guarda do período da adolescência:

Nunca me deu castigos. Dava era porrada, com as mãos carregava e de que maneira [...] o meu pai bebia e pronto [...] nem falava, quando falava era para arranjar conflitos; [na adolescência] O que é que eu gostava? Sinceramente não tinha gosto em nada; a vida não era boa.

A prevalência das condições sociais e do contexto relacional surge de tal forma forte e influente nas trajetórias destes indivíduos que parece sobrelevar outras dimensões. É também o caso de Nelson Oliveira, de uma família operária com nove irmãos, com oito toxicodépendentes, a viverem num bairro degradado onde o consumo de drogas é generalizado. Na ausência dos pais, a trabalhar para os sustentar, os irmãos crescem uns com os outros sem autoridade estruturante, surgindo o consumo e o tráfico como modo de vida.

Noutros percursos foram os padrões familiares e as vulnerabilidades psicológicas individuais que se consideraram mais relevantes, dando forma ao *nó problemático família/indivíduo*, como, por exemplo em casos de perdas traumáticas e problemáticas diferenciadas de autonomia e de separação. Outras pesquisas revelaram, de resto, uma correlação positiva entre perdas e experiências traumáticas na infância ou na adolescência e adicção a drogas (Torres, Sanches e Neto, 2004). Como se verificou também nos casos de Susana Alecrim e Rita de Jesus.

Susana (35 anos, frequência universitária) cresceu no isolamento, na timidez e no desamparo, face à mãe percebida como autoritária. Teve uma relação muito próxima com o pai, identificando-se com a depressão deste. Depois da morte do mesmo — já depois de uma adicção a medicamentos — entra na heroína. Este é um exemplo claro da existência de laços profundos de uma dependência narcísica ligada ao pai, aliada a uma incapacidade do *self* de fazer face ao luto parental e superar a depressão.

Rita de Jesus (19 anos, 9.º ano), filha de pais separados, é vítima de violação continuada entre os nove e os onze anos (com processo em tribunal, altura em que começa a consumir haxixe e depois aos 16 anos heroína, na véspera do julgamento); aos 12 anos a mãe dá-lhe cinco contos por dia para pagar as tarefas domésticas. “A minha mãe é mais fria do que o meu pai...” (o pai, entretanto, tinha ameaçado matar a mãe com uma caçadeira). Esta adolescente, após consecutivas experiências traumáticas e frustrantes, procura modificar ou anestesiar a dor mental, em especial sentimentos de cólera, culpa e vergonha, através do consumo de drogas. O contexto social aparece aqui como um pano de fundo com efeitos bem mais longínquos do que os da problemática familiar e individual.

As perdas familiares, por morte ou por separação, que vimos a partir da base de dados serem mais prevaletentes neste subgrupo do que na população de Lisboa e Vale do Tejo, são também muitas vezes vividas com sentimentos de instabilidade e angústia que vulnerabilizam os indivíduos.

Mas o mau relacionamento conjugal de pais com casamentos estáveis, mas em constante conflito, parece também ter efeitos nefastos. E resultados negativos parece ter também o desempenho dos papéis paternos de forma rígida, autoritária e violenta, com pais homens que não se constituem como modelo de referência e de identificação positiva para os seus filhos. É o que

nos revelam as respostas de Pedro Perdigão (44 anos, licenciado, irmão de António toxicodependente) obtidas à pergunta: “Como era a sua relação com o seu pai?”

Má. Tensa. Muito complicada, tratava-nos mesmo muito mal. [...] basta dizer que a minha mãe separou-se dele porque ele tentou assassiná-la...

O caso dos irmãos Perdigão remete-nos aliás de forma clara para a vivência de forma diferenciada de uma mesma lógica familiar. António (41 anos, 10.^o ano), bom aluno e bem comportado, desportista, é alvo de altas expectativas do pai, parecendo ter começado a consumir e continuado para corresponder às exigências parentais e ao que considerava como desempenho adequado. Já Pedro (irmão mais velho, de 44 anos, licenciatura em electrotecnia), a que já fizemos referência, experimentou todo o tipo de substâncias duras e correu todos os riscos, mas afastou-se rapidamente das dependências através de uma relação afectiva.

Numa outra perspectiva, também se verificou a presença de irmãos com grandes diferenças de idade e que transpuseram a fase da adolescência em momentos socioculturais distintos, em diferentes contextos sociais e geracionais que produziram efeitos distintos nas trajectórias individuais. Para além disso, notou-se que, por algum motivo, um dos irmãos foi melhor investido emocionalmente por um ou por ambos os pais, ou ainda avalia e percebe os seus pais de um modo divergente dos seus irmãos toxicodependentes. Por fim, importa também ressaltar que trajectórias individuais podem definir-se tendo em conta as experiências e dependências de irmãos mais velhos. Estes podem constituir forte influência, rompendo com a ignorância sobre as drogas e seus efeitos, *desglamourizando* a possível visão da marginalidade. Como se pode ver pelo exemplo de Helena Costa (27 anos, licenciada), irmã de Carolina (31 anos, frequência universitária). Nas suas próprias palavras:

[Os meus amigos] não eram pessoas do consumo de drogas. Aliás, eu sempre me tentei afastar desse grupo de pessoas. Até pelo exemplo da Carolina que já estava com comportamentos de dependência, não queria grupos de pessoas que fumassem nada.

Noutros casos, verificaram-se trajectos em que se destacou a fusão entre a componente *individual e a social* como quando se desenvolveu uma problemática de crescimento pouco apoiado e protegido na adolescência e o desejo de afirmação típico de masculinidade. Como sucedeu com Daniel (31 anos, 12.^o ano), que com 13 anos já traficava haxixe, o que lhe conferia, segundo as suas palavras, poder e acesso a muito dinheiro:

... o haxixe dava-me poder, porque eu era um bocado o centro das atenções, aquilo que nunca consegui ser por mim próprio estava a conseguir ser através das substâncias.

Neste caso, a visão relativamente à família era positiva e há proximidade afectiva, mas como Daniel também afirma: “os meus pais trabalhavam imenso para nos poder dar um nível de vida aceitável. [quando estavam] eram muito presentes, mas a maior parte do tempo estavam ausentes.” Pai e mãe, deixavam os filhos — ambos mais tarde toxicodépendentes — a crescer na rua e com pouco apoio. Evidencia-se nesta história de vida o que atrás se referiu a propósito das transformações da modernidade, envolvendo aqui a mudança do campo para a cidade. Os pais parecem não estar preparados para a educação dos seus filhos em novos contextos, nomeadamente na grande cidade, com outros perigos e dificuldades. Trabalham arduamente para lhes dar o sustento, não são rígidos nem têm relações difíceis com eles, prestam-lhes os cuidados básicos, mas dão pouco apoio e acompanhamento no seu crescimento e desenvolvimento. Tudo se passa como se replicar com os filhos as experiências da sua própria socialização, fazendo como os seus pais faziam, deixasse de ser funcional no novo contexto.

Por fim, consideraram-se situações e percursos mais pesados, em que as fragilidades se fundiram e complexificaram nos três níveis, definindo o *nó problemático social/familiar/individual*. Claramente visível em Carlota Quintela (31 anos, frequência universitária) que viveu sozinha no seu apartamento desde os 13 anos de idade.

[O que foi marcante na vida] foi não sentir nenhum apoio, não ter nenhum apoio, foi ter aquela vida inconstante e odiar estar sozinha e espetava facas nas paredes, beber uns copos, foi tudo mau, tudo mau [...] o meu corpo vivia fora de mim [...] a minha mãe era uma cadeira morta [...] era preciso confiar e eu não confiava [...] desconfio de toda a gente [...] é um problema social, não consigo estar socialmente sem estar alterada, já tentei mas é, é muito chato.

Vemos assim que trajectos e problemáticas diversas podem conduzir às toxicodependências. Em certos casos, há combinações de vulnerabilidades sociais e familiares, que se traduzem em trajectórias sociais próximas da pobreza e/ou da marginalidade, e encontros com as drogas que funcionam tanto como fuga a quotidianos pesados e difíceis como modos de vida alternativos. Noutras casos dominam certos tipos de disfuncionamentos familiares — relacionamentos conjugais e parentais deteriorados — que se combinam com fragilidades individuais específicas, ocasionando sentimentos de vergonha, estigma, problemas de relacionamento com os outros. Noutras histórias percebem-se graves sentimentos de perda e abandono, falhas parentais graves ou experiências verdadeiramente traumáticas que dão origem a

histórias de vida de autêntico pesadelo, cumprindo as drogas o papel de anestésico para a dor mental.

Ao propor o conceito de nós problemáticos confirma-se de novo a multidimensionalidade da toxicod dependência e permite-se, ao mesmo tempo, discernir, a partir da tipologia proposta e dos casos concretos, o género de problemas que podem ser mais determinantes em cada situação. Aprofundando este caminho, será possível também contribuir para diagnósticos, terapêuticas e tratamentos diferenciados.

Noutros textos desenvolvem-se abordagens mais específicas de cada um dos nós problemáticos, aprofunda-se a influência dos padrões familiares e do género no percurso dos toxicod dependentes e contribui-se para explicar diferenças entre irmãos.

Notas conclusivas

Em linhas necessariamente muito gerais, dada a extensão e os diferentes patamares da pesquisa, traçaremos algumas notas conclusivas, procurando integrar alguns resultados obtidos a partir das várias técnicas utilizadas, resultados que pretendiam ir dando resposta às interrogações que se formularam no início.

Através da base de dados, do *follow-up* e da análise das entrevistas é possível sublinhar três notas principais a propósito da relação entre contexto social e toxicod dependência. Por um lado, verifica-se uma certa transversalidade das toxicod dependências relativamente aos vários sectores sociais mas, por outro, verificam-se também assimetrias e notam-se ainda, por fim, de forma clara, os efeitos do contexto social nas trajetórias dos toxicod dependentes. Assim, a partir da base de dados, concluiu-se que, quanto à origem social e comparando com a população de Lisboa e Vale do Tejo, há mais toxicod dependentes originários dos sectores profissionais intermédios — empregados/as administrativos/as e dos serviços ou profissionais técnicos intermédios, do que dos sectores que exigem maiores ou menores qualificações.

Quer no *follow-up*, quer nas entrevistas, viu-se serem mais pesados e duros os trajectos daqueles que eram pobres ou de sectores sociais com menores qualificações profissionais e/ou originários de bairros degradados, onde o convívio com as drogas se faz desde muito cedo. Para alimentar dependências, nestas situações, pode começar-se mais rapidamente um trajecto de pequena delinquência, como mostram os relatos de várias entrevistas. E era também o caso quando os jovens cresceram em famílias com muitos filhos, com pais basicamente ocupados a lutar pela sobrevivência e com condições muito adversas para os proteger e ajudar a crescer. Em contrapartida, em sectores sociais mais favorecidos e com inserções profissionais de maior estabilidade e qualificação, os percursos dos toxicod dependentes podem permanecer longamente ocultos — o que pôde entrever-se desde logo pela percentagem

daqueles que estavam ainda empregados e que conseguiam compatibilizar os seus consumos com a profissão — só se manifestando como problemáticos bem mais tarde.

A partir das entrevistas foram também evidentes, por exemplo, as diferenças de percurso de mulheres jovens quando eram originárias de meios sociais menos ou mais favorecidos. No caso das primeiras foram notórios os trajectos muito difíceis que envolviam, não raras vezes, o recurso à prostituição, chegando mais rapidamente também a situações de grande degradação física e psicológica. No caso das últimas, estes trajectos tendiam a ser mais tardios, nalguns casos mesmo evitados, e em muitos casos menos visíveis.

O contexto social, por outro lado, tem também efeitos nas tentativas de saída das drogas, como se viu através do *follow-up* e das entrevistas. Estas permitiram igualmente verificar os efeitos negativos dos contextos sociais desfavorecidos, em especial quando associados a situações familiares muito adversas e/ou física ou psicologicamente violentas. Os sentimentos de grande vulnerabilidade psicológica, abandono, solidão e mesmo raiva e ressentimento foram expressos de forma clara, como vimos, nalguns dos excertos de entrevista referidos. Pôde ainda verificar-se que se está mais tempo na dependência de heroína quando se é originário de um contexto social com menos qualificações profissionais e quando se tem uma mãe doméstica, o que contraria a ideia simplificadora que tende a atribuir a toxicodependência ao facto de as mães trabalharem profissionalmente.

Em síntese, julgamos que a pesquisa evidencia bem, através do uso de várias técnicas de pesquisa cujos resultados se vão confirmando uns aos outros, que se as toxicodependências podem afectar jovens de todas as classes sociais, elas tocam-nos de maneiras e com efeitos diferentes.

Saber por que razão muitos jovens experimentam drogas, ou algum tipo de substâncias ilícitas, mas só alguns se fixam nas dependências, tinha constituído, recorde-se, uma interrogação para a qual a pesquisa procurou resposta. A pergunta associava-se igualmente a outra, a que procurava indagar, a partir da análise de casos de irmãs e irmãos com e sem trajectos de toxicodependência, por que razão na mesma família se podiam verificar trajectos contrastantes a este respeito.

O percurso de investigação veio confirmar os indícios iniciais. Por um lado, é de facto muito frequente entre os pares dos toxicodependentes entrevistados, mesmo de diferentes gerações, a experimentação de algum tipo de substâncias no período da adolescência. Este momento da vida, como se desenvolveu no início, é particularmente favorável à realização de novas experiências, através das quais o indivíduo se pretende superar a si mesmo, conquistando a sua diferenciação relativamente à família e ao meio próximo, procurando afirmar a sua identidade como indivíduo autónomo.

Mas a experimentação, como se viu no caso de muitos irmãos de toxicod dependentes ou seus pares, não implica forçosamente a dependência. Esta tende a surgir quando o resultado da experiência com as drogas se associa a vulnerabilidades familiares ou individuais e frustração psíquica, como de resto Dias (1979) já tinha vincado. E foram, de facto, diversos os casos de trajectos de contacto com as drogas completamente diferentes entre irmãos e pares. Como se verificou, por exemplo com os irmãos Perdigão, quando um deles faz experimentações variadas e mais radicais cessando depois, com alguma celeridade, essas práticas, enquanto o outro, que aparentemente parecia mais integrado e menos problemático, é o irmão que acaba por se tornar dependente. Também surgem situações em que a toxicodependência dos mais velhos acaba por inibir a entrada dos mais novos nos consumos, pelo desejo nítido de afastamento desse tipo de mundo já percebido como negativo ou perigoso.

O que a análise dos padrões familiares veio ainda ajudar a mostrar foi que, como várias perspectivas teóricas sustentam, as próprias experiências de vida na família podem ser vividas de maneira diferente pelos irmãos de uma fratria. A percepção da relação conjugal dos pais é, por vezes, distinta entre irmãos; a relação parental com cada um dos filhos por parte dos dois progenitores desenvolve-se de forma diferenciada, registando-se também alianças e exclusões entre alguns membros da família. A relação entre o que ocorre dentro e fora do espaço familiar, com o grupo de pares e o contexto geracional, pode também potenciar as diferenças entre irmãos.

As conclusões a que se chegou na pesquisa sobre a influência das vivências familiares nos trajectos dos toxicod dependentes, pela sua complexidade e relevância, merecem desenvolvimento específico que se fará em texto à parte. Deixe-se apenas registado que os resultados permitem frisar, com toda a clareza, que não há um tipo de família específico, ou morfologias ou formas familiares concretas que sejam conducentes à toxicodependência, como de resto atrás se exemplificou através dos excertos de entrevista e da identificação dos diferentes nós problemáticos.

Resta, para finalizar, contribuir para responder a outra interrogação inicial. Por que é que existem muito mais homens toxicod dependentes do que mulheres? A partir da análise das entrevistas deixam-se algumas pistas a ser desenvolvidas em textos posteriores.

Tudo se passa nestas histórias de vida como se os processos de autonomização na adolescência, que têm uma marca de género muito forte — cresce-se ou como rapaz ou como rapariga, num determinado contexto social e procurando identificação a padrões de masculinidade hegemónica ou de feminilidade adequada —, fossem problemáticos, em particular, para os homens. Parece aqui ser difícil a concretização de tarefas que lhes são exigidas, tanto no contexto familiar, como no contexto do grupo de pares, e que passam pela demonstração da capacidade de autonomia, da resistência à frustração ou da necessidade

de correr riscos. As drogas podem funcionar como meio de anestesiar as dificuldades sentidas, como meio de atenuar os conflitos internos ou de melhorar as relações com os outros, como de resto alguns dos nossos entrevistados frequentemente verbalizaram.

Verificou-se aliás nas entrevistas dos jovens do sexo masculino, de forma generalizada, uma ausência de identificação positiva com o pai, algumas vezes compensada por uma relação muito próxima entre mãe e filho. Mas tudo se passa como se o processo de crescimento estivesse bloqueado pela ausência de referente ou de uma imagem positiva de ser homem, já que o pai não se constitui como modelo a seguir. Ainda aqui, no entanto, não é possível reduzir a esta dimensão as propostas explicativas da predominância masculina na toxicodependência.

Se é verdade que vários entrevistados parecem sentir os seus pais como homens rígidos e/ou violentos, chegando a verbalizá-lo de forma clara, outros há para quem os pais aparecem como figuras mais distantes e sobreocupadas, e outros ainda que nem sequer os referem como figuras de relevo na sua vida. Tal como se disse, outros factores devem ser tidos em consideração, como contexto social, relações familiares e vulnerabilidades psicológicas específicas, como se viu também quando irmãos do mesmo sexo apresentam histórias diferentes na apreciação que fazem dos seus progenitores e nas suas trajectórias de consumos de drogas. Contudo, as formas de funcionamento familiar com uma divisão sexual dos papéis de tipo patriarcal e excessivamente rígida poderão, com efeito, condicionar negativamente os jovens do sexo masculino, como o próprio Parsons já mostrou (Torres, 2001). Este tema merece só por si desenvolvimento em texto posterior

Relativamente às raparigas vale a pena salientar, de forma sintética, dois aspectos. Por um lado, há casos em que as mães não funcionam de forma protectora por várias razões, porque estão deprimidas, porque revelam comportamentos abandonicos, porque estão doentes ou faleceram. Se a este tipo de situações se aliou uma ausência ou distância paterna, facilmente podemos compreender os sentimentos de abandono e desespero que algumas das nossas entrevistadas exprimiram. E, em contraponto, o mesmo tipo de razões pode ajudar a explicar o facto de algumas das jovens toxicodependentes descreverem experiências mais catastróficas e histórias de perda e abandono mais pesadas.

Mas tal como para o tema dos padrões familiares e dos irmãos, os efeitos cruzados do género exigem análise mais fina, implicam novos olhares e outros espaços.

Referências bibliográficas

Agra, Cândido da (1993), *Dizer a Droga, Ouvir as Drogas: Estudos Teóricos e Empíricos para uma Ciência do Comportamento Adictivo*, Porto, Tipografia Nunes.

- Agra, Cândido da (1997), *A Experiência Portuguesa: Programa de Estudos e Resultados* (Droga e Crime: Estudos Interdisciplinares, 1), Lisboa, Ministério da Justiça, GPCCD.
- Bachelard, Gaston (1971), *A Epistemologia*, Lisboa, Edições 70.
- Balsa, Casimiro, Tiago Farinha, João Pedro Nunes, e Miguel Chaves (2001), *Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psico-activas na População Portuguesa* (Documento de Síntese dos Resultados), Lisboa, Instituto de Investigações Sociológicas (CEOS), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Blos, P. (1967), "The second individuation process of adolescence", *Psychoanalytic Study of the Child*, 22, pp. 162-186.
- Brochu, Sergei (1997), *O Estado da Investigação Científica na América do Norte* (Droga e Crime: Estudos Interdisciplinares, 2), Lisboa, Ministério da Justiça, GPCCD.
- Chaves, Miguel (1999), *Casal Ventoso. Da Gandaia ao Narcotráfico*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Connel, R. W. (1987), *Gender and Power. Society, the Person and Sexual Politics*, Stanford, CA, Stanford University Press.
- Connel, R. W. (2002), *Gender*, Cambridge, Polity Press.
- Dias, C. Amaral (1979), *O Que se Mexe a Parar: Estudos sobre a Droga*, Porto, Edições Afrontamento.
- Dias, C. Amaral (1988), *Para uma Psicanálise da Relação*, Porto, Edições Afrontamento.
- Dias, C. Amaral (1991), "Depressão e estado-limite na adolescência", em Bergeret e Reid (orgs.), *Narcisismo e Estados-Limite*, Lisboa, Escher, pp. 53-59.
- Dias, C. Amaral, (2000), *Volto Já: Ensaio Sobre o Real*, Lisboa, Fim de Século.
- Dias, C. Amaral, e R. Paixão (1986), "Regressão, imagem do corpo e identificação projectiva como elementos diferenciadores entre o processo adolescente e processo psicótico", *Jornal de Psicologia*, 5, (1), pp. 18-20.
- Dubinsky, A. (2000), "Apreensão da experiência emocional", em M. Rustin, M. Rhode, A. Dubinsky e H. Dubinsky (orgs.), *Estados Psicóticos em Crianças*, Rio de Janeiro, Imago, pp. 13-33.
- Farate, Carlos (2001), *O Acto do Consumo e o Gesto que Consome: Risco Relacional e Consumo de Drogas na Pré-adolescência*, Coimbra, Edições Quarteto.
- Fernandes, L. (1993), "Droga enigma, droga novo paradigma", em Cândido da Agra, *Dizer a Droga, Ouvir as Drogas: Estudos Teóricos e Empíricos para uma Ciência do Comportamento Adictivo*, Porto, Tipografia Nunes.
- Fernandes, Luís (1998), *O Sítio das Drogas* (Colecção Comportamentos), Lisboa, Editorial Notícias.
- Fernandes, Luís, e Carmo Carvalho (2003), *Consumos Problemáticos de Drogas em Populações Ocultas*, Universidade do Porto, Instituto da Droga e da Toxicodependência.
- Ferros, L. (2003), "Jovens, drogas e famílias: uma breve revisão da literatura", *Toxicodependências*, 9 (2), pp. 71-83.
- Fleming, M. (1995), *Família e Toxicodependência*, Porto, Edições Afrontamento.

- Henriques, Susana (2002), "Risco cultivado no consumo de novas drogas", *Sociologia Problemas e Práticas*, 40, pp. 63-85.
- IDT (2003), *Relatório Anual 2002. A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicoddependências*, Lisboa, Instituto da Droga e da Toxicoddependência.
- Instituto Nacional de Estatística (2001), *Censos de 2001. Resultados Definitivos*, INE, Lisboa.
- Kimmel, M. (2000), *The Gendered Society*, Oxford, Oxford University Press.
- Matos, A. Coimbra de (2003), *Mais Amor Menos Doença. A Psicossomática Revisitada*, Lisboa, Climepsi.
- Miguel, Nuno (1997), "A comunidade face à droga: o que (não) temos feito", em *Drogas: Situações e Novas Estratégias* (Coleção Debates), Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Minuchin, S., e C. Fishman (1981), *Family Therapy Techniques*, Cambridge, Harvard University Press.
- Morel, Alain, François Hervé, e Bernard Fontaine (1998), *Cuidados ao Toxicoddependente* (Coleção Alcoolismo e Toxicomanias Modernas), Lisboa, Climepsi.
- Morel, Alain, M. Boulanger, F. Hervé, e G. Tonnelet (2001), *Prevenção das Toxicomanias* (Coleção Alcoolismo e Toxicomanias Modernas), Lisboa, Climepsi.
- OEDT (2003), *Relatório Anual 2003: A Evolução do Fenómeno da Droga na União Europeia e na Noruega (2002)*, Luxemburgo, SPOCE.
- Olievenstein, C. (1996), *O Homem Paranoíde*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Pais, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pais, José Machado (1999), *Traços e Riscos de Vida: Uma Abordagem Qualitativa a Modos de Vida Juvenis* (Coleção Trajectórias), Porto, Âmbar.
- Ribeiro, J. S. (1995), "Dependência ou dependências? Incidências históricas na formalização dos conceitos", *Toxicoddependências*, 1 (3), pp. 5-16.
- Ribeiro, J. S. (1997), "O papel da ansiedade no processo de recuperação do toxicoddependente", *Toxicoddependências*, 3 (2,) pp. 53-59.
- Ribeiro, J. S. (2001), "Tornar-se toxicoddependente: opção ou fatalidade?", *Toxicoddependências*, 7 (3), pp. 73-77.
- Romani, Oriol (1999), *Las Drogas: Sueños y Razones*, Barcelona, Editorial Ariel, SA.
- Torres, Anália Cardoso (1994), *Um Olhar Sociológico*, em *Colectânea de Textos* (vol. IV), Lisboa, Centro das Taipas.
- Torres, A. C. (1996), *Divórcio em Portugal: Ditos e Interditos*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália (2001), *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão feminina*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso, e Maria do Carmo Gomes (2002), *Drogas e Prisões em Portugal*, Lisboa, IPDT/Ministério da Saúde.
- Torres, Nuno, M. Sanches, e D. Neto (2004), "Experiências traumáticas estilos de vinculação adulta a parceiros de intimidade, a toxicoddependentes e estudantes", *Toxicoddependências*, 10 (3), pp. 57-70.
- Valentim, Artur (1998), "Droga e toxicoddependência nas representações de párocos e médicos", *Análise Social*, XXXIII (145), pp.55-90.

- Vasconcelos, Luís (2003), *Heroína: Lisboa como Território Psicotrópico nos Anos Noventa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Velho, Gilberto (1998), *Nobres e Anjos: Um Estudo de Tóxicos e Hierarquia*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora.

Pobreza e exclusão social

Luís Capucha

Portugal era, até à adesão dos novos estados-membros à União Europeia, o país que ostentava os piores indicadores de desigualdade na distribuição dos rendimentos e um dos mais vulneráveis à pobreza. A “europeização” conhece, neste domínio, uma das dimensões de menor concretização do projecto de modernização implícito no conjunto de referências que nos orientam para o espaço europeu em que hoje nos integramos.

Os níveis de desigualdade e a extensão e intensidade da pobreza em Portugal possuem uma natureza estrutural, profundamente inscrita nas principais instituições e resultante de processos históricos prolongados, onde se cruzam atavismos resultantes de um largo passado de subdesenvolvimento com dinâmicas de modernização que, por um lado, geram melhorias acentuadas nas condições de vida das pessoas e, por outro lado, simultaneamente produzem novos contrastes sociais. Tornam-se também mais exigentes as legítimas exigências de satisfação das antigas e novas necessidades básicas. Por outras palavras, pese embora o processo de crescimento e modernização (acentuado, apesar de contrastado e arritmico) que Portugal conheceu nas últimas décadas, o nosso país continua a ser relativamente pobre no seu conjunto (tendo em conta o contexto europeu) e a comportar uma grande percentagem de pessoas pobres. Há uma relação entre os dois factos e se as pessoas mais desfavorecidas vivem quotidianos marcados por carências particularmente graves em diferentes domínios da qualidade de vida, o esforço para as superar repercute-se também no funcionamento das instituições e na qualidade de vida dos cidadãos em geral. Por isso, o problema da pobreza é central para o Portugal dos nossos dias e para os processos de transição equilibrada e coesa para a sociedade da informação e a economia do conhecimento.

Vejam alguns dos principais indicadores geralmente utilizados, quer a nível da investigação quer no campo da política social, para a medição da pobreza, numa perspectiva europeia. Um primeiro e importante comentário

a fazer respeita à desactualização da informação de base disponível.¹ Os dados publicados mais recentes são os do ano de 2001, reportando-se aos rendimentos monetários das famílias em 2000. Desconhece-se assim o efeito produzido pelo ciclo político e económico decorrido entre este ano e a actualidade. Mas, por outro lado, fica-se com um registo básico da falta de transparência com que, por toda a Europa, a questão da coesão social é tratada, de forma proporcional à incomodidade sentida pelos poderes políticos e económicos a respeito do tema.

O valor monetário do limiar da pobreza oficialmente utilizado na União Europeia — 60% do rendimento monetário equivalente mediano² — era de 6.305 €/ano em 1995, subindo para 8.253 €/ano em 2001. Portugal apresenta em qualquer dos anos o valor mais baixo da UE/15, respectivamente 3.745 €/ano e 4.967 €/ano, ou seja, 59,4% e 60,2% da média europeia (ver figura 6.1). No período em referência o valor do limiar da pobreza na UE/15 cresceu 30,9% e em Portugal 32,6%. Uma aproximação muito ligeira que nos deixa demasiado longe dos padrões médios europeus. E particularmente longe de países do conjunto “continental”,³ como a Bélgica, a Dinamarca, a Alemanha, o Luxemburgo e a Áustria, e ainda da Dinamarca, que se situam claramente acima da média. Por sua vez, a França, a Holanda e o Reino Unido situam-se perto desse valor. Numa posição inferior estão os países do “Sul”, Portugal, Itália, Grécia e Espanha, acompanhados da Irlanda, qualquer deles ainda assim bem distanciados do nosso país. Os “nórdicos” Suécia e Finlândia estão também abaixo, embora próximos, da média.

A Suécia e a Finlândia, juntamente com a também “nórdica” Dinamarca e os “continentais” Bélgica, Alemanha, Luxemburgo, Holanda e Áustria apresentam, por sua vez, os mais baixos indicadores de risco de pobreza após as transferências sociais (ver figura 6.2). Os países do “Sul” e os “anglo-saxónicos” situam-se claramente acima da média europeia — apesar da aproximação a essa média por parte do Reino Unido —, enquanto a França

1 Utiliza-se como fonte de informação o Painel Europeu de Agregados Familiares, o qual permite a realização de comparações europeias quanto à pobreza e à distribuição dos rendimentos monetários, bem como quanto a um conjunto de outras variáveis relativas às condições de vida das famílias, que não serão aqui objecto de análise (a qual foi já produzida por uma equipa do Ministério da Segurança Social e do Trabalho que contou com a colaboração do autor do presente capítulo, mas que aguarda autorização do governo, desde Setembro de 2004, para publicação). Mais do que uma análise da evolução de longo prazo da pobreza em Portugal, que seria possível através da utilização do Inquérito aos Orçamentos Familiares do INE, pretende-se situar a evolução de Portugal no contexto europeu num período mais recente. Esta opção tem como consequência não tomar em linha de conta os rendimentos não monetários, que o Painel de Agregados não contempla. Para uma análise dos desvios daí resultantes, veja-se Rodrigues (1999).

2 Utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE, que atribui ao primeiro adulto o ponderador 1, aos restantes adultos o ponderador 0,5 e às crianças o ponderador 0,3.

3 Segundo a tipologia proposta por Ferrera, Hemerijck e Rhodes (2000).

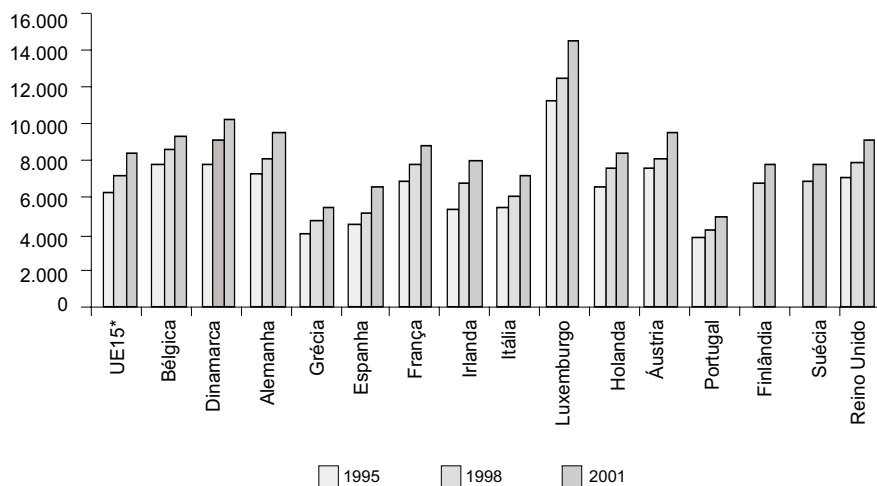


Figura 6.1 Limiar de pobreza na UE15 (euros/ano)

Fonte: Eurostat, Painel Europeu de Agregados Domésticos (2001).

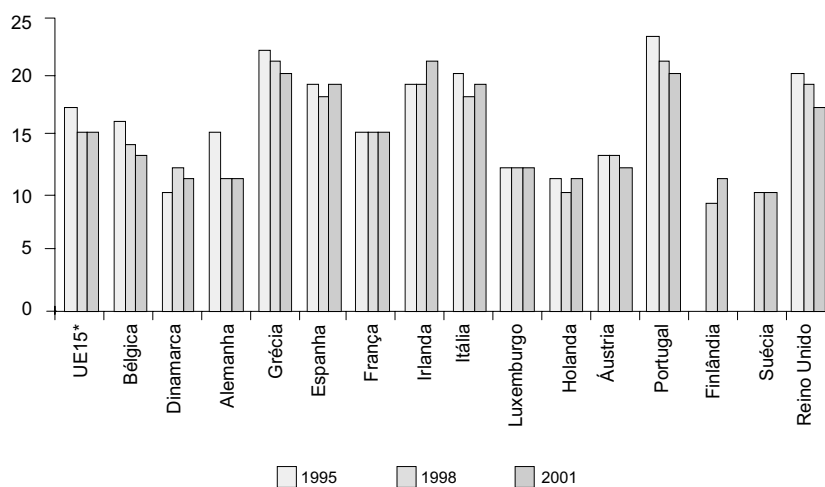


Figura 6.2 Risco de pobreza após transferências sociais

Fonte: Eurostat, Painel Europeu de Agregados Domésticos (2001).

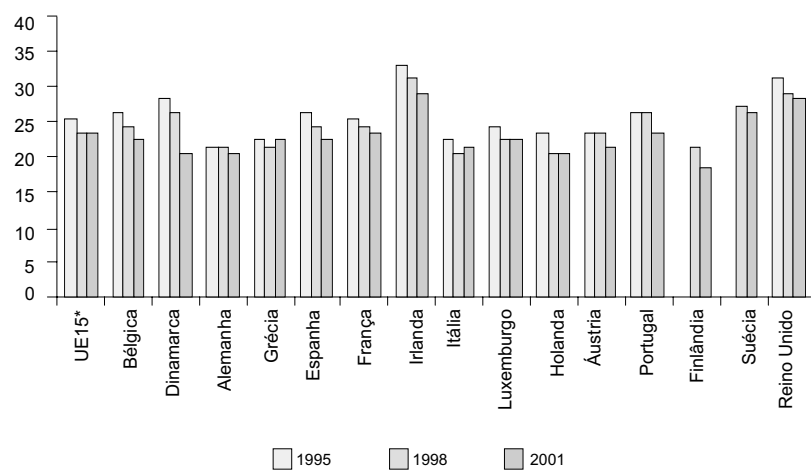


Figura 6.3 Risco de pobreza antes das transferências sociais (pensões excluídas)

Fonte: Eurostat, Painel Europeu de Agregados Domésticos (2001).

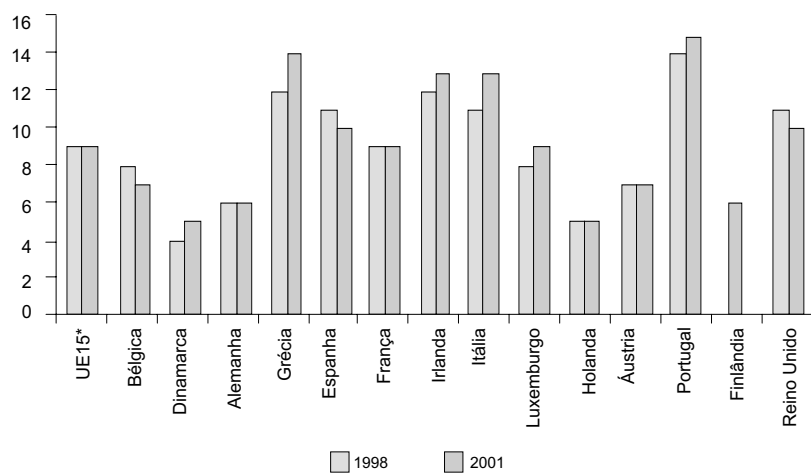


Figura 6.4 Risco de pobreza persistente

Fonte: Eurostat, Painel Europeu de Agregados Domésticos (2001).

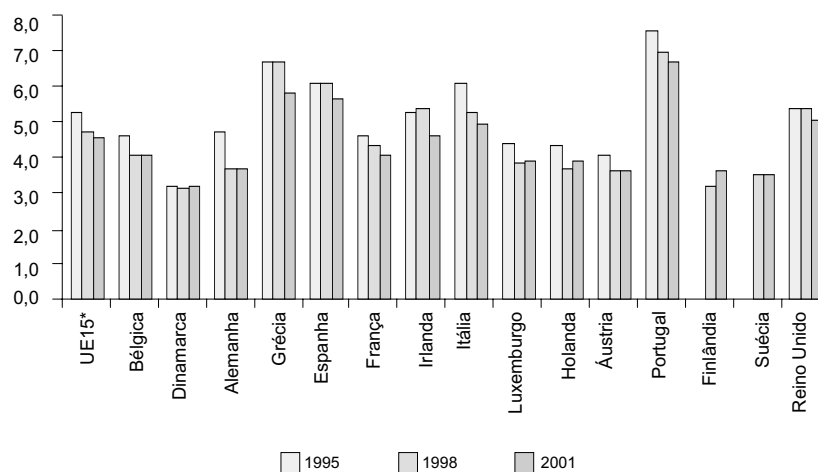


Figura 6.5 Relação interdecis (S80/20) na UE15)

Fonte: Eurostat, Painel Europeu de Agregados Domésticos (2001).

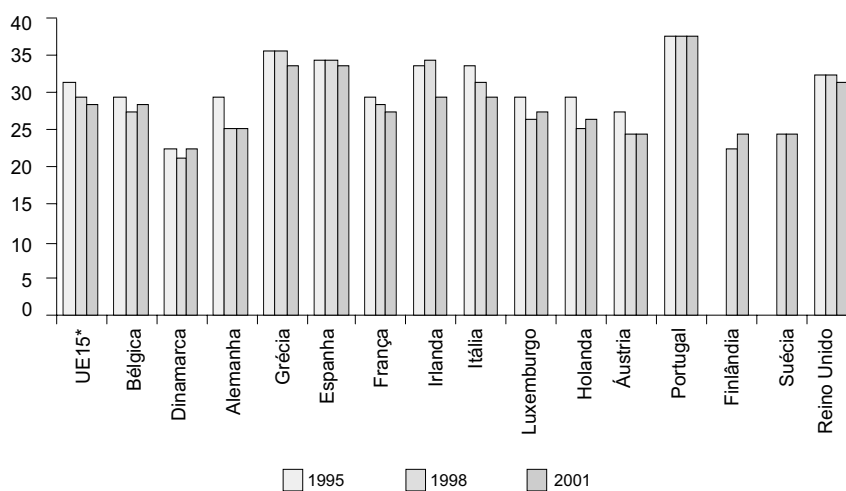


Figura 6.6 Índice de Gini

Fonte: Eurostat, Painel Europeu de Agregados Domésticos (2001).

apresenta um valor igual à média. Este indicador, o mais utilizado para medir os níveis de pobreza, conheceu uma melhoria tanto a nível europeu como em Portugal, tendo descido respectivamente de 17% para 15% e de 23% para 20% entre 1995 e 2001.

Como se pode observar a partir da análise do risco de pobreza antes das transferências sociais (ver figura 6.3), a diminuição da pobreza na Europa, considerando apenas os rendimentos primários, foi idêntica à redução total (2 pontos percentuais), ao passo que em Portugal a diminuição nos primeiros anos foi apenas fruto do impacto dessas transferências — já que sem elas a pobreza se mantinha constante em 27% — revelando-se o ano de 2001 como um ano de viragem a esse respeito. A diferença entre o risco de pobreza antes e depois das transferências sociais é de 9 pontos percentuais na média da UE/15. Tal diferença explica grande parte das razões porque nalguns países existem mais pobres que noutros. Note-se que os estados-membros com menor risco de pobreza total são aqueles em que o impacto das transferências sociais (excepto pensões) é maior — a excepção a esta regra é a Irlanda —, situando-se entre os 9 pontos percentuais da França e os 17 da Suécia. No pólo oposto, Grécia, Espanha, Itália e Portugal apresentam “impactes” daquelas transferências de apenas entre 3 e 4 pontos percentuais.

A pobreza persistente é um indicador da natureza mais ou menos consolidada do fenómeno. O indicador para a medir é a proporção das pessoas que permanecem em situação de risco de pobreza em pelo menos três anos consecutivos, incluindo o ano de referência. Portugal é, de longe, o país da UE/15 com o pior desempenho a este nível, no que se revela a relação entre o fenómeno e processos prolongados de subdesenvolvimento associados à sua reprodução (ver figura 6.4). Na verdade, enquanto o risco de pobreza que persiste na média europeia é de 9%, em Portugal é de 15%. Sem retirar importância à posição de destaque do nosso país, é de referir no entanto que também neste parâmetro se revela o padrão de maior vulnerabilidade da Grécia, da Itália e da Irlanda.

O nosso país apresenta ainda os piores desempenhos no que respeita aos indicadores de desigualdade. Um deles mede a proporção do rendimento dos 20% mais ricos em relação ao dos 20% mais pobres (S80/S20). Na média europeia, aquela proporção era de 4,4 em 2001, tendo descido de 5,1 em 1995. Em Portugal também se registou uma descida, ligeiramente mais acentuada, de 7,4 para 6,5. A distância permanece considerável (ver figura 6.5). Uma vez mais somos acompanhados pela Grécia, pela Espanha, pela Itália e, neste indicador, também pelo Reino Unido e pela Irlanda, como estados-membros com valores de desigualdade superiores à média europeia (embora neste último caso apenas ligeiramente).

Outro indicador comumente utilizado para verificar o nível das desigualdades é o índice de Gini (ver figura 6.6), que varia entre um valor de 100 — se todo o rendimento se concentrasse num único indivíduo — e o valor 0,

Quadro 6.1 Pensão social, pensão mínima, salário mínimo e salário médio face ao limiar de pobreza

	1995	1998	2001
Limiar de pobreza (60% mediana) PPS	3745	4155	4967
Pensão social/ ano	1222	1599	1833
Pensão mínima regime geral	1927	2186	2514
Salário médio líquido	8176	8804	10206 [2000]
Salário mínimo (geral)	3631	4085	4679

Fonte: Eurostat, Painel Europeu de Agregados Domésticos (2001); DGEEP— MFCSS (2001).

se todos os inquiridos tivessem rendimentos iguais. Assim, quanto maior o valor do índice de Gini maiores as desigualdades existentes na distribuição dos rendimentos. Portugal apresentava em 2001 um valor de 37, o que nos situa 9 pontos percentuais acima da média europeia. Mais preocupante é o facto de este indicador ter melhorado no conjunto da UE/15, passando de 31 em 1995 para 29 em 1998 e para 28 em 2001, ao passo que o nosso país está na situação que estava no primeiro daqueles anos, tendo depois descido ligeiramente para 36 em 1998 (valor que se manteve até 2000) e voltado a subir em 2001 para 37. Confirmando o maior atraso do conjunto dos países do Sul europeu e das Ilhas Britânicas em termos de desigualdade, voltamos a encontrar a Grécia, a Espanha, a Itália, o Reino Unido e a Irlanda pior colocados face à média europeia.

Olhando agora mais de perto alguns indicadores adicionais relativos à composição da pobreza em Portugal, podemos começar a ter uma ideia dos factores principais que explicam, em parte, a situação que se verifica no nosso país.

Apesar de o crescimento da pensão social ter sido de 50% entre 1995 e 2001 — ao passo que, como vimos, o valor do limiar de pobreza cresceu mais moderadamente (32,6%) — esta medida de protecção social não ultrapassava, neste último ano, 36,9% do limiar de pobreza (ver quadro 6.1). Se em vez da pensão social olharmos para o valor da pensão mínima do regime geral de segurança social, a situação melhora mas pouco. O crescimento desta pensão foi de 30,5% no período em referência (inferior, portanto, ao dos rendimentos totais), o que faz com que não ultrapasse 50,6% do limiar de pobreza em 2001. O nível relativamente baixo das pensões é, portanto, um dos principais factores de pobreza em Portugal. Lembremos que a pensão mínima (invalidez e velhice) abrangia naquele ano um total de 635.000 pessoas, ao passo que a pensão social (invalidez, velhice e sobrevivência) abrangia outros 104.847 beneficiários, e embora não seja certo que todas estas pessoas sejam pobres — na medida em que podem acumular as pensões com outras fontes de rendimento ou que podem residir em agregados com rendimentos globais superiores aos limiares — o risco de se encontrarem em situação de pobreza muito intensa é elevadíssimo. Isso mesmo se poderá verificar quando analisarmos a incidência da pobreza segundo a fonte de rendimentos.

Quadro 6.2 Percentagem da população em risco de pobreza por actividade mais frequente e segundo a escolaridade

	1995	1998	2001
Trabalhadores por conta de outrem	10	9	10
Trabalhadores por conta própria	35	30	30
Desempregados	31	32	38
Reformados	34	30	25
Outros economicamente inactivos	27	23	28
Em risco de pobreza — por grau de escolaridade			
Escolaridade <= 9	26	23	22
Escolaridade = 12	10	7	8
Escolaridade > 12	1	1	2

Fonte: Eurostat, Painel Europeu de Agregados Domésticos (2001).

O salário médio cresceu no nosso país, entre os mesmos anos de 1995 e 2001, cerca de 24,8%, muito acima da inflação. A pensão mínima do regime geral e a pensão social recuperaram relativamente ao salário médio, mas a distância continua a ser muito relevante. O salário médio situa-se, de facto, 2,1 vezes acima do limiar de pobreza. Já o salário mínimo nacional (geral) conheceu uma subida mais acentuada do que o salário médio (28,9% entre 1995 e 2001). Mas é inferior ao limiar da pobreza e a distância em relação a ele acentuou-se.

Um modelo de actividade económica marcado por uma vasta zona cujo principal factor de sobrevivência reside na baixa qualidade do trabalho e em particular no baixo nível salarial explica porque em Portugal, ao contrário do que sucede na maioria dos países europeus mais desenvolvidos, trabalhar não é condição suficiente para colocar as pessoas fora do risco de pobreza. Pelo contrário, como podemos verificar no quadro 6.2, embora esse risco entre os trabalhadores por conta de outrem seja metade da média nacional (10%) os que se encontram nessa situação⁴ representam cerca de 450.000 pessoas. Mas ainda mais grave é a situação dos trabalhadores por conta própria, cujo risco de pobreza é de 30%, isto é, 10 pontos percentuais acima da média, colocando-os como uma das categorias de maior vulnerabilidade. É certo que nesta categoria é maior a probabilidade de se ocultarem rendimentos e também é verdade que estes trabalhadores compreendem condições laborais muito contrastadas. Há porém que reconhecer que se encontra aqui um grande número de trabalhadores em actividades como, por exemplo, na construção civil, no comércio e nos serviços pessoais e domésticos, o que explica em parte o contributo para esta particular incidência da pobreza.⁵

4 A proporção de trabalhadores de baixos salários (menos de $\frac{2}{3}$ da mediana) passou de cerca de 14% em 1995 para perto de 11% em 2000, valor próximo do dos trabalhadores pobres (Albuquerque e Bomba, 2001).

Quadro 6.3 Risco de pobreza infantil, dos idosos e das mulheres na UE e em Portugal

	1995		1998		2001	
	UE	P	UE	P	UE	P
Risco de pobreza infantil	21	26	19	26	19	27
Risco de pobreza > 65 anos	21	38	18	35	19	30
Risco de pobreza feminino	18	24	16	22	17	20

Fonte: Eurostat, Painel Europeu de Agregados Domésticos (data).

O desemprego afigura-se, como é comum em toda a Europa, como um dos principais factores de risco de pobreza. Esse risco entre os desempregados era de 31% em 1995, passando para 32% em 1998 e “disparando” depois para 38% em 2001.

Os reformados, como se poderia depreender a partir da verificação dos valores das pensões mais baixas, partem no ano de 1995 como uma das categorias mais vulneráveis, tendo vindo porém a ver o risco atenuado, se bem que em 2001 ele ainda se situasse 5 pontos acima da média. Os “outros economicamente inactivos”, por seu turno, apresentam um “diferencial” ainda maior, de 8 pontos percentuais, tendo mesmo o risco aumentado no intervalo de tempo que temos vindo a considerar.

Como é hoje amplamente reconhecido, um dos principais domínios em que se joga o futuro da qualidade da sociedade e da economia em Portugal é o da qualificação. Apesar dos progressos, é sabido que Portugal apresenta grandes défices qualificacionais em relação à média europeia, que esses défices se estão a acentuar e que têm raízes particularmente profundas, como bem o mostram indicadores como o do abandono escolar precoce ou a taxa de participação em acções de aprendizagem ao longo da vida. Trata-se pois de uma dimensão estratégica quando pensamos no sistema social e económico, mas também quando olhamos mais de perto para as consequências nas vidas das pessoas. Note-se que a pobreza é 2 pontos percentuais superior à média entre as pessoas que possuem uma escolaridade inferior ao 9.º ano. A incidência do fenómeno é de 22% entre estes, descendo para 8% entre aqueles que possuem o ensino secundário completo e para 2% entre os possuidores de um nível superior ao 12.º ano.

O quadro 6.3 permite verificar como as questões de género e a idade são, igualmente, factores relevantes. Na verdade, as mulheres só em 2001 atingem um valor idêntico ao dos homens — coisa que, na Europa, não foi atingido — graças a um decréscimo do risco de pobreza de 24% em 1995

5 Os trabalhadores por conta própria representavam 23,5% do total da população empregada (INE, Inquérito ao Emprego), tendo desses 6% pessoal a cargo.

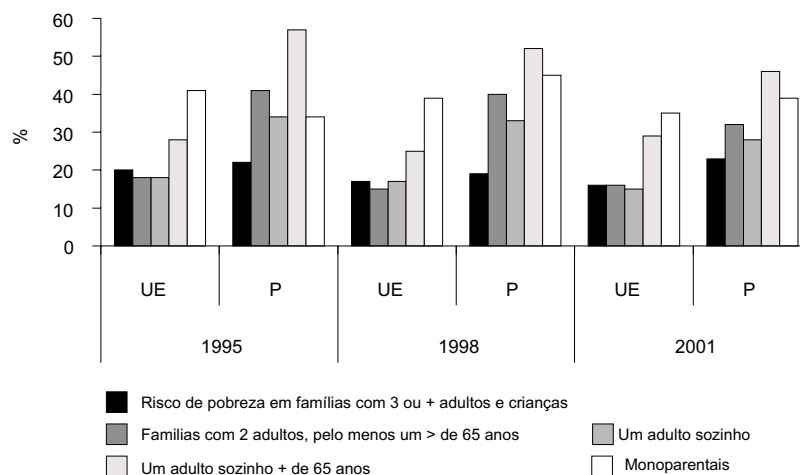


Figura 6.7 Risco de pobreza segundo a composição dos agregados domésticos

Fonte: Eurostat, Painel Europeu de Agregados Domésticos (data).

(quando o valor médio era 23%) para 20% no último ano para o qual existem dados disponíveis.

Quanto aos diferentes grupos etários, é de salientar a particular vulnerabilidade dos idosos, cujo risco de pobreza era em 2001 de 30% (contra 19% na UE, onde esta categoria é generalizadamente mais vulnerável do que a restante população). Este valor tem vindo porém a decrescer, pois era de 38% em 1995 e 35% em 1998. Uma evolução inversa têm tido as crianças. Só por si esta verificação justifica um alerta muito especial, dado que se configura uma situação de reprodução do fenómeno e da sua manutenção no futuro. De facto, o risco de pobreza infantil já era superior à média em 1995, atingindo 26%, valor que se manteve em 1998 e que subiu para 27% em 2001. A diferença em relação aos idosos era de 12 pontos percentuais no início do período, e desceu para 3 pontos em 2001, o que quer dizer que a contribuição das gerações mais antigas para os valores médios está a ser parcialmente substituída pela das crianças, não se vislumbrando assim a “ruptura” geracional da pobreza que deveria constituir o desígnio de qualquer país orientado pelos valores da solidariedade e da justiça social.

A organização familiar é geralmente considerada um outro factor relevante para compreender a vulnerabilidade à pobreza. De facto, se a família pode constituir uma âncora para a sustentação de projectos de vida, um campo de investimento pessoal e de realização pessoal e emotivo, oferecendo múltiplas oportunidades de integração social, partilha de recursos, sustentação de identidades e estimas gratificantes, pode também constituir o contrário disso. Se os

recursos são escassos para a dimensão dos agregados, se os afectos não são livremente partilhados, mas substituídos por laços mais ou menos tirânicos, se em vez de recursos se compete na escassez, se em vez de contexto orientador de valores, atitudes e projectos de vida dignos, é local de violência, se em vez da sociabilidade emerge a solidão, então a família pode não constituir essa âncora e pelo contrário tornar-se factor reprodutor de pobreza.

É óbvio que as dinâmicas de transformação das estruturas familiares e as suas múltiplas consequências são demasiado complexas para poderem ser retidas por um conjunto simples de indicadores estatísticos. Mas não deixa também de se poder verificar uma associação entre determinados padrões de composição familiar e probabilidades diferenciadas de risco de pobreza.

Ressalta da figura 6.7 algo que é bem conhecido a partir dos dados administrativos resultantes de políticas sociais, como o rendimento mínimo garantido (Capucha e outros, 2005): as famílias monoparentais são particularmente expostas ao risco de pobreza. Em Portugal, quando em 1995 a pobreza atingia 20% das pessoas, essa taxa era de 34% para aquelas famílias. A relação passou a ser de 21% e 45% em 1998 para atingir os valores de 20% para a população em geral e 39% entre as famílias monoparentais em 2001. Neste domínio a situação de Portugal não é muito diferente da Europa, onde estas famílias apresentavam um risco de pobreza da ordem dos 41%, 39% e 35% naqueles mesmos anos de 1995, 1998 e 2001.

Como vimos acima, a idade é um factor de peso. Esse factor cruza-se também com o isolamento a que muitos idosos estão sujeitos. Um adulto que vive sozinho e tem mais de 65 anos apresenta um risco de pobreza de 46% em 2001 (29% para a UE15). A diminuição desde 1995 (57%) e 1998 (52%) não retira visibilidade à gravidade que este problema representa. É certo que os adultos não idosos (15-64 anos) que vivem sozinhos também são, geralmente, mais penalizados do que os outros (as taxas de risco de pobreza eram de 34%, 33% e 28% respectivamente em 1995, 1998 e 2001), mas ainda assim a distância em relação aos idosos na mesma condição é impressionante. Aliás, mesmo que vivam num agregado dois adultos, desde que um tenha mais de 65 anos, a taxa de pobreza distancia-se 12 pontos percentuais da média (20% de média para 32% nestes agregados em 2001, taxa registada apesar do decréscimo no período em análise). Realce-se que a taxa de risco de pobreza dos agregados com dois adultos sem crianças ambos com idade inferior a 65 anos era de 13% em 2001, isto é, 19 pontos percentuais abaixo dos agregados de adultos com a mesma dimensão mas com pelo menos um idoso e 7 pontos percentuais abaixo da média geral.

As famílias com dois adultos e uma criança (menos de 16 anos) apresentam uma taxa de risco de pobreza de 9% (depois de ter sido 13% em 1995), valor mais baixo do que a média da UE15 (10%). Pelo contrário, as famílias de maiores dimensões, com três ou mais adultos e com crianças, sofrem um risco de pobreza de 23% (o que representa um crescimento em relação aos 22% de 1995), contra apenas 16% na média europeia.

Quadro 6.4 Risco da pobreza segundo o meio de residência

	Incidência do risco de pobreza	Proporção do total de pobres	% da população total
Total	19,2	—	100,0
Meio urbano	13,3	40,0	55,0
Meio semiurbano	18,8	35,0	30,0
Meio rural	29,4	25,9	15,0

Fonte: INE, *Inquérito aos Orçamentos Familiares*, 2000.

A pobreza não se distribui de forma uniforme pelo território. É certo que geralmente, dado que os factores de pobreza são os próprios processos “normais” de desenvolvimento da nossa sociedade, muitas das categorias mais vulneráveis — como os idosos pensionistas, os isolados, as famílias monoparentais, as pessoas de menores qualificações, os trabalhadores de baixos salários — não contrastam com a restante população, podendo por isso localizar-se de forma dispersa no espaço. A situação mais frequente, porém, é a de que essas e outras categorias vulneráveis, por escassez de recursos e afinidade das opções tomadas face às oportunidades residenciais efectivas, tendam a agregar-se nas áreas mais desfavorecidas, que acabam assim por constituir territórios de maior concentração de grupos pobres. É o que se passa com os diversos tipos de bairros degradados, contrastantes com o meio urbano ou semiurbano, ou com as zonas rurais deprimidas do interior rural, onde a pobreza é contínua em relação ao contexto.

Isso mesmo se pode depreender da leitura do quadro 6.4. A incidência do risco de pobreza no meio rural é de 29,4%, situando-se 9 pontos percentuais acima da média nacional e sendo mais que dupla da incidência no meio urbano (13,3%). Perto da média, com a taxa de pobreza a atingir 18,8%, encontram-se as áreas que se designam “semiurbanas”. Note-se, porém, que dada a concentração da população nas áreas urbanas, seria um erro descuidar a importância do fenómeno nas áreas onde ele está mais esbatido. Na verdade, 40% as pessoas e das famílias pobres residem em meio urbano, 35% em meio semiurbano e as restantes 25% em meio rural.

Quando olhamos para a dispersão regional da pobreza verificamos, da mesma forma, que nem sempre as regiões em que a intensidade é maior comportam um maior número absoluto de pessoas pobres. Assim, olhando apenas para a pobreza monetária, as regiões autónomas dos Açores e da Madeira são de longe as mais atingidas pelo risco de pobreza (a taxa de pobreza nessas regiões é de 34%, contra 19,2% no país inteiro), mas o peso dos pobres dessas regiões no conjunto do país é de apenas 4% em ambos os casos. O Algarve (25%), o Alentejo (22,5%) e o Centro (24%) apresentam também taxas superiores à média, mas enquanto o Centro contribui para mais

Quadro 6.5 Risco de pobreza e população pobre nas regiões em Portugal

	Total	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
População residente	10356117	3687293	2348397	2661850	776585	395218	241763	245011
Risco de pobreza (IOF) segundo o rendimento monetário	19,2	20,5	24,0	12,0	22,5	25,0	34,0	34,0
Peso da região no total	100,0	36,4	27,1	15,4	8,8	4,8	4,0	4,0
Nº de pessoas pobres	1988374	755895	563615	319422	174731	98804	82199	83304
Risco de pobreza (IOF) segundo o rendimento	17,9	18,0	18,5	12,5	22,0	23,5	35,0	33,0
Nº de pessoas pobres	1853745	663712	434453	332731	170849	92876	84617	80854

Fonte: INE, *Inquérito aos Orçamentos Familiares*, 2000.

de um quarto dos pobres em Portugal, a primeira destas regiões contribui com 4,8% e a segunda com 8,8%. O Norte tem uma taxa de pobreza monetária próxima da média e é a região que maior número de pobres possui (36,4% do total do país). Lisboa, sendo a única região com uma incidência da pobreza inferior à média nacional (12%), é a terceira em termos do contributo para o total nacional, com mais de 319 mil pessoas pobres.

Se atentarmos já não na pobreza medida apenas a partir dos rendimentos monetários, mas a partir do total dos rendimentos, a estrutura geral não se altera. O risco de pobreza total cai 1,3 pontos percentuais, sendo essa queda o resultado do maior impacto dos rendimentos não monetários na região Centro (menos 5,5 pontos) e nas regiões Norte e Algarve (menos 1,5 pontos). Os Açores são a única região onde a consideração do total dos rendimentos agrava o risco de pobreza.

Os números que temos vindo a apresentar valem menos em si mesmos do que pelo que indicam a respeito das dinâmicas económicas e sociais que os produzem. O que podemos concluir da análise dos dados é que Portugal, apesar da melhoria inquestionável das condições de vida, continua a ser, no contexto europeu, um dos países mais vulneráveis à pobreza. É, aliás, entre a Europa a 15, aquele em que as desigualdades na distribuição dos rendimentos é maior e também aquele em que a pobreza menos depende de flutuações conjunturais na trajectória de vida das pessoas e das famílias, assumindo pelo contrário uma natureza persistente, estrutural, profundamente ancorada nos sistemas sociais e institucionais.⁶

6 Para uma análise dos factores, das categorias vulneráveis e dos modos de vida da pobreza, ver Capucha (2004).

Factores como os padrões de especialização económica, a desigualdade salarial, as formas de regulação, remuneração e qualidade do trabalho, os níveis de qualificação da população (a que não é estranho o funcionamento dos sistemas de ensino e de formação), a produtividade resultante desses padrões de organização da economia e do mercado de emprego, são responsáveis pela incidência da pobreza entre categorias como os trabalhadores assalariados auferindo baixos salários, os trabalhadores por conta própria e em geral as pessoas com menores qualificações.

As limitações do sistema de protecção social, particularmente no que respeita aos montantes das prestações e ao menor impacto das transferências sociais para os mais desfavorecidos, tornam vulneráveis categorias como os desempregados, os idosos pensionistas e outras pessoas vivendo de pensões ou outras prestações sociais.

O desempenho dos sistemas de saúde e, principalmente, de segurança e protecção social, tanto no que respeita aos esquemas de substituição do rendimento primário (como as pensões), como no que respeita a outros esquemas de acção social e de solidariedade, para além do impacto reduzido na redução da pobreza, vê-se confrontado com novos desafios, nomeadamente resultantes de mutações profundas nas estruturas demográficas e familiares, que no longo prazo têm a ver com a sua própria sustentabilidade, mas no curto e médio prazo têm consequências na fragilidade das respostas e equipamentos disponíveis para as pessoas isoladas (em particular as pessoas dependentes e os idosos), para as famílias monoparentais, para as famílias alargadas e em particular para as crianças, que constituem categorias particularmente vulneráveis.

Também as dinâmicas de territorialização dos factores de pobreza têm um efeito específico na evolução dos indicadores da situação portuguesa. De facto, quer falemos de zonas rurais deprimidas onde convergem numa lógica sistémica e auto-reprodutiva realidades como a depressão económica, a depressão demográfica, o envelhecimento da população, o custo acrescido dos investimentos e dos equipamentos, a perda de capacidade de pressão sobre o sistema dada a rarefacção populacional e a perda de “capital político” por parte dos residentes, quer nas zonas urbanas de concentração de grupos vulneráveis fortemente contrastantes com o meio e que juntam, muitas vezes, aos efeitos negativos da reputação negativa, a realidade da dureza das sociabilidades e da ausência ou rarefacção dos equipamentos, tendendo a fechar as pessoas em “círculos instalados de pobreza”, a verdade é que o território joga um papel inquestionável na caracterização da pobreza e da exclusão do nosso país.

A estes factores sistémicos e objectivamente inscritos nas instituições e nas oportunidades de acesso a condições de vida dignas, bem como no modo como eles se traduzem nas condições materiais de vida das pessoas e das famílias, devemos acrescentar um conjunto de factores subjectivos com consequências práticas relevantes, inscritos quer nas formações culturais

que atravessam a sociedade portuguesa nos nossos dias, quer nas disposições mentais dos grupos vulneráveis.

As representações preconceituosas a respeito das pessoas em situação de pobreza e exclusão permanecem, apesar do crescimento dos valores do bem-estar e da justiça social, bem como da elevada percepção da existência da pobreza e desigualdade social enquanto condições herdadas;⁷ a demissão de actores decisivos, como certos organismos públicos e as empresas em relação à responsabilidade social; os défices de sensibilização de agentes estratégicos para os problemas dos grupos vulneráveis e para a necessidade de atender às suas necessidades; a transformação das sociabilidades e o crescimento de valores individualistas, e em particular das sensibilidades narcísicas e das mentalidades terapêuticas; o crescimento da percepção do risco (de desemprego, de insucesso escolar, de incapacidade de integração no mercado de trabalho, de vitimização violenta, de abusos de diversos tipos); a incapacidade dos grupos desfavorecidos para se mobilizarem e actuarem de forma colectiva a favor dos seus interesses; a natureza ambivalente das organizações em redes, que incluem e excluem com base em atributos de qualidade segmentada; a auto-imagem desvalorizada e a auto-estima negativa; a incapacidade de lidar com as angústias e os insucessos, a acomodação às condições de vida degradadas, a falta de motivação e a orientação para a sobrevivência de curto prazo, eis um conjunto de factores tão relevantes como os ditos materiais.

A abordagem aos factores que aqui propusemos permite alguma descolagem em relação aos parâmetros definidos pelos limites dos indicadores estatísticos, para acolher situações e categorias de que as estatísticas gerais não dão conta e de que poucos estudos específicos se têm ocupado. Certas categorias, aliás, atingidas por fenómenos materiais ligados ao funcionamento das instituições, mas também por factores de tipo relacional e simbólico de que as estatísticas não dão conta, constituem muitas vezes a face mais visível da pobreza. Falamos de categorias como os sem-abrigo, as crianças em risco, os toxicodependentes, os reclusos e ex-reclusos e as pessoas com deficiência.

As diferentes categorias vulneráveis à pobreza tendem a adoptar padrões de relação activa com as respectivas condições materiais de existências que diferenciam os modos como a situação de pobreza é vivida.

Resumidamente, os trabalhadores de baixas qualificações mas com empregos mais ou menos estáveis tendem a desenvolver disposições, orientações de vida, modelos culturais e a privilegiar relações sociais que sustentam projectos de “investimento na mobilidade”,⁸ quer de forma mais imediata, por via da promoção profissional (actualmente ameaçada pela precarização

7 Como indica a onda de 1999/2000 do Inquérito aos Valores na Europa e o Eurobarómetro de 2002 (ver Ferreira, no prelo).

das relações de trabalho), quer de forma mais mediata, por via do esforço (dificilmente concretizável dadas as deficiências do sistema de ensino) de apoio à escolarização da descendência.

O campesinato e o campesinato parcial são parte importante dos residentes em meios rurais deprimidos. Sendo, estatisticamente, principalmente trabalhadores independentes e reformados, desenvolvem geralmente um modo de vida que tem sido designado “poupança”, caracterizado, entre outros aspectos, pela orientação de vida para um futuro defensivo, no duplo sentido de preparação da protecção na velhice e da manutenção do património familiar, valores que implicam a restrição dos consumos, que são escassos, bem como o desenvolvimento de estratégias de pluriactividade e pluri-rendimento, fenómenos importantes da adaptação dos camponeses ao mundo em mudança acelerada.

Uma categoria que as fontes estatísticas que permitem medir a pobreza não captam é a dos imigrantes. Quer as inserções profissionais, quer a extrema escassez das possibilidades de consumo, quer os modelos de ocupação do espaço, aproximam-nos dos trabalhadores portugueses de baixas qualificações na indústria, construção civil e serviços — muitas vezes sujeitos a dinâmicas de instabilidade no mercado de emprego —, dos desempregados de longa duração, dos assalariados rurais e dos idosos pensionistas que enquanto activos integraram estas mesmas categorias. Mas enquanto todos estes vivem a “restrição” de modo mais ou menos resignado, sem que a consciência acerca da injustiça da sua situação mobilize energias para a ruptura com essas condições, os imigrantes têm uma atitude de ruptura com o passado pobre — atitude essa que se inicia com a própria decisão de imigrar — ao mesmo tempo que desenvolvem um sistema de “dupla referência” à sociedade de origem e à sociedade de acolhimento, a que se associam estratégias de vida orientadas para o futuro — alimentando o mito do retorno — e conferindo importância relevante a práticas simbólicas e relacionais que assinalem o percurso de vida e reforcem as solidariedades entre os pares.

Nos bairros populares das cidades e nos bairros sociais emerge, a par de outros modos de vida, a “convivialidade”. Do ponto de vista estatístico as pessoas e as famílias que o integram podem ser qualificados nas mais diversas categorias dos trabalhadores pouco qualificados e dos desempregados mais ou menos permanentes, intermitentes ou desencorajados. Uma parte destas pessoas e famílias integra-se em zonas mais ou menos submersas da economia, muitas vezes estabelecidas no quadro das comunidades de residência onde este modo de vida organiza fontes de recursos

8 Esta designação aparece trabalhada pela primeira vez numa tipologia desenvolvida por Almeida e outros (1992), a qual integra a maior parte dos “modos de vida” referidos nos parágrafos seguintes. Uma versão actualizada encontra-se em Capucha (2004), na qual se analisam em detalhe cada um dos tipos de modos de vida da pobreza que aqui se resumem ao extremo.

alternativos ao mercado oficial e impõe regras de organização e convivência adequadas aos seus interesses. Revelando grande competência para a produção de culturas populares e sociabilidades particularmente intensas e por vezes excessivas, este modo de vida caracteriza-se pela orientação para o presente hedonístico, vivido em função de expectativas de consumo marcadas por uma forte visibilidade sobre os outros meios sociais. A frustração recorrente dessas expectativas, por razões quase sempre imputadas ao destino, à “má sorte” ou ao acaso, é ocasionalmente interrompida quando se obtêm e se consomem, de forma exuberante e simbolicamente inversa em relação à pobreza quotidiana, recursos ocasionais e irregulares, como irregular e instável é o modo de vida da “convivialidade”.

As estatísticas da pobreza também não captam a pobreza em que vivem categorias como os detidos e ex-reclusos — tais estatísticas não incluem as pessoas que vivem institucionalizadas —, os toxicodependentes, ou os jovens em risco, uns e outros maioritariamente oriundos de famílias de escassos recursos e com muita frequência ou de grandes dimensões ou monoparentais. O que melhor caracteriza estes grupos, para além da relativa juventude e das competências que possuem, tal como a “convivialidade”, para viver dos mais diversos expedientes, é a “desafecção” em relação aos padrões normativos e aos sistemas de valores mais comumente partilhados na sociedade, vivendo uma vida mais ou menos marginal em relação às instituições correntes e desenvolvendo no interior dos grupos de pares os seus próprios valores culturais e sistemas de regras de organização social específicos.

Por fim, vivendo também de forma marginal em relação às instituições correntes como a família ou o trabalho organizado — pesem embora as exceções que se verificam neste último domínio — com as quais romperam, os sem-abrigo (por vezes simultaneamente toxicodependentes, ex-reclusos e outras pessoas marcadas por passados de exclusão) refazem nas ruas, nas piores condições de ausência de dignidade humana, um modo de vida assente em redes de competição feroz por recursos extremamente escassos e dependente da caridade pública e privada à qual se acomodaram. Partilham esta condição de completa “destituição” da dignidade pessoal e da condição de cidadania com pessoas que integram famílias alargadas e “desorganizadas” que, marcadas por percursos de vida extremamente adversos e por problemas como a dependência de álcool, a deficiência,⁹ a diluição das capacidades básicas para a

9 A esmagadora maioria das pessoas com deficiência não integram este modo de vida, em grande parte porque, sendo a deficiência um factor de risco de pobreza e exclusão bastante poderoso, existe um sistema de reabilitação que tem vindo a produzir resultados de integração social e profissional, de dignificação da vida e de atribuição de competências para a vida autónoma que tem impactes positivos (Capucha e outros, 2004). O problema maior é quando as famílias estão de tal maneira “destituídas” das mais elementares capacidades de acção social que nem o acesso aos recursos da reabilitação conseguem procurar.

participação nos diversos contextos básicos da vida social, vivem no limiar mais extremo de pobreza, em condições próximas do risco de sobrevivência.

De forma mais intensa e completa, ou mais parcial e aliviada, a exclusão social marca o dia-a-dia de todos os modos de vida da pobreza. Tal se deve, por um lado, à lógica de funcionamento das instituições correntes e dos sistemas de distribuição de recursos materiais e simbólicos e ao modo como eles criam determinado tipo de injustiças materializadas nas condições de vida dos grupos mais desfavorecidos e no fechamento a oportunidades de participação social. Mas deve-se também, por outro lado, ao modo como as pessoas que integram esses grupos se relacionam activamente com essas condições e às atitudes, disposições e (in)capacidades com que encaram essas oportunidades ou a falta delas.

O resultado deste conjunto de factores é, de facto, a ruptura do contracto social que deveria ligar os cidadãos aos direitos de participação em padrões de bem-estar dignos e aos deveres de contribuir para a vida colectiva. A exclusão do mundo do trabalho ou o acesso limitado aos segmentos de menor qualidade do mercado de emprego; a distância aos equipamentos sociais e às infra-estruturas básicas; a pertença a famílias e a comunidades marcadas pela identidade negativa e pela pobreza das relações sociais e afectivas; a residência em territórios deprimidos ou desqualificados; a experiência do insucesso escolar e da ausência de qualificações que permitam a adaptação às mutações que ocorrem no mundo moderno; a limitação dos rendimentos que permitam o consumo segundo padrões mínimos de qualidade; a maior exposição ao risco de contracção de doenças, de vitimização sob as mais diversas formas de violência e de adopção de comportamentos adictivos e marginais; uma vida marcada por experiências culturais, relacionais e afectivas de tipo traumático, eis algumas das situações mais correntes de exclusão social face a direitos de cidadania a que todos os cidadãos deveriam ter acesso.

Quais as consequências desta exclusão? Desde logo, para as pessoas, elas representam a experiência da humilhação e da carência que, independentemente de serem vividas de forma acomodada ou revoltada, resignada ou inconformada, são sempre fortemente penalizadoras. Mas para a sociedade no seu conjunto, a existência dessas situações é intolerável. Primeiro, porque afronta o ideal democrático que legitima o sistema de político e social da igualdade de oportunidades e da justiça social. Depois, porque a permanência da pobreza e da exclusão revela a existência de problemas de cuja resolução beneficiariam não apenas as pessoas penalizadas, mas toda a sociedade. Um mercado de emprego capaz de proporcionar mais emprego e de melhor qualidade aos mais desfavorecidos é um mercado melhor organizado de que todos os trabalhadores beneficiarão; uma população mais qualificada, com mais saúde, mais segura, é uma população mais produtiva, mais capaz de participar na inovação, mais adaptável e disposta a aceitar a flexibilidade; serviços de saúde e de protecção social que atendam às necessidades dos

mais desfavorecidos funcionarão melhor para toda a gente. Territórios melhor equipados e de melhor ambiente serão territórios mais seguros, capazes de fixar e atrair melhores recursos e proporcionar melhores condições de vida e trabalho a todos os homens e mulheres. É por estas razões, que constituem apenas exemplos de uma lista mais ampla, que a transição da sociedade portuguesa para a economia do conhecimento e a sociedade da informação não se pode fazer sem maior coesão social e sem que os problemas da pobreza e da exclusão social ocupem um lugar central na agenda de mudança política, económica, cultural e social do país.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, José Luís, e Teresa Bomba (2001), "Pobreza e condições de vida em Portugal", em *Como Está a Economia Portuguesa? IV Conferência Sobre Economia Portuguesa. Actas*, Lisboa, CISEP.
- Almeida, João Ferreira, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Elisabeth Reis, e Isabel Nicolau (1992), *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Capucha, Luís (2004), *Desafios da Pobreza*, tese de doutoramento, Lisboa, ISCTE.
- Capucha, Luís, Miguel Cabrita, Ana Salvado, Maria Álvares, Ana Lúcia Paulino, Susana Santos, e Rita Mendes (2004), *Os Impactos do Fundo Social Europeu na Reabilitação Profissional de Pessoas com Deficiência em Portugal*, Vila Nova de Gaia, CRPG.
- Capucha, Luís, Teresa Bomba, Rita Fernandes, e Gisela Matos (2005), "Portugal: a virtuous path towards minimum income?", em Maurizio Ferrera (org.), *Welfare State Reform in Southern Europe: Fighting Poverty and Social Exclusion in Italy, Spain, Portugal and Greece*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Ferreira, Leonor Vasconcelos (no prelo), "Social protection for chronic poverty: risk, needs and rights. Protecting what? How?"
- Ferrera, Maurizio, Anton Hemerijck, e Martin Rhodes (2000), *O Futuro da Europa Social: Repensar o Trabalho e a Protecção Social na Nova Economia*, Oeiras, Celta Editora.
- Rodrigues, Carlos Farinha (1999), "Repartição do rendimento e pobreza em Portugal (1994/1995): Uma comparação entre o PAF e o IOF", *Revista de Estudos de Estatística*, V (1).

Para onde vai a imigração africana em Portugal? Sedentarização, gerações e trajectos

Fernando Luís Machado, Maria Abranches, Ana Raquel Matias e Sofia Leal

Introdução

Na transição para o século XXI, o quadro migratório em Portugal conheceu alterações consideráveis, que intensificaram e diversificaram os fluxos de entrada e saída de população.

Entre 2000 e 2001, assistiu-se ao fenómeno surpreendente da imigração massiva a partir do Leste europeu, à chegada de uma segunda e volumosa vaga de imigrantes brasileiros e, embora em contingentes menores, à continuação da entrada de imigrantes africanos. A percentagem de imigrantes legais ou em vias de legalização ultrapassa agora os 5% da população residente, o que aproxima Portugal dos valores médios de população estrangeira nos países europeus grandes receptores de imigração.¹

Do lado das saídas, já não restam dúvidas de que o país vive novo período de emigração intensa, em modalidades diversas, para novos e velhos destinos, especialmente na Europa, a que não é alheia a situação de crise económica e de emprego dos últimos anos.² Ainda que muitos pareçam tê-lo esquecido, a emigração portuguesa é de facto a “constante estrutural” de que falava Vitorino Magalhães Godinho (1978) e, havendo circunstâncias favoráveis à saída e, noutros lugares, circunstâncias favoráveis à entrada, aí estão as redes sociais e as disposições culturais para fazer accionar, nos momentos propícios, novos fluxos, como os que hoje ocorrem.

Paralelamente a estas novas entradas e saídas, observa-se que muitos imigrantes mais antigos, hoje com 15, 20 ou mais anos de residência, continuam; em Portugal, não havendo sinais significativos de retorno aos países de origem. Pelo contrário, os sinais apontam no sentido da fixação.

1 Sobre a evolução da imigração ver Pires (2002; 2003). Sobre a imigração do Leste europeu ver Baganha, Marques e Góis (2004).

2 Sobre a evolução da emigração portuguesa ver Peixoto (1999) e Baganha (2000).

É o caso, nomeadamente, da imigração africana, a que este texto diz respeito.

A sedentarização da imigração africana em Portugal é já hoje um facto consumado e não apenas uma tendência. Pode, por isso, falar-se de factos da sedentarização, comprováveis por indicadores objectivos de vários tipos.³

Não deixando de haver percursos de retorno aos países de origem, de mobilidade transnacional ou de reemigração para outros países da União Europeia, o processo mais comum é o da fixação virtualmente definitiva em Portugal da maioria dos imigrantes africanos lusófonos e da generalidade dos seus descendentes. Trata-se, afinal, de um processo pelo qual passaram muitas populações migrantes em países de imigração mais antiga e volumosa, dentro e fora da Europa, como os EUA, o Reino Unido ou a França, entre outros.

Na primeira parte do texto, apresentam-se vários indicadores de sedentarização das populações dos PALOP residentes em Portugal, que mostram que segmentos numerosos dessas populações passaram já a primeira fase do ciclo migratório, tipicamente representada pela figura do imigrante só, cuja inscrição na sociedade de acolhimento se limita, no essencial, ao mercado de trabalho. Para a maior parte, essa fase pertence ao passado, o que não significa que não haja, ao mesmo tempo, imigrantes recém-chegados, a dar os primeiros passos na sociedade portuguesa.

Na segunda parte do texto, analisam-se trajectos e transições. Mais do que caracterizar sincronicamente a presença de populações africanas em Portugal, é hoje tempo de começar a fazer a análise diacrónica dessas populações, identificando, por um lado, as trajectórias socioprofissionais dos imigrantes de primeira geração e, por outro lado, os processos de transição para a vida adulta protagonizados pelos seus descendentes, com destaque para as dinâmicas de mobilidade social intergeracional.

Quais têm sido os percursos socioprofissionais dos imigrantes mais antigos? Mantêm-se nos segmentos mais desqualificados do mercado de trabalho onde se concentravam no início da sua estadia ou conseguiram transitar para outras actividades profissionais? E os seus filhos? Há diferenças significativas entre as duas gerações, em termos de condições de vida, capitais escolares e situações profissionais?

As respostas a estas questões dir-nos-ão para onde vai a imigração africana em Portugal, e ajudarão a avaliar o grau de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

3 No essencial, a imigração africana em Portugal é uma imigração lusófona. Em 2004, os imigrantes dos PALOP representavam 94% dos africanos com autorização de residência.

Os factos da sedentarização

O conceito de ciclo migratório, desenvolvido por Felice Dassetto (1990), ajuda-nos a perceber como se processa a sedentarização de populações de migrantes laborais e seus descendentes. Com a prevenção de que nem os processos migratórios serão sempre tão lineares nem todas as populações migrantes passarão necessariamente pelas mesmas fases, é um modelo útil para a pesquisa empírica.

Na primeira fase, antes do reagrupamento familiar ou da constituição de família na sociedade de acolhimento, a vida dos imigrantes organiza-se basicamente em torno do trabalho. Posteriormente, quando há famílias reagrupadas ou novas famílias constituídas e se forma uma geração de descendentes, o quotidiano passa a desdobrar-se em várias esferas sociais, não só o mercado de trabalho, mas também a escola e outros espaços públicos, alargando-se ao mesmo tempo as sociabilidades para dentro e para fora do grupo de pares.

Na terceira fase, que o autor considera não se iniciar senão três ou quatro décadas depois da chegada, os migrantes passam a ser olhados como membros efectivos da sociedade, com os quais haverá que contar no futuro. A questão principal é a da “co-inclusão societal”, com a população autóctone e a população migrante “a serem conduzidas a incluir a outra nas práticas sociais e no imaginário organizado de que cada actor dispõe” (Dassetto, 1990: 32).

Se apenas sectores reduzidos das populações africanas residentes em Portugal se encontram na terceira fase do ciclo migratório, hoje são também minoritários os que se encontram na primeira fase. Destes últimos pode esperar-se que não se fixem, que reemigrem ou regressem aos países de origem. Mas dos que estão na segunda ou terceira fase do ciclo migratório, o esperável é a sedentarização.

Falar de sedentarização é, em suma, falar do ponto de não retorno atingido pelas populações imigrantes no seu processo de inscrição societal nos países receptores. É claro que nem todos os imigrantes atingem esse ponto de não retorno, mesmo quando residem durante 20 ou 30 anos nos países para onde emigraram. O número de regressos, finda a vida activa profissional, poderá ter algum significado, dependendo das condições concretas que cada país de origem proporcione a esse nível e do balanço que cada um faça das vantagens e inconvenientes de ir ou de ficar.

Mas, no que toca aos descendentes de imigrantes, o ponto de não retorno é quase um automatismo, com a eventual excepção daqueles que regressem à origem ainda em crianças com os seus pais. Em rigor, a própria noção de regresso à “origem” é inaplicável aos muitos que já nasceram nos países de acolhimento. Para esses o ponto de não retorno é o próprio momento do nascimento.

Quais são então os dados da sedentarização dos imigrantes africanos em Portugal?

Quadro 7.1 Indicadores de sedentarização dos imigrantes africanos em Portugal

<i>Evolução do número de imigrantes dos PALOP (1)</i>			
Ano	Número	Ano	Número
1986	36.799	1996	77.114
1987	37.665	1997	77.600
1988	38.900	1998	78.291
1989	41.114	1999	84.930
1990	43.297	2000	93.838
1991	45.795	2001	116.743
1992	49.713	2002	130.378
1993	52.883	2003	136.430
1994	68.945	2004	140.530
1995	75.316		

<i>Evolução das taxas de masculinidade (% de homens) (2)</i>			
Ano	Taxa (%)	Ano	Taxa (%)
1986	60,8	1996	61,8
1987	60,5	1997	61,7
1988	60,3	1998	61,3
1989	60,2	1999	60,7
1990	60,0	2000	59,8
1991	60,1	2001	58,8
1992	60,6	2002	57,9
1993	60,5	2003	57,4
1994	62,4	2004	56,9
1995	62,1		

<i>Descendentes de imigrantes dos PALOP dos 15 aos 24 anos (2001)</i>	
Com nacionalidade dos PALOP	19.885
Com nacionalidade portuguesa e naturalidade PALOP	9.257
Com nacionalidade e naturalidade portuguesa (estimativa)	23.728 (3)
TOTAL	52.870

<i>Evolução do número de naturalizações</i>		
Ano	Naturalizações requeridas	Naturalizações deferidas
1999	808	402
2000	1.118	896
2001	1.518	768
2002	2.471	920
2003	2.970	1.576
2004	4.297	1.187

<i>Imigrantes dos PALOP e descendentes com nacionalidade portuguesa (2004) (4)</i>	
Jovens dos 15 aos 29 anos	55,7%
Pais	44,7%
Mães	45,2%

Notas: (1) Inclui portadores de autorizações de residência e de autorizações de permanência; (2) As taxas de masculinidade foram calculadas só para os portadores de autorizações de residência, já que, no momento da recolha dos dados, os portadores de autorizações de permanência não apareciam discriminados por sexo na informação estatística do SEF; (3) Estimativa baseada nos dados do projecto Jodia ("Jovens Descendentes de Imigrantes Africanos: Transição para a Integração ou para a Exclusão Social?"), no âmbito do qual foi feito, em 2004, um inquérito por questionário a 1.000 jovens, dos 15 aos 29 anos, filhos de imigrantes africanos lusófonos. O projecto decorreu no CIES-ISCTE, entre 2003 e 2005, com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. A equipa responsável foi constituída por Fernando Luís Machado, Ana Raquel Matias e Sofia Fontes Leal; (4) Dados do projecto Jodia N=1000.

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População, Estatísticas Demográficas*; SEF; *Projecto Jodia, CIES, 2004*.

Eles dizem respeito, entre outros aspectos, à evolução do número global de imigrantes e respectiva recomposição sociodemográfica, à evolução do número de descendentes de imigrantes, cá nascidos ou chegados em crianças, e à evolução das taxas de naturalização (quadro 7.1).

Entre 1986 e 2004, o número de nacionais dos PALOP residentes em Portugal cresce ininterruptamente, passando de cerca de 37 mil para perto de 140 mil. Trata-se de um aumento de 282%, a que corresponde uma taxa de crescimento médio anual de 8%. Esta evolução é bem reveladora do processo de fixação em curso. Ela mostra que, ano após ano, há muitas novas entradas e poucas saídas.

É claro que, tratando-se de uma migração laboral, e como sempre acontece nas migrações deste tipo, os casos de regresso aos países de partida são pouco frequentes nos primeiros anos após o estabelecimento do fluxo migratório. Mas mais de duas décadas depois de ele se ter iniciado, e na suposição de que tenham sido atingidos por imigrantes mais antigos os objectivos que ditaram a vinda para Portugal, seria de esperar que o número de saídas atingisse um valor significativo. Ora, isso não está a acontecer. O número de saídas registadas nos últimos anos, tanto quanto é revelado pelas estatísticas oficiais, é residual.

Outro indicador de fixação é a recomposição sociodemográfica que a imigração africana conheceu neste período de quase duas décadas, seja em termos sexuais seja em termos etários. À medida que se prolonga o tempo de residência, as taxas de masculinidade vão descendo e vão-se aproximando dos valores de equilíbrio próprios de populações demograficamente estabilizadas.

Isso é bem visível se tomarmos como ponto de referência os meados da década de 90, altura a partir da qual se intensificaram as entradas de imigrantes africanos.

Entre 1994, o ano a seguir ao primeiro processo de regularização de imigrantes ilegais que consagrou Portugal como país de imigração, e 2004, a taxa de masculinidade passou de 62,4% para 56,9%, homens. É verdade que antes de 1994 essa taxa chegou a ser mais baixa, à volta dos 60%, mas nessa fase a imigração africana não era tão esmagadoramente laboral nem tão volumosa como veio a ser depois, e por isso a proporção de mulheres era um pouco maior.

A presença de mais mulheres nestas populações significa que tem havido progressivamente reagrupamento familiar (Fonseca, 2005), o que contribui, por si só, para o prolongamento do tempo de residência e acentua a tendência para a sedentarização. Por outro lado, significa que o mercado matrimonial interno dos imigrantes se alarga, quer por via da chegada de mulheres sem família quer porque as filhas de imigrantes mais antigos atingem a idade adulta, proporcionando mais oportunidades de constituição de novas famílias, o que tem também um efeito potencial de fixação dos imigrantes.

No que respeita à recomposição etária, a principal alteração é o rápido aumento das camadas infantis e juvenis, fazendo baixar o peso demográfico desproporcionado dos adultos jovens, típico da primeira fase do ciclo migratório. Esse aumento ocorre por três vias: crianças que vêm para Portugal no quadro de reagrupamento de famílias, crianças nascidas em Portugal de famílias reagrupadas e crianças nascidas em Portugal de novas famílias cá constituídas. Ou seja, à medida que o tempo de residência se prolonga, o crescimento global das populações imigrantes passa a dever-se não só a novas entradas, que podem continuar a ritmo mais ou menos regular, mas também, cada vez mais, ao nascimento de descendentes na sociedade receptora.

Presentemente, o número de descendentes de imigrantes africanos a viver em Portugal é muito elevado. Os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), que registam oficialmente os movimentos migratórios de estrangeiros, estão longe de retratar o peso quantitativo crescente das crianças e jovens de ascendência africana.

Em primeiro lugar, por insuficiência de cobertura administrativa e estatística. Não é nada certo que todas as crianças nascidas em Portugal de pais imigrantes africanos estejam registadas no SEF, pelo menos durante os primeiros anos de vida, até porque a entrada no sistema de ensino, justamente para evitar a exclusão de crianças indocumentadas, não exige essa regularização. Em segundo lugar, porque muitas dessas crianças são à nascença portuguesas, bastando que um dos progenitores, seja ele imigrante ou autóctone, tenha nacionalidade portuguesa, o que ocorre com alguma frequência. Finalmente, porque há muitas crianças que vêm a tornar-se portuguesas mais tarde, por naturalização.

Como se vê no quadro 7.1, só na faixa dos 15 aos 24 anos, podemos estimar os descendentes de imigrantes africanos lusófonos em mais de 50 mil, incluindo os que têm nacionalidade de um dos PALOP e os que têm nacionalidade portuguesa, tendo nascido nos PALOP ou em Portugal.⁴ A estes há que juntar os que estão acima desse escalão etário, que não são muitos porque a imigração africana não é ainda suficientemente antiga para que o sejam, e os que estão abaixo dele, esses sim muito numerosos.

De acordo com o Recenseamento Geral da População de 2001, havia nessa data 15.079 indivíduos dos 0 aos 14 anos com nacionalidade de um dos PALOP e 1.916 indivíduos na mesma faixa etária nascidos nesses países e com nacionalidade portuguesa. Fica a faltar um terceiro subconjunto, não detectável no recenseamento, que é o dos filhos de imigrantes nascidos em Portugal e que têm nacionalidade portuguesa, ou porque um dos pais já a tinha quando nasceram ou porque a adquiriram posteriormente.

Não é seguramente um subconjunto pequeno. Raciocinando por analogia com o que se passa na faixa etária seguinte, a dos 15 aos 24 anos, na qual este subconjunto é, de acordo com a estimativa feita, o mais numeroso dos três, podemos fazer nova estimativa. Não perdendo de vista que o acesso à

nacionalidade por naturalização aumenta com a idade, e que portanto não será tão frequente no escalão dos 0 aos 14 anos como o é nos escalões etários seguintes, dir-se-ia que esse subconjunto poderá representar entre 10 a 15 mil indivíduos. Tudo considerado, estaremos perante um número global de 80 a 90 mil descendentes de imigrantes africanos, contando as crianças e os jovens até aos 29 anos.

Outro indicador de sedentarização importante são as taxas de aquisição de nacionalidade portuguesa.

O inquérito aos filhos de imigrantes africanos já mencionado revelou que 56% dos 1000 inquiridos são cidadãos portugueses, o mesmo acontecendo com 45% dos seus pais e 45% das mães (quadro 7.1). Uma pesquisa sobre a população cabo-verdiana residente em Portugal, feita em 1998, através de um inquérito por questionário a uma amostra de 1417 indivíduos, revelou, em convergência com estes resultados, que 42% dos inquiridos tinham nacionalidade portuguesa e 6% dupla nacionalidade, cabo-verdiana e portuguesa (Gomes, 1999). Uma terceira informação convergente é a que resultou de um inquérito feito a 300 imigrantes de origem cabo-verdiana, com mais de 35 anos de idade, realizado em 2004, no qual 56% dos inquiridos declararam ter nacionalidade portuguesa.⁵

4 A selecção da faixa dos 15 aos 24 anos deveu-se à necessidade de compatibilizar as fontes de informação empírica disponíveis para este cálculo, a saber, os dados do projecto Jodia, já referido, e os dados do Recenseamento Geral da População de 2001. Os dados do projecto mostram quantos jovens têm, simultaneamente, naturalidade e nacionalidade portuguesa e, com base nessa informação, pôde estimar-se o peso desse segmento específico no universo dos filhos de imigrantes africanos. Tal estimativa não é possível a partir do recenseamento, uma vez que nele não se distinguem esses jovens dos restantes jovens portugueses. Para poder somar esse subconjunto aos outros dois (jovens com nacionalidade dos PALOP e jovens nascidos nos PALOP mas com nacionalidade portuguesa) teve de se considerar só essa faixa etária. O estabelecimento do limite superior dos 24 anos deve-se a outros constrangimentos metodológicos. Se no projecto Jodia os que estão acima dessa idade são seguramente filhos de imigrantes, porque assim foi definida a amostra, no Recenseamento Geral da População de 2001, contar os indivíduos acima dessa idade nascidos nos PALOP e com nacionalidade portuguesa não permitiria distinguir duas categorias completamente diferentes do ponto de vista sociológico: filhos de imigrantes africanos e filhos de portugueses retornados das ex-colónias aí nascidos antes do regresso dos pais. Estabelecendo como limite os 24 anos, assegurou-se que se trata de pessoas nascidas depois de 1976, o que torna residual o número de casos pertencentes à segunda categoria eventualmente incluídos na contagem. Poucos portugueses terão tido filhos nascidos nos PALOP depois dessa data. O limite dos 24 anos justifica-se também para contabilizar os jovens nascidos nos PALOP e com nacionalidade estrangeira. Contar as pessoas acima dessa idade e com esse perfil nos Censos 2001 não permitiria distinguir, desta vez, os filhos de imigrantes africanos chegados em crianças dos imigrantes jovens recém-chegados a Portugal, que são muito numerosos na faixa dos 25 aos 29 anos.

5 Inquérito realizado no âmbito do projecto *Limits (Immigrants and Ethnic Minorities in European Cities: Life-Courses and Quality of Life in a World of Limitations)*, financiado pela Comissão Europeia. O projecto decorreu entre Outubro de 2002 e Março de 2006, em cinco cidades europeias (Viena, Bielefeld, Amesterdão, Uppsala e Lisboa), coordenado pelo Centre

Por seu lado, a evolução do número de pedidos de naturalização, no período para o qual estão disponíveis informações do SEF, é também reveladora. Mesmo não havendo por parte das autoridades políticas “mãos largas” na atribuição da cidadania portuguesa a imigrantes, os pedidos passaram de 808 para 4297, entre 1999 e 2004.

É certo que o número anual de deferimentos é bastante mais baixo. Mas é preciso ter em conta que o tempo médio de apreciação dos processos é longo, estando muitos casos ainda pendentes. O facto de os pedidos serem feitos, em larga maioria, por africanos — entre 76% e 87% no período em análise — mostra, por outro lado, que eles estão mais avançados no processo de sedentarização do que qualquer outra população imigrante.

Deve lembrar-se, neste contexto, que o acesso à nacionalidade portuguesa por parte de imigrantes, e especialmente por parte dos seus descendentes, não se tem feito apenas por naturalização. Muitas crianças e jovens de origem africana são portugueses não por se terem naturalizado, mas porque acederam à nacionalidade originária, por via dos seus progenitores, que possuem eles próprios a nacionalidade originária, em alguns casos, ou que em algum momento se tornaram portugueses por naturalização, noutros casos.

Por outro lado, depois da revisão, em Fevereiro de 2006, da lei da nacionalidade, que tornou menos difícil o acesso à mesma por parte dos filhos de imigrantes, é esperável que muitas outras crianças e jovens de origem africana se tornem portugueses, consagrando juridicamente a sua ligação de facto à comunidade nacional.⁶

Ter adquirido ou solicitado a nacionalidade portuguesa, ou tencionar fazê-lo, não implica, necessariamente, que se pretenda ficar a viver em Portugal. É, no entanto, um indício forte nesse sentido. A aquisição da nacionalidade dos países receptores por parte de imigrantes tem razões de ordem expressiva e de ordem instrumental. Se, por um lado, há um sentimento de identificação nacional, mesmo que não exclusivo, associado a essa decisão, por outro lado, há vantagens práticas, a múltiplos níveis, que muitos ponderam.

Mas, seja qual for o peso que, em cada caso concreto, tem cada um dos tipos de razões, a nacionalidade é sempre um vínculo, que torna o imigrante num ex-imigrante e o fixa virtualmente ao país. Mesmo que reemigre, aproveitando a maior facilidade de circulação proporcionada pela nacionalidade,

for Social Innovation de Viena. A parceria portuguesa foi assegurada pelo CIES-ISCTE, com a coordenação de Fernando Luís Machado e Maria Abranches.

6 Anova lei adopta parcialmente o princípio do direito de solo, atribuindo a nacionalidade portuguesa de origem aos filhos de imigrantes nascidos em Portugal, desde que um dos seus progenitores resida legalmente no país há pelo menos cinco anos. Prevê, também, que possam adquirir a nacionalidade, por naturalização, os menores filhos de estrangeiros que residam no país há mais de cinco anos e tenham concluído o primeiro ciclo do ensino básico.

ou que regresse à “origem”, esse vínculo, que é também um recurso pessoal e familiar, está sempre lá.

Um último indicador de sedentarização a que vale a pena fazer referência é o dos casamentos ou uniões de facto mistas, entre autóctones e imigrantes. Além de significar, na maioria das vezes, que o elemento imigrante se fixa de forma virtualmente definitiva no país receptor, é também um dos mais inequívocos indicadores de integração. Sabe-se que esses casamentos e uniões mistas têm aumentado em Portugal (Rosa, Seabra e Santos, 2004; Fonseca, 2005).

Trata-se, contudo, de uma realidade difícil de medir, à luz das estatísticas disponíveis. Além de deixar de fora as uniões de facto, a fonte utilizável, as *Estatísticas Demográficas* do INE, só regista a nacionalidade dos cônjuges, e isso é insuficiente para se saber se se trata, de facto, de ligações mistas, no sentido interétnico do termo. Casamentos entre nacionais e estrangeiros podem ser casamentos intra-étnicos, se os nacionais tiverem a mesma origem étnica dos estrangeiros, e casamentos entre nacionais podem ser interétnicos, se um dos envolvidos não for autóctone.

Trajectos e transições

Perante o facto consumado da sedentarização da imigração africana, de que foram apresentados indicadores eloquentes, o passo analítico seguinte é procurar conhecer as consequências e impactos que daí decorrem.

Eles são de vários níveis, a começar pelos efeitos demográficos. Num estudo recente, mostra-se que a imigração foi responsável por um quinto do acréscimo populacional entre 1991 e 2001, contribuiu para o reequilíbrio dos dois sexos na população residente e para o reforço do volume de efectivos nas idades activas, e atenuou o envelhecimento no topo da pirâmide de idades (Rosa, Seabra e Santos, 2004: 119-120).

Igualmente visível é o contributo da imigração para as contas do Estado (D’Almeida, 2003) e para a economia nacional (Ferreira e Rato, 2000; Ferreira, Rato e Mortágua, 2004), bem como o seu impacto no mercado de trabalho (Baganha, Ferrão e Malheiros, 1999; 2002; Peixoto, 2002) e na actividade das empresas (Carvalho, 2004; Oliveira, 2004). No plano cultural, apesar de níveis de contraste relativamente baixos com a população receptora (Machado, 2002: 33-62), a presença africana introduz maior variabilidade na sociedade portuguesa, em termos linguísticos, religiosos e nas formas quotidianas de produção e consumo culturais.

No plano político-jurídico, tornou-se premente o problema do acesso à nacionalidade portuguesa, em especial por parte dos descendentes de imigrantes, o que levou a recente revisão da lei da nacionalidade, tornando esse acesso menos difícil. Por outro lado, começa a discutir-se o alargamento da participação eleitoral, hoje muito limitada, porque só possível ao nível local e

para os imigrantes cujos países de origem conferem iguais direitos aos portugueses aí residentes.

Outra maneira de equacionar as consequências da sedentarização dos imigrantes africanos é colocar sob observação os seus trajectos na sociedade portuguesa, passadas que são mais de duas décadas desde que o fluxo migratório começou a ganhar volume. É no estudo desses trajectos que podemos encontrar respostas para uma pergunta fundamental: será que a sedentarização trouxe integração social? Trata-se de uma questão fundamental para os próprios imigrantes, que transportam essa expectativa no seu projecto migratório, e para o conjunto da sociedade portuguesa, pelo modo como incorpora os novos contingentes populacionais que a imigração traz até si.

A integração social de uma população imigrante joga-se numa pluralidade de dimensões, todas aquelas que foram mencionadas atrás — demográficas, económicas, culturais, políticas. Dimensão especialmente importante, quando está em causa imigração laboral, é a que respeita às trajectórias socio-profissionais dos imigrantes.

É sabido que, de forma geral, com excepção de pequenas elites económicas e profissionais, os imigrantes africanos ocupam posições desqualificadas e precárias no mercado de trabalho. Essa localização desfavorável mantém-se com o prolongamento do tempo de residência ou conseguem os imigrantes melhorar a sua situação, circulando para outros segmentos de actividade e outras categorias profissionais?

A questão dos trajectos socioprofissionais é igualmente decisiva para os descendentes de imigrantes. Podemos formulá-la da seguinte maneira: na transição para a vida adulta, conseguem os jovens filhos de imigrantes mobilidade social ascendente relativamente à geração anterior? Como fica o perfil escolar e profissional desses jovens quando comparado com o dos seus pais e mães?

Para responder a estes dois conjuntos de questões, socorremo-nos de dados recolhidos em dois projectos de investigação empírica já mencionados, os projectos Limits e Jodia, desenvolvidos no CIES-ISCTE, entre 2003 e 2006.

No projecto Limits, reconstituíram-se finamente, através de um inquérito por questionário, as trajectórias residenciais, familiares e profissionais de 300 imigrantes cabo-verdianos (e também de 300 imigrantes hindus), com 15 ou mais anos de residência em Portugal e 35 ou mais anos de idade, desde a chegada ao país até ao momento do inquérito, em 2004. No projecto Jodia, também através de um inquérito por questionário realizado em 2004, caracterizou-se a situação social de 1000 jovens dos 15 aos 29 anos de idade, filhos de imigrantes africanos, tendo-se coberto um conjunto muito amplo de aspectos, incluindo os perfis e percursos escolares e profissionais desses jovens e das suas famílias.

No quadro 7.2, podemos ver como se desenrolaram as trajectórias socioprofissionais dos imigrantes cabo-verdianos inquiridos no projecto Limits, por referência a três momentos da sua vida em Portugal — um ano após a

chegada, o ano de meio percurso e 2004, ano de aplicação do inquérito — e a três indicadores fundamentais de caracterização dessas trajetórias — condição perante o trabalho, ramo de actividade e categoria profissional.⁷

Começando pela condição perante o trabalho, verificamos que, do lado dos que exercem profissão, o assalariamento permanece como o traço mais comum ao longo de toda a trajetória em Portugal. Um ano após a chegada, 98% dos cabo-verdianos que exerciam profissão eram assalariados, e em 2004 eram-no 88%.

Ainda assim, não deixam de ter significado os 12% de inquiridos que, em 2004, eram patrões ou trabalhadores por conta própria (só 2% o eram de início), revelando alguma permeabilidade das fronteiras de classe, embora se trate aqui, no essencial, de trajectos dentro do ramo da construção civil.

Se o assalariamento representa continuidade de experiência, há uma mudança importante no regime de exercício dessa condição de assalariado. Entre o início da estadia em Portugal e o ano de meio percurso, e sem alteração depois disso, reduz-se para perto de metade a percentagem de trabalhadores sem contrato. Não podendo falar-se, a este propósito, de mobilidade social ascendente, há, em todo o caso, um movimento dos segmentos mais instáveis para segmentos mais estáveis do mercado de trabalho, que se traduz numa melhoria de estatuto social.

O outro lado da moeda é que, muitos anos após a chegada (recorde-se que os inquiridos têm, pelo menos, 15 anos de residência), 20% dos imigrantes que trabalham continuam a fazê-lo em situação de precariedade. O facto de entre o ano de meio percurso e o momento do inquérito essa percentagem estabilizar, poderá ser interpretado como indicador da inércia estrutural, a este nível, dos segmentos do mercado de trabalho em que se concentram os homens cabo-verdianos, nomeadamente a construção civil. Este é um caso claro em que a dimensão socioprofissional impõe limites sérios à integração social.

O mesmo se pode dizer relativamente aos desempregados. Se nos dois primeiros momentos da trajetória colectiva dos imigrantes cabo-verdianos o desemprego era inexistente ou residual, em 2004 afectava 7% dos inquiridos. A conjuntura de desemprego elevado que Portugal tem conhecido nos últimos anos afecta directamente, como se vê, um segmento significativo desta população.

No que se refere aos não activos, houve mudanças de fundo. Desaparecem os estudantes, reduz-se a percentagem de domésticas e emergem com expressão quantitativa importante os reformados e as pessoas incapacitadas para o trabalho por razões de saúde.

7 Para uma análise desenvolvida das trajetórias socioprofissionais dos imigrantes cabo-verdianos, incluindo a fase pré-migração e a comparação sistemática com o outro grupo inquirido no projecto Limits, o dos imigrantes hindus, ver Machado e Abranches (2005). Retomam-se aqui alguns dos dados e conclusões apresentados nesse trabalho.

Quadro 7.2 Trajectórias socioprofissionais de cabo-verdianos em Portugal (%)

	Um ano após a chegada	No ano de meio percurso	Em 2004
Condição perante o trabalho			
Trabalhador com contrato	38,9 (51,6)	59,2 (66,0)	41,4 (61,3)
Trabalhador precário (sem contrato)	28,5 (37,8)	18,2 (20,2)	14,2 (21,1)
Trabalhador a tempo parcial	6,6 (8,8)	6,2 (6,9)	4,1 (6,0)
Trabalhador por conta própria	1,0 (1,4)	2,7 (3,1)	4,1 (6,0)
Patrão	0,3 (0,5)	3,4 (3,8)	3,7 (5,5)
Desempregado	–	1,0	7,1
Doméstica	10,1	6,5	8,8
Estudante	13,2	0,3	--
Reformado	0,3	1,7	12,2
Doença	0,3	0,7	4,1
Outra situação	0,7	--	0,3
Total	100,0 (n=288)	100,0 (n=292)	100,0 (n=295)
Ramos de actividade			
Agricultura e pesca	0,5	1,1	1,5
Indústria transformadora	2,8	2,7	2,0
Construção civil	41,0	33,2	32,2
Comércio, restauração, hotelaria, serviços	23,0	34,4	37,2
Administração pública, saúde, ensino	6,0	11,8	12,1
Serviço doméstico	26,7	16,8	15,1
Total	100,0 (n=217)	100,0 (n=262)	100,0 (n=199)
Categorias profissionais			
Quadros superiores, prof. intelectuais e científicas, prof. intermédias	2,3	7,6	12,6
Pessoal administrativo	1,4	3,4	3,5
Pessoal dos serviços e vendedores	12,9	20,6	19,1
Empregadas de limpeza	8,8	12,2	15,1
Empregadas domésticas	25,8	16,8	14,6
Agricultores e pescadores	1,4	1,1	0,5
Operários	7,4	8,0	3,0
Trabalhadores da construção civil	40,1	30,2	31,7
Total	100,0 (n=217)	100,0 (n=262)	100,0 (n=199)

Nota: N=300 (As percentagens entre parênteses, no primeiro bloco do quadro, foram calculadas apenas sobre o total dos activos com profissão).

Fonte: Projecto Limits, CIES-ISCTE, 2004.

O caso dos estudantes é fácil de explicar. Trata-se daqueles que chegaram na juventude ou na infância, que nos primeiros anos de estadia em Portugal estavam ainda a frequentar o sistema de ensino e que, entretanto, transitaram para a população activa. Recorde-se que estão aqui em análise, apenas, inquiridos com 35 ou mais anos de idade e não os seus descendentes, entre os quais a população estudantil é obviamente muito numerosa.

No que se refere às domésticas, a redução progressiva do seu peso relativo é esperável no contexto de uma migração laboral. De facto, para muitas mulheres, que antes de imigrarem não trabalhavam fora de casa, a mudança da imigração é também uma mudança de condição perante o trabalho, que as faz transitar do grupo dos economicamente inactivos para o dos economicamente activos. Ter aumentado a percentagem de domésticas entre o ano de meio percurso e 2004 não significa necessariamente uma excepção a esta regra, mas corresponderá mais provavelmente a situações de desemprego oculto.

O aparecimento de um número considerável de reformados demonstra, finalmente, que estamos perante uma população com um tempo de residência suficientemente longo para que alguns dos seus membros tenham completado o ciclo da vida profissionalmente activa. Do mesmo modo podem interpretar-se os casos dos que se declararam incapacitados para o trabalho por motivos de doença, em que se associam os efeitos da idade relativamente avançada e do desgaste físico provocado pelo desempenho duradouro de profissões pesadas.

A formação de uma nova categoria de reformados tendencialmente pobres marcará o futuro da imigração em Portugal a curto e médio prazo, colocando problemas novos no que à integração social de imigrantes diz respeito. Trata-se de uma realidade que não pode senão crescer. Por um lado, porque não há, como se vê, nenhum automatismo entre passagem à condição de reformado e regresso ao país de origem. Por outro lado, porque muitos destes imigrantes, por via do auferimento de salários baixos e de trajectórias contributivas irregulares, têm ou virão a ter pensões de reforma magras, ficando, portanto, do ponto de vista dos rendimentos, e por via dos mesmos processos, em condição semelhante à de muitos idosos autóctones, que constituem hoje a mais numerosa das categorias da pobreza (Capucha, 2005: 187-192).

No que se refere aos ramos de actividade em que os imigrantes cabo-verdianos têm estado inseridos ao longo da sua trajectória em Portugal, o principal aspecto a assinalar é que diminui a sua dependência face àqueles ramos em que as inserções profissionais são frequentemente mais precárias.

Sem deixarem de continuar a absorver efectivos importantes, tanto a construção civil como o serviço doméstico vêem o seu peso reduzido, de 41% para 32% e de 27% para 15%, respectivamente, a benefício, sobretudo, do ramo do comércio e serviços, que passa de 23% para 37%, mas também do da administração pública, saúde e ensino. Confirma-se, assim, através da análise dos ramos de actividade percorridos, o que a evolução das condições perante o trabalho já mostrara: à medida que se prolonga o tempo de residência, uma parte dos imigrantes transita para segmentos mais estáveis do mercado de trabalho.

Confirma-se também que esse movimento ocorre, no essencial, entre o início da estadia e o ano de meio percurso, e que depois disso a distribuição por ramos de actividade conhece poucas alterações, dando a entender que as oportunidades de mudança se terão entretanto tornado muito limitadas.

A presença residual de cabo-verdianos na agricultura e na indústria transformadora tem significados diferentes. Se a localização dos inquiridos em Lisboa excluía, à partida, que eles tivessem uma ligação à primeira, já no que respeita à indústria transformadora era de esperar que, com o correr do tempo, houvesse maior participação. Como outras pesquisas mostraram (Gomes, 1999; Machado, 2002), este é um sector que tem permanecido globalmente fechado aos imigrantes africanos, o que, de resto, justificaria uma investigação à parte, até pelo facto de isso não acontecer com populações imigrantes mais recentes, como as provenientes do Leste europeu (Baganha, Marques e Góis, 2004).

Relativamente às categorias profissionais de pertença, último indicador do quadro 7.2, observa-se, entre o início da estadia e o ano de meio percurso, a diminuição dos trabalhadores da construção civil de 40% para 30%, diminuição que a análise por ramos de actividade já tinha permitido antever. Do meio percurso até 2004, essa percentagem voltou a aumentar, mas muito ligeiramente. Não só este continua a ser, portanto, ao fim de muitos anos de estadia, o grupo profissional quantitativamente mais importante entre os cabo-verdianos, como parecem ter-se esgotado, como se disse antes, as oportunidades de passagem para outras zonas do mercado de trabalho.

Outra alteração importante foi a redução gradual da percentagem de empregadas domésticas, em paralelo com o crescimento também gradual do número de empregadas de limpeza em empresas da especialidade. Trata-se de um fluxo protagonizado, no essencial, pelas mesmas pessoas. Não constituindo exemplo de plena mobilidade social ascendente, não deixa de ter significado social, na medida em que lhes permite aceder a situações laborais formalizadas e, por isso, mais vantajosas. O mesmo se pode dizer do aumento do número de imigrantes na categoria do pessoal dos serviços e vendedores, em parte protagonizado também por ex-empregadas domésticas.

Assinale-se, por fim, o crescimento dos quadros dirigentes, profissões intelectuais e científicas e profissões intermédias até um valor de 13%, em 2004. São quase todos indivíduos que atingiram níveis de escolaridade elevados já em Portugal, mas que no início do seu trajecto desempenharam transitoriamente profissões pouco qualificadas.

Em síntese, pode dizer-se que, apesar da existência desta pequena minoria de estatuto social médio e alto, o perfil profissional dominante entre os cabo-verdianos corresponde a um dos modos de incorporação de imigrantes nas sociedades receptoras identificados por Alejandro Portes, o da inserção no “mercado de trabalho secundário”, precário, pouco qualificado e mal remunerado. A prevalência desse perfil ao fim de um já longo tempo de residência confirma, também, as fracas oportunidades de mobilidade social que o mesmo autor diz estarem associadas a esse modo de incorporação (Portes, 1999).

É verdade que, ao longo dos anos, houve um número razoável de imigrantes que se libertaram de situações de total precariedade, sem contrato de trabalho, e encontraram outras mais estáveis e formalizadas. Mas esses não foram movimentos para fora do mercado secundário de trabalho a que Portes se refere. Foram apenas movimentos da periferia desse mercado para as suas zonas mais centrais.

E quanto aos filhos de imigrantes africanos? O que sabemos sobre as suas trajetórias socioprofissionais e formas de transição para a vida adulta? Os quadros 7.3 e 7.4, apresentam informação empírica recolhida pelo projecto Jodia, relativamente a aspectos fulcrais dessas trajetórias, numa perspectiva intergeracional.

No quadro 7.3, comparam-se os níveis de escolaridade atingidos pelos jovens filhos de imigrantes de ambos os sexos com os atingidos pelos seus pais e mães. O quadro 7.4 faz a comparação entre os perfis profissionais das duas gerações.

A primeira observação a fazer relativamente aos perfis escolares de filhos e pais é que os primeiros são muito mais escolarizados do que os segundos. Além de haver pais e mães analfabetos, o que não acontece entre os filhos, verifica-se que 60% deles não ultrapassaram o 2.º ciclo do ensino básico. Do lado dos filhos, muitos dos quais ainda estavam a estudar no momento do inquérito, sendo por isso de esperar que acumulem mais recursos de escolaridade do que aqueles que o inquérito captou, o nível de ensino modal é o secundário, seguido do 3.º ciclo do ensino básico. Os filhos atingem também mais frequentemente o ensino superior.

É claro que as diferenças de capital escolar entre as duas gerações podem, em parte, ser relativizadas. Os filhos de imigrantes enfrentam um contexto societal, presente e virtual, mais exigente em escolaridade e conhecimento do que aquele que os seus pais enfrentaram quando eram novos. E, portanto, do ponto de vista da integração na sociedade portuguesa, as vantagens comparativas decorrentes da maior escolaridade podem ser menores do que parecem.

Para nos ajudar a perceber em que medida será assim ou não, podemos recorrer a outro termo de comparação. Como ficam os jovens filhos de imigrantes quando comparados com os jovens portugueses em geral? Os seus níveis de escolaridade são semelhantes ou diferentes?

Pelas razões apresentadas noutra lugar, e que se prendem com a diferença de estrutura etária das duas categorias (a dos filhos de imigrantes e a dos jovens em geral), essa comparação só pode ser feita para faixa etária igual (Machado, Matias e Leal, 2005).

O que se conclui é que, nas faixas dos 15 aos 19 anos e dos 20 aos 24 anos, as distribuições comparativas de níveis de escolaridade não são muito diferentes. O mais frequente, seja para os jovens de origem africana seja para os jovens em geral, é terem atingido o ensino secundário. Os jovens autóctones

Quadro 7.3 Níveis de escolaridade dos jovens descendentes de imigrantes africanos e dos seus pais e mães (%)

	Jovens do sexo masculino	Pais	Jovens do sexo feminino	Mães
Não sabe ler nem escrever	–	3,0	–	6,3
1º ciclo do ensino básico	0,6	30,5	–	33,0
2º ciclo do ensino básico	5,8	28,3	3,8	24,7
3º ciclo do ensino básico	33,1	13,9	23,8	15,7
Ensino secundário	43,6	11,4	52,7	10,2
Ensino superior	16,9	12,9	19,8	10,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Projecto Jodia, CIES-ISCTE, 2004, N=1000.

Quadro 7.4 Categorias profissionais dos jovens descendentes de imigrantes africanos e dos seus pais e mães (%)

	Jovens do sexo masculino	Pais	Jovens do sexo feminino	Mães
Directores e quadros dirigentes	0,5	5,6	–	1,5
Profissões intelectuais e científicas	2,0	6,4	3,6	6,9
Profissões intermédias	8,1	3,1	4,1	2,0
Pessoal administrativo	10,1	2,7	23,6	7,6
Pessoal dos serviços e vendedores	14,5	3,8	55,6	25,6
Trab. não qualificados dos serviços	10,6	6,1	10,1	49,0
Trab. industriais e dos transportes	12,9	18,3	3,0	5,7
Trab. da construção civil	20,7	48,8	–	–
Trab. não qualificados da construção civil	19,8	1,3	–	–
Outras profissões	0,8	3,9	–	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Projecto Jodia, CIES-ISCTE, 2004, N=1000.

chegam mais à universidade, mas também são mais nos níveis mais baixos de escolaridade.

No escalão dos 25 aos 29 anos, a distribuição muda e vê-se que os jovens de origem africana aparecem em vantagem, atingindo mais frequentemente o superior, o secundário e mesmo o 3.º ciclo do básico, já que uma percentagem significativa de jovens autóctones (33%) não passou do 2.º ciclo do básico.⁸ Na comparação entre os dois sexos, a situação também é semelhante, com os descendentes de imigrantes a acompanharem o padrão geral que faz as raparigas serem mais escolarizadas do que os rapazes.

8 Por razões metodológicas, explicadas no trabalho citado, poderá haver alguma sobrestimação dos níveis de escolaridade dos jovens de origem africana dessa faixa etária.

Em suma, a este respeito, os jovens de origem africana estão numa dupla sintonia com os jovens portugueses em geral. Uns e outros são mais escolarizados do que os respectivos pais e mães e têm níveis de escolaridade que não diferem significativamente entre si. Não porque os filhos de imigrantes sejam muito escolarizados, mas porque os jovens portugueses em geral o são relativamente pouco. Apesar da recuperação conseguida nas duas últimas décadas, o conhecido défice de escolarização da população portuguesa, que a deixa distante dos valores médios da União Europeia (Costa e outros, 2000; Mauritti, Martins e Costa, 2004), é uma realidade que se prolonga nas gerações mais novas.

As vias de promoção social que a escolaridade possuída confere a uns e a outros são, por isso, basicamente as mesmas, fazendo-se sentir aí os mecanismos habituais de desigualdade de classe, ou seja, as diferenças de origem social e de capital escolar acumulado.

Para os jovens que chegam à universidade, o horizonte de possibilidades é mais favorável; para os que se ficam pelo ensino básico ou secundário, é-o menos, sendo que atingir um ou outro patamar depende muito da origem de classe (Machado e outros, 2003). Para condição de classe igual, os resultados escolares dos filhos de imigrantes são semelhantes aos obtidos pelos jovens autóctones, algo que outro estudo que procedeu a essa comparação num contexto local já tinha concluído (Justino e outros, 1999).

Relativamente aos perfis profissionais, encontram-se diferenças de monta quando comparamos as duas gerações, tanto do lado masculino como do lado feminino (quadro 7.4).

As categorias modais, para pais e mães, onde se concentra perto de metade deles, são, respectivamente, a dos trabalhadores da construção civil e a das trabalhadoras não qualificadas dos serviços, em concordância com o que os dados do projecto Limits já tinham revelado. Do lado dos jovens, as categorias mais frequentes são outras, embora as diferenças sejam mais evidentes para as raparigas comparadas com as mães do que para os rapazes comparados com os pais.

Assim, enquanto as raparigas se integram maioritariamente na categoria do pessoal dos serviços e vendedores (56%), afastando-se sensivelmente do estatuto profissional mais desqualificado das mães, os rapazes desempenham frequentemente profissões da construção civil (41%), situação que os aproxima dos pais. Em certa medida, eles estão até comparativamente pior do que os pais, uma vez que estes, dentro da construção civil, se concentram nas profissões mais qualificadas, enquanto os jovens se distribuem, em partes iguais, pelas profissões qualificadas e pelas não qualificadas.

Importa não esquecer, contudo, a curta duração das trajectórias profissionais dos jovens. Muitos estão a viver a primeira experiência profissional, o que, no caso da construção civil e noutros, significa geralmente começar pelas tarefas mais indiferenciadas. Isso mesmo se constata quando comparamos,

para os jovens que entraram há mais tempo no mercado de trabalho, a primeira profissão e a profissão no momento do inquérito. Os dados mostram que o peso relativo dos trabalhadores não qualificados da construção civil cai de 55% para 20%.

Onde a diferença entre os jovens de sexo masculino e os seus pais é mais visível, agora em homologia com o que se passa do lado feminino, é na frequência com que desempenham profissões terciárias predominantemente de execução. Eles aparecem mais do que os pais nas categorias do pessoal de serviços e vendedores e do pessoal administrativo (15% contra 4% e 10% contra 3%, respectivamente). Do lado feminino, a diferença geracional na categoria do pessoal administrativo é ainda maior (24% contra 8%).

Subindo na hierarquia das categorias profissionais, vemos que os filhos desempenham com mais frequência do que os pais também profissões intermédias, mas que a distribuição se inverte quando chegamos às duas categorias de topo, a dos directores e quadros dirigentes e a das profissões intelectuais e científicas. Estas requerem um tempo de acumulação profissional que os jovens ainda não têm.

Três pontos devem sublinhar-se numa apreciação global dos perfis profissionais dos jovens descendentes de imigrantes africanos e dos seus progenitores.

O primeiro é que, em vez da proletarização característica da geração dos pais, seja na construção civil, seja nos serviços desqualificados, pode falar-se, na geração dos filhos, de “terciarização”, com as vantagens associadas de maior formalização e estabilidade relativas da situação laboral. Se é verdade que uma parte considerável dos jovens começa por trabalhar na construção civil e nos serviços não qualificados, só uma minoria, mais masculina do que feminina, parece ver-se confinada a esses lugares. O retrato-robô profissional dos imigrantes africanos — homens na construção, mulheres na limpeza — não identifica de forma nenhuma os seus filhos.

O segundo é que as raparigas aparecem em posição mais favorecida do que os rapazes, em parte por terem mais capital escolar. Elas são menos, desde logo, nas categorias profissionais mais desqualificadas. Enquanto 31% dos rapazes têm profissões desse tipo, dois terços dos quais na construção civil, o valor homólogo para as raparigas, correspondente ao trabalho não qualificado nos serviços, é de 10%. E são mais nas categorias do pessoal dos serviços e vendedores e do pessoal administrativo, menos precárias e requerendo, especialmente a última, algumas qualificações profissionais. Nas categorias de topo, os valores para os dois sexos são semelhantes, com ligeira vantagem masculina.

O terceiro ponto é que parece haver descoincidência entre escolaridade e estatuto profissional. Perante os níveis de escolaridade atingidos por estes jovens, poder-se-ia esperar que a sua composição profissional fosse mais puxada para cima. Não será, no entanto, assim. Por um lado, os níveis de

escolaridade apresentados atrás são os de todos os jovens, os que ainda estudam e os que já trabalham. Se isolássemos estes últimos, veríamos que o nível médio de instrução baixaria um pouco. Por outro lado, e mais importante, o capital escolar não se converte imediatamente em estatuto profissional. Essa é uma experiência comum aos jovens em geral, incluindo os filhos de imigrantes. Muitas vezes, a primeira actividade profissional não corresponde à escolaridade possuída nem é a que se desempenhará futuramente.

Conclusão

A sedentarização dos imigrantes e seus descendentes traz integração social? Atrás já se tinha colocado a questão, e podemos agora, à luz dos elementos empíricos apresentados, esboçar uma resposta.

No caso dos imigrantes, e naquilo que depende da dimensão socioprofissional, falar-se-á de integração limitada. Como vimos, só há dados para os imigrantes cabo-verdianos, mas a experiência deles será, em grande medida, transponível para as restantes populações africanas. Depois de muitos anos de residência, a situação desses imigrantes melhorou, porque se reduziu substancialmente a precariedade laboral, mas continuam, na sua grande maioria, confinados aos segmentos mais desqualificados do mercado de trabalho.

Isso significa também que muitos deles são pobres, ficando abaixo dos limites de rendimento usados para definir a pobreza. Em Portugal, no entanto, a pobreza está longe de ser exclusiva das populações de imigrantes laborais. Quando consideramos o universo vasto de pessoas atingidas pela pobreza, vemos que os imigrantes são uma minoria também nesse universo. O que se verifica, e isso é uma coisa diferente, é que a incidência da pobreza é maior entre os imigrantes do que na população em geral, tornando-os socialmente contrastantes e mais vulneráveis a processos de exclusão social, dadas as possibilidades limitadas de alteração futura das suas trajectórias sociais. Envelhecimento com risco de exclusão social é um cenário possível para muitos deles.

No que se refere aos filhos de imigrantes, os respectivos perfis escolares e profissionais diferenciam-nos claramente dos seus pais e mães e conferem-lhes outras possibilidades. Embora seja necessária mais pesquisa empírica e mais exploração dos dados já disponíveis, o que aqui se apresentou sugere fortemente que os contrastes sociais dos jovens descendentes de imigrantes africanos, quando comparados com os jovens em geral, são bem menores do que os dos seus pais, quando comparados com a população portuguesa como um todo.

Isto não quer dizer que não haja processos de dupla face no que à sua integração diz respeito. Os filhos de imigrantes que atingiram a universidade e os que saíram do sistema de ensino só com o 9.^o ano, ou antes disso, têm horizontes de integração muito diferentes. Mas essa dupla face também a tem, na sociedade portuguesa, a juventude em geral.

É claro que a integração dos imigrantes e seus descendentes não se esgota nas dimensões socioprofissionais. Saber mais completamente se a sedentarização traz integração implica conhecer outro tipo de processos, nomeadamente os que remetem para a sua pertença simbólica ao espaço nacional. A persistência de representações colectivas que os excluem dessa pertença, mesmo às crianças e jovens cá nascidos e agora com mais acesso à nacionalidade, pode gerar fenómenos de etnicidade reactiva e uma sedentarização sem identificação nacional.

Referências bibliográficas

- Baganha, Maria Ioannis (2000), "A emigração portuguesa no pós-2.ª Guerra Mundial", em António Costa Pinto (org.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, pp. 213-231.
- Baganha, Maria Ioannis, João Ferrão, e Jorge Macaísta Malheiros (1999), "Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português", *Análise Social*, 150, pp. 147-173.
- Baganha, Maria Ioannis, João Ferrão, e Jorge Macaísta Malheiros (2002), *Os Movimentos Migratórios Externos e a Sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Baganha, Maria Ioannis, José Carlos Marques, e Pedro Góis (2004), "Novas migrações, novos desafios: a imigração do Leste Europeu", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, pp. 95-115.
- Capucha, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora.
- Carvalho, Lourenço Xavier de (2004), *Impacto e Reflexos do Trabalho Imigrante nas Empresas Portuguesas: Uma Visão Qualitativa*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-43.
- D'Almeida, André Corrêa (2003), *Impacto da Imigração nas Contas do Estado*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Dassetto, Felice (1990), "Pour une théorie des cycles migratoires", em Albert Bastenier e Felice Dassetto (orgs.), *Immigrations et Nouveaux Pluralismes: Une Confrontation de Sociétés*, Bruxelas, De Boeck-Wesmael, pp. 11-39.
- Ferreira, Eduardo de Sousa, e Helena Rato (2000), *Economia e Imigrantes: Contributos dos Imigrantes para a Economia Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.
- Ferreira, Eduardo de Sousa, Helena Rato, e Maria João Mortágua (2004), *Viagens de Ulisses: Efeitos da Imigração na Economia Portuguesa*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Fonseca, Maria Lucinda (org.) (2005), *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal*, Lisboa, Observatório da Imigração, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1978), "L'émigration portugaise (XV-XX siècles): Une constante structurale et les réponses aux changements du monde", *Revista de História Económica e Social*, 1, pp. 5-32.

- Gomes, Isabel Brigham (org.) (1999), *Estudo de Caracterização da Comunidade Caboverdiana Residente em Portugal*, Lisboa, Embaixada de Cabo Verde.
- Justino, David, Margarida Marques, Tiago Ralha, Susana Palácio, e Hugo de Seabra (1999), "Children of immigrants: a situation in flux between tension and integration", em *Metropolis International Workshop Proceedings*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 273-304.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova, e João Ferreira de Almeida (2003), "Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.
- Machado, Fernando Luís, e Maria Abranches (2005), "Caminhos limitados de integração social: trajectórias socioprofissionais de cabo-verdianos e hindus em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 48, pp. 67-89.
- Machado, Fernando Luís, Ana Raquel Matias, e Sofia Leal (2005), "Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos", *Análise Social*, 176, pp. 695-714.
- Mauritti, Rosário, Susana da Cruz Martins, e António Firmino da Costa (2004), "Classes sociais numa perspectiva comparada: estruturas europeias actuais e instrumentos de análise", Actas do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção, Braga, 12 a 15 de Maio de 2004, em <http://www.aps.pt/vcongresso/ateliers-pdfs.htm>.
- Oliveira, Catarina Reis de (2004), *Estratégias Empresariais de Imigrantes em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Peixoto, João (1999), "Emigração", em Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, volume V, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 152-181.
- Peixoto, João (2002), "Os mercados da imigração: modos de incorporação laboral e problemas de regulação dos imigrantes estrangeiros em Portugal", *Cadernos Sociedade e Trabalho*, 2, pp. 57-68.
- Pires, Rui Pena (2002), "Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 151-166.
- Pires, Rui Pena (2003), *Minorias e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.
- Rosa, Maria João Valente, Hugo de Seabra, e Tiago Santos (2004), *Contributos dos Imigrantes na Demografia Portuguesa. O Papel das Populações de Nacionalidade Estrangeira*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Imigração e escolaridade **Trajectórias, quotidianos e aspirações**

Teresa Seabra e Sandra Mateus

Pode hoje afirmar-se que Portugal é, progressivamente, um país em que a diversidade étnica e a heterogeneidade cultural marcam, de modo transversal, os diversos espaços sociais de existência, entre os quais o sistema educativo. Este fenómeno circunscreve-se em grande medida aos grandes espaços urbanos e assume uma dimensão considerável, bem como uma forte dinâmica de crescimento.¹

A imigração intensificou-se na última década, na qual se juntaram, às populações oriundas dos países africanos anteriormente colonizados (Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique), as populações do Leste europeu (Ucrânia, Moldávia, Roménia e Rússia) e da América do Sul (principalmente do Brasil). Apresentando uma intensa concentração no distrito de Lisboa (45%), seguido de Faro (11%) e Setúbal (9%), as populações mais representadas eram, em 2006, por ordem de grandeza, de Cabo Verde, Brasil, Ucrânia e Angola.²

A integração da população escolar decorrente de dinâmicas migratórias, quer do ponto de vista macroestrutural quer na sua expressão mais local e quotidiana, constitui uma temática com crescente visibilidade social, científica e política, nacional e europeia. Disso são exemplos a intensificação da produção sociológica neste domínio, bem como a recente publicação de dois estudos comparativos europeus (Eurydice, 2004a; e EUMC, 2004a), que revelam a existência de níveis diferenciados de reconhecimento, presença e integração da

1 Dados provisórios do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) apontam para a existência de 409.185 estrangeiros em Portugal em 2006, contemplando autorizações de residência, autorizações de permanência e vistos de longa duração. Adicionando sensivelmente 60.000 indivíduos em processos de regularização específicos, pode cifrar-se em cerca de 5% a percentagem de imigrantes em território nacional.

2 Segundo os mesmos dados, em 2006 residiriam em território nacional 75.485 cabo-verdianos, 65.463 brasileiros, 37.851 ucranianos e 33.215 angolanos (http://www.sef.pt/documentos/59/Populacao_%20Estrangeiros_TN06.pdf).

população imigrante nos sistemas de ensino dos estados-membros, ou a inclusão de capítulos subordinados à presença de alunos estrangeiros nos sistemas de ensino em documentos que analisam, de modo abrangente, a realidade educativa europeia (OCDE, 2004). Trata-se de uma produção condicionada por problemas como a ausência de informação estatística nacional, a heterogeneidade dos tempos de experiência de imigração, de implementação de políticas, de reconhecimento das categorias de imigrantes, entre outros, que afectam, aliás, cada país em particular. Não obstante, os estudos e documentos produzidos permitem uma aproximação às condições, trajectórias e experiências escolares dos descendentes de imigrantes. No texto que se segue sintetiza-se alguma da informação já existente, e produzida pela equipa, nesta temática.³

Medidas para a integração de alunos descendentes de imigrantes no sistema de ensino português

As condições de integração dos alunos de origem não nacional têm sido observadas, do ponto de vista estrutural, no contexto europeu, a partir do desempenho nacional num conjunto de dimensões, onde se encontram, entre outras, as especificidades do direito à educação, da aprendizagem da língua, o sistema de equivalências, as medidas de orientação e apoio, ou o modo como a interculturalidade está contemplada no currículo. Os estudos realizados dão conta de uma progressiva convergência da política europeia neste domínio, nomeadamente no assegurar dos direitos básicos de educação às populações imigrantes e seus descendentes e no reconhecimento da necessidade de medidas específicas de apoio. Uma revisão do posicionamento português nas dimensões assinaladas dá conta, no entanto, do carácter recente de grande parte das medidas existentes, da descoincidência entre dispositivos legais e práticas, bem como de lacunas na informação disponível.

A semelhança do que acontece em grande parte do espaço europeu, em Portugal o direito à educação abrange todos os alunos, ou seja, em termos formais, nenhuma escola pode recusar um aluno, independentemente da sua origem, do seu estatuto de imigração ou residência, valendo o mesmo princípio no acesso aos serviços escolares e apoio financeiro (Eurydice, 2004a).⁴

Relativamente à dimensão linguística, segundo os dados publicados pela Eurydice em 2004, a proporção de alunos estudantes cuja primeira língua não é a língua de instrução era, em 2002, de 1,5%, sensivelmente metade

3 As autoras agradecem a Fernando Luís Machado os pertinentes contributos dados na revisão final deste texto.

4 No entanto, países como a Dinamarca, a Polónia ou a Suécia restringem a admissão de alunos de origem estrangeira à apresentação de uma prova de estatuto residencial (Eurydice, 2004a).

dos alunos cujos pais nasceram no estrangeiro (3,2%). Um estudo desenvolvido neste domínio pelo Departamento de Ensino Básico (ME) no ensino público, em 2001/02, revelou que existem cerca de 17.535 alunos com línguas maternas diferentes do português. Cerca de 8.076 alunos detinham como língua materna o crioulo (sem especificação adicional), seguindo-se o romani (1.338 alunos) e o francês (837 alunos). Cerca de 70% dos alunos cuja primeira língua não é o português residem na região de Lisboa (DEB, 2003).

Do ponto de vista legislativo, reconhece-se legalmente em Portugal, desde 2001, a consagração do ensino do português como segunda língua. O decreto-lei n.º 6/ME/2001 de 18 de Janeiro afirma, no seu artigo 18.º, que “as escolas devem proporcionar actividades curriculares específicas para a aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua aos alunos cuja língua materna não é o português”.⁵ Prevê-se ainda o desenvolvimento de apoio curricular individual, tendo por base a realização de um diagnóstico e um plano individual de suporte educacional.⁶ No âmbito do regime de autonomia das escolas, prevê-se também a redução do tempo de docência dos professores que assegurem o apoio específico a alunos imigrantes na aprendizagem do português.⁷ Na prática, pouco se sabe quanto à aplicação concreta dos dispositivos legais disponíveis. No entanto, o estudo realizado pelo DEB (2003), mencionado anteriormente, inquiriu igualmente o tipo de apoios existentes na área da língua portuguesa. Agrupando quer a existência de apoio pedagógico acrescido, quer o apoio específico de português, concluiu que era na região Norte que estes apoios mais se verificavam, região essa que detém apenas 10% do total nacional de alunos identificados no ensino básico como possuindo outra língua materna que não o português, ou seja, que necessitam dos mesmos apoios, o que revela insuficiências a este nível.

Em 2006 surge um novo despacho normativo (n.º 7 de 6 de Fevereiro), que estabelece os “princípios de actuação e normas orientadoras para a implementação, acompanhamento e avaliação das actividades curriculares e extracurriculares específicas a desenvolver pelas escolas e agrupamentos de escolas no domínio do ensino da língua portuguesa como língua não materna” (artigo 1.º). Definem-se três grupos de nível de proficiência linguística (iniciação, intermédio, avançado), devendo os alunos integrar o grupo correspondente ao seu nível, mediante o resultado de um teste de diagnóstico. Os alunos inseridos no nível de iniciação ou intermédio deverão beneficiar de 90 minutos semanais de actividades de apoio à língua portuguesa como língua não materna, actividades de frequência obrigatória. Os alunos

5 O decreto-lei n.º 6/ME/2001 aprova a reorganização curricular do ensino básico.

6 Decreto-lei n.º 219/97 de 20 de Agosto (que regula a equivalência e reconhecimento de habilitações estrangeiras de nível não superior).

7 O regime de autonomia das escolas é regulado pelo decreto-lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio.

avaliados no nível avançado são considerados aptos para acompanhar o currículo nacional.

Outro indicador de integração consiste no sistema de equivalências estabelecido para os alunos de origem estrangeira, que se traduz na utilização de um conjunto de critérios a serem uniformemente aplicados no sistema de ensino, para determinar qual o nível onde o aluno deve ser posicionado.⁸ A integração, no contexto português, é realizada em grupos turma (em grupo etário igual ou inferior ao do aluno), na educação regular, através do denominado modelo de submersão, no qual os alunos são expostos directamente à língua do país de acolhimento, não havendo informação sobre a existência de ensino bilingue, quer da língua de origem dos alunos, quer de outras matérias. Este regime de concessão de equivalência de habilitações estrangeiras dos ensinos básico e secundário (decreto-lei n.º 219/97) foi revogado em 2005 (decreto-lei n.º 227 de 28 de Dezembro), com o intuito de rever, simplificar e descentralizar procedimentos administrativos, transferindo-se “para os estabelecimentos de ensino parte substantiva das competências em matéria de concessão de equivalências referentes a habilitações estrangeiras...”

As medidas de orientação e apoio revestem-se de formas específicas: o apoio linguístico e pedagógico, já referidos, a informação às famílias e a mediação cultural. Estas últimas começaram a ser recentemente desenvolvidas em Portugal através da produção de brochuras informativas sobre o sistema educativo (uma iniciativa do ACIME,⁹ com edição em inglês e russo) e a integração de mediadores socioculturais que desenvolvem a articulação entre a família, a escola e a comunidade, embora esta se faça essencialmente por iniciativa de algumas escolas, na zona de Lisboa, com carácter esporádico e sem continuidade.¹⁰

Do ponto de vista curricular, a abordagem intercultural desenvolve-se transversalmente, focando-se, sobretudo no âmbito da escolaridade básica, na promoção da tolerância e no respeito pela diferença, nomeadamente através da realização de actividades extracurriculares de índole intercultural, como a organização de eventos e festivais temáticos e o intercâmbio de estudantes (Eurydice, 2004b). Na formação de professores a interculturalidade está assente num conjunto de iniciativas parcelares, desenvolvidas por sindicatos e associações, ou por uma oferta de pós-graduações especializadas. Algumas instituições superiores de formação de professores começam a integrar, no seu

8 Estabelecido no decreto-lei n.º 219/97 de 20 de Agosto (que regula a equivalência e reconhecimento de habilitações estrangeiras de nível não superior).

9 Actualmente designado por ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural).

10 Existem ainda outras medidas que não são desenvolvidas no contexto nacional apesar de serem praticadas noutros países europeus, tais como as reuniões específicas para famílias imigrantes, a disponibilização de intérpretes, ou de informação sobre os sistemas pré-escolares (Eurydice, 2004a).

currículo, a temática, mas não existe uma orientação política explícita neste sentido.

Por último, neste breve relance sobre as condições estruturais de integração dos descendentes de imigrantes no sistema de ensino, pode destacar-se, ainda, a criação, em 1991, de um organismo tutelado pelo Ministério da Educação, o Secretariado Entreculturas (actualmente integrado no ACIDI), cuja acção se tem estendido da produção de informação estatística sobre a presença e os resultados escolares dos alunos membros das minorias etnicamente diferenciadas, à formação de professores e à produção de materiais promotores da integração da diversidade na escola.

A presença dos descendentes de imigrantes na escola: configurações territoriais e distribuição

No relatório *Integrating Immigrant Children into Schools in Europe* (Eurydice, 2004a), tendo por base o inquérito internacional Pisa 2000,¹¹ é referido que a percentagem de alunos com 15 anos, em que ambos os pais nasceram num país estrangeiro, presentes no sistema educativo português, é de 3,2%, um valor pouco significativo por comparação com países como o Luxemburgo (34,2%) ou a França (12%), mas superior ao verificado em Espanha (2,0%) ou Itália (0,9%). De acordo com o mesmo relatório, 12% dos alunos inquiridos frequentam escolas onde a percentagem de alunos descendentes de imigrantes se situa entre os 10 e os 40%, e apenas um número muito residual (0,1%) está em escolas em que o nível de concentração atinge os 40% ou mais, em forte contraste com alguns países europeus, como o Luxemburgo e a Letónia, onde esta percentagem ronda os 30%.

Os dados disponíveis a nível nacional, relativos à presença dos alunos descendentes de imigrantes no ensino regular das escolas públicas do ensino não superior (do 1.º ao 12.º anos) são produzidos, como se referiu, pelo Entreculturas (entre 1994/95 e 1997/98) e pelo Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE) (entre 1999/00 e 2003/04)¹² e, como é observável no quadro 8.1, a proporção de alunos descendentes de imigrantes sofre um aumento progressivo ao longo da década em análise (acréscimo de cerca

11 O inquérito Pisa foi utilizado neste relatório por ser a fonte que melhor assegura a comparabilidade, uma vez que procede à uniformização de critérios e instrumentos de notação aplicados nos países envolvidos. Em Portugal foi administrado entre Abril e Maio de 2000, em 149 escolas, abrangendo um total de 4604 alunos, a frequentarem a escola desde o 5.º ano ao 11.º ano (em ME, 2001, *Resultados do Estudo Internacional PISA 2000: Primeiro Relatório Nacional*, Dezembro 2001, ME/GAVE).

12 Para este trabalho em particular, foram seleccionados os dados que se reportam exclusivamente aos alunos oriundos do movimento imigratório, não contemplando por isso os alunos de etnia cigana ou ex-emigrantes, também incluídos nas estatísticas produzidas por esta instituição.

Quadro 8.1 Alunos descendentes de imigrantes e total de alunos matriculados no ensino básico e secundário, por ano lectivo (Continente)

Ano lectivo		94/95a)	95/96a)	96/97a)	97/98a)	99/00a)	00/01b)	01/02b)	02/03b)	03/04b)
Total	nº	53120	59252	58913	60975	50675	55223	60654	64779	62491
	%	3,7	4,2	4,3	4,6	4,0	4,0	4,5	4,9	4,8
Total de alunos		1424290	1409751	1369326	1339441	1265870	1382366	1338041	1310650	1301095

Nota: a) Só inclui o ensino público; b) Inclui ensino público e privado.

Fonte: Entreculturas, cedidos a pedido (para total de descendentes de imigrantes de 94/95 a 97/98); http://w3.gepe.min-edu.pt/EstatisticasAnuais/estat/99_00/pdf/A.1.2.1_A.1.2.10.pdf (8 de Julho de 2008) (para dados de 1999/2000); Giase/ME (2006) (para restantes dados).

de 9000 alunos em relação ao início), representando perto de 5% da população escolar dos ensinos básico e secundário.

A localização geográfica desta população segue uma distribuição territorial muito desigual, concentrando-se, quase exclusivamente, na região de Lisboa: em 2003/04, 68% do total de alunos descendentes de imigrantes encontrava-se nesta região.

Em relação aos países de proveniência existe uma supremacia dos alunos cujas famílias são oriundas das antigas colónias portuguesas de Angola e Cabo Verde, representando, no ano lectivo de 2003/04, respectivamente, 20% e 17% do total de alunos descendentes de imigrantes, seguindo-se aqueles cujas famílias têm origem em países da União Europeia (15%) e no Brasil (13%).¹³

Neste mapeamento, podem ainda acrescentar-se alguns dados relativos ao ensino superior, disponíveis para o ano lectivo 2000/01 (OCDE, 2004), que revelam a existência em Portugal de 2,5% de alunos de origem estrangeira matriculados, segundo a seguinte configuração: UE15 — 18%; resto da Europa — 1%; África — 56%; América do Sul e do Norte — 19%, Ásia e Oceânia — 1%; não especificados — 5%. Os cinco países de origem com maior expressão eram, no mesmo ano, Angola (3168 alunos), Cabo Verde (2486 alunos), Brasil (1510 alunos), França (1309 alunos) e Moçambique (1070 alunos).¹⁴

13 A expressão destas origens manteve-se ao longo da década em análise, com excepção para o Brasil, cuja expansão se tem dado desde o início deste século.

14 As percentagens segundo a origem correspondem aos alunos inscritos nos níveis ISCED 5 (bacharelato, licenciatura) e 6 (mestrado, doutoramento e pós-doutoramento). A percentagem total (2,5%) é calculada tendo como referência o número total de inscritos (384.322 alunos) nos graus de bacharelato, licenciatura, especialização de pós-licenciatura e mestrado, do ensino público e privado, no mesmo ano, não contemplando o grau de doutoramento, segundo a seguinte fonte: OCES/MCES (2004), *O Sistema do Ensino Superior em Portugal 1993-2003*, em <http://www.oces.mctes.pt/docs/ficheiros/SistemaESPTSet04.pdf>

Resultados e trajetórias escolares

Apesar das medidas que, em todo o espaço europeu, se desenham e consolidam para apoiar os processos de escolarização de populações heterogêneas, os estudos internacionais apontam para uma penalização acrescida das populações imigrantes em termos de resultados escolares, não sendo, no entanto, contempladas variáveis relacionadas com estatuto socioeconómico das famílias (EUMC, 2004a). Dentro dessas populações, os piores resultados correspondem a migrantes não europeus e a minorias autóctones, com taxas de reprovação e abandono mais elevadas, frequência de opções vocacionais menos exigentes e de ensino especial. Em geral, os descendentes de migrações mais antigas têm mais sucesso que os descendentes de imigrantes de permanência recente. Existem, contudo, diferenças entre populações imigrantes no sucesso escolar, evidenciando-se algumas delas positivamente por comparação com a população não migrante, em alguns níveis educacionais.

Em Portugal o conhecimento disponível restringe-se aos níveis de ensino não superior e tem origem, sobretudo, na informação estatística disponibilizada pelo Entreculturas e nos dados de algumas teses de mestrado e doutoramento entretanto produzidas.

Estes estudos são escassos e sectoriais, tendo como alvo algumas das subpopulações de imigrantes. Deste modo, pouco se conhece, de forma integrada e convergente, sobre os processos de escolarização e trajetórias escolares que estes jovens protagonizam, a sua distribuição pelas diversas vias de ensino ou suas condições de transição e integração no mercado de trabalho.

Conhecemos, por um lado, a relevância da condição de classe das famílias imigradas nas estratégias educativas que desenvolvem (Seabra, 1999) e nos processos de socialização das crianças de origem africana (Santos, 2004) e, por outro, as tensões, decorrentes de relações de dominação cultural e social e da reacção à diferença por parte da sociedade de acolhimento, que atravessam os processos de construção identitária destas crianças (Gusmão, 2004).

No tocante especificamente à vivência da escolaridade, sabemos das dificuldades acrescidas que a escola proporciona aos alunos descendentes de imigrantes: o insucesso destes alunos tende a ser atribuído a causas exógenas à escola, gerando inércia institucional e expectativas negativas da parte dos professores, que afectam a relação pedagógica com os alunos (Paes, 1993; Angeja, 2000); existem representações negativas dos alunos de origem africana nos professores do 1.º ciclo do ensino básico (Cardoso, 1996); e, ainda, a escola pode ter um papel importante no reforço do processo de etnicização da exclusão social (Sousa, 2000).

As pesquisas têm contemplado, especialmente, os alunos dos PALOP (no seu todo ou por país de origem) e só mais recentemente se incluem os de origem indiana. O seu bom desempenho escolar, contrastante com o dos alunos de origem africana, motivou a realização de análises comparadas dos

processos de integração ou exclusão social e escolar dos jovens de ascendência cabo-verdiana e indiana/hindu. As conclusões destes estudos apontam para a importância do factor étnico que, associado ao estatuto racial e social, parece vantajoso no caso indiano/hindu e desvantajoso no caso cabo-verdiano. Apontam ainda para padrões diferenciados de educação familiar, de redes sociais, de experiências migratórias, de capitais humanos e sociais das famílias e, ainda, para o contexto estrutural — económico, político e social, na sociedade de acolhimento em que se inserem (Pires, 2000). A consistência do sucesso escolar dos alunos de origem indiana (que é sempre superior ao dos alunos de origem cabo-verdiana, mesmo mantendo constantes a classe social e a escolaridade dos progenitores) não aparece associada ao maior uso ou melhor domínio da língua portuguesa, falada ou escrita (Seabra e Mateus, 2004).

Os dados estatísticos disponíveis em Portugal permitem avaliar os resultados escolares dos alunos descendentes de imigrantes através das taxas de diplomação em cada ciclo da escolaridade (quadro 8.2).¹⁵ Observa-se que, no ensino básico, ao longo dos quatro anos lectivos em análise, a média de desempenho escolar dos alunos descendentes de imigrantes é menor do que a dos alunos autóctones. A distância sofreu alguma oscilação ao longo deste período, conforme o ciclo de escolaridade: no 1.º ciclo, os resultados dos alunos descendentes de imigrantes pioraram, aos dos alunos autóctones melhoraram e, assim, a distância entre os grupos aumentou em cerca de 4%; os resultados mantiveram-se estáveis no 2.º ciclo e a distância entre os grupos reduziu-se ligeiramente (menos cerca de 2%); no 3.º ciclo não se registaram alterações significativas ao longo do tempo.

Do ponto de vista da diferenciação interna à população imigrante, aponta-se desde logo uma diversidade de situações entre os países de origem. Os resultados menos satisfatórios correspondem, na grande maioria dos casos, às populações escolares oriundas do Brasil e, no pólo oposto, encontramos os alunos com origem nos países da União Europeia, na Índia/Paquistão e em Angola. Em algumas origens nacionais verifica-se, ainda, uma variação consistente entre os diferentes ciclos de estudos: no caso dos alunos com origem angolana, os padrões de sucesso escolar reduzem-se à medida que progridem na escolaridade; os alunos com origem cabo-verdiana têm o pior desempenho no 2.º ciclo da escolaridade; os de origem indiana e os de origem brasileira obtêm os melhores resultados no final do 1.º ciclo, enquanto os alunos oriundos dos países da União Europeia têm neste ciclo o seu pior desempenho.

Infelizmente, estes padrões diferenciados de sucesso não podem ser analisados, considerando as variáveis relativas à condição social das famílias destes estudantes que, como todos os estudos têm demonstrado, são muito

15 A taxa corresponde ao número de alunos aprovados no último ano de cada ciclo, em relação ao número de alunos que foram sujeitos a avaliação no mesmo ano de escolaridade.

Quadro 8.2 Taxas de diplomação por ciclo de escolaridade e origens nacionais (2000/01 a 2003/04) (ensino regular no Continente)

	1º ciclo (4º ano)				2º ciclo (6º ano)				3º ciclo (9º ano)			
	00/01	01/02	02/03	03/04	00/01	01/02	02/03	03/04	00/01	01/02	02/03	03/04
Total	90,2	90,4	92,0	92,8	87,6	84,2	85,8	86,6	84,6	83,6	85,4	87,5
Autoct.	90,9	91,2	93,1	94,0	88,1	84,6	86,4	87,1	85,0	84,1	85,9	88,0
TotalIMI	77,0	77,7	75,6	75,6	74,2	74,5	73,8	74,9	72,1	72,7	72,1	75,1
Angola	80,6	80,8	78,4	78,5	76,1	75,0	77,8	75,5	72,9	73,1	74,1	72,4
C. Verde	76,5	76,4	74,6	76,2	67,4	69,7	68,3	73,7	73,4	73,7	74,2	76,0
S. Tomé	78,9	76,7	81,7	73,1	72,3	63,0	72,6	74,4	73,5	77,5	71,4	72,7
Guiné	76,4	76,6	76,2	75,5	78,7	75,0	74,6	71,5	64,2	72,6	67,9	74,9
Moçambique	77,4	78,0	73,4	62,9	74,4	79,7	77,0	73,3	76,5	68,4	67,2	75,0
Índia/P.	75,3	85,4	86,8	81,8	71,4**	77,3*	76,9*	73,5*	72,7*	72,1*	72,7*	75,6*
Brasil	71,1	74,2	72,0	73,5	67,0	68,4	68,4	69,9	67,3	65,9	70,5	70,2
U.E.	75,0	75,7	73,5	75,0	80,3	82,6	79,3	80,5	74,5	76,3	71,1	80,3

Legenda: * n.º < 100 d; ** n.º < 30.

Fonte: Giase/ME (2006).

afectados por estas condições. Um artigo recente, onde se analisam de modo sistemático e multidimensional os resultados de um inquérito aplicado a 1000 jovens descendentes de imigrantes africanos, conclui justamente que os resultados escolares dos mesmos não se diferenciam significativamente das trajetórias dos jovens em geral, e que são os factores de desigualdade social que distinguem notoriamente esses resultados (Machado, Matias e Leal, 2005).

Uma abordagem rigorosa da relação dos alunos em causa com a escolarização terá, assim, de superar visões apriorísticas deterministas e pouco fundamentadas, atribuições precipitadas a “primados explicativos” parcelares e assumir uma perspectiva multidimensional em que factores sociais e culturais, trajetórias e experiências subjectivas sejam equacionados de modo convergente.

A perspectiva sustentada aplica-se na concepção e confirma-se nos resultados de um inquérito aplicado recentemente junto dos alunos do 2.º ciclo da escolaridade básica (5.º e 6.º anos de escolaridade) em áreas de forte concentração de alunos descendentes de imigrantes (concelhos de Lisboa e de Loures) — IALL.¹⁶ Este abrangeu 827 alunos de diferentes condições sociais e com diferentes ascendências,¹⁷ sendo 360 destes alunos descendentes

16 O inquérito foi aplicado de Abril a Junho de 2003 no contexto do projecto trienal “Condições e processos de integração ou exclusão dos descendentes de imigrantes na escola: o caso dos cabo-verdianos e indianos em Portugal”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, integrado no programa Sapiens (38835/SOC/2001).

17 Estas foram definidas por relação com a naturalidade dos progenitores e, excepcionalmente, no caso dos alunos com origem indiana, considerou-se ainda a naturalidade das gerações anteriores.

Quadro 8.3 Alunos autóctones e descendentes de imigrantes, segundo a trajectória escolar

	Total	Autóctones	Descendentes de imigrantes
Sem reprovações	61,3	61,7	60,7
Com reprovações	38,7	38,3	39,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito aos alunos do 2.º ciclo do Ensino Básico (Lisboa e Loures) — IALL (2003).

de imigrantes e, de entre estes últimos, 104 alunos de origem indiana e 107 de origem cabo-verdiana.¹⁸

No conjunto dos alunos inquiridos, destaca-se, primeiramente, a forte incidência do insucesso escolar em alunos que se encontram apenas no 2.º ciclo do ensino básico: a terça parte já reprovou (uma ou mais vezes) ao longo da curta trajectória escolar percorrida. Podemos ainda constatar que esta ocorrência é similar quer consideremos os alunos “autóctones” ou os descendentes de imigrantes,¹⁹ agravando-se, neste caso, em apenas 1% (quadro 8.3).²⁰

Como referimos, nesta pesquisa procurou controlar-se o efeito de outras variáveis que de forma consistente e sistemática têm revelado afectar a dinâmica das trajectórias escolares dos alunos: o sexo do aluno, a classe social²¹ e os níveis de instrução atingidos pelos progenitores (quadro 8.4).

Primeiramente, corroboram-se as persistentes diferenças entre os resultados escolares dos rapazes e das raparigas: eles reprovam sempre com mais frequência sendo ou não descendentes de imigrantes.

Também no sentido do que múltiplos estudos têm documentado, estes dados revelam, de forma muito expressiva e inequívoca, a reprodução da estrutura de oportunidades nas trajectórias escolares: os alunos de famílias com maiores recursos obtêm os melhores resultados e o decréscimo no volume dos diferentes capitais disponíveis pela família é acompanhado da redução sistemática de sucesso escolar. No caso das famílias de empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL) e de profissionais técnicos de enquadramento

18 A sobrerrepresentação destes subgrupos de alunos foi intencional por se tratar da população alvo do estudo. À selecção das escolas presidiu a mesma intenção.

19 Por não ser objectivo desta análise, não se contemplou a diversidade de situações presentes nos alunos descendentes de imigrantes considerando, por isso, o grupo no seu conjunto, apesar de estarmos conscientes da heterogeneidade que encerra.

20 Não fosse a forte incidência de reprovações nos alunos de origem cabo-verdiana, a trajectória escolar seria mais favorável para os alunos descendentes de imigrantes: 51% destes alunos já tinham repetido algum ano de escolaridade, enquanto para os descendentes de indianos esta taxa era de 26%.

21 Para a definição de classe foi utilizada a matriz de construção do indicador socioprofissional de classe proposta por António Firmino da Costa (1999).

(PTE), os seus filhos nunca reprovaram em cerca de 80% dos casos. Seguem-se as famílias de trabalhadores independentes (TI e TIpl) e de empregados executantes (EE), em que essa percentagem decresce para valores que rondam os 65%. Em situação muito desfavorável encontramos os alunos inseridos em famílias operárias, cuja maioria (60%) já reprovou ao longo da curta trajetória escolar realizada. Se verificarmos as alterações ocorridas com o acréscimo de escolaridade obtida pelos progenitores, verificamos também uma significativa amplitude na variação do sucesso escolar, no sentido já detectado em todas as pesquisas que têm precedido esta: quanto maior a escolaridade maior a probabilidade de se realizar uma escolaridade de sucesso.

Quando diferenciamos os alunos “autóctones” dos alunos descendentes de imigrantes não se verifica alteração desta realidade, mas destacam-se, na comparação dos subgrupos, algumas especificidades:

- os resultados escolares dos alunos descendentes de imigrantes são melhores quando as famílias são socialmente desfavorecidas (de empregados executantes, de operários ou de assalariados executantes pluriativos) e quando os pais são pouco escolarizados (sem diploma ou apenas com o 1.º ciclo);
- inversamente, os resultados escolares dos alunos descendentes de imigrantes são piores quando os pais são profissionais técnicos e de enquadramento, ou trabalhadores independentes, ou quando atingiram níveis de instrução mais elevados.

Em suma, os dados indicam que, na generalidade, os alunos descendentes de imigrantes não têm trajetórias escolares específicas e podemos colocar a hipótese de nas situações mais adversas (pertença a grupos sociais mais desfavorecidos), as suas trajetórias serem melhor sucedidas do que as dos colegas autóctones inseridos em famílias com idêntico perfil social. Estaremos perante um investimento acrescido por parte dessas famílias na escolaridade, pelas fortes aspirações de mobilidade social ascendente próprias da situação de migrante? É porque será que não é igualmente compensadora a vantagem da escolarização acrescida por parte dos progenitores ou a inserção destes em classes sociais com mais recursos? O que podemos saber sobre a relação destas famílias com a educação escolar?

Apesar de serem mais frequentes entre os alunos descendentes de imigrantes as situações de monoparentalidade ou de recomposição familiar, não temos indicação de existir diferença significativa no acompanhamento que as famílias fazem da escolaridade. Estas controlam igualmente a execução dos trabalhos de casa (TPC) e as pequenas diferenças são ao nível da maior frequência das conversas sobre a escola, do menor apoio na realização dos mesmos trabalhos e da menor frequência das reuniões escolares (quadro 8.5). Estes últimos aspectos podem, no entanto, traduzir-se numa grande desvantagem para os alunos

Quadro 8.4 Alunos autóctones e descendentes de imigrantes, segundo o sexo, a classe social e o grau de escolaridade atingido pelos progenitores

		Total		Autóctones		Descendentes de imigrantes	
		Total (100%)	Sem reprovações	Total (100%)	Sem reprovações	Total (100%)	Sem reprovações
		nº	%	nº	%	nº	%
Sexo	Feminino	384	65,9	213	66,7	171	64,9
	Masculino	435	57,2	252	57,5	183	56,8
	Total	819	61,3	465	61,7	354	60,7
Classe social do grupo doméstico*	EDL	86	77,9	49	77,6	37	78,4
	PTE	103	81,6	67	89,6	36	66,7
	TI	58	62,1	24	66,7	35	57,1
	TIpl	47	68,1	27	70,4	20	65,0
	EE	199	62,3	118	60,2	81	65,4
	O	89	39,3	44	31,8	45	46,7
	AEpl	184	54,3	106	51,9	78	57,7
Total	767	62,3	435	62,8	332	61,7	
Grau de escolaridade atingido pela mãe	Nenhum ou 1º ciclo	286	49,3	169	47,3	117	52,1
	2º ou 3º ciclos	218	70,2	124	72,6	94	67,0
	Secundário ou superior	156	81,4	93	81,7	63	81,0
	Total	660	63,8	386	63,7	274	63,9
Grau de escolaridade atingido pelo pai	Nenhum ou 1º ciclo	230	44,8	158	39,2	72	56,9
	2º ou 3º ciclos	195	73,3	110	78,2	84	67,9
	Secundário ou superior	180	76,1	88	84,4	91	67,0
	Total	605	63,3	356	62,9	247	64,4

Notas: * EDL — empresários dirigentes e profissionais liberais; PTE — profissionais técnicos de enquadramento; TI — trabalhadores independentes; TI pl — trabalhadores independentes pluriactivos; EE — empregados executantes; O — operários; AEpl — assalariados executantes pluriactivos

Fonte: Inquérito aos alunos do 2.º ciclo do Ensino Básico (Lisboa e Loures) — IALL (2003).

descendentes de imigrantes por constituírem, justamente, indicadores centrais do interesse das famílias, do ponto de vista dos professores.

As aspirações da escolaridade a atingir, expressas pelos familiares junto dos alunos, não variam em função dos grupos em análise — em ambos os casos, a maioria das famílias deseja que os filhos atinjam o ensino superior. No entanto, a situação de inexistência de um projecto escolar definido é mais frequente entre os alunos descendentes de imigrantes.

Vivências do quotidiano escolar

A informação recolhida no IALL aponta no sentido de os alunos descendentes de imigrantes viverem um quotidiano escolar atravessado pelos mesmos

Quadro 8.5 Alunos autóctones e descendentes de imigrantes, segundo o tipo de família, as práticas de apoio à escolaridade e as expectativas de escolaridade (%)

		Total	Autóctones	Descendentes de imigrantes
Tipo de família	Nuclear	68,3	74,5	60,3
	Recomposta	7,9	6,0	10,3
	Monoparental	19,1	14,8	24,7
	Outros	4,7	4,7	4,7
	Total	100,0	100,0	100,0
Apoio à escolaridade	Presença nas reuniões escolares	89,8	92,2	86,7
	Diálogo em casa sobre a escola	74,7	73,9	75,8
	Controlo TPC	89,6	89,7	89,3
	Apoio na realização dos TPC	83,9	85,0	82,5
	Total	100,0	100,0	100,0
Expressão da escolaridade desejada para os filhos	Até 9º ano	6,4	6,4	6,4
	Até 12º ano	11,4	12,6	9,7
	Até universidade	57,3	57,6	56,9
	Até o(a) filho(a) querer	12,1	12,6	11,4
	NS/NR	12,8	10,7	15,6
	Total	100,0	100,0	100,0
A profissão desejada pela família exige formação superior		41,7	37,9	46,7

Fonte: Inquérito aos alunos do 2.º ciclo do Ensino Básico (Lisboa e Loures) — IALL (2003).

problemas, tensões e (in)satisfações dos seus colegas autóctones — não têm acrescidos problemas disciplinares nem experimentam sentimentos significativamente diferentes dos seus colegas, mesmo no tocante à discriminação que sentem existir na escola. As especificidades detectadas indicam algum acréscimo na valorização dos aspectos relacionais, uma visão menos crítica das condições materiais e dos aspectos mais directamente relacionados com a aprendizagem. Face aos seus colegas “autóctones”, os alunos descendentes de imigrantes gostam mais dos seus professores e, no entanto, sentem-se menos considerados e apoiados por estes.

Em relação ao comportamento (tendo como indicadores as faltas e os processos disciplinares de que são alvo), destaca-se, especialmente, a forte incidência dos problemas indisciplinados no conjunto da população inquirida — 36% dos alunos já tinha tido faltas de comportamento no ano lectivo em curso (tinham decorrido entre 7 a 9 meses de aulas) e 9% dos alunos tinham sido alvo de processo disciplinar (quadro 8.6).

Na comparação dos subgrupos em análise, os alunos descendentes de imigrantes não apresentam diferenciações significativas; apenas se constata ser ligeiramente superior a percentagem dos que viram os seus comportamentos sancionados como falta grave (deu lugar a um processo disciplinar), apesar de ser menor o número de faltas, ou seja, cometeram menos faltas mas foi-lhes atribuída, em comparação, maior gravidade.

Quadro 8.6 Alunos autóctones e descendentes de imigrantes, segundo o comportamento na escola (%)

	Total	Autóctones	Descendentes de imigrantes
Sem faltas disciplinares	64,0	62,4	66,0
Com faltas disciplinares	1-3 faltas	22,8	21,2
	4 ou mais	9,0	8,7
	Total	36,0	34,0
Total	100,0	100,0	100,0
Sem processos disciplinares	90,8	91,1	90,4
Com processos disciplinares	1 processo	5,1	5,6
	2 ou mais	3,2	3,1
	Total	9,2	9,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito aos alunos do 2.º ciclo do Ensino Básico (Lisboa e Loures) — IALL (2003).

Os sentimentos que experimentam e as apreciações que fazem da escola também não variam de modo expressivo entre os dois grupos de estudantes (quadro 8.7). Em ambos, as crianças sentem existir discriminação na vida escolar (por parte dos professores, dos funcionários ou dos colegas) mas muito raramente sentem *medo* ou *vergonha*. O sentimento vivido com mais frequência é o *aborrecimento*.

Nos alunos descendentes de imigrantes é possível assinalar ligeiras diferenças: são mais os que ocultam a sua opinião sobre a eventual existência de discriminação na escola,²² estão com menos frequência *aborrecidos* e experimentam a *vergonha* mais vezes.

Na eleição do aspecto que mais lhes (des)agrada na escola e o que entendem ser mais urgente alterar, encontramos, de um modo geral, bastante insatisfação com as condições materiais da escola, menos sentida pelas crianças inseridas em famílias de imigração, e algum desagrado com os seus colegas de escola, especialmente apontado pelos descendentes de imigrantes. Ressalta, de facto, uma particular importância atribuída ao “lado humano” da escola (às pessoas que dela fazem parte) por parte destes alunos e é curioso, ainda, assinalar o desagrado que sentem em relação à alimentação oferecida pela escola.

Os aspectos mais especificamente relacionados com a aprendizagem (tempos, horários, disciplinas...) aparecem com menos referência na crítica dos alunos descendentes de imigrantes (e são menos valorizados o convívio e

22 Uma parte significativa dos alunos não respondeu a pelo menos uma das questões relativas à discriminação sentida na escola: 8,4% dos alunos autóctones e 12,8% dos alunos descendentes de imigrantes.

Quadro 8.7 Alunos autóctones e descendentes de imigrantes, segundo os sentimentos na escola e a apreciação da escola (%)

			Total	Autóctones	Descendentes de imigrantes
Sentimentos na escola	Grau de discriminação*	Muita discriminação	8.0	7.5	8.6
		Alguma discriminação	66.2	66.8	65.3
		Nenhuma discriminação	25.8	25.7	26.1
		Total	100.0	100.0	100.0
	Emoções	Nunca sente raiva	41.8	42.0	41.5
		Nunca sente medo	59.2	59.1	59.2
		Nunca sente tristeza	44.7	44.5	45.0
		Nunca sente aborrecimento	24.8	21.2	29.4
		Nunca sente vergonha	56.6	63.8	60.7
	Apreciação da escola	Melhor coisa da escola	Convívio/lazer	29.7	33.4
Condições materiais			25.1	21.7	29.9
Actividades desportivas			17.8	18.4	17.0
Professores			21.7	21.7	21.7
Pior coisa da escola		Condições materiais	38.5	38.2	39.0
		Colegas	17.7	15.2	21.2
		Professor	6.2	5.3	7.5
		Aprendizagem	6.2	7.7	4.1
O que mudava		Condições materiais	42.2	43.2	40.7
		Colegas	16.6	15.5	17.9
		Professores ou funcionários	7.4	6.5	8.5
		Tempos (aula, lazer)	7.2	8.8	5.2
		Alimentação	3.6	2.5	5.2

Notas: Muita discriminação: sente existir discriminação por parte dos professores, dos funcionários e dos colegas; Alguma discriminação: sente existir discriminação da parte dos professores ou dos funcionários ou dos colegas; Nenhuma discriminação: afirma não existir discriminação em nenhum dos domínios considerados.

Fonte: Inquérito aos alunos do 2.º ciclo do Ensino Básico (Lisboa e Loures) — IALL (2003).

o lazer), dada a importância que assume a aprendizagem neste grupo específico de estudantes.

A relação com os saberes curriculares e com os professores foi outra dimensão inquirida no âmbito das vivências do quotidiano escolar (quadro 8.8).

De entre as disciplinas mais referidas pelos estudantes inquiridos, a educação física, a educação visual e tecnológica e a língua portuguesa são mais apreciadas que depreciadas. Pelo contrário, a relação com a matemática, o inglês e a história de Portugal salda-se pela negativa. Comparando os dois grupos de alunos em análise, destaca-se a mais favorável relação que os descendentes de imigrantes têm tanto com o inglês como com a matemática e o particular desagrado que revelam no caso da aprendizagem da história de Portugal.

Com uma relação com os professores, em todos os aspectos diagnosticados, mais difícil e apesar do menor afecto que dizem sentir dos professores relativamente a eles, os alunos descendentes de imigrantes revelam

Quadro 8.8 Alunos autóctones e descendentes de imigrantes, segundo a relação com os saberes disciplinares e com os professores (%)

			Total	Autóctones	Descendentes de imigrantes
Disciplina que mais/menos gosta	Língua Portuguesa	(+)	12,5	11,6	13,6
		(-)	9,3	8,1	10,8
	História de Portugal	(+)	9,8	9,6	10,0
		(-)	20,2	16,9	24,4
	Matemática	(+)	13,4	12,0	15,3
		(-)	21,6	22,9	20,0
	Inglês	(+)	10,3	7,3	14,2
		(-)	17,8	20,1	14,7
	Educação visual e tecnológica	(+)	13,2	14,1	11,9
		(-)	4,7	4,7	4,7
	Educação física	(+)	25,2	27,6	21,9
		(-)	1,9	2,1	1,7
Relação com os professores	Entendem a explicação dada pelos professores		76,7	78,2	74,7
	Sentem incentivo à participação nas aulas		76,3	80,3	71,1
	Sentem ajuda em caso de resposta errada		52,6	54,6	50,0
	Sentem-se respeitados		73,7	78,6	66,4
	Sentem existir discriminação		32,0	31,0	33,0
	Sentem que os professores são seus amigos		64,2	68,7	58,3
	Gostam dos professores		68,6	67,5	70,0

Fonte: Inquérito aos alunos do 2.º ciclo do Ensino Básico (Lisboa e Loures) — IALL (2003).

uma superior afeição por estes. A aprendizagem e os professores a ela associados podem não ser perfeitos mas, no fundo, são “inquestionáveis” ou “incondicionais”.

Projectos e aspirações escolares dos alunos

Em relação ao projecto de escolaridade a atingir e às possibilidades de concretização do mesmo, os alunos descendentes de imigrantes distinguem-se dos seus colegas apenas pela maior incerteza (mais 10%) e uma menor convicção (menos 9%) na concretização do seu projecto (quadro 8.9).

É interessante confrontar estes projectos e expectativas com os dos seus progenitores (observados no quadro 8. 5): por um lado, os filhos têm projectos de escolaridade menos ambiciosos e, por outro, a indefinição/ausência dos projectos de escolaridade expressa pelos progenitores imigrantes (27%) não parece ser decisiva na elaboração dos projectos dos filhos. Por oposição, no caso dos alunos autóctones, a ausência de uma meta precisa a atingir afecta mais os alunos que os seus familiares.

Quadro 8.9 Alunos autóctones e descendentes de imigrantes, segundo representações e expectativas da escolaridade (%)

		Total	Autóctones	Descendentes de imigrantes
Projecto escolar	Até 9º ano	10,4	10,5	10,2
	Até 12º ano	14,0	13,9	14,2
	Até universidade	49,9	49,5	50,6
	Até onde for possível	21,3	22,7	19,4
	NS/NR	4,4	3,4	5,6
	Total	100,0	100,0	100,0
Expectativas de concretização do projecto escolar	Sim	55,6	58,9	51,4
	Não	2,5	3,4	1,4
	NS/NR	41,8	37,7	47,2
	Total	100,0	100,0	100,0
Importância da escolaridade para o futuro		34,8	36,6	32,5

Fonte: Inquérito aos alunos do 2.º ciclo do Ensino Básico (Lisboa e Loures) — IALL (2003).

Notas conclusivas

A população escolar proveniente das dinâmicas de imigração tem-se vindo a constituir como objecto privilegiado de atenção nas agendas mediáticas, políticas e científicas, nacionais e europeias. Do ponto de vista político, foi possível enumerar e reconhecer a existência avulsa de iniciativas e mecanismos legais disponíveis em Portugal visando a integração desta população, embora se desconheça o seu impacto real.

O diagnóstico da situação nacional é particularmente difícil, pois à reduzida produção de dados e à fluidez da produção dos mesmos, acresce a variação nos critérios de categorização, o não tratamento de grande parte dos dados recolhidos (por insuficiência de meios humanos e técnicos do Ministério da Educação) ou por desadequação da formulação das questões no recenseamento da população escolar.²³ Os poucos dados disponíveis oficialmente revelam uma diversidade acentuada nas trajectórias escolares dos alunos descendentes de imigrantes.

As escassas pesquisas que têm sido desenvolvidas sobre a temática em análise só muito recentemente começaram a integrar perspectivas de banda larga, em que factores sociais e culturais são equacionados de modo convergente. Na análise dos resultados do inquérito IALL, em que se combinou a

²³ A aplicação do IALL tornou possível constatar a acentuada diversidade de critérios adoptados pelas escolas no preenchimento dos instrumentos de notação do Entreculturas, imprecisão que é favorecida pelos termos propostos pelo Ministério da Educação: entre 1992/93 e 1998/99 pedia-se que fosse identificada a nacionalidade do aluno ou a dos seus ascendentes e a partir desse ano lectivo solicita-se a nacionalidade do aluno.

ascendência dos alunos com a condição social das suas famílias, foi possível demonstrar não existir nos descendentes de imigrantes qualquer tendência generalizada para a realização de trajectórias escolares menos sucedidas. Os melhores resultados que, pelo contrário, obtêm no caso de as suas famílias terem um menor capital cultural indiciam o sobreinvestimento que estes alunos (e suas famílias) farão na escolaridade. Nem os alunos auscultados nem as suas famílias (segundo eles) têm expectativas diferenciadas em relação à escolaridade a atingir. Quanto à frequência dos comportamentos sancionados pela escola também não se registaram diferenças significativas de acordo com os grupos de alunos. A breve análise realizada permitiu apreender que, na comparação com os seus colegas autóctones, os alunos descendentes de imigrantes sentem-se um pouco menos apoiados pelos professores, mais desagrados com o comportamento dos colegas e menos críticos em relação às condições materiais da escola que frequentam e à aprendizagem, atribuindo a esta maior centralidade no contexto escolar.

Referências bibliográficas

- Angeja, Maria Olinda (2000), *Inserção de Jovens de Origem Africana na Escola*, Mem Martins, Associação dos Professores de Sintra.
- Cardoso, Carlos Manuel (1996), *Educação Multicultural: Percursos para Práticas Reflexivas*, Lisboa, Texto Editora.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Departamento da Educação Básica (DEB) (2003), *Caracterização Nacional dos Alunos com Língua Portuguesa como Língua Não Materna*, em http://www.deb.min-edu.pt/fichdown/caracterizacao_nacional_2002_lp2.pdf
- Diário Digital/Lusa (2005), "Existem 465.454 estrangeiros a residir em Portugal", 4 de Maio, consultado a 19 de Julho de 2005, http://diariodigital.sapo.pt/news_history.asp?section_id=0&id_news=171610.
- EUMC (European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia) (2004a), *Migrants, Minorities and Education: Documenting Discriminations and Integration in 15 Member States of the European Union*, Luxemburgo, Office for Official Publications of the European Communities.
- EUMC (European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia) (2004b), *Analytical Report on Education: National Focal Point for Portugal*.
- Eurydice (2004a), *Integrating Immigrant Children into Schools in Europe*, European Commission, Directorate — General for Education and Culture.
- Eurydice (2004b), *Integrating Immigrant Children into Schools in Europe: Portugal — National Description*, European Commission, Directorate — General for Education and Culture.
- GIASE/ME (2006), Alunos matriculados por grupo cultural/nacionalidade (00/01-03/04), GIASE/ME).

- Gusmão, Neusa Maria Mendes de (2004), *Os Filhos de África em Portugal. Antropologia, Multiculturalidade e Educação*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Machado Fernando Luís, Ana Raquel Matias, e Sofia Leal (2005), "Desigualdades sociais e diferenças culturais: uma análise extensiva e multidimensional dos resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos em Portugal", *Análise Social*, XL (176), pp. 695-714.
- Martins, Joana Lopes (2004), *Escolarização: Um Projecto de Mobilidade Social, para Quem?*, SociNova Working Papers, em <http://www.socinovamigration.org>.
- OCDE (2004), *Education at a Glance: 2004 Edition*, Paris, OCDE.
- Paes, Isabel Sasseti (1993), "Crianças de imigrantes: que oportunidades?", em *Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 296-316.
- Pires, Sónia Brigitte da Rocha (2000), *A Segunda Geração de Imigrantes em Portugal e Diferenças do Percurso Escolar: os Jovens de Origem Cabo-verdiana Verso Jovens de Origem Hindu-Indiana*, dissertação de mestrado em sociologia, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Santos, Irene (2004), *Quem Habita os Alunos? A Socialização de Crianças de Origem Africana*, Lisboa, Educa.
- Seabra, Teresa (1999), *Educação nas Famílias: Etnicidade e Classes Sociais*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, Ministério da Educação.
- Seabra, Teresa, e Sandra Mateus (2003), "Os descendentes de imigrantes na escola portuguesa: contingente, localização e resultados", *Revista de Estudios e Investigación en Psicología e Educación*, 10 (8), pp. 820-833.
- Seabra, Teresa, e Sandra Mateus (2004), "Etnicidade e 'excelência escolar': cabo-verdianos e indianos na AML", *Actas do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção*, Braga, 12 a 15 de Maio de 2004 (edição em CD-ROM).
- Sousa, Joana Campos (2000), *Vivências da Multiculturalidade numa Escola Urbana. Representações Sociais dos Alunos: Um Estudo Etnográfico*, tese de mestrado em ciências da educação, Lisboa, Universidade Católica.

Transições na juventude **Percursos e discontinuidades**

Maria das Dores Guerreiro, Pedro Abrantes e Inês Pereira

Nas sociedades avançadas, a juventude constitui uma fase da vida marcada, socialmente, por condições estruturais particulares e formas culturais com um certo grau de especificidade. As mudanças profundas que estão a ocorrer nestas sociedades, tanto nas esferas económica e política como no espaço das relações familiares, interferem inevitavelmente nos modos como as jovens gerações vivem os seus quotidianos, protagonizam a transição para a vida adulta e equacionam o futuro. O estudo das condições e estilos de vida, das posições e disposições, dos espaços e tempos, dos trajectos e projectos, dos valores e práticas sociais que caracterizam a juventude tem, pois, constituído uma área de interessantes investigações e debates na sociologia portuguesa, correspondendo a um múltiplo propósito de analisar fenómenos relevantes da sociedade de hoje, mas também de perscrutar tendências para a sociedade de amanhã e propor políticas que as consubstanciem. As pesquisas sobre os jovens permitem, na verdade, perspectivar as mudanças sociais que se prefiguram e uma melhor compreensão das características do mundo contemporâneo. Os comportamentos e atitudes das gerações mais jovens constituem um barómetro susceptível de antecipar o que podem ser as configurações sociais futuras.

O presente capítulo ensaia uma reflexão acerca do modo como a juventude é vivida no Portugal contemporâneo, com base em vários estudos nacionais e europeus em que esta equipa tem participado,¹ e dando conta também dos principais resultados de algumas outras pesquisas sociológicas que têm vindo a desenvolver-se, neste domínio, no nosso país.

1 Orientações dos jovens portugueses sobre o emprego e a família; Gender, parenthood and the changing European workplace: young adults negotiating the work-family boundary (Transitions), 2003-2005; Os jovens e o mercado de trabalho: caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e a eficácia das políticas, 2004-2005; Trajectórias escolares e profissionais de jovens com baixas qualificações, 2007.

A juventude: de categoria social a ideologia

Se é inequívoca a presença da “juventude” nas problemáticas associadas à caracterização e estudo das sociedades avançadas, impregnando os sentidos que se conferem a inúmeras acções individuais e a múltiplos fenómenos sociais, não deixa de ser contestada a sua conversão imediatista em categoria sociológica, devendo-se reconhecer os seus contornos muito voláteis e as suas fragilidades analíticas. O estatuto, o significado e o valor heurístico do conceito, no âmbito da sociologia, não são, pois, consensuais e têm animado acesos debates.

Note-se que a juventude, enquanto categoria social, está notavelmente ausente das sociedades tradicionais. Em termos socio-históricos, é possível identificar a emergência desse novo estatuto social no século XX, em particular no contexto das cidades modernas no espaço criado pelo prolongamento dos percursos de escolaridade para aquisição de competências qualificacionais formais e consequente adiamento do processo de entrada no mercado de trabalho, permanecendo os indivíduos, durante períodos cada vez mais alargados, afastados da esfera produtiva, na dependência económica das famílias ou do estado,² mas desenvolvendo, simultaneamente, autonomias muito significativas em termos de redes de sociabilidade, identidades culturais, estilos e projectos de vida. Este espaço foi-se tornando gradualmente um campo florescente de novas formas de expressão cultural urbana, nem sempre socialmente integradas e, por isso, em tensão frequente, por vezes também violenta, com os poderes dominantes. Sendo gerador de novas dinâmicas e movimentos, de inúmeras liberdades e realizações, é também atravessado por ansiedades, repressões e exclusões.

Particularmente em contextos de profunda transformação social, a partilha deste estatuto comum e de experiências de socialização específicas dá origem a singularidades ao nível da consciência histórica, das competências e dos projectos (Pais, 1999a), reforçadas por (e reforçando) processos de afinidade e identificação. Um exemplo paradigmático é a relação particular com a tecnologia, surgindo hoje a televisão, a internet ou os telemóveis profundamente imbricados nas práticas quotidianas juvenis, transformando os campos de possibilidades, as redes de sociabilidade, os estilos de vida, as formas de comunicação ou os mecanismos de construção identitária, ao permitir um significativo distanciamento face aos contextos de co-presença, e o envolvimento em relações e mesmo em comunidades globais (Cardoso e outros, 2005). Uma relação diferente com a sexualidade e o corpo pode ser outro desses fenómenos emergentes, o qual

2 Como acontece em diversos países europeus, onde os jovens podem beneficiar de diversas formas de apoio estatal, designadamente bolsas ou empréstimos de longo prazo, para aquisição de qualificações escolares e obtenção de condições de autonomia individual.

começou já a granjear a atenção de alguns investigadores do campo (Cabral e Pais, 2003; Ferreira, 2007).

Nos anos 60 e 70, alimentada por diversas utopias emancipatórias mas também pânticos morais, difundiu-se — na sociologia bem como na sociedade — a visão da juventude como grupo ou mesmo movimento social, com forte solidariedade interna e significativo potencial disruptivo, em termos culturais e políticos (Bebiano, 2002). A existência de uma geração com novos valores e estilos de vida, estilos de sociabilidade, formas de intervenção política e alguma consciência de si, que não apenas se afastavam da cultura dominante mas se lhe opunham frequentemente, criando os contornos de uma contracultura, era foco de atenção e debates entre sociólogos a nível mundial.³ Novas práticas libertárias e experimentalistas, projectos de vida não lineares, críticas às sociedades industriais, novas disposições estéticas com destaque para o campo da música, uma nova ocupação dos espaços e dos tempos (como a noite), o recurso a novas drogas, entre outros elementos, compunham um universo cultural que se pensava relativamente homogéneo e oposto aos poderes instituídos.

Esta abordagem está, de alguma forma, presente no estudo pioneiro de Sedas Nunes (1968) sobre os estudantes universitários portugueses, num período em que as contradições do Estado Novo se tornavam cada vez mais manifestas e a contestação estudantil subia de tom. Mais tarde, o interesse público pelo poder transformador mas também pelos problemas sociais associados às faixas etárias mais jovens, em particular numa sociedade em acelerada mudança como a portuguesa, fez com que desenvolvessem, ao longo dos anos 80 e 90, várias caracterizações de índole quantitativa sobre a “condição juvenil” (Cruz, 1984), os jovens em Portugal — saliente-se o trabalho continuado entre o Instituto de Ciências Sociais e o Instituto Português da Juventude (AA. VV., 1988; Pais e Cabral, 1998; Figueiredo, Silva e Ferreira, 1999; etc.) — ou em áreas específicas, como o concelho de Loures (Almeida e outros, 1996).

Todavia, a tendencial abertura e pluralidade das sociedades na modernidade avançada, o reconhecimento da enorme diversidade de “culturas juvenis” — em articulação estreita com as condições e os contextos sociais em que se desenvolvem — e a inexistência de uma “consciência geracional” forte têm levado muitos sociólogos a relativizar o conceito de juventude no singular (Pais, 1993; Lopes, 1996). Neste quadro, têm ganho peso os estudos sobre determinadas práticas sociais associadas à juventude, como o *inter-rail* (Santos, 1999), o uso da noite (Sanchez e Martins, 1999) ou o voluntariado (Santos, 2002), sobre certas “tribos” juvenis que se destacam pelas suas formas artísticas e (sub)culturais (Santos e outros, 2003; Pais e Blass, 2004; Ferreira, 2007) ou

3 Tais movimentos políticos juvenis terão mesmo constituído objecto empírico para os principais estudos sociológicos que alguns autores associam à fase da institucionalização da sociologia em Portugal.

que partilham posições estruturais semelhantes, como os “estudantes universitários” (Machado, Costa e Almeida, 1989; Fernandes e outros, 2001; Almeida e outros, 2003), as “elites políticas juvenis” (Cruz, 1990) ou os “descendentes de imigrantes” (Machado, Matias e Leal, 2004). Inscrevem-se também aqui abordagens pioneiras e de referência para muitos dos estudos realizados em Portugal, como as de Gilberto Velho sobre os jovens de classe média da zona sul do Rio de Janeiro (1998).

A própria relação das identidades juvenis com as condições, experiências e projectos em contextos mais institucionais, como a escola e o trabalho, volta a ser enfatizada, contra a vertigem de conceber os jovens numa redoma de lazer, até porque em vez de se diluir, essa relação parece hoje mais difusa, complexa e problemática, contribuindo para a sua diversificação interna e prolongando, ou mesmo bloqueando, o processo de transição para a vida adulta (Guerreiro e Abrantes, 2004).

Diversos estudos sociológicos têm, na última década, vindo a relevar a vulnerabilidade acrescida de certos segmentos juvenis às dinâmicas de exclusão social, fenómeno que se tende a associar a alguns dos problemas sociais mais graves das sociedades actuais, como o desemprego, a pobreza extrema, o isolamento, a marginalidade, a criminalidade, o alcoolismo ou a toxicod dependência (Ferreira, 1999; Garcia e outros, 2000; MTS, 2000; Pais, 1999b e 2001; Carvalho, 2003). Estes trabalhos apontam, em geral, para a necessidade de políticas sociais mais incisivas e são, não raramente, incorporados e reinterpretados em debates públicos constantes, dando origem a processos de reflexividade cruzada característicos da modernidade avançada.

Além disso, o conceito de juventude surge cada vez mais embrenhado nos discursos e nos quotidianos das sociedades modernas, colado a processos simbólico-mediáticos de proporções globais. Por um lado, certos valores e práticas culturais mais cosmopolitas e liberais tendem a disseminar-se por — ou a perdurar nos — grupos etários mais adultos, assemelhando a juventude a uma ou a várias ideologia(s). Por outro lado, grupos financeiros e “indústrias do lazer” poderosos dedicam-se a produzir e a impor continuamente aos consumidores novos elementos de um estilo de vida juvenil, com ícones e linguagens próprias. Consequentemente, as culturas juvenis surgem hoje, sem uma parte do seu potencial disruptivo, profundamente mediatizadas, globalizadas, comercializadas e mesmo folclorizadas, como um produto de máquinas audiovisuais sofisticadas, que penetra fortemente no imaginário colectivo global, em grande medida, para estimular a necessidade de uma vasta gama de outros produtos. Neste sentido, alguns autores têm vindo a alertar para os perigos da individualização, “coisificação” (*commodification*) e privatização das experiências juvenis (Furlong e Cartmel, 1998) ou, em termos gerais, da definição de actores intensamente consumidores mas, cada vez mais, excluídos das esferas da produção e da cidadania (Harvey, 2001).

Como resultado deste fenómeno de fundo, em que a cultura e o comércio surgem profundamente entrelaçados, ser ou parecer jovem tornou-se, pois, um novo “ideal de vida” dominante, uma nova forma de capital, passível de se adquirir através de exigentes consumos e “tecnologias do *self*” e, assim, participar decisivamente nos mecanismos individuais de auto-reflexividade e de (re)construção identitária. Num jogo complexo entre biologia e ideologia, ser reconhecido como “jovem” constitui hoje uma raridade específica e que, em parte, se tem de comprar no mercado e incorporar quotidianamente através de um trabalho de (re)socialização permanente. Este processo não deixa de ocorrer num contexto de profundas desigualdades sociais, reforçando-as mesmo, ao convocar diversos tipos de capitais — económicos, culturais e sociais — e, deste modo, excluindo todos aqueles que não os possuem ou não estão em condições de os reconverter, inclusive uma parte daqueles que, paradoxalmente, pertencem às franjas mais jovens.

Em síntese, longe de se dissipar, o conceito de juventude torna-se cada vez mais polissémico. O seu papel nas dinâmicas de modernidade é tão central quanto ambíguo, ora se objectivando numa faixa etária específica, embora com limites muito variáveis e que tende a alongar-se no tempo, ora se apresentando, intersubjectivamente, como um ideal de vida. Os efeitos interaccionais dessa categorização convocam, a nível social, processos contínuos de dupla hermenêutica e, a nível pessoal, dinâmicas permanentes de (re)construção identitária, entre o biológico e o social.

Da não linearidade das transições para a vida adulta

Enquanto a categoria juventude é desafiada por diversas reflexões de índole sociológica, o conceito de “transição para a vida adulta” tem vindo a constituir-se como objecto de vários estudos, explorando-se os seus contornos dinâmicos, auto-reflexivos e multidimensionais. Se esta transição já constitui um tema clássico da antropologia das sociedades primitivas (ver, por exemplo, Van Gennep, 1960), na verdade este processo tende, nas sociedades modernas, a alongar-se no tempo, a desdobrar-se em várias dimensões e a complexificar-se, sendo palco de oportunidades várias mas também de riscos e vulnerabilidades particulares, sobretudo na transição dos sistemas educativos para o mercado de trabalho (Mauritti, 2002; Pais, 2001; Guerreiro e Abrantes, 2004).

A passagem para a idade adulta apresenta-se, pois, como um trajecto socialmente construído, assente em campos de possibilidades específicos e enformado por histórias e projectos de vida que, sendo individuais, não deixam de reflectir uma série de dinâmicas sociais. Entre estrutura e acção, os indivíduos são confrontados com uma diversidade de opções e liberdades sem precedentes mas, também, obstáculos, limitações e estrangulamentos, potencialmente geradores de frustrações e desestruturações. Olhando mais de perto,

verifica-se que esta transição consiste num processo de reconstrução identitária, abrangendo uma panóplia de transformações que decorrem nas múltiplas esferas que compõem a vida dos indivíduos.

A transição para a vida adulta constrói-se, assim, em diversas transições, nomeadamente: fim do percurso escolar, entrada no mercado de trabalho, saída da casa paterna, experiência de conjugalidade e iniciação na parentalidade. De um modo geral tende-se a considerar este processo em cinco etapas, geralmente por esta ordem, como a situação ideal-típica de transição, completa e linear, para a vida adulta, transição esta que deve ser acompanhada por modificações complementares a nível dos valores e dos estilos de vida, por exemplo no assumir de determinadas responsabilidades que se sobrepõem a uma visão predominantemente hedonista do mundo.

Os dados recolhidos sugerem, todavia, que este padrão de transição para a vida adulta varia muito consoante os indivíduos e os contextos sociais em que eles se movem. Ou seja, verifica-se que: (1) cada uma das referidas etapas é vivida de modo diferente de acordo com as condições estruturais e as agências dos indivíduos, podendo ocorrer em diferentes momentos da vida; (2) as relações de interdependência e a sequência entre as diferentes etapas são, também elas, profundamente diversas e marcadas pelas posições estruturais e pelas disposições culturais dos jovens. Assim, no que concerne ao processo de transição para a vida adulta, assistimos a uma permanente tensão entre padrões de linearidade e de complexidade, acção individual e estruturas sociais (Guerreiro e outros, 2004).

Por um lado, as noções de linearidade e de continuidade biográfica encontram-se presentes nos discursos dos jovens e nos seus projectos de vida, particularmente entre os segmentos mais qualificados da população. Por outro lado, na confrontação com a realidade empírica verifica-se uma miríade de percursos possíveis de transição para a vida adulta, em muitos casos ocorrendo de forma não linear. Evidências empíricas, como o prolongamento dos ciclos educativos ao longo da vida, ao abandono escolar precoce, a precarização e flexibilização do mercado de trabalho, a diversificação das formas de conjugalidade ou a diminuição da taxa de fertilidade sugerem uma diversidade de trajectórias, sendo necessária uma observação mais atenta destes fenómenos para se compreender, na totalidade, os diferentes padrões de transição para a vida adulta.

Note-se ainda que, se esta multiplicidade de trajectórias é um traço de modernidade patente em diversas sociedades europeias, o caso português apresenta contornos particulares, resultantes das profundas mutações históricas nas últimas décadas e da sobreposição simultânea de camadas de modernidade e tradição, num contexto marcado pela fraca intervenção do estado, no que concerne aos apoios à transição para a vida adulta (Brannen e outros, 2002).

Um modelo bietápico: a idade certa

O processo de transição para a vida adulta organiza-se em torno da noção — socialmente construída — da existência de uma profunda linha divisória que separa a juventude da idade adulta, segundo aquilo a que chamamos uma transição a dois tempos, situação particularmente emblemática desta geração (Lewis e outros, 1999; Guerreiro e Abrantes, 2004).

Esta forma de organização da biografia individual é particularmente notória no que concerne ao processo de entrada na conjugalidade e na parentalidade. Por um lado, a juventude destaca-se enquanto época de experimentação hedonista, apropriada à manutenção de um ou mais namoros, com um grau diverso de seriedade, e de outras experiências relacionais, passíveis de diferentes classificações sociais. Entre conhecimentos transitórios, amizades e namoros, constrói-se um triângulo de continuidades relacionais facilmente transponíveis. Por outro lado, a idade adulta é vista como a fase da vida onde se deve ser responsável, “assentar” e constituir família própria. Subjacente está a noção de que existe uma “barreira psicológica” que divide a idade para a diversão e a experimentação da idade para assumir responsabilidades familiares e sociais. O matrimónio surge assim como um rito de passagem fulcral, que marca o final de uma certa forma de vida, por isso mesmo celebrado numa despedida de solteiro, ritual que assinala o fim de um ciclo fundamentalmente hedonista. Sendo esta uma tendência observada a nível europeu, surge particularmente vincada em países como Portugal, em que os jovens adiam a saída da casa dos progenitores, fazendo-a em geral coincidir com o início da conjugalidade.

Esta concepção dicotómica, amplamente difundida a nível do senso comum, tende a ser reproduzida por muitos dos jovens que entrevistámos, pelo menos no plano dos projectos de vida. Muitos adiam os seus projectos de conjugalidade e parentalidade, por motivos profissionais, académicos ou de estilo de vida, mas uma grande parte de entre eles tende a projectar no futuro o momento em que, finalmente, irão assentar. À vertigem de aproveitar ao máximo a juventude, enquanto estilo de vida e ideologia, segue-se a noção interiorizada do momento em que se irá mudar de vida, um futuro mais ou menos longínquo que é momentaneamente colocado “em suspenso” (Guerreiro e Abrantes, 2004; Guerreiro e outros, 2005), até que se desenhem possibilidades ou surjam circunstâncias propiciadoras de avançar mais alguns passos na transição para a condição de adulto, a qual, mais do que num momento específico, se concretiza através de um processo que cada vez mais se caracteriza por não ser nem linear nem irreversível.

De um ponto de vista da análise identitária este modelo bietápico dá importantes pistas, revelando a noção incorporada de continuidade biográfica e de projecto reflexivo de um *self* que é capaz de se visualizar a si próprio no futuro e de, até certo ponto, colonizá-lo, mas que adia mais ou menos conscientemente o

momento da reconstrução identitária (Hockney e James, 1999). Simultaneamente, a noção da “idade certa” é reveladora de uma construção social, muitas vezes reforçada e controlada na relação interpares, de categorias identitárias que tendem a surgir em *kits* identitários que agrupam o que é suposto fazer-se ou não se fazer em determinado momento.

Todavia, e não obstante a reprodução — a nível das representações — deste modelo biotípico, as vias de transição para a vida adulta são variadas e conjugam-se de distintos modos, traduzindo-se cada vez mais não em momentos específicos mas em processos e percursos reversíveis. É comum referir-se a diversificação das formas de conjugalidade na sociedade contemporânea, e a relativa perda de centralidade do matrimónio. Embora esta noção tenha sido por vezes exacerbada, é importante relevar a coexistência de diversos padrões alternativos de conjugalidade, envolvendo formas de coabitação não matrimoniais, conjugalidades dissociadas da coabitação, recomposições familiares resultantes de rupturas conjugais anteriores, bem como a formação de casais homossexuais. Todos estes processos têm ganho não só maior preponderância, como maior visibilidade e aceitação na sociedade contemporânea. A idade em que a primeira experiência de conjugalidade ocorre é também variável e fortemente condicionada em função do grupo social em análise, iniciando-se, nalguns casos, através de um período mais informal e de experimentações de vida a dois, porventura com parceiros diferentes, o que tende a protelar cada vez mais a idade de formalização do vínculo conjugal. No ainda breve trecho temporal decorrido desde a transição do milénio, na sociedade portuguesa, as idades quando do primeiro casamento passaram de uma média de 25,7 para 27,5 anos, no sexo feminino, e de 27,5 para 29,1 anos, no sexo masculino (INE, Indicadores Sociais, 2007).

No que diz respeito à parentalidade, assistimos não só a uma diminuição acentuada da taxa de fertilidade nas faixas etárias mais jovens, mas a um aumento da idade em que se tem o primeiro filho,⁴ ocorrendo este, muitas vezes, numa ocasião em que as demais transições para a vida adulta, designadamente o fim da escolaridade e a inserção profissional, estão já efectivadas. A idade modal a nível da taxa de fertilidade, situada nos 25-29 anos até ao ano 2000, deslizou rapidamente para os 30-34 anos. É de referir, todavia, que a idade de entrada na parentalidade é fortemente condicionada pela situação profissional dos jovens. De um modo geral, parecem ser os jovens mais qualificados aqueles que adiam a parentalidade por motivos profissionais ou académicos, considerando a estabilidade, a este nível mas também internamente ao casal, como um requisito prévio à maternidade e à paternidade. Os jovens menos qualificados tendem a ter os seus filhos mais cedo e num contexto de

4 A idade das mães quando do nascimento do primeiro filho passou de uma média de 26,5 anos em 2000 para 28,1 anos em 2006 (INE, 2007). Continuam a não ser publicados dados oficiais relativamente à idade do pai.

menor estabilidade, revelador de estratégias menos planeadas e de expectativas reduzidas quanto à possibilidade de, com as suas qualificações, virem a construir uma carreira profissional mais sólida (Guerreiro e outros, 2007). A este propósito vale a pena assinalar a persistência em Portugal de casamentos e parentalidades precoces entre os jovens de condições mais desfavorecidas, em contraste com as disposições dos jovens de contextos socioeconómicos mais favoráveis que, mesmo valorizando a constituição de família como futuro desejado, tendem a dilatar no tempo o período das experimentações afectivas, adiando significativamente a idade de “assentar”, casar e ter filhos.

O modelo bietápico que separa a juventude da idade adulta repercute-se por isso, também, na relação com o mercado laboral, separando o percurso educativo do momento de entrada no mercado de trabalho. Porém, como se verificará na próxima secção, também neste âmbito se assiste a uma pluralidade de situações, posições e disposições.

(Per)cursos inacabados

Outro traço inequívoco da juventude contemporânea, até pelo contraste com as gerações anteriores, diz respeito à centralidade e diversidade das experiências formativas. Não é por acaso que a sociedade contemporânea tem sido apelidada, por muitos dos seus pensadores, como a “sociedade do conhecimento”, relevando-se assim o papel central — em termos económicos e culturais — que este assume. Se a juventude emergiu, em grande medida, a partir da expansão e da massificação dos percursos de escolaridade, importa notar que nunca, como agora, a educação formal, ou a sua ausência, marcaram tanto os trajectos, os quotidianos e os projectos dos jovens portugueses.

E em vez de percursos coerentes, homogeneizados e delimitados no tempo, assiste-se hoje a uma panóplia enorme de experiências educativas, asseguradas pelo estado e pelo mercado, em modalidades muito diversas (cursos académicos, cursos profissionais, acções de formação, *workshops*, pós-graduações, estágios) e com uma relação muito variável com o mundo do trabalho, às quais se retorna frequentemente mesmo depois de iniciar a actividade profissional, por uma “disposição aprendente” e/ou por necessidades ditadas pela precariedade laboral, ambas as tendências em franca expansão.

Procurando recuperar um enorme atraso estrutural face às restantes sociedades europeias, assistiu-se nas últimas décadas à massificação dos sistemas de ensino secundário e superior e, conseqüentemente, a um crescimento exponencial, ainda que insuficiente, das qualificações educacionais e profissionais das gerações mais jovens (Almeida, Costa e Machado, 1994; Grácio, 1997; Sebastião, 1998; Figueiredo, Silva e Ferreira, 1999). Como mostra uma linha de estudos do CIES (Almeida, Machado e Costa, 1988; Machado, Costa e Almeida, 1989, entre outros), a experiência universitária deixou de estar

confinada a uma elite privilegiada e, mesmo mantendo uma base de recrutamento social claramente assimétrica, tem permitido a alguns segmentos da sociedade portuguesa a construção de trajectórias sociais ascendentes, de redes de sociabilidade mais heterogêneas e de novas estruturas de valores.

Associada a esta subida dos níveis de escolaridade, observamos que os jovens portugueses, em comparação com as gerações mais velhas, apresentam níveis superiores de literacia (Benavente e outros, 1996), posições socio-profissionais mais favorecidas (Costa e outros, 2000), hábitos de leitura mais assíduos (Lopes e Antunes, 2001), uma relação mais próxima com a ciência (Costa, Ávila e Mateus, 2002), uma maior sensibilidade às questões ambientais (AA.VV., 1988), maior penetração na sociedade em rede (Cardoso e outros, 2005), entre outros indicadores inequívocos de modernidade. Além disso, demonstram uma maior predisposição e abertura para aprender mais, confirmando o carácter cumulativo deste fenómeno.

Simultaneamente, a expansão e diversificação das oportunidades educativas conduz a um esbatimento das fronteiras entre estar dentro e fora do sistema educativo, gerando percursos sempre inacabados, consagrados no novo chavão “educação ao longo da vida”. A própria transformação das estruturas económicas faz com que os processos de especialização, a formação “no local”, os estágios mistos, a reconversão profissional e a actualização e reciclagem contínuas se assumam cada vez mais como centrais, e mesmo determinantes, para a sobrevivência das empresas, bem como dos jovens trabalhadores. Numa pesquisa recente (Guerreiro, Abrantes e Pereira, 2004), pudemos constatar a omnipresença das experiências e projectos formativos nos discursos quer dos dirigentes, quer dos jovens profissionais de diversas organizações, a nível europeu, ainda que atravessados por uma tensão relativamente a quem deve responsabilizar-se com a sobrecarga financeira e laboral que essas experiências de aprendizagem acarretam. Desta forma, a educação deixa tendencialmente de ser uma fase da vida, precedendo a transição para a vida adulta, para passar a ser uma dimensão permanente das biografias nas sociedades modernas, ainda que em intensidades e modalidades variáveis no tempo.

E se Portugal se singularizou pelo desinvestimento, quer das empresas, quer do estado, nos sistemas de formação profissional — notável, no período de expansão acelerada da escolaridade, quando na grande maioria dos países esses sistemas atingem a sua máxima expressão — é justo salientar que a formação profissional se desenvolveu consideravelmente nos anos 90, em parte com apoios da União Europeia (Azevedo, 2000), merecendo o reconhecimento da sua importância agora destaque nos discursos e percursos de muitos jovens, embora ainda sobretudo entre os inicialmente mal sucedidos nas vias mais académicas e gerais, como meio de “fuga ao desemprego” mas também aí identificando a via através da qual obtêm valorização social e profissional (Guerreiro e outros, 2006).

Por outro lado, a centralidade dos fenómenos educativos não deixa de se reflectir nos processos de exclusão social associados à persistência maciça de problemas como o insucesso cumulativo e o abandono precoce dos percursos de escolaridade por conjuntos amplos da população juvenil portuguesa. Segundo dados de 2006, 39,2% dos jovens de 18 a 24 anos não têm mais do que o 3.º ciclo do ensino básico e não prosseguem qualquer tipo de escolaridade, por contraponto a uma média de 15,2% na União Europeia dos 27. Entre os jovens de 20 a 24 anos contam-se 50,4% que registam uma escolaridade não superior ao ensino básico, quando a média europeia é de 22% (Eurostat, 2006). Mais grave, estes valores são significativamente mais elevados em certas regiões do país, classes sociais e grupos étnicos.

A este propósito, vários estudos sociológicos (Benavente e outros, 1994; Lopes, 1996; Garcia e outros, 2000) têm vindo a equacionar a dimensão maciça deste problema que, apesar das evoluções positivas ao longo das últimas décadas, ainda não está erradicado, relacionando-o com dinâmicas particulares da sociedade portuguesa, mas também do seu sistema de ensino rígido e selectivo, e constatando que as múltiplas políticas lançadas nestes campos ao longo dos anos e pelos diferentes governos têm obtido resultados apenas parciais. Com efeito, Portugal apresenta valores particularmente elevados de insucesso e abandono no interior dos vários ciclos de ensino — desde o básico ao superior —, o que sugere que a procura social demonstrada pelos jovens e suas famílias nem sempre tem correspondido a uma integração efectiva num sistema de ensino em que bastiões do anacronismo continuam a sustentar projectos de inovação.

As entrevistas realizadas a um número muito alargado de jovens confirmam que uma parte ainda muito significativa continua a não se integrar no sistema de ensino, acumulando reprovações e castigos, não encontrando sentido no trabalho escolar e deparando-se com dificuldades no lidar com situações e circunstâncias que acabam por se constituir em motivo e justificação para abandonarem a escola e ingressarem no mercado de trabalho o mais rapidamente possível, sem qualquer tipo de qualificações (Guerreiro e Abrantes, 2004; Guerreiro e outros, 2006; Guerreiro, Cantante e Barroso, 2007). Estes fenómenos de exclusão escolar precoce reproduzem e reforçam, em muitos casos, processos de exclusão das instituições e das competências modernas, reduzindo drasticamente o campo de possibilidades dos indivíduos e os processos de desenvolvimento de certas regiões e grupos sociais.

A expansão do universo educativo não apenas reflecte como reforça e legitima o cenário de transformações aceleradas, percursos não lineares e profundas desigualdades sociais que caracterizam, como temos vindo a referir, a juventude portuguesa contemporânea. Ou seja, ao permitir a um número crescente de jovens o acesso a uma série de recursos e oportunidades só existentes nas sociedades da modernidade avançada, não deixa de fazê-lo em condições que preservam ou mesmo reforçam processos graves

de exclusão social que atingem ainda segmentos muito consideráveis da população juvenil.

Precariedade e flexibilidade

Os processos de integração profissional são, actualmente, marcados por um processo paralelo de dilatação temporal. Com efeito, a entrada no mercado de trabalho corresponde, cada vez mais, não a um momento fixo na trajectória de vida de um indivíduo, mas a uma fase mais ou menos alargada, que vai desde os primeiros “biscates”, para alguns porventura ainda coexistindo com a inserção plena no sistema de ensino, até à obtenção de um primeiro contrato efectivo de trabalho, que possa permitir uma inserção laboral relativamente estável, ainda que este emprego a que se acede tenda cada vez menos a ser equacionado como o “emprego para toda a vida”. Entre estes dois extremos vai um longo *continuum* feito de inserções parciais e transitórias no sistema de emprego. A inserção inicial dos jovens no mercado de trabalho é, assim, marcada por processos de precarização e insegurança laboral, ocorrendo, de forma crescente, sob o domínio dos regimes informais ou semi-informais, sendo este dado transversal a quase todos os níveis socioqualificacionais, não obstante as suas especificidades.

No plano da inserção no mercado de trabalho, estudos realizados recentemente por investigadores do CIES (Guerreiro e outros, 2006; Guerreiro, Cantante e Barroso, 2007), a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (Censos, 1991 e 2001; Inquérito ao Emprego, 1998 a 2007), mostram que pouco menos de metade dos jovens (42%), entre os 15 e os 24 anos, continua a ter o trabalho profissional como o seu principal meio de vida, valor especialmente elevado na região Norte do país e que decresceu apenas ligeiramente nos últimos anos, embora tenha diminuído significativamente a actividade profissional dos jovens no segmento dos 15 aos 19 anos (de 36% para 20%). Dados da DGEEP indicam que estes jovens são quase todos (na ordem dos 90%) trabalhadores por conta de outrem e a tempo inteiro, confirmando a pouca penetração no mercado de trabalho português de novas modalidades laborais — que não a da flexibilização dos vínculos laborais (Dornelas, 2006), como adiante se verá — e a ainda pouca expressão da coexistência de duplas inserções, escolares e profissionais.

Os grupos socioprofissionais em que se enquadram estes jovens mostram bem a profunda heterogeneidade das condições juvenis no Portugal contemporâneo, visto que, se a maioria se integra em categorias profissionais dos serviços e administrativas (31,6%) e operárias (30,2%), um segmento muito significativo (25%), fazendo valer as suas qualificações escolares e académicas, pertence já ao grupo mais favorecido (dos dirigentes e quadros médios e superiores). À percentagem ainda residual de empresários (4,1%) contra-põe-se o aumento considerável dos profissionais intelectuais e científicos,

sobretudo do sexo feminino, sugerindo a permanência de um hiato relativamente ao perfil dos protagonistas dos mundos empresarial e científico-tecnológico, bem como a continuação, a nível das jovens gerações, das segmentações verticais e sectoriais, e do chamado fenómeno do “tecto de vidro”, do ponto de vista do género.

Note-se ainda que as taxas de desemprego juvenil duplicam as taxas de desemprego da população adulta e cresceram significativamente entre 1998 e 2007, alcançando o valor de 18,1% para os jovens entre os 15 e os 24 anos e de 10,5% para os de 25 a 34 anos (contra 11,6% e 7,1%, respectivamente, em 1998), percentagens ainda superiores no caso das raparigas. Apesar disto, poucos jovens portugueses referem receber subsídio de desemprego, resultado da instabilidade das suas inserções profissionais, precárias e pontuais, que lhes não conferem acesso a tal direito. Estes dados reflectem as dificuldades graves e crescentes de inserção das novas gerações no mercado de trabalho e a urgência de políticas sociais mais incisivas neste domínio.

Em termos de vínculos laborais, observa-se, a nível do emprego das gerações mais novas, até aos 34 anos, um claro aumento dos contratos a prazo entre 1998 e 2007 (de 19,5% para 28,1%, muito acima das médias para a globalidade da população (12,1% e 16,7%, respectivamente), embora os contratos permanentes continuem a dominar. Diversos estudos realizados sobre esta matéria sugerem a emergência de um mercado de trabalho em mutação, onde “o emprego já não é para toda a vida” e onde tendem a ocorrer modalidades de contratação que operam numa semi-ilegalidade, como é o caso do uso dos recibos verdes, do trabalho temporário e dos estágios não remunerados para preenchimento de postos de trabalho de tipo efectivo. Importa ainda referir que o emprego informal dos jovens em economias paralelas, estudado qualitativamente por Pais (2001), adquire também proporções muito significativas, cujo cálculo preciso se encontra ainda, em larga medida, por fazer.

Embora os processos de precarização sejam transversais a diversos segmentos de mercado, os dados recolhidos sugerem que se continuam a verificar diferenças significativas. O sector público continua a usufruir de determinadas regalias. Todavia, um estudo realizado no CIES (Guerreiro, Abrantes e Pereira, 2004) dava já conta do incremento da instabilidade nos empregos proporcionados por este sector, com a chamada “nova gestão do serviço público” (*new public management*), mais conhecida entre nós pelo processo de “modernização da administração pública”, do qual tem derivado a difusão dos contratos individuais de trabalho em serviços públicos e a anunciada alteração de trabalhador da função pública. Por outro lado, de um modo geral, pode-se afirmar que os segmentos de população mais qualificada, embora nos primeiros anos enfrentem também dificuldades no acesso ao emprego, tendem a construir uma carreira progressiva, enquanto nos sectores menos qualificados, se observa uma circulação mais prolongada entre empregos desfavorecidos, sem grandes oportunidades de progressão ou mesmo de estabilização da precariedade a eles inerente.

Este cenário de precarização e flexibilização do emprego — e particularmente os sentimentos de insegurança laboral — condiciona os demais projectos de vida dos jovens, nomeadamente a nível da estruturação da vida familiar e da entrada na parentalidade, dificultando o usufruto das licenças e outras regalias previstas por lei. Os casais protelam cada vez mais a decisão de ter o primeiro (muitas vezes o único) filho, sabendo, sobretudo as mulheres, o impacto que a maternidade tem na consolidação das suas carreiras profissionais. Simultaneamente, é nos sectores mais precarizados que a dificuldade de mobilização e contestação é maior. A este nível detectam-se profundas assimetrias entre (1) sectores de actividade (nomeadamente entre o público e o privado), (2) diferentes níveis qualificacionais e hierárquicos, (3) homens e mulheres. Em cada contexto laboral, os indivíduos agem de forma distinta, condicionados pelos seus campos de alternativas vigentes e pelo seu sentido subjectivo dos direitos (Lewis, 1998) enquanto trabalhadores.

Embora o discurso sobre a problemática da precarização seja apropriado e incorporado pelos jovens, e tomado geralmente num sentido negativo, os jovens tendem a integrá-lo nas suas próprias estratégias, fazendo-se valer de uma pluralidade de opções e apropriando-se, da forma mais vantajosa possível, de uma situação que, à partida, não lhes é favorável (Guerreiro e outros, 2006). Desta forma, em muitos casos, a informalização e a precarização são, também, manipuláveis pelos jovens. Isto é particularmente patente entre os detentores de níveis qualificacionais mais elevados, que associam a estes processos a ideia de flexibilidade, enquanto modelo de trânsito entre empregos. No entanto, também aqui, a ideia do modelo bietápico é uma realidade, já que muitos deles consideram que, a um período de instabilidade, se deverá seguir um outro que proporcione uma maior estabilidade, mais compatível com a constituição de uma família e a consumação de outros projectos, entretanto adiados.

A (re)construção das redes sociais

Nos últimos anos, a metáfora da rede assume um papel cada vez mais preponderante na produção sociológica (Castells, 2000; Wellman, 1998). A noção de rede, enquanto forma de relação e estruturação das relações entre indivíduos, grupos e instituições, permite, de forma feliz, explicitar dinâmicas de interdependência e interinfluência. Uma das principais mais-valias deste conceito tem sido demonstrar como os indivíduos se inserem em complexas redes de relações, ao invés de se enquadrarem em grupos fechados e predefinidos. A análise de redes ilustra, assim, a inserção múltipla e simultânea em diferentes esferas sociais, mais ou menos articuladas entre si.

Por seu turno, a transição para a vida adulta tende a ser também um processo de reconstrução de redes sociais. Se a juventude é habitualmente considerada como palco privilegiado para o estabelecimento de redes de sociabilidade

alargadas e de diferentes estilos de sociabilidade (Costa, 2003), a vida adulta caracteriza-se pela inserção em novas redes, nomeadamente de índole laboral, e pela reconfiguração das redes familiares. Desta forma, olhar a transição para a vida adulta sob o ponto de vista da reconstrução das redes sociais pode oferecer interessantes perspectivas sobre a circulação entre esferas sociais, que constitui a base dos momentos de mudança na biografia dos indivíduos.

A juventude — principalmente quando concebida numa vertente mais “ideologizada” — é imediatamente associada à questão da amizade. Ser-se jovem parece ser, por definição, ter-se muitos amigos, com os quais se realizam um conjunto de práticas de sociabilidade, consumo e lazer que são particularmente associadas a esta fase de vida, envolvendo simultaneamente a construção de espaços-tempos específicos de interação, e a produção paralela de valores, códigos de conduta e linguísticos. Também a escola é um importante palco para o estabelecimento de relações próximas. É ainda esta a fase de vida mais estreitamente associada à participação em associações e movimentos culturais e sociais, com uma forte vertente de sociabilidade. Note-se, todavia, que estas diferentes redes são cumulativas e encontram-se assimetricamente distribuídas no espaço social, reproduzindo e acentuando desigualdades muito significativas de recursos e oportunidades entre os jovens. Neste sentido, a juventude pode-se caracterizar também por experiências de isolamento, ligadas à ruptura de laços e anteriores integrações sociais.

Esta dimensão lúdica e/ou participativa parece muitas vezes ser posta de lado quando se atinge a vida adulta, principalmente após a inserção plena no mercado de trabalho ou a entrada na parentalidade, que implicam uma reorganização do quotidiano. Alguns dos jovens parecem sugerir que a inserção no mercado de trabalho implica o estabelecimento de relações mais de índole profissional que de amizade; e que a existência de filhos altera significativamente os padrões de sociabilidade, aproximando os jovens pais de outros jovens na mesma situação e afastando-os de algumas redes anteriormente partilhadas (Guerreiro e outros, 2006). Esta não é, todavia, uma questão consensual, podendo o desenvolvimento de mais estudos, especificamente na, muitas vezes injustamente esquecida, área da sociologia da amizade (Santos, 1989), fornecer mais dados sobre os diversos padrões de sociabilidade prevalentes ao longo do curso de vida. Alguns trabalhos entretanto realizados, também por equipas do CIES (Guerreiro, Mauritti e Henriques, 2007), mostram as diferenças operadas na constituição das redes de sociabilidade e solidariedade daqueles que já se autonomizaram das respectivas famílias de origem, por comparação com os jovens que ainda permanecem em casa dos pais.

Faz, assim, igualmente, parte do processo de transição para a vida adulta, a reconfiguração do habitat familiar, o abandono da casa dos pais — o que implicará um reajustamento relacional para com a família de origem —, e a constituição de casa própria e de um projecto individual de família. Em Portugal, a saída da casa dos progenitores tende a ser feita no momento do

casamento ou da coabitação. Apenas um número ainda reduzido de jovens sai de casa antes de casar para viverem sós, em comparação com uma percentagem altíssima noutras sociedades europeias (Vasconcelos, 1998; Guerreiro, 2003). Constrangimentos económicos, a falta de estruturas de apoio e uma reconstrução singular dos padrões culturais concorrem na explicação deste fenómeno (Guerreiro e Abrantes, 2004).

A relação com a família de origem é, assim, uma das dimensões em mutação na passagem para a idade adulta. Se, por um lado, a entrada na vida adulta é usualmente concebida como um progressivo processo de independência face à casa paterna, por outro lado, os estudos efectuados junto de jovens pais demonstram que a situação de jovem pai/mãe trabalhador(a) é tanto melhor vivida quanto maior apoio houver por parte dos seus progenitores, relevando-se assim a importância das redes de apoio familiar nos primeiros anos de parentalidade (Vasconcelos, 2002; Wall, 2005). Desta forma, a entrada na vida adulta é, com alguma frequência, acompanhada de uma nova relação de semidependência face à geração precedente, o que pode implicar a partilha de quotidianos e diversas estratégias que — na ausência de alternativas a nível das políticas públicas e face aos regimes de trabalho, atrás analisados — promovem a conciliação entre trabalho e vida familiar com base (também) nas redes de apoio familiares.

Projectos de estabilidade, trajectos de incerteza

Outro padrão que sobressai dos referidos estudos que temos vindo a realizar sobre os jovens portugueses no virar do século é o de uma certa contradição entre, por um lado, desejos crescentes, ou mesmo exigências, de planeamento, segurança e bem-estar do quotidiano e, por outro lado, percursos e experiências cada vez mais marcados pelo signo da imprevisibilidade, transitoriedade e não linearidade. Esta contradição só em parte é resolvida pelo designado “modelo bietápico”, sendo geradora de uma série de bloqueios e ansiedades na passagem para a vida adulta.

Contra a vertigem pós-moderna do nomadismo e da errância, as pesquisas têm mostrado claramente a predominância, entre os jovens, de uma ânsia de controlo e projecção sobre as suas vidas, contrastando aliás com a “urgência do imediato” que marcou as biografias e as formas culturais da esmagadora maioria da população até aos anos 70. As emergentes disposições nómadas e hedonistas parecem, pois, caracterizar uma minoria privilegiada da população ou estar confinadas a um período transitório que precede a assunção total das responsabilidades associadas à vida adulta.

A apologia das “condições indispensáveis” é muito frequente nos discursos dos jovens portugueses, quando questionados sobre os seus percursos de vida. Valores cada vez mais hegemónicos da modernidade como o bem-estar material, a responsabilidade e independência individuais, a maturidade

relacional ou a infância protegida são apresentados como requisitos necessários para realizar certos passos decisivos, como sair de casa dos pais, casar e, sobretudo, ter filhos. Estas são, pois, decisões projectadas pela grande maioria dos jovens, mas que se encontram, para muitos, suspensas (prolongadamente), à espera que as referidas condições sejam preenchidas. Esta preocupação parece particularmente vincada na decisão de ter filhos, outrora dominada pela imprevisibilidade e que, hoje, tende a ser reconfigurada, ao nível dos discursos, em termos de responsabilidade pessoal, planeamento familiar e protecção do bem-estar infantil. E não são raros os jovens que categorizam imediatamente como “inconscientes” todos aqueles que não se impõem a si próprios esses mesmos requisitos, o que atesta bem a rápida mudança nos padrões de expectativas e de auto-reflexividade operada em Portugal ao longo das últimas décadas (Cunha, 2000).

Obviamente, está longe de ser homogénea a distribuição pela população juvenil deste naipe de valores e, muito menos, das possibilidades objectivas de os alcançar. Se, em certos grupos e contextos, corresponde ao ensejo de não perder a qualidade de vida que lhes foi já proporcionada pelas suas famílias, noutros meios reflecte expectativas e oportunidades emergentes de segurança e bem-estar e, noutros ainda, ideais longínquos e inatingíveis face às duras contingências do quotidiano. Não deixa, contudo, de ser comum, entre aqueles menos escolarizados e que pouco investimento conseguiram fazer na sua formação, uma confrangedora dificuldade de formulação de objectivos e projectos face ao futuro, a par com uma acomodação a um ideal de emprego que, embora susceptível de satisfazer os consumos mais imediatos de um jovem que permaneça em coabitação com a família de origem, poucas garantias proporciona em termos de estabilidade e autonomia material, necessárias a um indivíduo adulto que venha a assumir responsabilidades familiares e parentais (Guerreiro, Cantante e Barroso, 2007). Ainda assim, relativamente a quadros teóricos que reificam contrastes de base classista entre escalas de valores, os dados empíricos parecem indicar que tais expectativas se encontram hoje, na grande maioria da população juvenil, bem mais próximas do que as probabilidades efectivas de as converter em práticas e modos de vida.

Existe, na verdade, um hiato claro entre estas ambições crescentes de segurança e as tendências identificadas no mercado de trabalho, para a mobilidade, a instabilidade e a precariedade. De acordo com uma tendência já referida atrás, o mercado de trabalho proporciona, actualmente, especialmente aos jovens, uma sucessão de experiências temporárias de emprego, subemprego e desemprego, geradora de trajectos profundamente incertos e imprevisíveis. Neste caso, os valores que lhes são exigidos, enquanto estratégia adaptativa, são a flexibilidade, a criatividade, a iniciativa, a aprendizagem contínua, a capacidade de metamorfose. É verdade que um segmento dos jovens trabalhadores se depara com oportunidades inusitadas de promoção económica e social, mas estão em geral associadas a exigências de grande

envolvimento, competição e pressão laborais. Em suma, a desregulação relativa do mercado de trabalho abre o campo de possibilidades mas também as margens de risco, sobretudo em economias semiperiféricas, frágeis e pouco competitivas, como a portuguesa actualmente.

É esta contradição entre expectativas e trajectos, reforçada por um estado-providência ainda incipiente em vários domínios, que conduz ao prolongamento do processo de transição para a vida adulta, objectivado na subida acentuada da idade média de saída de casa dos pais, de casamento e de início da parentalidade. Sendo um país marcado pelo casamento e parentalidade precoces até aos anos 70, como marcas de uma sociedade tradicional e católica, Portugal apresenta nos últimos anos taxas de nupcialidade (4,61%) e de divórcio (2,2‰) com valores muito próximos das médias europeias (4,88‰ e 2,0‰ respectivamente, na UE27), sendo a actual taxa de natalidade notavelmente baixa (10,0‰), mesmo relativamente às médias europeias (10,5‰). Acresce que nestas médias se incluem já as percentagens significativas, ainda que em decréscimo, de gravidez e casamento adolescentes, fenómenos em geral associados a segmentos da população portuguesa que têm permanecido à margem dos incrementos de bem-estar económico e dos fluxos de transformação cultural (Almeida, André e Lalanda, 2002).

Mesmo revelando disposições mais abertas e experimentais, por exemplo relativamente a sair de casa para viver com amigos ou com um companheiro conjugal, a verdade é que a tradição cultural e, sobretudo, a insegurança económica levam a que a maioria dos jovens portugueses permaneça em casa dos pais até uma idade cada vez mais avançada, vivendo num regime de *welfare family* (Pais, 2001) e saindo apenas na sequência do casamento (Vasconcelos, 1998). O facto de estes novos modos de vida reflectirem disposições culturais mais hedonistas e imediatistas ou, pelo contrário, crescentes exigências de planeamento e bem-estar, reforçadas pela incerteza no mercado de trabalho, anima um debate fértil entre investigadores.

Desregulação, diversidade cultural e desigualdades de oportunidades

Em suma, os estudos sociológicos recentes revelam uma mudança acelerada dos padrões de vida, trajectos e projectos dos jovens portugueses, no quadro de uma sociedade também ela em profunda transformação. Mas revelam igualmente as enormes diferenças e desigualdades das experiências e condições juvenis que persistem e até se reforçam no Portugal do início do século XXI, fazendo acordar os fantasmas da “sociedade dual” de que falava, nos anos 60, Sedas Nunes (1968). O retrato de fundo que se esboça é, pois, o de uma juventude marcada pela enorme diversidade das formas e disposições culturais, bem como por crescentes desigualdades de percursos e recursos, num quadro societal em que as redes da modernidade avançada coexistem

com universos de tradição e de exclusão, estimulado mas também desregulado pela abertura recente ao processo de globalização em curso.

A este propósito, os estudos posteriores confirmam, em traços largos, o diagnóstico realizado por João Sedas Nunes (1998) há alguns anos, segundo o qual, a par com um conjunto de traços geracionais, como a manutenção do primado da família, o declínio das práticas religiosas ou o descrédito e alheamento face à política, se descreve a juventude portuguesa como profundamente dividida entre um segmento tradicional, proveniente de origens sociais desfavorecidas e iniciando a vida activa numa idade precoce, que se caracteriza pela prevalência de modos de vida e sistemas de valores relativamente tradicionais, e um segmento “moderno”, em geral prolongando a sua condição estudantil, e que se define por estilos de vida mais cosmopolitas, maior diversidade de práticas culturais e relações afectivas, bem como sistemas de valores mais liberais.

Este quadro generalista não deve ocultar mas facilitar a exploração da enorme heterogeneidade de universos juvenis, que se encontram, se desencontram e por vezes se confrontam no caleidoscópio urbano. A disparidade de condições, práticas, estilos de sociabilidade, “formas de racionalizar a experiência” abre caminho a enormes riquezas culturais, mas gera também novos problemas de integração social, sobretudo quando associados a situações de dominação e de claras assimetrias de oportunidades e recursos.

Se uma parte dessas formas de expressão juvenis são hoje amplamente legitimadas e até valorizadas na sociedade, abrindo portas a modos de integração originais — em que a relação com a tecnologia é apenas uma delas —, outras existem que continuam a ser entendidas como marginais e ilícitas, gerando e reflectindo pânico morais e processos de discriminação e exclusão social nas várias esferas, da educação ao trabalho, da família às instituições públicas, e podendo bloquear ou mesmo desestruturar os percursos sempre complexos de transições para a vida adulta (Guerreiro e Abrantes, 2004).

Este diagnóstico de intensa diversidade cultural e enorme desigualdade social surge reflectido e reforçado nas formas de integração da grande massa de jovens imigrantes que tem chegado recentemente ao país, bem como já de forma crescente dos seus descendentes, inscritos em processos culturais, sistemas económicos e redes de sociabilidade que podem, ou não, acentuar a sua *etnicidade* (Machado, Matias e Leal, 2006).

Espera-se que as páginas anteriores tenham permitido concluir que das várias esferas da vida social — educação, família, trabalho, lazer — surgem hoje pressões efectivas para uma desregulação relativa das “experiências juvenis” que, se para uma parte privilegiada se convertem sobretudo em oportunidades originais de emancipação, para muitos outros significam apenas riscos reais de exclusão. Estas pressões para a desregulação e a exclusão são, em parte, potenciadas por desenvolvimentos globais (Beck, 1992), mas reflectem também a forma particular como a sociedade portuguesa se tem apropriado e

posicionado face a eles, o que é bem notório, por exemplo, na cristalização e até aumento de altíssimas disparidades em termos de qualidade de vida, rendimentos económicos e qualificações educacionais. A juventude é, pois, o espaço de (des)encontro destas tendências e descontinuidades. Um edifício com cada vez mais quartos, mas cujas portas se fecham a uma grande parte dos seus inquilinos.

Referências bibliográficas

- AA.VV. (1988), *Juventude Portuguesa: Situações, Problemas, Aspirações*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais / Instituto Português da Juventude.
- Abrantes, Pedro (2003), *Os Sentidos da Escola, Identidade Juvenis e Dinâmicas de Escolaridade*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, Ana Nunes de, Isabel André, e Piedade Lalanda (2002), “Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal”, *Análise Social*, XXXVII (163).
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, e Fernando Luís Machado (1988), “Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5, pp. 107-124.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, e Fernando Luís Machado (1994), “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, em António Reis (org.) *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Almeida, João Ferreira de, José Machado Pais, Anália Torres, Fernando Luís Machado, Paulo Ferreira, e João Sedas Nunes (1996), *Jovens de Hoje e de Aqui: Resultados do Inquérito à Juventude do Concelho de Loures*, Loures, Câmara Municipal de Loures.
- Almeida, João Ferreira de, Patrícia Ávila, José Luís Casanova, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Susana Martins, e Rosário Mauritti (2003), *Diversidade na Universidade. Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.
- Azevedo, Joaquim (2000), *O Ensino Secundário na Europa. O Neoprofissionalismo e o Sistema Educativo Mundial*, Porto, Edições Asa.
- Bebiano, Rui (2002), “Geografia instável de uma cultura juvenil de oposição”, *Estudos do Século XX*, 2, pp. 167-195.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres, Sage Publications.
- Benavente, Ana (org.), Alexandre Rosa, António Firmino da Costa, e Patrícia Ávila (1996), *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação.
- Benavente, Ana, Jean Campiche, Teresa Seabra, e João Sebastião (1994), *Renunciar à Escola. O Abandono Escolar no Ensino Básico*, Lisboa, Fim de Século.
- Brannen, Julia, Suzan Lewis, Ann Nilsen, e Janet Smithson (2002), *Young Europeans, Work and Family*, Londres, Routledge.
- Cabral, Manuel Villaverde, e José Machado Pais (orgs.) (2003), *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes perante o Corpo. Resultados de um Inquérito aos Jovens Portugueses em 2000*, Oeiras, Celta Editora.

- Cardoso, Gustavo, António Firmino da Costa, Maria do Carmo Gomes, e Cristina Palma Conceição (2005), *A Sociedade em Rede em Portugal*, Porto, Campo das Letras.
- Carvalho, Maria João Leote de (2003), *Entre as Malhas do Desvio: Jovens, Espaços, Trajetórias e Delinquências*, Oeiras, Celta Editora.
- Castells, Manuel (2000), *The Information Age: Economy, Society and Culture*, Oxford, Blackwell.
- Costa, António Firmino da (2003), "Estilos de sociabilidade", em Graça Cordeiro, Luís Vicente Baptista e António Firmino da Costa (orgs.), *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da, Patrícia Ávila, e Sandra Mateus (2002), *Públicos da Ciência em Portugal*, Lisboa, Gradiva.
- Costa, António Firmino da, Rosario Mauritti, Susana Martins, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-46.
- Cruz, Manuel Braga da (1984), "A condição social da juventude portuguesa", *Análise Social*, XX (81-82), pp. 285-307.
- Cruz, Manuel Braga da (1990), "A participação política da juventude em Portugal: as elites políticas juvenis", *Análise Social*, XXV (105/106), pp. 223-249.
- Cunha, Vanessa (2000) "O lugar da criança nas famílias portuguesas: uma análise sociológica da fecundidade", *Ciências Sociais — Famílias. Olhares interdisciplinares*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, UL.
- Dornelas, António (coord.): (2006), *Acesso ao Emprego e Mercado de Trabalho. Formulação de Políticas Públicas no Horizonte de 2013 — Relatório Final*, Coimbra, FEUC.
- Fernandes, António Teixeira, António Joaquim Esteves, Virgílio Borges Pereira, Eduardo Rodrigues, Alexandra Lopes, Ana Cláudia Albergaria, e Elsa Teixeira (2001), *Estudantes do Ensino Superior no Porto: Representações e Práticas Culturais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Ferreira, Pedro Moura (1999), *Desvio e Juventude. Causas Sociais da Delinquência Juvenil*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Ferreira, Pedro Moura (2002), "Juventude, gerações e valores", *Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, vol. 1, pp. 43-54.
- Ferreira, Vítor Sérgio (2007), "La politique peut-elle s'inscrire sur le corps? Body piercing et tatouage, entre expression et résistance d'un style de vie", em Marc Breviglieri e Vincenzo Cicchelli, *Adolescences Méditerranéennes: L'Espace Public à Petits Pas*, Marly-le-Roi, L'Harmattan.
- Figueiredo, Alexandra Lemos, Catarina Lorga da Silva, e Vítor Sérgio Ferreira (1999), *Jovens em Portugal: Análise Longitudinal de Fontes Estatísticas, 1960-1997*, Oeiras, Celta Editora.
- Figueiredo, Eurico, Ernesto V. S. Figueiredo, e José Cunha Machado (2001), *Valores e Gerações: Anos 80, Anos 90*, Lisboa, ISPA.
- Furlong, Andy, e Fred Cartmel (1998), *Young People and Social Change: Individualization and Risk in the Late Modernity*, Buckingham e Filadélfia, Open University Press.

- Garcia, José Luís, Helena Mateus Jerónimo, Rui Norberto, e Maria Inês Amaro (2000), *Estranhos: Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*, Oeiras, Celta Editora.
- Grácio, Sérgio (1997), *Dinâmicas de Escolarização e das Oportunidades Individuais*, Lisboa, Educa.
- Guerreiro, Maria das Dores (2003), "Pessoas sós: múltiplas realidades", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, pp. 31-49.
- Guerreiro, Maria das Dores, e Pedro Abrantes (2004), *Transições Incertas. Os Jovens Perante o Trabalho e a Família*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Guerreiro, Maria das Dores, Elsa Pegado, Sandra Mateus, Maria Abranches, Pedro Abrantes, e Inês Pereira (2005), *Os Jovens e o Mercado de Trabalho: Caracterização, Estrangulamentos à Integração Efectiva na Vida Activa e a Eficácia das Políticas*, Lisboa, CIES (relatório de pesquisa).
- Guerreiro, Maria das Dores, Elsa Pegado, Sandra Mateus, Maria Abranches, Pedro Abrantes, e Inês Pereira (2006), *Os Jovens e o Mercado de Trabalho. Caracterização, Estrangulamentos à Integração Efectiva na Vida Activa e a Eficácia das Políticas*, Lisboa, DGEEP (Colecção Cogitum, 18).
- Guerreiro, Maria das Dores (coord.), Frederico Cantante, e Margarida Barroso (2007), *Trajectos e Projectos de Jovens com Baixas Qualificações*, Lisboa, CIES-ISCTE.
- Guerreiro, Maria das Dores, Pedro Abrantes, e Inês Pereira (2004), *Transitions, Case Studies Summary Report*, Manchester, Manchester Metropolitan University.
- Guerreiro, Maria das Dores, Rosário Mauritti, e Suzana Henriques (2007), *Jovens e Redes Sociais*, Lisboa, CIES-ISCTE.
- Harvey, Jennifer (2001), "Citizens of the globe and aliens at home", comunicação apresentada na conferência *Global Youth? Young People in the Twenty-First Century*, University of Plymouth, 3-5 Setembro de 2001.
- Hockney, Jenny, e Allison James (1999), *Social Identities across the Life Course*, Basingstoke, Palgrave MacMillan.
- Instituto Nacional de Estatística (2007), *Indicadores Sociais — 2007*, Lisboa, INE.
- Lewis, Suzan (1998), "O sentido dos direitos a apoios para a conciliação entre trabalho e vida familiar", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 27, pp. 27-39.
- Lewis, Suzan, Janet Smithson, Julia Brannen, Maria das Dores Guerreiro, Clarissa Kugelberg, Ann Nilsen, e Pat O'Connor (1999), *Futuros em Suspense: Jovens Europeus Falam acerca da Conciliação entre Trabalho e Família*, Lisboa, ISCTE.
- Lopes, João Teixeira (1996), *Tristes Escolas: Práticas Culturais Estudantis no Espaço Escolar Urbano*, Porto, Edições Afrontamento.
- Lopes, João Teixeira, e Lina Antunes (2001) "Leitura e comunicação digital: o papel das bibliotecas públicas", *Boletim OBS*, 10.
- Machado, Fernando Luís, Ana Raquel Matias, e Sofia Fontes Leal (2006), *Jovens como os Outros? Integração dos Descendentes de Imigrantes Africanos em Portugal (2003-2005)*, CIES-ISCTE, Lisboa (relatório final).
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, e João Ferreira de Almeida (1989), "Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28, pp. 189-209.

- Mauritti, Rosário (2002), "Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 85-116.
- Ministério da Educação, Estatísticas da Educação, *site* do Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo do Ministério da Educação: <http://www.dapp.min-edu.pt/>.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2000) *Crianças e Jovens que Vivem em Lar: Caracterização Sociográfica e Percursos de Vida*, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Nunes, Adérito Sedas (1968), "As gerações na sociedade moderna", em *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Lisboa, Morais Editores.
- Nunes, João Sedas (1998), "Perfis sociais juvenis", em Manuel Vilaverde Cabral e José Machado Pais (orgs.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora/Instituto Português da Juventude, pp. 1-51.
- Pais, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pais, José Machado (1996), "Levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a juventude portuguesa: tradições e mudanças (1985-1995)", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 21, pp. 197-221.
- Pais, José Machado (1999a), *Consciência Histórica e Identidade. Os Jovens Portugueses num Contexto Europeu*, Oeiras, Celta Editora.
- Pais, José Machado (org.) (1999b), *Traços e Riscos de Vida: Uma Abordagem Qualitativa a Modos de Vida Juvenis*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Pais, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Âmbar.
- Pais, José Machado, e Leila Maria da Silva Blass (orgs.) (2004), *Tribos Urbanas: Produção Artística e Identidades*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Pais, José Machado, e Manuel Villaverde Cabral (orgs.) (1998), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora/Instituto Português da Juventude.
- Sanchez, Maria do Carmo Cabêdo, e Humerto Martins (1999), "Traços nocturnos: percursos juvenis na noite do Bairro Alto" em José Machado Pais (org.), *Traços e Riscos de Vida*, Porto, Âmbar.
- Santos, A. (1999), *Inter-Rail. A Odisseia em Comboio*, Oeiras, Celta Editora/Secretaria de Estado da Juventude (Coleção Estudos sobre Juventude, 4).
- Santos, Felix Requena (1989), *Amigos y Redes Sociales, Elementos para una Sociologia de la Amistad*, Madrid, CIS.
- Santos, Lurdes (2002), *O Voluntariado Jovem em Portugal: Perfil do Voluntário Jovem*, Lisboa, Instituto Português da Juventude.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos, Vítor Sérgio Ferreira, Teresa Duarte Martinho, e João Sedas Nunes (2003), *O Mundo da Arte Jovem: Protagonistas, Lugares e Lógicas de Acção*, Oeiras, Celta Editora.
- Schmidt, Luísa (1985), "A evolução da imagem pública da juventude portuguesa, 1974-84", *Análise Social*, XXI (87/88/89), pp. 1053-1066.
- Sebastião, João (1998), "Os dilemas da escolaridade", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal. Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.

- Vala, Jorge (coord.), Vitor Sérgio Ferreira, Marcus Eugêneo Lima, e Diniz Lopes (2003), *Simetrias e Identidades: Jovens Negros em Portugal*, Oeiras, Celta Editora/Instituto Português da Juventude (Coleção Estudos sobre Juventude, 8).
- Van Gennep, Arnold (1960), *The Rites of Passage*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- Vasconcelos, Pedro (1998), "Práticas e discursos da conjugalidade e de sexualidade dos jovens portugueses" em José Machado Pais e Manuel Villaverde Cabral, *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora/Instituto Português da Juventude.
- Vasconcelos, Pedro (2002). "Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe", *Análise Social*, XXXVII (163), pp. 507-544.
- Velho, Gilberto (1998), *Nobres e Anjos: Um Estudo de Tóxicos e Hierarquia*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Wall, Karin (2005), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Wellman, Barry (1998), *From Little Boxes to Loosely-Bounded Networks: The Privatization and Domestication of Community*, em <http://www.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/littleboxes1/littleboxes1.pdf> (Abril de 2001)

Padrões de vida na sociedade contemporânea

Susana da Cruz Martins, Rosário Mauritti e António Firmino da Costa

Será possível traçar um quadro de conjunto dos padrões de vida dos portugueses, no quotidiano actual?

Tal quadro, inevitavelmente simplificado e sintético, não poderá deixar de ter em conta, logo à partida, o contexto global em que se inscreve, e com o qual estabelece múltiplas relações. Como tem sido referido de diversas maneiras, esse contexto global é o de uma sociedade cada vez mais impulsionada pela inovação tecnológica de base científica e pela multiplicação das redes sociais que tendem a formar-se às mais diversas escalas, nomeadamente à escala planetária.

Nesse contexto, desenrolam-se processos (por vezes surpreendentemente rápidos) de redefinição das realidades económicas, políticas e culturais que caracterizam cidades, regiões, países e continentes, alterando-se o peso relativo que cada uma destas unidades sociais tende a adquirir no tecido de inter-relações e interdependências de âmbito mundial. Assiste-se, igualmente, ao surgimento de um leque vastíssimo de novos bens e novas criações, de novos acessos e novas oportunidades, assim como a um conjunto de tensões identitárias e institucionais, de clivagens, riscos e conflitos, e a um agravamento exponencial da pressão humana sobre o ambiente e os recursos naturais.

As *recomposições sociais* são um elemento fundamental destes processos de mudança à escala global. Incluem importantíssimas recomposições etárias e geográficas: aumento da longevidade da população, alteração do peso relativo das respectivas faixas etárias, povoamento urbano, migrações internas e internacionais. E incluem igualmente as profundas e abrangentes recomposições educacionais, profissionais, socioeconómicas e socioculturais que estão a ocorrer, com grande intensidade, nas mais diversas zonas do globo e no mundo como um todo.

Estão também em processo de recomposição, tanto os níveis e distribuições de recursos (económicos, culturais, sociais) como as relações com as

instituições (inclusão e exclusão, sujeição e cidadania, públicos e especialistas). Os modos de vida modificam-se, por acção conjugada das alterações na esfera profissional e na esfera familiar, nos mercados e no estado-providência. Os estilos de vida mudam, animados por dinâmicas de homogeneização, diversificação e recombinação, de tradicionalismo, cosmopolitismo e sincretismo.

Neste contexto global contemporâneo, como acaba de ser caracterizado a traço muito largo, como é que se configuram os *padrões de vida* dos portugueses?

Tentar-se-á, de seguida, fornecer alguns elementos de resposta, não meramente impressionistas, mas produzidos com base em conceptualização teórica e investigação empírica. Estes contributos situam-se na linha de um conjunto vasto de investigações sobre *estruturas sociais e recomposições sociais* que diversos investigadores do CIES-ISCTE vêm desenvolvendo, desde há bastante tempo, a propósito de objectos de estudo concretos variados e a diferentes escalas.¹

Uma proposta conceptual e operatória

As análises sociológicas, nas quais a caracterização social das populações surge como elemento fundamental, têm tido dificuldade em integrar, de maneira teoricamente consistente e empiricamente esclarecedora, dimensões analíticas relativas ao “trabalho”, ao “consumo” e às “qualificações”.

Porém, estas dimensões têm-se revelado cruciais, todas elas, para as formas de existência social contemporâneas, e revelam, sistematicamente, relações muito significativas entre si. Acresce que a noção de qualidade de vida, apesar de vaga e polissémica, remete inequivocamente para elas, mesmo que, por vezes, de maneira apenas implícita ou informal. Com a construção e a utilização analítica do conceito de padrões de vida procura-se corresponder à pertinência teórica e operatória de integrar essas dimensões de caracterização social.

A análise dos sistemas estruturados de diferenças e desigualdades sociais tem sido um domínio central da investigação sociológica, desde os respectivos fundadores, até a um conjunto amplo de estudos e debates da maior actualidade. No âmbito desta problemática têm sido utilizados conceitos como classes sociais e estruturas de classes, grupos de status e sistemas de estratificação, e outros, como modos de vida, estilos de vida ou géneros de vida. No núcleo operatório destas análises estão as categorias e os procedimentos de caracterização social das populações. Também na sociologia portuguesa se têm produzido contributos significativos neste domínio.²

1 Por exemplo, entre muitos outros, Almeida (1986), Almeida, Costa e Machado (1994), Machado e Costa (1998), Costa (1999), Costa e outros (2000), Machado (2002), Machado e outros (2003), Casanova (2004), Capucha (2005).

Um dos problemas que nos trabalhos de referência e nos conceitos por eles utilizados não tem ficado suficientemente resolvido, é o da articulação entre as dimensões do trabalho e do consumo. Em alguns casos, os autores privilegiam sobretudo a dimensão do trabalho/produção, como em Marx e nas concepções neomarxistas (por exemplo, Wright, 1997), ou como nas análises de categorias socioprofissionais, quer as de inspiração weberiana (Goldthorpe, 1980), quer as de referência bourdiana (Desrosières e Thévenot, 1988). Noutros casos, pode assumir particular centralidade a dimensão do consumo/lazer, por exemplo em Veblen, com a sua teoria da classe ociosa e do consumo ostentatório, ou nas actuais análises de estilos de vida, de orientação quer empiricista (Cathelat, 1985-86), quer pós-modernista (Featherstone, 1991; Chaney, 1996).

Em algumas obras sociológicas, as teorizações e pesquisas abordam ambas as dimensões, mas muitas vezes sem as integrar analiticamente de maneira sistemática; ou então subordinando uma delas, não lhe dando tradução operatória suficiente. Por outro lado, a dimensão educação/formação, quase sempre equacionada como fundamental, é em geral estudada aprofundadamente nas suas relações apenas com uma das duas anteriores. Há análises que contemplam todas estas dimensões, nomeadamente Bourdieu (1979) ou Vester (2003). Mas sobretudo as pesquisas empíricas de carácter extensivo, realizadas através de indicadores estatísticos institucionais, têm recorrido pouco à articulação deste conjunto de dimensões, apesar da sua relevância ser salientada generalizadamente.

O conceito de padrões de vida procura concretizar a integração destas três dimensões cruciais de caracterização social, tomando em conta duas preocupações básicas: fundamentação teórica exigente e operacionalização eficaz.³ O modelo proposto inclui os eixos analíticos já referidos: trabalho/produção; consumo/lazer; educação/formação. A consideração plena de cada uma destas três dimensões, com grau de aprofundamento teórico e modo de operacionalização empírica equivalentes, é um aspecto central do modelo de análise construído. Mais importante ainda é este prever a investigação sistemática e integrada das articulações entre elas.

Para isso recorreu-se, no plano teórico, a um conjunto de elementos de conceptualização inscritos em boa parte das referências bibliográficas acima

2 Para além dos referidos na nota anterior, refira-se também, por exemplo, Estanque e Mendes (1997), Estanque (2000), Cabral, Vala e Freire (2003), Martins, Mauritti e Costa (2004), Pereira (2005), Queiroz (2005).

3 As análises produzidas foram originalmente desenvolvidas no âmbito do projecto "Padrões de vida: perfis e tendências na sociedade portuguesa contemporânea (desenvolvimentos conceptuais e exploração analítica de microdados estatísticos)", desenvolvido no CIES-ISCTE, com apoio da FCT (POCTI/36483/SOC/2000), de 2000 a 2003. Ver Mauritti e outros (2002), Costa e outros (2003), Martins (2004), Martins, Mauritti e Costa (2004), Mauritti (2004a e 2004b).

mencionadas. A hipótese orientadora principal foi a de que, articulando estas três dimensões, se conseguiria encontrar um conjunto de padrões, caracterizadores de modalidades e níveis de qualidade de vida.

No plano empírico, a referida articulação, e a verificação concreta da hipótese acima equacionada, requereram a combinação de uma pluralidade de indicadores respeitantes às três dimensões, realizada através de procedimentos de análise multivariada.⁴ A fonte empírica mais importante foi o Inquérito aos Orçamentos Familiares (INE, 1999-2000). Os indivíduos constituíram a unidade de análise principal, aos quais se associou informação sobre os respectivos agregados familiares.⁵

As análises aqui apresentadas envolvem um leque alargado de dimensões, remetendo para diversos domínios da prática social. A operacionalização das dimensões socioprofissionais e socioeducacionais, centrais nesta abordagem, é desenvolvida aprofundadamente em trabalhos anteriores já referidos.⁶ Na operacionalização das dimensões de consumo, começou-se por definir um conjunto de dimensões, tendo em vista integrar na análise vários domínios estruturadores (a par dos anteriores) das condições de existência e da qualidade de vida de indivíduos e famílias.⁷ Foi com base nessas dimensões (onze ao todo) que, numa primeira fase, se seleccionaram os indicadores incluídos em diversas análises de componentes principais (ACP) (ver anexos 10.1 e 10.2).

A realização de várias ACP, de forma sucessiva, permitiu ir reduzindo os indicadores, até se criarem variáveis de consumo suficientemente agregadas e testadas empiricamente. A partir daí, foi possível analisar, em simultâneo, todos os blocos dimensionais em análise, entretanto redefinidos.⁸ Para a

4 A abordagem estatística multivariada integrou a análise de componentes principais (ACP), a análise de homogeneidade (Homals) e a análise de *clusters* (cf. Carvalho, 2004).

5 Tal só foi possível através do acesso às três bases de microdados do IOF: 1) unidades de alojamento, 2) agregados familiares e 3) indivíduos. Foi essencialmente por referência a estas duas últimas que se desenvolveram as análises agora apresentadas, construindo uma nova base de dados, que incluiu as informações contidas em ambas. Foi possível, assim, relacionar os padrões de consumo das famílias com os atributos específicos dos indivíduos que as compõem.

6 Nomeadamente, Costa (1999), Machado e outros (2003).

7 Essa categorização de partida foi realizada combinando considerações de ordem teórica e interpretativa com considerações de ordem operatória e pragmática relativas às possibilidades oferecidas (ou não) pelas bases de microdados utilizadas. Incluía sete dimensões de bens e práticas de consumo: alimentação, habitação, vestuário, saúde, transportes, férias, cultura e lazer; e ainda quatro dimensões relativas aos equipamentos dos agregados a que os indivíduos pertencem: tecnologias massificadas, novas tecnologias domésticas, tecnologias de informação e comunicação, objectos e condições de distinção.

8 Esse novo conjunto de dimensões de consumo é o seguinte: alimentação básica, alimentação preparada, habitação, vestuário e imagem pessoal, saúde, transportes próprios, transportes públicos, práticas culturais; e ainda as dimensões relativas aos equipamentos dos agregados a que os indivíduos pertencem: tecnologias correntes, novas tecnologias, grandes equipamentos supletivos.

se distribuísem e projectassem as categorias referentes às dimensões consideradas como constitutivas dos padrões de vida (as dimensões trabalho, consumo e qualificações), recorreu-se à análise da homogeneidade (Homals). Conseguiu-se, deste modo, determinar a configuração geral de um espaço social dos padrões de vida na sociedade portuguesa actual.

Por outro lado, procedeu-se a uma análise de *clusters*, tendo-se encontrado cinco padrões de vida nitidamente diferenciados e sociologicamente interpretáveis. Chegou-se, assim, a uma tipologia dos padrões de vida da população portuguesa, à entrada do século XXI (tal como podem ser determinados com base na informação disponível e nos procedimentos analíticos utilizados).

Finalmente, por meio da projecção desses cinco padrões de vida no espaço topológico antes construído, conseguiu-se explicitar a sua posição relativa e evidenciar o seu significado por referência ao espaço social no seu conjunto e às distribuições, nele, dos indicadores utilizados e respectivas categorias.

Chegou-se, assim, aos resultados sintetizados na figura 10.1. Para referir os cinco padrões de vida principais encontrados, utilizaram-se as designações alusivas de destituídos, restritivos, massificados, instalados e qualificados.

Diversidade de padrões de vida

Os resultados principais desta investigação são, pois: uma configuração do espaço social dos padrões de vida, uma tipologia de padrões de vida, a localização de cada um destes padrões de vida naquele espaço social.

No espaço topológico multidimensional dos padrões de vida, é fundamental observar e interpretar as posições relativas entre eles e o lugar que ocupam nesse espaço. Mas não é menos importante analisar os conteúdos concretos de cada um desses padrões de vida, em termos dos valores que aí tomam os múltiplos indicadores utilizados. É relevante, ainda, dar conta do volume de população abrangido por cada um desses padrões de vida.

Com efeito, o peso relativo destas categorias é muito variado (quadro 10.1). Os massificados são quantitativamente preponderantes (35%). Os restritivos são os segundos com mais efectivos nesta tipologia (24%). Em conjunto, abrangem a maioria da população portuguesa (cerca de 60%), a qual se distribui, assim, entre um padrão de vida com acesso efectivo, embora modesto, a actividades, recursos e consumos hoje em dia tendencialmente transversais e um padrão de vida caracterizado por uma contenção severa dos consumos, correlativa de inserções profissionais e recursos educativos bastante baixos.

Os instalados manifestam, comparativamente com os anteriores, um padrão de vida relativamente abonado em recursos, abrangendo 21% da população, isto é, cerca de um quinto dos portugueses. Em extremos opostos no

Quadro 10.1 Padrões de vida em Portugal (%)

Padrões de vida	%
Destituídos	12,6
Restritivos	23,9
Massificados	35,2
Instalados	21,1
Qualificados	7,2

Fonte: INE, base de microdados do *Inquérito aos Orçamentos Familiares*, 1999-2000.

espaço dos padrões de vida, encontram-se os destituídos, de um lado, e os qualificados, do outro, representando perto de 13% e 7% da população, respectivamente.

A especificação seguinte de cada um destes padrões de vida, segundo as suas dimensões constitutivas (quadros 10.2 e 10.3), permite captar melhor o seu significado social.

Os destituídos. A condição de destituição caracteriza, de maneira alargada e profunda, este padrão de vida. Cerca de 70% dos indivíduos pertencentes a esta categoria não têm qualquer escolaridade e, no que diz respeito à condição perante o trabalho, são sobretudo reformados. Em termos de categorias socioprofissionais, enquadram-se essencialmente na dos agricultores independentes e na dos operários industriais (37% e 25%, respectivamente). Em consonância com as inserções socioprofissionais e os recursos educacionais, estão as possibilidades de consumo dos agregados familiares a que estes indivíduos pertencem. Assim, este padrão de vida evidencia-se por ser o que apresenta menos capacidade de realização de práticas de consumo. Exceptuam-se os gastos na saúde, em que revelam maiores índices de despesa do que os restritivos. Isto pode dever-se, pelo menos em parte, à concentração de população idosa nesta categoria.¹⁰ É também interessante realçar o acesso a algumas tecnologias massificadas (como a televisão, o frigorífico ou o telefone), cuja transversalidade aos vários segmentos da sociedade é reveladora de que os constrangimentos das desigualdades sociais não se contrapõem hoje linearmente às tendências de difusão alargada de instrumentos tecnológicos de uso quotidiano, tornados bens de primeira necessidade nas sociedades contemporâneas (o mesmo acontece, como se viu, com alguns consumos de bens e serviços especializados relativos à saúde).

Os restritivos. Os indivíduos que integram este padrão de vida também são bastante desprovidos de recursos escolares, embora um pouco menos do que os anteriores. Sendo ainda enorme o número dos que não têm qualquer

10 A este propósito veja-se o trabalho de Rosário Mauritti (2004a e 2004b) sobre padrões de vida da população idosa portuguesa.

Quadro 10.2 Caracterização socioeducacional e socioprofissional dos padrões de vida (%)

Indicadores	Padrões de vida					Total
	Destituídos	Restritivos	Massificados	Instalados	Qualificados	
<i>Níveis educacionais</i>						
Sem escolaridade	69,4	24,7	2,6	4,4	2,1	16,7
Básico 1	25,6	45,4	41,7	22,8	2,9	33,8
Básico 2	1,9	15,8	28,9	10,0	2,3	16,5
Básico 3	1,5	9,3	17,7	24,6	10,6	14,6
Secundário	1,1	4,2	9,0	27,1	22,2	11,6
Superior	0,5	0,6	0,1	11,1	59,8	6,9
<i>Condição perante o trabalho</i>						
Empregados	12,2	41,2	72,6	61,6	72,5	55,2
Desempregados	2,1	5,2	3,8	3,0	2,5	3,7
Estudantes	0,5	5,2	8,4	17,1	13,9	8,8
Reformados	68,2	27,9	4,4	8,0	7,9	19,1
Domésticas	11,2	14,8	8,4	7,3	2,8	9,6
Outros inactivos	5,8	5,7	2,4	3,1	0,4	3,6
<i>Categorias socioprofissionais</i>						
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	3,5	4,6	7,4	14,4	5,2	8,2
Profissionais técnicos e de enquadramento	4,3	3,1	1,5	33,9	84,8	17,3
Trabalhadores independentes	4,1	4,4	6,5	3,0	0,4	4,7
Agricultores independentes	36,6	11,5	2,7	1,3	0,0	4,6
Empregados executantes	13,7	31,7	34,6	31,3	8,8	30,3
Operários industriais	25,4	38,9	45,4	15,3	0,8	32,4
Assalariados agrícolas	12,4	5,7	1,9	0,9	0,1	2,5

Fonte: INE, *Inquérito aos Orçamentos Familiares*, 1999-2000.

tipo de escolaridade (25%), alarga-se o conjunto daqueles que dispõem do 1.º ciclo do ensino básico ou equivalente (cerca de 45%). No que diz respeito à condição perante o trabalho, a categoria com maior peso é a dos empregados (41%), embora se evidencie, também aqui, uma presença importante das condições de inactividade (28% são reformados e 15% domésticas). As inserções socioprofissionais apresentam uma forte predominância do assalariamento desqualificado, tanto nos serviços como na indústria (empregados executantes: 32%; e operários industriais: 39%). Apesar de alguma presença de agricultores independentes (12%), este padrão revela uma tendência predominante para contextos de vida de (sub)urbanização empobrecida. Quanto aos consumos, encontrando-se em patamares de suficiência elementar, as suas despesas alargam-se um pouco num conjunto de bens essenciais, como a habitação, a alimentação e o vestuário.

Os massificados. Protagonizam o padrão de vida mais generalizado na sociedade portuguesa actual. Apresentam níveis de escolaridade um pouco melhores do que os dos restritivos, ainda que se situem sobretudo no ensino básico. Do

Quadro 10.3 Caracterização de bens e práticas de consumo

Tipos de consumo	Patamares de consumo	Perfis					Total
		Destituídos	Restritivos	Massificados	Instalados	Qualificados	
Alimentação básica	5 (alto)	0,6	2,9	3,7	10,4	11,3	5,1
	4	3,5	14,2	23,1	27,2	30,4	19,9
	3	12,0	25,6	29,8	24,0	20,8	24,7
	2	24,3	27,5	27,2	20,8	17,9	24,9
	1 (baixo)	59,5	29,8	16,1	17,6	19,5	25,4
Alimentação preparada	6 (alto)	0,2	0,5	2,5	10,9	18,7	4,7
	5	2,2	9,0	19,9	30,4	38,5	18,6
	4	8,5	17,3	32,6	28,4	22,4	24,3
	3	22,8	30,6	29,9	18,3	12,5	25,5
	2	23,2	20,2	10,0	5,6	3,6	12,7
	1 (nulo)	43,1	22,4	5,2	6,4	4,2	14,3
Habitação	5 (alto)	0,6	0,4	0,2	7,7	43,1	5,0
	4	2,3	8,7	17,9	38,8	35,1	19,3
	3	7,6	20,0	32,7	28,5	14,2	24,3
	2	18,5	31,0	33,1	15,8	6,0	25,2
	1 (baixo)	70,9	39,9	16,1	9,2	1,6	26,2
Vestuário e imagem pessoal	6 (alto)	0,3	0,3	0,6	11,7	32,2	5,1
	5	1,8	8,6	18,3	37,2	43,8	19,7
	4	4,2	17,2	37,0	26,4	12,9	24,2
	3	15,1	31,8	30,2	17,2	6,9	24,3
	2	49,4	34,9	12,6	6,4	3,7	20,7
	1 (nulo)	29,1	7,1	1,2	1,0	0,6	6,1
Saúde	6 (alto)	3,2	2,8	2,4	10,3	16,3	5,2
	5	5,9	8,7	8,0	13,5	23,9	10,2
	4	8,7	8,8	8,9	14,6	12,9	10,3
	3	24,7	22,2	27,1	25,1	21,0	24,7
	2	17,5	19,9	22,4	14,7	12,2	18,8
	1 (nulo)	40,0	37,6	31,2	21,8	13,7	30,6
Transportes próprios	6 (alto)	0,1	1,5	2,6	10,0	23,9	5,0
	5	0,8	9,4	19,3	34,1	48,4	20,0
	4	1,6	15,2	35,6	31,5	18,8	25,0
	3	6,7	28,1	36,5	16,6	6,1	25,0
	2	11,7	11,3	3,0	2,5	1,0	5,7
	1 (nulo)	79,1	34,5	3,1	5,2	1,9	19,3
Transportes públicos	5 (alto)	1,2	4,5	4,6	7,2	9,2	5,1
	4	4,4	9,9	11,3	10,1	11,4	10,0
	3	6,3	9,8	11,1	10,0	11,0	10,0
	2	11,3	7,7	6,4	8,4	11,7	8,0
	1 (nulo)	76,8	68,2	66,6	64,2	56,7	66,9
Práticas culturais	6 (alto)	0,1	0,2	0,5	7,7	43,7	5,0
	5	1,0	6,3	15,7	46,7	44,4	20,2
	4	0,7	4,9	15,2	11,8	4,6	9,4
	3	2,7	11,5	23,6	13,1	3,1	14,4
	2	9,0	22,4	24,3	10,3	2,6	17,4
	1 (nulo)	86,5	54,7	20,6	10,5	1,5	33,6

Fonte: INE, base de microdados do *Inquérito aos Orçamentos Familiares*, 1999/2000.

Quadro 10.4 Caracterização dos equipamentos dos agregados familiares

Tipos de equipamento	Patamares de equipamentos	Perfis					Total
		Destituídos	Restritivos	Massificados	Instalados	Qualificados	
Tecnologias correntes	5 (todos)	9,9	18,6	25,4	34,1	32,1	24,4
	4	24,3	30,0	34,9	36,4	41,5	33,3
	3	24,9	26,7	25,8	23,6	22,1	25,2
	2	17,9	18,7	13,0	5,1	3,8	12,6
	1 (até 3)	23,0	6,1	0,9	0,8	0,5	4,5
Novas tecnologias	7 (todos)	0,1	0,7	2,7	27,5	62,9	11,2
	6	0,6	3,0	8,4	22,8	21,6	10,1
	5	0,2	5,6	15,9	20,5	10,2	12,3
	4	0,4	9,3	22,7	15,1	2,7	14,1
	3	2,9	16,7	25,0	8,8	1,8	15,6
	2	8,8	27,7	21,0	3,3	0,5	16,1
	1 (nenhum)	87,1	36,9	4,5	2,0	0,4	20,5
Grandes equipamentos supletivos	4 (3 ou mais)	0,9	7,9	13,3	45,5	70,5	21,3
	3	2,1	18,1	36,6	27,4	21,5	25,4
	2	8,4	28,8	43,6	22,9	6,7	29,3
	1 (nenhum)	88,6	45,3	6,6	4,2	1,3	24,0

Fonte: INE, base de microdados do *Inquérito aos Orçamentos Familiares*, 1999/2000.

ponto de vista da condição perante o trabalho, a categoria de longe mais numerosa é a dos empregados (73%), atingindo aqui peso só igualado pelos qualificados. Do ponto de vista das categorias socioprofissionais, é o padrão de vida que engloba, em maiores proporções, operários industriais (45%) e empregados executantes (35%). Os consumos que marcam este padrão de vida são mais alargados do que os referidos anteriormente, estando associados à emergência da sociedade de consumo contemporânea, que dispõe de uma gama relativamente variada de bens e serviços acessível a vastas camadas sociais.

Os instalados. Correspondem a um padrão de vida com consumos genericamente alargados, nomeadamente no que diz respeito aos bens materiais de uso quotidiano, como a alimentação e as tecnologias domésticas. Mas essa relativa homogeneidade no plano dos consumos sobrepõe-se a uma acentuada clivagem interna nos planos educativo e socioprofissional. Uma parte tem apenas recursos escolares elementares e outra parte situa-se acima dos valores modais da sociedade portuguesa (nomeadamente os que possuem o ensino secundário ou superior). Esta segmentação tem repercussões na diversidade das inserções socioprofissionais destes indivíduos. Os mais escolarizados acedem à categoria dos profissionais técnicos e de enquadramento e dividem com outros perfis, com menores qualificações, a sua inserção na categoria dos empregados executantes. Os menos escolarizados são sobretudo operários industriais (neste casos com níveis de consumo melhorados face aos seus pares socioprofissionais com outros padrões de vida). O padrão de vida

dos instalados é ainda aquele que, percentualmente, apresenta um valor mais elevado na categoria socioprofissional dos empresários, dirigentes e profissionais liberais (14%).

Os qualificados. É o padrão de vida de longe melhor dotado de recursos educacionais e culturais. Cerca de 60% têm o ensino superior, muito acima dos níveis médios nacionais, o que em geral se traduz também em inserções socioprofissionais relativamente bem posicionadas na estrutura social, patentes na proporção de profissionais técnicos e de enquadramento (85%). Distinguem-se igualmente, em relação aos restantes padrões de vida, pelos consumos qualitativos que protagonizam, com todas as suas implicações e manifestações nas várias esferas da vida social, profissional e familiar. É neste conjunto que encontramos uma maior incidência de consumos lúdicos, culturais, estéticos, desportivos, tecnológicos e educativos e, a nível patrimonial, equipamentos supletivos como a segunda casa e a posse de mais de um automóvel.

Distribuições geográficas e demográficas dos padrões de vida

Numa leitura complementar, analisam-se os padrões identificados a partir de um conjunto de indicadores sociodemográficos e socioespaciais. Não tendo sido considerados directamente na configuração do espaço topológico dos padrões de vida, contribuem para uma decifração adicional dos contextos sociais em que se inscrevem estes padrões de vida.

Os destituídos. Encontram-se, na sua maioria, fora das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, com maior presença nas zonas rurais do que qualquer dos outros padrões de vida. Comparativamente, é um segmento com muitas pessoas idosas e residindo sós, sendo grande parte delas mulheres, quer casadas, quer em situação de viuvez.

Os restritivos. Caracterizam-se por uma distribuição mais ou menos homogénea pelos vários escalões etários. Localizam-se essencialmente em espaços urbanos ou suburbanos, distribuídos também por todo o território nacional. Quanto à conjugalidade, concentram-se na categoria dos casados, surgindo em segundo lugar a dos solteiros, embora a grande distância (ordenação que se mantém nos padrões de vida seguintes, embora com valores variáveis).

Os massificados. Quanto à presença territorial, apresentam um perfil muito semelhante ao anterior. Demograficamente, são mais jovens, com maior concentração nos escalões etários até aos 45 anos. Em termos proporcionais, é o padrão de vida com valores mais altos nas categorias dos casados e dos agregados familiares com uma ou duas crianças.¹¹

11 A caracterização dos padrões de vida das famílias com crianças é desenvolvida por Susana da Cruz Martins (2004).

Os instalados. Vivem sobretudo em espaços urbanos, com uma presença elevada na área metropolitana de Lisboa. Apresentam um perfil etário semelhante ao anterior, ligeiramente menos jovem. Embora os casados se encontrem em franca maioria, não assumem aqui valores percentuais tão elevados quanto nos massificados, aumentando em contrapartida o peso dos solteiros. Em termos da caracterização familiar, também não são muito diferentes do padrão de vida anterior, se bem que a proporção dos casais com crianças seja um pouco menor.

Os qualificados. Mais do que qualquer outro padrão de vida, este é aquele em que as pessoas mais residem em espaço urbano (acima dos 80%). Do ponto de vista etário, não se afastam muito dos massificados e dos instalados, tendo apesar de tudo um perfil um pouco menos jovem do que estes. Cerca de metade residem na área metropolitana de Lisboa e perto de um quarto na área metropolitana do Porto. Tanto na situação conjugal como na estrutura dos agregados familiares, este padrão de vida aproxima-se muito do anterior.

Do ponto de vista territorial, estes padrões manifestam, de forma diferenciada, algumas das tendências que, neste domínio, dominaram os últimos 40 anos em Portugal (Ferrão, 1996; Almeida, Costa e Machado, 1994; Machado e Costa, 1998; Almeida e outros, 2000).

A par de um país rural e envelhecido, deu-se um crescimento acentuado de população urbana, sobretudo nas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Os destituídos são os mais marcados pelos processos de envelhecimento. Os qualificados são os que mais se evidenciam nos processos de concentração metropolitana. A suburbanização (muitas vezes desordenada) tornou-se um contexto residencial importante dos outros padrões de vida, em primeiro lugar dos massificados.

Na análise das principais tendências familiares (Almeida e outros, 1998; Almeida, André e Lalande, 2002; Wall, 2003), sublinhe-se o aumento dos agregados sem ou com poucos filhos, que se manifesta em todos estes padrões de vida, com máxima incidência nos restritivos e nos massificados.

Configurações de transversalidade e desigualdade sociais na Europa

Os padrões de vida assinalados no plano nacional inscrevem-se em processos contemporâneos e em contextos transversais de interdependência mundial. De seguida, analisa-se um conjunto de indicadores de comparação europeia que expressam, precisamente, processos contemporâneos transversais às sociedades da União Europeia.¹²

12 A informação estatística aqui utilizada como referência empírica diz respeito a dados de comparação europeia disponibilizados pelo Eurostat.

Um dos aspectos mais salientes é o das desigualdades entre o segmento da população que tem rendimentos mais altos e o que, pelo contrário, é deles mais deficitário. Portugal é o país da União Europeia que apresenta um maior diferencial entre os segmentos mais abonados economicamente e os das camadas mais desfavorecidas. Em relação aos países que já integravam a UE15, as diferenças de rendimentos das respectivas populações situam-se, no rácio apurado, entre 3 e 5.¹³ Exceptuam-se, neste conjunto, a Grécia e, mais ainda, Portugal, que se revelam mais polarizados nas distribuições de rendimentos, com valores de 6 e 7 neste rácio, respectivamente. Nesta comparação internacional (UE15), aparecem como as sociedades mais assimétricas, pelo menos no plano económico, e também, como as mais vulneráveis a situações de pobreza.

Entre os países recém-entrados na UE25, a Estónia e a Letónia são os que apresentam rácios de desigualdade económica superiores, embora não superem os valores portugueses.¹⁴ No balanço entre “ganhadores” e “perdedores” (Fitoussi e Rosanvallon, 1997), Portugal apresenta desigualdades sociais que ameaçam a sua coesão social e que, num contexto de mundialização, se tornam especialmente graves para o ainda alargado segmento dos trabalhadores pouco qualificados (Capucha, Bernardo e Castro, 2001; Capucha, 2005).

Tais discrepâncias sociais convergem com a polarização, atrás referida, entre os padrões de vida destituídos e restritivos, de um lado, e os padrões de vida instalados e qualificados, do outro. Com rendimentos muito desiguais, estes padrões de vida têm associadas diferentes estruturas de oportunidade social que os distinguem fortemente entre si, nos seus consumos e práticas sociais quotidianas e, também, nos recursos socioeducacionais e socioprofissionais que podem mobilizar.

Ainda em termos europeus, é revelador recorrer a uma perspectiva de comparação dos consumos dos indivíduos e famílias. Esta é uma das dimensões-chave do conceito de padrões de vida aqui proposto. Mas tem sido menos trabalhada, nas análises sociológicas das estruturas sociais portuguesas em contexto europeu, do que as dimensões do trabalho e das qualificações, para as quais estão já disponíveis algumas análises comparativas internacionais (Costa e outros, 2000; Cabral, Vala e Freire, 2003; Mauritti, Martins e Costa, 2004).

O predomínio de algumas categorias de bens no total de despesas dos agregados domésticos europeus pode contribuir para uma leitura

13 Eurostat, Painel dos Agregados Domésticos, 1995-2003. O indicador “desigualdade da distribuição de rendimentos” é calculado da seguinte forma: rácio entre o total de rendimentos recebidos pelos 20% da população com maiores níveis de rendimento e o dos 20% da população com menores níveis de rendimento.

14 A leitura deste indicador não poderá deixar de tomar em conta os níveis de rendimentos e os custos de vida de cada país, bastante diferentes entre si, mesmo na União Europeia.

aproximada dos padrões de vida dominantes na União Europeia.¹⁵ Na Grécia, Espanha e, sobretudo, Portugal, o peso relativo da alimentação nos consumos quotidianos é significativamente superior à média da UE15 (em Portugal, pesa bastante mais do que na média europeia deste conjunto de países). As realidades económicas e sociais forçam a um grau superior de orientação prioritária para o consumo de bens de primeira necessidade. Porém, na UE25, são vários os países de Leste e do Mediterrâneo que igualam ou excedem o patamar português, como a Polónia, Eslováquia, Estónia, Letónia, Lituânia e Malta, com valores elevados de concentração de despesas familiares nos consumos alimentares. Em contrapartida, o alojamento e os serviços associados ao espaço doméstico são despesas com peso elevado nos consumos das pessoas e famílias em países do Norte da Europa, como a Suécia e a Dinamarca. Portugal aparece aqui com valor percentual bastante inferior ao atingido nesses países (o que deve ser interpretado com cuidado, à luz de outras indicações que apontam para a subida de custos neste aspecto nos últimos anos).

Quanto à saúde e à educação, as diferenças não são muito visíveis, tal como são expressas através destes indicadores de consumos das famílias. Note-se que, nestes domínios, os indicadores comportam dificuldades acrescidas de decifração, sobretudo na medida em que se reportam a áreas particularmente sensíveis aos diferentes regimes de estado-providência existentes na Europa, com a variabilidade que neles se verifica de cobertura pública de prestações de saúde e de educação. No entanto, registe-se, como mera nota ilustrativa, a Grécia com maior peso nos gastos dos agregados familiares em saúde, e o Luxemburgo, República Checa e Reino Unido como aqueles em que as famílias menos gastam directamente nesta área. A darem conta de estados-providência fortes também na área educativa, estão a Suécia, o Luxemburgo e a Finlândia, com valores percentuais de gastos directos das pessoas e famílias em educação muito reduzidos. Em Portugal acentua-se muito esse peso percentual, embora largamente ultrapassado, por exemplo, por Chipre, país da UE25 cujas famílias mais canalizam, em termos médios, despesas para esta área.¹⁶

No que respeita a consumos em cultura e lazer, as diferenças entre países tornam a ser marcantes. Grécia e Portugal são, no espaço da UE, aqueles cujos orçamentos familiares menos se orientam para estas vertentes do quotidiano. Pelo contrário, noutros, como a Suécia, Reino Unido e Áustria, o peso

15 A selecção destas categorias prendeu-se quer com critérios de composição dos tipos de padrões de vida, quer com a sua capacidade diferenciadora das várias realidades europeias. Fonte: Eurostat, 2003 (para a Áustria, Letónia, Malta e Portugal: 2002).

16 Para o aprofundamento da análise das populações mais desfavorecidas do Sul da Europa e das suas relações com a construção dos respectivos estados-providência, ver Maurizio Ferrera (2005) e, mais concretamente sobre a realidade portuguesa, Luís Capucha (2005) e Luís Capucha e outros (2005).

proporcional destas despesas nos orçamentos familiares situa-se em níveis significativamente mais elevados.

Em síntese, a sociedade portuguesa evidencia padrões de vida quotidiana que incorporam, hoje em dia, muitos dos traços genericamente caracterizadores dos padrões de vida europeus no seu conjunto. Tal transversalidade manifesta-se em termos de configurações, mas mais ainda em termos de tendências. Concretamente, a sociedade portuguesa partilha com o conjunto das sociedades europeias conhecidas tendências de crescimento das qualificações educativas e profissionais, de massificação de consumos e de qualificação de alguns deles — apesar dos contra-exemplos e das contradições que estas dinâmicas comportam.

Porém, não é menos relevante assinalar que, comparativamente, no contexto europeu, a sociedade portuguesa se situa nos níveis de vida menos favoráveis e apresenta níveis de desigualdades internas dos mais acentuados. Os padrões de vida destituídos e restritivos tendem a corresponder a situações mais carenciadas e a abranger maiores fracções da população do que a generalidade dos seus equivalentes europeus (pelo menos, da UE15). O padrão de vida modal, o dos massificados, embora partilhe o acesso a formas de existência social actualmente generalizadas nas sociedades desenvolvidas, corresponde aqui a níveis menos afluentes do que a média da UE15 (e, em alguns aspectos, da UE25), em termos de escolaridade, qualificação profissional e consumos. Os padrões de vida instalados e qualificados (sobretudo estes últimos) assumem aqui, ainda, um carácter mais distintivamente minoritário do que na generalidade das sociedades europeias.

Anexo 10.1 Dimensões de análise: bens e práticas de consumo

Dimensões iniciais	Dimensões e categorias finais	Indicadores ¹
Alimentação	Alimentação básica (ab) (5 categorias de consumo: 1=elementares, 5=elevados)	Pão e outros de padaria, farinhas, massas e arroz; Leite, ovos e manteiga; Raízes, bolbos e cogumelos, legumes e fruta fresca; Aves frescas frigorificadas ou congeladas, salsicharia, carne seca, salgada ou fumada e miudezas; Carne de porco e leitão, peixe e derivados.
	Alimentação preparada (alp) (6 categorias de consumo: 1=não consumos, 5=elevados)	Bolachas e biscoitos, produtos de pastelaria, produtos alimentares preparados à base de cereais e produtos homogeneizados para bebé; Frutos aperitivos, licores e vinhos generosos; Águas minerais, sumos naturais de fruta e iogurtes; Refeições preparadas à base de carne, peixe e legumes.
Habitação	Habitação (cas) (5 categorias de consumo: 1=elementares, 5=elevados)	Arrendamentos, serviços e manutenção da casa; Decoração da casa; Utensílios domésticos.
Vestuário	Vestuário e imagem pessoal (vest) (6 categorias de consumo: 1=não consumos, 5=elevados)	Vestuários, calçados e acessórios; Outros artigos e produtos para cuidados pessoais; Serviços de cabeleireiro e análogos; Artigos de bijuteria e joalheria; Reparação e aluguer de vestuário, tecidos para vestuário.
Saúde	Saúde (sau) (6 categorias de consumo: 1=não consumos, 6=elevados)	Produtos farmacêuticos e medicamentos, aparelhos e material terapêutico; Consultas e tratamentos envolvendo serviços médicos, dentista e paramédicos; Despesas hospitalares.
Transportes	Transportes próprios (trpp) (6 categorias de consumo: 1=não consumos, 6=elevados)	Automóveis novos e despesas associadas; Despesas com automóveis em 2ª mão e sua manutenção; Aquisição de motorizadas e bicicletas.
	Transportes públicos (tpub) (5 categorias de consumo: 1=não consumos, 5=elevados)	Transportes ferroviários, rodoviários e marítimos ou fluviais — urbanos e suburbanos.
Férias	Práticas culturais (cul) (6 categorias de consumo: 1=não consumos, 6=elevados)	Livros, jornais, revistas e outros periódicos, cinemas, teatros e concertos; Artigos de papelaria e escolares e despesas com educação; Serviços desportivos e recreativos, despesas em hotéis, estalagens e similares, viagens turísticas, museus, jardim zoológico e similares; Despesas em restaurantes e cafés.
Cultura e lazer		

Nota: 1) os indicadores estão organizados em itens correspondentes aos factores resultantes das primeiras ACP.

Anexo 10.2 Dimensões de análise: equipamentos existentes no agregado

Dimensões iniciais	Dimensões e categorias finais	Indicadores
Tecnologias massificadas	Tecnologias correntes (tcor) 5 categorias: 1=até 3 equipamentos; 5=tem todos	Fogão, televisão, frigorífico, máquina de lavar roupa, telefone, arca congeladora, máquina de costura.
Novas tecnologias domésticas Tecnologias de informação e comunicação	Novas tecnologias (ntl) 7 categorias 1=nenhum; 7=tem todos	Telemóvel, material fotográfico, microondas, leitor de CD, computador (com ou sem ligação à internet), máquina de lavar louça, câmara de vídeo.
Objectos e condições de distinção	Grandes equipamentos supletivos (eqsu) 4 categorias 1= nenhum; 4=3 ou +	Número de carros; número de garagens; número de residências secundárias.

Referências bibliográficas

- Almeida, Ana Nunes, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres, e Karin Wall (1998), "Relações familiares: mudança e diversidade", em José Manuel Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.
- Almeida, Ana Nunes, Isabel Margarida André, e Piedade Lalanda (2002), "Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal", *Análise Social*, 163, pp. 371-409.
- Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, e Fernando Luís Machado (1994) "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", em António Reis (org.), *Portugal. 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de leitores, pp. 307-330.
- Almeida, João Ferreira de, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, e Anália Torres (2000), "A sociedade", em António Reis (org.), *Portugal Anos 2000: Retrato de um País em Mudança*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 36-72.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris, Éditions de Minuit.
- Cabral, Manuel Villaverde, Jorge Vala, e André Freire (orgs.) (2003), *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Capucha, Luís, (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora.
- Capucha, Luís, Joaquim Bernardo, e José Castro (2001), "Social exclusion and poverty in Europe", em Max Haller (org.), *The Making of the European Union: Contributions of the Social Sciences*, Berlim, Springer.

- Capucha, Luís, Teresa Bomba, Rita Fernandes, e Gisela Matos (2005), "Portugal: a virtuous path towards minimum income?", em Maurizio Ferrera (org.), *Welfare State Reform in Southern Europe. Fighting Poverty and Social Exclusion in Italy, Spain, Portugal and Greece*, Londres, Routledge, pp. 204-265.
- Carvalho, Helena (2004), *Análise Multivariada de Dados Qualitativos*, Lisboa, Sílabo.
- Casanova, José Luís (2004), *Naturezas Sociais. Diversidade e Orientações Sociais na Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.
- Cathelat, Bernard (1985-86), *Styles de Vie* (2 vols.), Paris, Les Éditions d'Organisation.
- Chaney, David (1996), *Lifestyles*, Londres, Routledge.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-46.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, e Ana Antunes (2003), *Padrões de Vida: Perfis e Tendências na Sociedade Portuguesa Contemporânea* (Desenvolvimentos Conceptuais e Exploração Analítica de Microdados Estatísticos), Lisboa, CIES-ISCTE (relatório).
- Desrosières, Alain, e Laurent Thévenot (1988), *Les Catégories Socioprofessionnelles*, Paris, Éditions La Découverte.
- Estanque, Elísio (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividades e Práticas de Classe no Operariado do Calçado*, Porto, Edições Afrontamento.
- Estanque, Elísio, e José Manuel Mendes (1997), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: Um Estudo Comparativo*, Porto, Edições Afrontamento.
- Featherstone, Mike (1991), *Consumer Culture and Postmodernism*, Londres, Sage Publications.
- Ferrão, João (1996), "Três décadas de consolidação do Portugal demográfico 'moderno'", em António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp. 165-190.
- Ferrera, Maurizio (2005), "Welfare states and social safety nets in southern Europe: an introduction", em Maurizio Ferrera (org.), *Welfare State Reform in Southern Europe: Fighting Poverty and Social Exclusion in Italy, Spain, Portugal and Greece*, Londres, Routledge, pp. 1-32.
- Fitoussi, Jean-Paul, e Pierre Rosanvallon (1997), *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta Editora.
- Goldthorpe, John H. (1980), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*, Oxford, Clarendon Press.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades: Migrações, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Machado, Fernando Luís, e António Firmino da Costa (1998), "Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.

- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova, e João Ferreira de Almeida (2003), "Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.
- Martins, Susana da Cruz (2004), "Padrões de vida familiares em espaço urbano e rural: uma perspectiva das condições e contextos sociais das famílias com crianças", *Actas do X Encontro da APDR: Demografia e Desenvolvimento Regional*, Évora 26 a 28 de Junho de 2003 (edição em CD-ROM).
- Martins, Susana da Cruz, Rosário Mauritti, e António Firmino da Costa (2004), "Uma abordagem multidimensional dos padrões de vida na sociedade portuguesa: potencialidades sociológicas da análise de microdados", *Actas do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção*, Braga, 12 a 15 de Maio de 2004, em <http://www.aps.pt/vcongresso/ateliers-pdfs.htm>.
- Mauritti, Rosário (2004a), "Padrões de vida na velhice", *Análise Social*, 171, pp. 339-361.
- Mauritti, Rosário (2004b), "Envelhecimento: padrões, políticas e tendências", *Actas do X Encontro da APDR: Demografia e Desenvolvimento Regional*, Évora 26 a 28 de Junho de 2003 (edição em CD-ROM).
- Mauritti, Rosário, Susana da Cruz Martins, Ana Simões Antunes, e António Firmino da Costa (2002), "Utilização de bases de microdados na investigação em ciências sociais", *Revista de Estatística*, II (2.º quadrimestre), pp. 47-64.
- Mauritti, Rosário, Susana da Cruz Martins, e António Firmino da Costa (2004), "Classes sociais numa perspectiva comparada: estruturas europeias actuais e instrumentos de análise", *Actas do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção*, Braga, 12 a 15 de Maio de 2004, em <http://www.aps.pt/vcongresso/ateliers-pdfs.htm>.
- Pereira, Virgílio Borges (2005), *Classes e Culturas de Classe das Famílias Portuguesas. Classes Sociais e "Modalidades de Estilização da Vida" na Cidade do Porto*, Porto, Edições Afrontamento.
- Queiroz, Maria Cidália (2005), *Classes, Identidades e Transformações Sociais: Para Ler as Evoluções da Estrutura Social Portuguesa*, Porto, Campo das Letras.
- Vester, Michael (2003), "Class and culture in Germany", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42, pp. 25-40.
- Wall, Karin (org.) (2003), "Famílias no Censo 2001: estruturas domésticas em Portugal (dossiê)", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, pp. 9-100.
- Wright, Erik Olin (1997), *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.

